



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

CHEILA BASSO

O TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E SUA
TESSITURA NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO:
UM ESTUDO NA CIDADE DE ERECHIM (RS)

ERECHIM, RS

2018

CHEILA BASSO

**O TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E SUA
TESSITURA NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO:
UM ESTUDO NA CIDADE DE ERECHIM (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas sob a orientação da Profa. Dra. Ivone Maria Mendes Silva

ERECHIM, RS

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Basso, Cheila

O TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E SUA TESSITURA NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO: UM ESTUDO NA CIDADE DE ERECHIM (RS) / Cheila Basso. -- 2018.
230 f.:il.

Orientadora: Doutora Ivone Maria Mendes Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGCIH, Erechim, RS, 2018.

1. Catadores. 2. Espaço. 3. Trabalho. 4. Sentidos do trabalho. 5. Apropriação. I. Silva, Ivone Maria Mendes, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CHEILA BASSO

**O TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E SUA
TESSITURA NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO:
UM ESTUDO NA CIDADE DE ERECHIM (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas sob a orientação da Profa. Dra. Ivone Maria Mendes Silva

Esta Dissertação foi defendida e aprovada pela banca em:

_____/_____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ivone Maria Mendes Silva – UFFS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Nauíra Zanardo Zanin - UFFS

Prof. Dr. Jerzy Brzozowski – UFFS

A todos os trabalhadores incluídos
de maneira perversa.

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos e alguns meses que correram, voaram... No início desta trajetória não acreditava que tudo isso seria tão veloz. Tantas coisas aconteceram neste tempo: alegrias, desafios, preocupações, conquistas e muito crescimento. Esse percurso se tornou mais leve por causa de algumas pessoas as quais quero expressar minha gratidão.

Agradeço inicialmente a Deus, a força maior que me guia.

Aos meus pais, aqueles que me conduziram ao longo da vida pelos caminhos do amor, do respeito e da humildade, a quem devo muito do que sou. Por tudo isso e muito mais, minha eterna gratidão.

Ao meu companheiro Jacson, sempre amoroso, amigo e generoso. Obrigada pelo amor, cuidado e paciência em todos os momentos, em especial, durante o período de realização deste mestrado, incluindo aqueles mais desafiadores. Sou muito grata e feliz por tê-lo ao meu lado e por ser um de meus alicerces para chegar até aqui. Amo você!

Aos meus familiares e amigos, pela torcida, apoio, boas energias e palavras de incentivo nesta etapa tão importante. Muito obrigada por fazerem parte da minha vida e serem tão especiais!

À professora Ivone, a melhor orientadora que eu poderia ter tido. Obrigada por ter me acolhido como sua orientanda, também pela amizade, dedicação, generosidade, paciência e pelas orientações que sempre foram um alento. Sou imensamente grata pelo privilégio de termos caminhado juntas por este percurso.

Aos docentes do PPGICH pelas valiosas experiências e contribuições compartilhadas ao longo deste período.

Aos professores Antônio de Pádua Nunes Tomasi, Maria Luísa Magalhães Nogueira, Jerzy Andre Brzozowski e Nauíra Zanardo Zanin, obrigada pela leitura atenta e preciosas contribuições.

Aos colegas e amigos do PPGICH. Vivemos juntos muitos momentos importantes, experimentamos alegrias, euforia e desesperos, mas também crescemos e evoluímos. Obrigada pela convivência e trocas enriquecedoras!

Um agradecimento especial às minhas amigas Jéssica e Janessa, cujo carinho, apoio e companheirismo estiveram presentes em todos os momentos. Que felicidade ter conhecido vocês! Nossa amizade nasceu na preparação para o processo seletivo e hoje, representa um grande presente desta caminhada.

O melhor das amigades é quando elas se multiplicam: Antônio, assim como a Jéssica, se tornou também um grande amigo, meu e do Jacson. Somos realmente muito felizes por tê-los em nossas vidas!

À amiga e colega, professora Rosana Scolari, obrigada pela amizade e apoio, desde o início me auxiliando e conduzindo até os associados da Arcan.

A todos os trabalhadores da Arcan, os quais participaram deste estudo com muito carinho, competência e generosidade. Sou grata pelo privilégio de ter convivido e aprendido com vocês, gente que luta e resiste firmemente.

Não posso concluir meus agradecimentos sem mencionar uma pessoa em especial: eu. Sou mulher, companheira, filha, amiga, professora e alguém que em todas essas esferas luta por um mundo mais justo e igualitário. Preciso agradecer a mim pela força, persistência, empenho e coragem de concretizar este sonho. Foi um caminho prazeroso, mas árduo. Conciliar as leituras, estudo, etapas empíricas, a escrita com a rotina de trabalho e a vida pessoal não foi tarefa fácil. Idas e vindas, noites viradas, foram muitos desafios administrados para chegar até este momento. Concluir o mestrado significa, para mim, uma conquista grandiosa e hoje, sinto-me imensamente orgulhosa por isso.

RESUMO

Essa proposta de pesquisa se dedicou a pensar acerca das condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis associados da Arcan na cidade de Erechim/RS. Para tanto, estivemos atentas às significações produzidas por esses sujeitos a partir das apropriações que fazem do espaço de trabalho e da relação que nutrem com o seu trabalho, considerando que esses processos contribuem para a construção dos saberes que sustentam acerca de si mesmos e da realidade social. Tendo em vista os propósitos desta pesquisa, optamos por uma metodologia de caráter qualitativa. A etapa empírica se desenvolveu apoiada na observação participante com aplicação de um questionário sociodemográfico, produção de registros fotográficos por parte dos sujeitos de pesquisa, orientados por questões norteadoras e grupo focal. O estudo dos dados produzidos se efetuou na análise de conteúdo, inspirada na técnica de Bardin (2011) e, nesse viés, emergiram duas categorias temáticas: espaço de trabalho e sentidos do trabalho. Nesta perspectiva, observamos que, por meio do trabalho e das interações sociais dadas no pavilhão da Arcan, como as formas de organizar o espaço, esses sujeitos deixam nele suas marcas, transformando-o. Mesmo esse espaço de trabalho sendo carregado de desafios existem possibilidades de seus usuários criarem seus próprios espaços, com suas marcas e sinais de pertencimento/identidade. Concebemos assim, a existência de microterritórios dentro da própria Arcan, com fronteiras tecidas de modo fluido, o que permite trocas, passagens e compartilhamentos entre os indivíduos que por eles circulam. É presente uma divisão geracional no grupo de participantes, o que influencia diretamente nos sentidos empreendidos por estes sujeitos com relação ao seu trabalho: ao passo que os mais jovens possuem perspectivas de mudanças e enxergam sua ocupação pelo viés da provisoriedade, o grupo dos mais experientes exprime sentidos voltados para a realização, pertencimento e reconhecimento social. O grupo interpreta sua atividade laboral como provedora de sobrevivência e sustento, projetando uma ocupação digna. Além disso, é presente a perspectiva ambiental, tendo em vista que estes veem seu trabalho com papel indispensável para a preservação do planeta. Entre os mais jovens foi possível identificar o sentimento de vergonha ao declarar-se catador ou catadora, o que nos faz pensar que os trabalhadores mais experientes já tiveram a oportunidade de construir e reconstruir os sentidos do seu trabalho, conferindo a eles o sentido de auto realização. Evidenciamos ainda as condições insalubres de trabalho destes sujeitos, considerando que estão vulneráveis aos mais diversos riscos na manipulação dos materiais e a simples permanência no local, o que caracteriza aspectos das negatividades desta ocupação. Já as positivities estão ligadas, dentre outros aspectos, à transformação que estes atores operam em algo que a sociedade classifica como lixo para algo que vem a configurar sua fonte de sobrevivência. Este pode ser entendido como um dos sentidos do trabalho, capaz de gerar gratificação e reconhecimento e certa identificação.

Palavras-chave: Catadores; Espaço; Trabalho; Sentidos do trabalho; Apropriação; Exclusão social.

ABSTRACT

This research proposal focused on the living and working conditions of recyclable waste collectors from Arcan in the city of Erechim / RS. Thus, special attention was given to the meanings produced by these subjects, based on the appropriations they make of the work space and the relationship they have with their work, considering that these processes contribute to the construction of the knowledge they hold about themselves and the social reality. Considering the purposes of this research, a qualitative methodology was chosen. The empirical stage was developed based on the participant observation with the application of a socio demographic questionnaire, production of photographic records by the research subjects, guided by guiding questions and focus group. The study of the data produced was carried out through content analysis, inspired by Bardin's technique (2011) and, in this context, two thematic categories emerged: work space and the meaning of work. In this perspective, it is observed that, through the work and social interactions which happen in the Arcan warehouse, such as the way they organize the space, these subjects leave their marks in it, transforming it. Even this work space being full of challenges there are possibilities for its users to create their own spaces, with their marks and signs of belonging and identity. This way, the existence of micro territories at Arcan were observed, with boundaries which allow exchanges, passages, and sharing among the individuals that circulate through them. A generational division is present in the group of participants, which directly influences the senses undertaken by these subjects in relation to their work: while the younger ones have perspectives of changes and see their occupation by the bias of temporary job, the group of the more experienced expresses meanings aimed at achievement, belonging and social recognition. The group interprets their work as a provider of survival and sustenance, projecting a dignified occupation. In addition, the environmental perspective is present, since they see their work as an indispensable role for the preservation of the planet. It was possible to identify the feeling of shame among the youngest, when declaring themselves as waste collectors, which gives rise to the thought that the most experienced workers have already had the opportunity to construct and reconstruct the meanings of their work, giving them the sense of self achievement. Unhealthy working conditions of these subjects were also realized, considering that they are vulnerable to the most diverse risks in the manipulation of materials or simply staying in the place, which characterize negative aspects of this occupation. The positive aspects are linked to aspects such as the transformation that these actors operate in something that society classifies as junk for something that comes to shape its source of survival. This can be understood as one of the meanings of the work, capable of generating gratification and recognition and certain identification.

Key-words: Waste Collectors; Space; Job; Meanings of Work; Appropriation; Social exclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Vista parcial do bairro com o pavilhão da Arcan em terceiro plano	86
Fotografia 2 – Vista parcial da fachada do pavilhão da Arcan.....	97
Fotografia 3 – Cozinha da associação.....	103
Fotografia 4 – Placa de aviso no topo da porta de acesso à cozinha da associação.....	103
Fotografia 5 – Entrada do pavilhão.....	105
Fotografia 6 – Associados em momento de descanso na entrada no pavilhão.	105
Fotografia 7 – Grafite na entrada do pavilhão.....	106
Fotografia 8 – Caminhão da coleta descarregando os materiais na parte interna do pavilhão.....	107
Fotografia 9 – Caminhão da coleta fazendo descarregamento de materiais na parte interna do pavilhão.....	107
Fotografia 10 – Catadores trabalhando com a prensa na entrada do pavilhão.	109
Fotografia 11 – Catadores realizando trabalho com a prensa na entrada do pavilhão.....	109
Fotografia 12 – Catador em frente aos fardos de materiais já prensados.....	110
Fotografia 13 – Espaço interno do pavilhão enquanto os catadores separam os materiais em duplas.....	112
Fotografia 14 – Espaço interno do pavilhão após a separação dos materiais no final da manhã.....	112
Fotografia 15 – Espaço interno do pavilhão durante o turno de trabalho; bandeira do Grêmio no canto superior direito.....	117
Fotografia 16 – Espaço em área coberta destinado para o armazenamento de vidro.....	118
Fotografia 17 – Espaços de cima e de baixo.....	121
Fotografia 18 – Vista parcial do espaço de cima.....	122
Fotografia 19 – Espaço externo com a divisão dos territórios.....	126

Fotografia 20 – Território de uma das duplas de catadores na parte externa.	127
Fotografia 21 – Materiais recicláveis provenientes de doações.....	128
Fotografia 22 – Localização das caixas d'água no espaço externo.....	129
Fotografia 23 – Vista parcial do espaço externo.....	129
Fotografia 24 – <i>Bag</i> sendo atravessado pela janela até o espaço externo.....	131
Fotografia 25 – Carregamento sendo realizado.....	133
Fotografia 26 – Catadora varrendo seu espaço de trabalho após ter concluído a separação de materiais.....	138
Fotografia 27 – Catadores dormindo sobre os <i>bags</i> durante o horário de descanso.....	141
Fotografia 28 – Catadora dormindo sobre os <i>bags</i> durante o horário de descanso.....	141
Fotografia 29 – Casa de uma das associadas da Arcan.....	154
Fotografia 30 – Associada da Arcan no interior de sua casa.....	155
Fotografia 31 – Associados da Arcan trabalhando na prensagem de materiais.	157
Fotografia 32 – Materiais já prensados organizados em fardos.....	157
Fotografia 33 – Associados em momento de descontração no período de trabalho.....	161
Fotografia 34 – Catadora trabalhando com os registros financeiros da associação.....	175
Fotografia 35 – Catadores trabalhando e mobilizando o corpo em meio aos materiais.....	177
Fotografia 36 – Catadores trabalhando e mobilizando o corpo em meio aos materiais.....	177
Fotografia 37 – Objetos reaproveitados pelos catadores.....	191

LISTA DE SIGLAS

ACAMARE	Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa/MG
Arcan	Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza
Asmare	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável.
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CEPO	Centro de Educação Popular
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAF	Fundação Interamericana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	16
2.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	16
2.2 ETAPAS E INSTRUMENTOS	17
2.2.1 Pesquisa empírica	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	31
3.1.1 Os catadores e seu processo de inclusão marginal: implicações sociais e subjetivas	37
3.2 TECENDO A VIDA E O TRABALHO A PARTIR DE TERRITÓRIOS MÚLTIPLOS: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO, RECONHECIMENTO E SEGREGAÇÃO SOCIAL	52
3.2.1 Do espaço geográfico à territorialidade: alguns aportes teóricos	53
3.2.2 A cena urbana: o lugar dos catadores na cidade de Erechim	63
3.2.3 Identidade territorial subjetiva e apropriação espacial	70
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	81
4.1 CENÁRIOS ONDE SE INSEREM OS SUJEITOS DE PESQUISA	82
4.1.1 O espaço de trabalho dos participantes de pesquisa: uso e apropriação	94
4.1.1.2 Os territórios dos espaços interno e externo	119
4.1.1.3 As condições físicas do espaço para o trabalho	134
4.2 SENTIDOS DO TRABALHO	142
4.2.1 A divisão geracional do grupo como determinante para a construção dos sentidos do trabalho	145
4.2.2 A multiplicidade de sentidos do trabalho para os catadores	152
4.2.3 Trabalho mediado pela sociabilidade	166
4.2.4 Mudanças nas condições de vida	170

4.2.5 Condições de trabalho: “Já me acostumei”	175
4.2.6 Trabalhando com/no lixo: as positivities e negatividades	188
5 CONCLUSÃO.....	199
REFERÊNCIAS.....	203
APÊNDICES.....	214
APÊNDICE A – Carta de Apresentação.....	215
APÊNDICE B – Declaração de Ciência e Concordância da Instituição Envolvida.....	216
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	217
APÊNDICE D – Questionário Sociodemográfico.....	221
APÊNDICE E – Temário para a Produção de Registros Fotográficos.....	223
APÊNDICE F – Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz.....	224
APÊNDICE G – Temário para o Grupo Focal.....	225

1 INTRODUÇÃO

O ser humano se constituiu como agente transformador e interventor na realidade social, estabelecida pelas relações que os sujeitos mantêm entre si e com a natureza. O espaço nos fornece elementos que possibilitam fazer a leitura dessas interações, compreendendo-as.

Nesse viés, a concepção de espaço geográfico é tida por vários autores como um conjunto de conceitos que nos permitem interpretá-lo, a partir de categorias como o território, a paisagem e o lugar, nos revelando o resultado da dinâmica social dos diferentes grupos humanos.

Compreender as distintas formas de organização social e os produtos das escolhas culturais é algo relevante a ponderar. Isso nos auxilia no entendimento e análise das formas de sociabilidade e processos de subjetivação dos indivíduos pertencentes aos mais diversos grupos sociais, considerando também como esses se relacionam com o(s) espaço(s) no(s) qual(is) estão inseridos, construindo sua cidadania.

Esta pesquisa se dedicou a pensar acerca das condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis associados da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (Arcan) na cidade de Erechim/RS. Para tanto, estivemos atentas às significações produzidas por esses sujeitos a partir das apropriações que fazem dos espaços em que circulam e da relação que nutrem com o seu trabalho, considerando que esses processos contribuem para a construção dos saberes que eles sustentam acerca de si mesmos e da realidade social.

Buscamos investigar a realidade socioeconômica dos catadores associados da Arcan, levando em conta as especificidades do trabalho por eles realizado. Assim como, nos dedicamos a investigar as repercussões subjetivas e sociais associadas à situação de exclusão social que estes trabalhadores enfrentam. Além disso, procuramos analisar a dimensão espacial em suas vinculações com o trabalho dos catadores, buscando mapear relações com a constituição das identidades desses sujeitos.

Nesse sentido, as análises da relação dos sujeitos de pesquisa com o espaço, social e historicamente construído, se deram orientadas por conceitos de apropriação e territorialidade, amplamente discutidas pela psicologia social e pela geografia. Apoiando-se assim no sentido de ação, transformação e percepção do

espaço, valendo-se das categorias de lugar e território, considerando que as apropriações empreendidas pelos indivíduos são imbuídas de significação, constituindo os processos de subjetivação.

Diante disso, destaca-se que, a atividade laboral exercida pelos sujeitos dessa pesquisa tem como matéria-prima aqueles artigos descartados pela sociedade, elementos muito abundantes na contemporaneidade. Assim, além de a importância da catação estar vinculada à questão ambiental, esta realidade se apresenta como uma das poucas alternativas, onde os atores sociais excluídos do mercado formal de trabalho encontram uma possibilidade de renda para a sobrevivência.

Ao realizar um levantamento acerca da literatura em torno da reciclagem e do universo dos catadores, observa-se que muitos dos estudos acadêmicos voltados a essa discussão partem de uma abordagem ecológica e/ou técnica, no sentido de analisar os impactos dessa prática no ambiente e sugerir alternativas para a reutilização de resíduos, ou seja, a partir da perspectiva da gestão ambiental. Como o que é discutido por Sabedot e Pereira Neto (2017), os quais evidenciam o papel desempenhado pelos catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos urbanos, evidenciando a contribuição ambiental dos catadores comparada a coleta seletiva formal no município de Esteio - RS. Esse viés de análise pode também ser identificado no trabalho de Ribeiro, *et al.* (2014), onde se debate o impacto econômico da reciclagem e seus efeitos diretos e indiretos sobre as indústrias recicladoras e as atividades econômicas. Dessa forma, estimaram-se os benefícios econômicos e ambientais dessa prática, a partir da atuação de trinta e três cooperativas de catadores da região metropolitana do Rio de Janeiro.

É ainda pouco explorada na produção científica sobre o tema, a dimensão ou perspectiva que aqui se pretende abordar. Partindo desse pressuposto, ao realizar uma revisão de literatura em sites de busca¹ utilizando as categorias teóricas vinculadas a esta pesquisa, observa-se que este é um universo escasso de estudo, pois, não foi constatada produção acadêmica que articule esses descritores em uma mesma pesquisa. Salienta-se que, até então, nenhuma pesquisa foi realizada a partir do panorama aqui apresentado, com os sujeitos envolvidos neste estudo.

¹ Tais como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD).

Diante desses resultados, foi realizada uma nova busca a partir das palavras-chave em caráter isolado, o que possibilitou identificar trabalhos que tratam de temáticas próximas do que foi desenvolvido nessa pesquisa. Em muitas dessas obras, onde os catadores são sujeitos de pesquisa, são analisadas questões envolvendo principalmente o trabalho e trajetórias de vida destes. A esse respeito, pode-se citar o trabalho desenvolvido por Teixeira (2015) que se dedica a analisar as percepções das condições laborais, além de perspectivas de vida dos catadores associados da Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa/MG (ACAMARE). A autora busca articular temas presentes na realidade desses indivíduos, como o desemprego e a exclusão.

Da mesma forma, Barboza e Zanella (2012) discutem acerca das relações de catadores de materiais recicláveis com a cidade e a paisagem urbana com a qual interagem na realização de seu trabalho, através de uma perspectiva estética. A autora defende que os catadores edificam movimentos de resistência e criam estratégias de sobrevivência diante das inúmeras dificuldades que enfrentam em seu cotidiano de vida e trabalho. Outra ferramenta metodológica utilizada foi a produção de imagens dos percursos dos sujeitos da referida pesquisa, onde estes retrataram suas relações afetivas e as significações que fazem dos resíduos que coletam. Em sua análise, a autora destaca o papel das políticas públicas que devem ser pensadas e construídas mantendo o diálogo com os catadores, de modo a abranger as vivências e percepções por eles produzidas.

Sousa e Mendes (2008) também se dedicaram a pesquisar esse contexto. Estes buscam fazer uma investigação em cooperativas de catadores do Distrito Federal, onde se debruçam a analisar a relação entre a saúde e trabalho desses indivíduos, situando os catadores no âmbito de seu trabalho e realidade de sua profissão. Neste sentido os resultados indicam o significado do trabalho vinculado à sobrevivência, para esses atores. O aporte teórico desse estudo exploratório ficou a cargo da Psicodinâmica do Trabalho.

Considerando que, no presente estudo, almejamos fazer a leitura das relações de vida e trabalho dos catadores a partir de seu espaço de trabalho, assim como da exclusão social, situação a qual estão propensos, buscou-se por investigações que já problematizaram essas categorias teóricas. Dentre elas, destaca-se a análise produzida por Liberato (2009), que tem como foco central o lugar de moradia dos excluídos na cidade, o que recebe a denominação de “cidade

não-oficial”. A autora busca discutir as estruturas sociais projetadas no espaço urbano, caracterizando distinções de onde circulam os indivíduos reconhecidos como cidadãos e a parte do espaço restrita a determinados grupos sociais excluídos. Liberato (2009), ao estudar as favelas de Belo Horizonte pela perspectiva dos excluídos, sustenta que o espaço configura-se como significativa estrutura simbólica para a construção das identidades sociais que se constituem no espaço urbano.

A pesquisa realizada por Rosado (2009) problematiza as narrativas das catadoras do Loteamento Cavahada - Porto Alegre acerca de seu espaço de trabalho, partindo das vivências dessas trabalhadoras. A autora enfatiza as amplas relações sociais dadas nesse espaço enquanto território apropriado pelas catadoras, sendo este produtor de identidade. Nessa leitura evidencia-se a ressignificação da conotação do termo lixo no espaço do galpão, o que influencia na identidade territorial deste grupo.

Na obra organizada e produzida por Kemp e Crivellari (2008) encontramos importantes contribuições acerca da construção de políticas socioambientais no contexto da realidade de catadores de materiais recicláveis. Os autores destacam aspectos relacionados às condições de vida e trabalho desses sujeitos, muitas vezes invisíveis no cenário urbano, que acabam se sujeitando a condições extremamente precárias no exercício de suas atividades. Nestes escritos, avaliou-se que alguns avanços têm surgido à medida que os catadores de materiais recicláveis organizam-se em associações e cooperativas. Essas organizações têm atuado principalmente na perspectiva da cidadania, no reconhecimento e fortalecimento de identidade desses trabalhadores. Ao longo deste escrito destacam-se investigações acerca dos processos de reconhecimento e consolidação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) uma associação de Belo Horizonte que, de acordo com os autores, constitui-se como significativo resultado de movimentos populares engajados em promover transformações sociais.

Dias (2002) também buscou investigar as condições de vida e trabalho de catadores de papel atuantes na cidade de Curitiba/PR a partir de suas trajetórias de trabalho, salientando as formas de “estar” e “ser” catador. Nessas concepções estão contempladas repercussões subjetivas desses sujeitos relacionadas às vivências e os sentidos que atribuem às suas atividades. Além disso, o autor busca

contextualizar as situações de invisibilidade e pobreza que se inserem esses sujeitos.

Como se observa, são propostas de pesquisa que trazem diferentes campos possíveis de análise a partir do tema e da perspectiva aqui eleitos.

Dito isso, destaca-se que com essa investigação, buscamos contribuir para a ampliação do conhecimento nessa área e promover o aprofundamento das discussões voltadas à realidade vivida desses sujeitos que vivem às margens do sistema de acumulação capitalista, confundidos muitas vezes com o próprio lixo. A partir de nossa imersão neste contexto, compreendemos que por meio do exercício de seu trabalho, estes sujeitos dispõem de uma relação estreita com seu espaço de trabalho, inserido por sua vez no espaço geográfico social e historicamente construído.

Partindo da compreensão de como se dá a vida e o trabalho desses indivíduos no cotidiano, buscamos analisar as formas de sociabilidades, as relações sociais e a conseqüente identidade que se constrói entre grupos sociais. Neste contexto, direcionamos nosso olhar para as concepções acerca do espaço em que esta coletividade se insere, além de avaliar elementos provenientes das repercussões subjetivas, associadas às vivências da exclusão social.

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos, incluindo esta Introdução, capítulo I, e a Conclusão, o V e último capítulo. No capítulo II apresentamos nosso percurso metodológico adotado nesta pesquisa, que é de caráter qualitativo e englobou como público alvo os catadores que moram nas diversas áreas dos bairros Cristo Rei e Progresso do município de Erechim e trabalham na Unidade de Reciclagem da Arcan selecionando material reciclável. Inicialmente, caracterizamos de maneira breve os sujeitos envolvidos no estudo, bem como descrevemos aspectos importantes sobre a análise dos dados e dos instrumentos aplicados na investigação: questionário sociodemográfico, produção de registros fotográficos, grupo focal e observação participante. Buscamos ainda contextualizar elementos relevantes observados durante a realização das etapas do estudo.

No capítulo III, apresentamos o referencial teórico, no qual são destacados conceitos que figuram como as bases teóricas que sustentam nosso estudo. Nesse sentido, estaremos contemplando a temática do trabalho na contemporaneidade, tendo em vista seu caráter humanizador e as transformações relacionadas à sua

precarização no sistema capitalista, bem como os reflexos deste processo na sociedade. Vinculada a estas questões, nossas reflexões buscam abarcar a argumentação acerca da desigualdade e exclusão social. A partir disso, nos propomos a abordar a forma como os catadores de materiais recicláveis são incluídos na sociedade, bem como as implicações sociais e subjetivas desse processo. Além disso, nos dedicamos a pensar sobre a dimensão espacial onde se dá a vida e o trabalho desses atores sociais e como esta categoria pode ser lida enquanto potencial reveladora e constituidora das identidades dos cidadãos. Valemo-nos então de conceitos como espaço geográfico, lugar e território para pensar acerca da territorialidade e identidade territorial destes indivíduos, considerando as significações produzidas por eles a partir das apropriações que fazem dos espaços de trabalho e de suas relações com o trabalho.

O capítulo IV contempla os resultados e discussão da investigação a partir das categorias espaço de trabalho e sentidos do trabalho. Nesta etapa, buscamos contextualizar os cenários nos quais estes sujeitos se inserem, incluindo o bairro Progresso e a unidade de triagem de materiais. Com relação ao espaço de trabalho desta coletividade, relacionamos seus aspectos físicos e operacionais, mas também as inúmeras possibilidades de leitura destes ambientes no que tange a seus padrões de uso, os sentidos construídos e a forma como seus usuários o experimentam. Ao abordarmos os sentidos do trabalho, correlacionamos especificidades que caracterizam este coletivo, como a divisão geracional do grupo e as diferenças nas trajetórias profissionais destes, fatores estes que influenciam na construção dos sentidos de trabalho para estes sujeitos, bem como suas perspectivas de futuro. Ainda neste viés, abordamos as gradações de positividade e negatividade que emergem dos sentidos do trabalho para estes catadores associados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Entende-se que pesquisar é uma das formas de se ler a realidade. Essa leitura é orientada por um conjunto de opções teóricas e metodológicas, compondo um caminho formado por uma “cartografia de escolhas” nas palavras de Deslandes e Minayo (2011). Este caminho metodológico, delimitado por objetivos que se pretende alcançar ao longo do trajeto, não é imutável e pode ter seu percurso repensado de acordo com o processo dinâmico da investigação.

Considerando essas escolhas teóricas e metodológicas no contexto desta proposta de pesquisa, destaca-se que a mesma é de caráter qualitativo e participativo. Conforme sugerem Deslandes e Minayo (2011, p.21), a pesquisa qualitativa se dedica a refletir acerca dos fenômenos humanos como parte da realidade vivida, ao pensar, agir e interpretar suas ações inseridas no contexto social. Essa forma de investigação dificilmente pode ser quantificada, pois tem como objeto de estudo “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade”.

O aspecto participativo está vinculado ao fato de o estudo ser projetado a partir da relação do público alvo com seu espaço de vivência e trabalho, através de sua leitura da paisagem e consequentes inferências sobre a realidade social e sentidos do trabalho. Gajardo (1999, p. 15) entende a pesquisa participativa como um processo dinâmico que

[...] vê na apropriação coletiva do saber, na produção coletiva de conhecimentos a possibilidade de efetivar o direito que os diversos grupos e movimentos sociais têm sobre a produção, o poder e a cultura.

2.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Este estudo engloba como público alvo os catadores que moram nas diversas áreas dos bairros Cristo Rei e Progresso, no município de Erechim e trabalham na Unidade de Reciclagem da Arcan selecionando material reciclável.

Conforme Scolari (2006, p. 75-77) essa associação foi fundada em seis de fevereiro de 2001 com o propósito de auxiliar famílias das camadas populares, servindo como perspectiva de subsistência. O projeto foi idealizado pelo Padre

Dirceu Benincá que na época atuava junto à Obra Santa Marta,² e acompanhava a precariedade nas condições de vida e trabalho das famílias dos catadores, muitos dos quais trabalhavam no aterro sanitário.

Através do auxílio de pessoas da comunidade e do Centro de Educação Popular (CEPO)³ iniciaram-se encontros para debates e cursos de formação. A partir disso, se estabelece o propósito de construir um pavilhão para servir como espaço de trabalho dos catadores. Para tanto o CEPO envia à Fundação Interamericana (IAF)⁴ um projeto “no qual defendiam a geração de trabalho e renda para as populações menos favorecidas dos bairros Cristo Rei e Progresso do município de Erechim”. Com a aprovação dessa iniciativa, a associação recebeu uma verba de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a serem aplicados na construção do pavilhão e compra de equipamentos. O terreno para a construção da Unidade de Triagem foi cedido pelos Vicentinos, uma organização católica internacional de leigos, também atuante no município de Erechim. Através de um mutirão realizado pelos catadores e pessoas da comunidade, o pavilhão é erguido e inaugurado em onze de outubro de 2002.

No que concerne à constituição da amostra, destaca-se que, foram envolvidos nesta pesquisa, todos os associados da Arcan (dezenove membros). Este grupo é composto por dez mulheres e nove homens com idades entre dezoito e cinquenta e três anos. Sendo assim, o critério de seleção nas etapas do estudo, esteve vinculado à disponibilidade e o interesse dos sujeitos em participar da investigação.

2.2 ETAPAS E INSTRUMENTOS

Para realizar esta investigação buscou-se ler e refletir acerca do tema de modo interdisciplinar, apoiando-se no referencial teórico que objetiva argumentar acerca de aspectos relevantes no contexto da pesquisa, e posteriormente, desenvolveu-se como estudo empírico.

² Scolari (2006, p. 75-77) esclarece que se trata de uma instituição civil, de direitos privados e sem fins lucrativos, que presta atendimento a crianças e adolescentes carentes.

³ De acordo com Scolari (2006, p. 75-77) o Centro de Educação Popular (CEPO) é uma organização não governamental criada em Erechim, que tem por objetivo dar assessoria a organizações sociais.

⁴ Em sua pesquisa, Scolari (2006, p. 75-77) afirma que trata-se de um órgão independente do governo dos EUA que oferece programas de doações a organizações não-governamentais e de base comunitária da América Latina e Caribe. A Fundação atua primordialmente junto à organizações, empresas e governos locais, destinadas a melhorar a qualidade de vida de pessoas de baixa renda.

Nesse viés, as categorias espaço e trabalho são importantes alicerces teóricos que orientaram a etapa empírica.

2.2.1 Pesquisa empírica

A partir do referencial teórico, procurou-se realizar um estudo da situação da comunidade envolvida apoiando-se na pesquisa empírica. Esta é entendida por Deslandes e Minayo (2011, p. 26) como uma fase que “realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria”. Sendo assim, esse estágio da pesquisa se deu apoiado em instrumentos como questionário sociodemográfico, grupo focal, produção de registros fotográficos por parte dos sujeitos de pesquisa e observação participante. O estudo dos dados coletados se efetuou na análise de conteúdo, inspirada na técnica de Bardin (2011) e Gomes (2011).

Compreendemos serem necessárias algumas contextualizações acerca dos caminhos que nos levaram até o desenvolvimento das etapas empíricas citadas. Começamos pelo primeiro contato com a associação que se deu por intermédio da professora Rosana Scolari, minha amiga, colega de trabalho e professora na graduação. Foi por meio dela que conheci a Arcan ainda quando era sua aluna no curso de Geografia, tendo em vista que ela faz parte de um projeto social desenvolvido com este grupo. Porém, minha aproximação maior com este grupo se deu em contexto profissional, em ocasião da realização de um projeto interdisciplinar executado com estudantes do ensino médio em conjunto com a associação em uma escola pública de Erechim, na qual somos colegas.

Inicialmente, meu contato com o grupo enquanto pesquisadora se deu de modo a me apresentar, bem como minha intenção de pesquisa. Nesta oportunidade, fui acompanhada pela professora Rosana e munida de uma carta de apresentação da universidade.

Passado este primeiro momento, após a construção dos instrumentos de produção de dados que orientaram nosso estudo, voltei à associação para a realização da etapa empírica. Fui novamente acompanhada pela professora Rosana que me auxiliou contatando a associação e combinando com eles o melhor dia e horário para que pudessem me receber para conversarmos e acertarmos os detalhes da minha presença ali. Nesta ocasião, encontramos o grupo em seu horário

de intervalo à tarde num ambiente de bastante descontração. Eles nos esperavam tomando chimarrão e descansando num espaço que fica na entrada da associação, o acesso principal, mas que também funciona como um espaço de interação nos períodos de descanso e no início dos turnos.

Este segundo momento foi de conversa, na qual procurei esclarecer importantes aspectos da dinâmica da pesquisa. Dentre estes explicamos que a privacidade dos participantes seria totalmente preservada e respeitada, tendo em vista que seus reais nomes não apareceriam no estudo, sendo estes substituídos por nomes fictícios, da mesma forma, que a identificação de suas faces nas fotos em que aparecessem.

De modo a oficializar a participação destes trabalhadores em nossa pesquisa, os mesmos foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) e o Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz (APÊNDICE F). Os participantes foram informados que, a qualquer momento se assim desejassem, poderiam desistir da pesquisa sem a necessidade de explicações e sob nenhuma penalização. Ainda salientamos que a participação de todos era voluntária e que não receberiam remuneração por ela.

Dito isso, vale ressaltar as contribuições de Bourdieu (1998) ao tratar da relação de pesquisa enquanto uma “relação social” que provoca efeitos sobre os resultados alcançados, sendo necessário que o pesquisador assuma uma posição de “vigilância teórica e metodológica”. Deste modo, é fundamental que o pesquisador se permita entender o contexto no qual os sujeitos da pesquisa se inserem: suas histórias de vida, seu pertencimento geográfico, a linguagem dessa comunidade. Assim se diminuem as distâncias entre pesquisador e pesquisado de modo a “reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer”. Instaura-se uma prática desafiadora entendida como uma “relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário” (BOURDIEU, 1998, p. 695).

Salientamos que a ética foi uma categoria diretamente ligada a todo o processo de desenvolvimento do estudo, no qual foram desenvolvidas as ações previstas por meio do consentimento dos sujeitos pesquisados, respeitando sua integralidade e autonomia. Nesta perspectiva, destacamos que a presente investigação foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o protocolo de número CAAE: 68760517.7.0000.5564.

Nesta oportunidade, dentre as ferramentas metodológicas selecionadas, foi aplicado um questionário sociodemográfico (Apêndice D) com perguntas fechadas e abertas, a fim de traçar um perfil econômico, étnico-racial dos sujeitos dessa comunidade, tendo maior apropriação da realidade desses atores.

Ainda neste dia os participantes foram convidados a integrarem-se na etapa seguinte do estudo que corresponde à produção de recursos fotográficos, a partir de questões norteadoras que atendem aos propósitos desse estudo (Apêndice E). Buscamos utilizar este recurso de modo a possibilitar as representações empreendidas pelos sujeitos de pesquisa acerca dos sentidos atribuídos ao trabalho e dos espaços que ocupam durante o trabalho. Foi entregue e explicado o roteiro com as perguntas a serem respondidas por meio das fotos.

Nessa fase da pesquisa, além da disponibilidade a colaborar, também serviu como critério de inclusão a posse de aparelho celular que dispunha do recurso de capturar imagens. Porém, tendo em vista que alguns associados não possuíam este recurso ou declararam não utilizá-lo no ambiente de trabalho em virtude dos riscos de perda, foi disponibilizada uma câmera fotográfica digital que permaneceu com os catadores durante grande parte da etapa empírica⁵. Esta câmera foi utilizada pelos trabalhadores durante seus turnos de trabalho, que retrataram algumas das principais etapas de suas atividades além das dinâmicas ocorridas no espaço de trabalho.

Esse aporte metodológico é abordado por Bauer e Gaskell (2012, p.137), onde a imagem é entendida como um recurso “poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais - concretos e materiais”. Nesse sentido, os autores afirmam que, por mais que a pesquisa social esteja estreitamente relacionada com dados teóricos escritos, ela também pode fazer uso, “como dados primários, de [...] informações visuais que não necessitam ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de números”. Eles entendem a fotografia como um “desencadeador para evocar memórias de pessoas”, o que dificilmente se conseguiria em uma entrevista. Os autores afirmam que este tipo de recurso faz “ressoar memórias submersas” o que pode assessorar entrevistas focais, “criando um trabalho de

⁵ Algumas das fotografias produzidas pelos participantes da pesquisa foram inseridas ao longo da análise dos dados. Nessas seções também apresentamos fotografias produzidas pela pesquisadora. Salientamos que, a qualidade de certas imagens ficou comprometida tendo em vista que foram produzidas pelas câmeras dos celulares dos catadores e, também, levamos em conta que as condições de iluminação do local não são adequadas.

‘construção’ partilhada”, assim, pesquisador e entrevistado podem conversar a partir dessa motivação de uma maneira mais informal (BAUER; GASKELL, 2012, p. 143).

Copque (2003, p.53-54) ao se utilizar de fotografias em sua pesquisa, enfatiza que estas não devem ser restritas ao uso documental ou análise de conteúdo, mas enfatiza seu processo imagético e caráter privilegiado de produção de significações. A autora concebe a fotografia como um objeto cultural, que resulta de interpretações produzidas por seu autor. É caracterizado como um recurso que envolve “memória e identificação, provocando reconhecimento”.

Sendo assim, Bauer e Gaskell (2012, p.145-148) sugerem que ao analisarmos as fotografias, é necessário ter em vista a maneira como elas foram feitas. Isso nos remete às escolhas estéticas do sujeito fotógrafo, como também, o ponto de vista acerca da “compreensão culturalmente construída sobre o que é apropriado”. Essa leitura só se torna possível a partir de “um conhecimento histórico detalhado do tempo e do lugar”. Essas interpretações devem estar atentas também, ao que é e o que não é fotografado, apontando para convenções sociais desses sujeitos. Como nos indica Neiva-Silva e Koller (2002, p.12 apud KUHNEN; SILVEIRA, 2008, p.308)

quando uma pessoa direciona a câmera fotográfica para determinado objeto, símbolo, evento, pessoa ou lugar, em resposta a uma pergunta, e capta esta imagem através da fotografia, naquele instante ela passa a mostrar algo de si.

Ao considerar estes apontamentos entendemos que as fotos além de representarem aspectos relacionados às características físicas do espaço, também nos revelam detalhes das práticas sociais dadas nele. Deste modo, estes materiais produzidos pelos sujeitos serviram como um importante aporte metodológico explorado nos momentos do grupo focal, o que será explicado posteriormente.

Considerando que os sujeitos de pesquisa estão vinculados a uma associação com dezenove membros, entendemos que este cenário oportuniza a realização da técnica de grupo focal, entendido por Minayo (2011) como uma “entrevista em grupo”.

Conforme a bibliografia consultada (DESLANDES; MINAYO, 2011; BAUER; GASKELL, 2012), este método de pesquisa qualitativa contempla um número reduzido de interlocutores (seis a doze aproximadamente). Este recurso

fundamenta-se em reuniões cujo objetivo é a interação focalizada entre os sujeitos, permitindo assim uma ampla discussão entre os participantes em torno da temática proposta. Este aporte metodológico é orientado por um roteiro temático que tem a função de organizar o grupo focal (Apêndice G). Como indica Kind (2004, p.131), no temário ficam evidenciados os objetivos da pesquisa. Este recurso serve como “um auxílio para a memorização de questões importantes a ser tratadas. Deverá ser flexível o suficiente para que a discussão transcorra de forma espontânea”.

Este recurso metodológico possibilita que questões mais amplas sejam debatidas, produzindo dados que não seriam obtidos por meio de outras técnicas metodológicas. Para Bauer e Gaskell (2012, p. 76),

o grupo focal é um ambiente mais natural [...] em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam as suas próprias experiências e a dos outros.

Quanto à constituição dos grupos em nosso estudo, destacamos que os dezenove membros da Arcan se voluntariaram a participar, assim foram organizados dois grupos formados com base no equilíbrio por gênero e faixa etária, de modo a privilegiar a homogeneidade. Além disso, assim que os grupos foram separados contamos com a opinião da então presidente da associação, de modo a esta dar seu parecer tendo em vista sua familiaridade com o grupo. A divisão destes grupos coincidiu com o critério de tempo de associação. Sendo assim, um grupo foi composto por dez associados mais velhos e com maior tempo de associação, coletivo este denominado de “boca de fogo” pelos demais associados que justificam este apelido pela grande disposição em falar. Enquanto o outro grupo foi constituído por nove catadores mais jovens e com menos tempo de associação. Ao longo do desenvolvimento das etapas empíricas observamos que as dinâmicas de convivência e de trabalho são permeadas por esta divisão geracional, situação determinante para a produção de nossos dados.

Desta maneira, em conjunto com os associados, respeitando sua disponibilidade de tempo e dinâmica de trabalho, definiu-se que os encontros ocorreriam pela parte da tarde durante o intervalo para o descanso. A pesquisadora e os participantes da pesquisa acertaram a realização de duas reuniões por grupo ⁶

⁶ Levando em conta a realização de quatro encontros de grupo focal, ao referenciar os excertos ao longo da análise de dados, optamos por identificá-los como “Grupo Focal 1” e “Grupo Focal 3” (realizados com os catadores mais jovens), e “Grupo Focal 2” e “Grupo Focal 4” (realizados com os

com duração média de quarenta e cinco minutos cada encontro, levando em conta que era este o tempo disponível destes sujeitos. Além disso, foi levado em consideração que as semanas em que os encontros ocorreriam seriam aquelas em que não haveria o carregamento dos materiais triados, ou seja, naquelas semanas que a empresa compradora dos materiais não viria até a associação para buscar estes materiais. Considerando que nas semanas de carregamento os associados têm um período reduzido de intervalo, tendo em vista o ritmo acelerado de trabalho.

Porém, nosso estudo se deu num contexto de redução de repasse de cargas de coleta seletiva para a associação, situação a qual influi diretamente na dinâmica de trabalho do grupo, tornando-o ainda mais desafiador tendo em vista a redução do rendimento mensal. Nesta conjuntura, o coletivo trabalhava principalmente pela parte da manhã, pois durante a tarde já não havia mais material para ser triado. Sendo assim, apenas o primeiro dos quatro encontros de grupos focais ocorreu como o acordado inicialmente. Os demais encontros se deram no início da tarde, antes dos associados irem para casa. O grupo gentilmente nos esperava para as reuniões, e devido ao referido cenário possuíam maior disponibilidade de tempo, assim, em comum acordo os encontros acabaram ultrapassando os quarenta e cinco minutos inicialmente estipulados, tendo em vista o significativo envolvimento e participação dos associados, principalmente por parte do grupo dos catadores mais velhos, os “boca de fogo”.

Os encontros foram realizados na própria unidade de triagem de materiais recicláveis da associação, onde os sujeitos realizam seu trabalho diário. Nestas oportunidades fui acompanhada e assessorada por duas assistentes de pesquisa, que exerceram o papel de observadoras⁷, as estudantes de graduação Adriana Angerami e Tatiane Lapinski, que acompanharam dois encontros cada uma. Kind (2004) entende que a função dos observadores é

analisar a rede de interações presentes durante o processo grupal. Cabe a ele, também apontar as reações do moderador com relação ao grupo, suas dificuldades e limitações. O observador deve ter posição menos ativa, restringindo-se ao registro de comunicações não-verbais, linguagem, atitudes, preocupações e ordem de respostas que seja considerada

catadores mais experientes).

⁷ As estudantes de graduação Adriana Angerami e Tatiane Lapinski, também orientandas de Iniciação Científica da Prof^a Ivone Maria Mendes Silva. A participação delas nos grupos focais não apenas possibilitou que desempenhassem o papel de observadoras, auxiliando na realização da pesquisa, como também foi pensada como parte de seu processo de treinamento em prática de pesquisa.

importante. [...] O papel principal do observador é viabilizar a discussão após o término do grupo com o moderador, quando o primeiro expõe suas impressões e registros, com o intuito de redefinir o temário, evitar conclusões precipitadas por parte do moderador, avaliar as intervenções feitas, etc. (KIND, 2004, p. 130)

O primeiro encontro envolveu os catadores mais jovens e ocorreu no pátio externo, nos fundos da associação tendo em vista que o outro grupo continuava trabalhando e em virtude disso, havia barulho. Os demais encontros ocorreram na parte interna da associação, no espaço que corresponde ao acesso principal do mesmo. Nas ocasiões, os participantes bem como o moderador (a pesquisadora responsável), estiveram acomodados em cadeiras improvisadas dispostas de forma circular. Grande parte destas cadeiras são reaproveitadas pelo grupo, pois estas chegam até o pavilhão com o caminhão da coleta seletiva. Um aspecto que nos chamou a atenção é que para mim e minhas assistentes de pesquisa foram destinadas cadeiras mais confortáveis.

No início da prática com ambos os grupos, foi realizada uma breve rodada de apresentações como sugere Cotrim (1996), de modo a criar empatia e iniciar o diálogo. Além disso, neste momento inicial foram realizados alguns combinados com os associados no intuito de enriquecer as discussões. Ressaltamos a importância de cada participante falar um de uma vez, e de que todos poderiam participar sem a preocupação com respostas ou opiniões certas e erradas, considerando que a divergência de pontos de vista é muito frutífera. Assim, iniciou-se a exploração dos temas centrais que seriam discutidos, fazendo uso também do recurso das fotos produzidas pelos participantes da pesquisa, de modo a proporcionar maior interação e despertar memórias. Para a coleta dos dados, foram utilizados recursos como o diário de campo e gravadores de áudio. Os participantes da pesquisa foram informados e concordaram com o uso dos mesmos por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A forma de utilização deste documento será detalhada na seção que trata dos cuidados éticos.

Conforme já citado, as discussões dos encontros dos grupos focais se pautaram no temário, que em virtude da adequação necessária quanto à redução do tempo das reuniões, foi dividido em duas partes. O primeiro encontro com cada grupo buscou explorar a temática do trabalho e a construção de sentidos a partir dele, tendo em vista que se trata de um tema mais concreto o que possibilitou maior envolvimento do grupo. No último encontro com cada grupo, além de aspectos

relacionados ao trabalho, foi discutida a temática envolvendo o espaço de trabalho do grupo. Nestes encontros, as fotos e os relatos nos auxiliaram na compreensão acerca dos significados e sentidos do trabalho para os participantes, bem como seus mecanismos de uso, organização e apropriação do espaço de trabalho.

Observamos que a participação dos mais jovens foi significativa e proveitosa, porém estes se mostraram mais tímidos e retraídos, tornando-se mais necessárias nossas intervenções no sentido de incentivá-los a falar. Identificamos que alguns destes jovens provavelmente se sentiriam mais a vontade em falar em outras oportunidades, o que de fato se confirmou na etapa seguinte. Neste grupo, três catadores tinham mais tempo de experiência e envolveram-se mais ativamente nas discussões.

No segundo encontro com este grupo, chegamos à associação no início da tarde conforme o acertado e todos os associados estavam concluindo a triagem de uma carga de materiais que haviam recebido pouco antes de nossa chegada. Assim que terminaram suas tarefas, os mais jovens foram se acomodando onde nosso encontro se daria, enquanto grande parte dos mais velhos foi para casa. Porém, o presidente da associação, que faz parte do grupo dos mais experientes permaneceu no ambiente e se acomodou junto a seus colegas. Nesta oportunidade, observamos que a presença deste associado inibiu a participação de alguns que estavam ali, pois nos pareceu que isso funcionou como um mecanismo de fiscalização, de modo a averiguar se os mais jovens estavam apontando apenas os aspectos negativos relacionados à profissão, demonstrando-se visivelmente satisfeito quando as características positivas eram abordadas.

Quanto aos encontros com os mais experientes, os “boca de fogo”, estes participaram muito espontaneamente, apresentando riqueza de dados em seus relatos, tendo em vista sua trajetória de vida e trabalho mais ampla que os demais. Mesmo falando sobre seus desafios, o que nos chamou a atenção é que os relatos são carregados de bom humor. Tendo em vista que estes sujeitos em especial, participaram de várias etapas da história da associação, foi deste grupo que ouvimos relatos de grandes adversidades enfrentados, ainda antes de trabalharem na Arcan. Assim, os momentos da transcrição destes relatos foram difíceis, considerando que estes atores já enfrentaram e enfrentam situações muito duras ao longo de suas vidas, sendo expostos aos mais diversos quadros de vulnerabilidade.

Durante o processo de avaliação de nossas etapas de pesquisa, observamos que seria importante criar oportunidades de participar da rotina de trabalho deste grupo, de modo a experienciar como se dá a organização espacial no trabalho destes sujeitos. Nos encontros de grupo focal esta questão foi abordada a partir de relatos e discussões, porém, sentimos que seria frutífera uma imersão nesta rotina. Assim como nos indica Coutinho (2009), na pesquisa empírica não há um único caminho pré-determinado a percorrer, mas este se desenha ao longo das experiências dadas na investigação.

Desse modo, após a realização dos grupos focais optamos por adotar a prática da observação participante inspirada nas pesquisas etnográficas, o que nos possibilitou maior imersão no cotidiano de trabalho destes sujeitos. Consideramos que a experiência de ter iniciado com os grupos focais antecedendo a etapa de observação participante, a qual será descrita na sequência, foi muito frutífera. Isso se deve ao fato de percebermos os grupos focais enquanto uma ocasião favorável para que os participantes da pesquisa pudessem identificar nossos objetivos em estar ali. Observamos que nas visitas que sucederam os grupos focais, os sujeitos de pesquisa já estavam mais seguros com nossa presença ali e o processo se deu de forma muito natural. Este contexto possibilitou nossa maior segurança em estar e circular pelos ambientes e também percebemos que nossa presença já havia se tornado algo familiar a eles. Já éramos envolvidos nas brincadeiras e conversas de maneira espontânea.

Assim, dentre as ferramentas metodológicas contempladas na pesquisa empírica, a observação participante foi uma técnica relevante. Por meio deste aporte metodológico buscou-se considerar as múltiplas dimensões do contexto estudado, de modo a compreender a construção das realidades cotidianas e subjetivas da comunidade investigada.

De acordo com Deslandes e Minayo (2011, p. 70) esta é uma experiência onde o pesquisador/observador se mantém numa relação muito próxima de seus interlocutores “no espaço social da pesquisa”, e sempre que viável se faz presente do contexto social destes atores. Essa prática se dá orientada a “colher dados e compreender o contexto da pesquisa.” Na referida comunidade estudada, esta etapa se deu através da observação do seu cotidiano em seu espaço de trabalho e de conversas informais, de modo a oportunizar a aproximação da realidade dos sujeitos de pesquisa: seu trabalho e vivências.

Neste estudo, a observação participante seguiu a categoria apontada por Lima *et. al* (1999, p. 132), de participante como observador. Nessa modalidade, a relação estabelecida entre o pesquisador e o grupo se limita a etapa empírica. Assim, essa observação ocorre da maneira mais próxima possível, por meio “da observação informal das rotinas cotidianas e da vivência de situações consideradas importantes”. Ainda de acordo com a autora, esta categoria de investigação é aplicada de modo a complementar outros instrumentos de pesquisa, como é o nosso caso.

Neste viés, inspirados em pesquisas de Magnani (1992; 2009) e Kuhnen e Silveira (2008), a técnica de observação participante teve como suporte registros em diário de campo. As visitas foram feitas apenas pela pesquisadora e estas se deram em sábados pela manhã, de maneira mais prolongada e idas mais breves em finais de tarde. Nestas ocasiões buscamos explorar alguns aspectos que só poderiam ser experimentados durante a realização do trabalho deste grupo, como a organização do espaço de trabalho e as interações entre os sujeitos. Mesmo que algumas destas questões houvessem sido levantadas nos grupos focais, a observação participante possibilitou nosso maior envolvimento com o grupo pesquisado, vivência indispensável para a compreensão de alguns aspectos das práticas sociais. As conversas se deram enquanto os associados trabalhavam e, as perguntas dirigidas a estes atores emergiram de nossa análise dos dados produzidos nos encontros de grupos focais. Buscamos criar um “roteiro” de questões que os instigassem a falar dos detalhes da rotina de trabalho, as sensações vividas ali com a manipulação dos materiais, os desafios e alegrias em trabalhar ali. Por meio desta técnica entendemos que há uma interação mútua entre a pesquisadora e os sujeitos. Assim, além do que havíamos previsto explorar, emergiram nesta oportunidade dados muito ricos, tendo em vista que os atores sentiram-se a vontade nesta ocasião que se caracterizou por uma conversa mais particularizada.

Ainda de modo a enriquecer esta ferramenta metodológica, desenvolvemos junto aos sujeitos de pesquisa um “passeio dirigido”, planejado com base em ideias advindas dos estudos etnográficos e outras pesquisas que utilizaram o mesmo recurso (KUHLEN, SILVEIRA, 2008; SILVA, CRISTOFOLI, ZANIN, 2012). Esta ocasião se deu em um sábado pela manhã quando pedimos que uma das trabalhadoras que sempre se demonstrou solícita nos apresentasse os espaços da associação. Assim, buscamos emergir ainda mais nesta realidade, seguindo a

indicação de Magnani (2009, p. 1) quando afirma que “etnografia de um espaço não pode ser senão o que ocorre nele”. Assim, procuramos concentrar nossa atenção a como cada espaço visitado é organizado, vivido e experimentado por seus usuários. Estes elementos foram traduzidos pela disposição dos objetos no espaço, mas também pelo que relatava minha guia. À medida que alguma explicação era feita ou alguma resposta a algum questionamento meu eram dadas, parávamos e tudo era observado, anotado e fotografado por mim. Esta realidade converge com o que é dito por Amphoux (2003, p. 227 apud KUHLEN; SILVEIRA, 2008, p. 310) quando desenvolve a ideia de que “ao levar as pessoas dos lugares a falarem, falam os lugares”, o que é entendido pelo autor como a “qualidade sensível dos ambientes”.

Novamente referenciando Magnani (2009, p. 3) a partir desta prática nos sentimos como quem “vive uma situação onde observa ‘de dentro’ e, com isso, apreende os padrões que explicam o comportamento no contexto imediato em que eles ocorrem”, o que é propiciado pela observação participante.

A escolha destes métodos de estudo das experiências dos participantes da pesquisa pautou-se na concepção de oportunizar a compreensão da realidade investigada sob variadas formas de expressão.

Com a aplicação destes instrumentos de pesquisa eleitos, destacamos que a análise dos dados produzidos se deu inspirada na análise de conteúdo. Esta técnica é entendida por Bardin (2011) como um:

conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48)

As fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três diretrizes, conforme Bardin (2011, p. 121): 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Gomes (2011) também teceu contribuições para que pudéssemos compreender aspectos relevantes da análise de conteúdo. Ele entende que esta técnica abarca a exploração de um conjunto de representações sociais e opiniões de determinado grupo a partir de um tema. Nessa diversidade de dados, segundo o autor é importante considerar tanto as homogeneidades como os aspectos divergentes do grupo social. Para ele não há um único caminho ou uma trajetória

imutável a percorrer na análise de conteúdo, mas ele entende que um roteiro frutífero para isso é:

(a) decompor o material a ser analisado em partes (o que é parte vai depender da unidade de registro e da unidade de contexto que escolhermos); (b) distribuir as partes em categorias; (c) fazer uma descrição do resultado da categorização (expondo os achados encontrados na análise); (d) fazer inferências dos resultados (lançando-se mão de premissas aceitas pelos pesquisadores); (e) interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica adotada. (GOMES, 2011, p. 88)

Recorremos ainda ao pensamento de Gomes (2011, p. 87) para compreender melhor os significados das etapas deste processo. A unidade de registro é entendida como “os elementos da decomposição do conjunto da mensagem”, que pode ser representados por palavras de um texto ou ainda o tema que se refere a “uma unidade maior de qual tiramos uma conclusão”. O tema se trata de uma “unidade de significação” (BARDIN, 2011) que surge a partir do texto ou material analisado, de acordo com a teoria que se utiliza para esta leitura. Em geral, a apreciação de dados produzidos em entrevistas individuais ou grupais, se dá orientada pelo tema.

A unidade de contexto representa uma “referência mais ampla para a comunicação” (GOMES, 2011, p. 87), esta simboliza o contexto no qual a mensagem analisada foi produzida.

Estes autores entendem que a análise de conteúdo é organizada segundo a categorização. Assim, seguimos o pensamento de Bardin (2011, p. 147) para compreender que:

as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

De acordo com os autores citados, existem algumas propriedades das categorias que devem ser preservadas. Além da homogeneidade, são elencadas a exaustividade, a exclusividade, a concretude e a adequação como características das categorias. A exaustividade diz respeito aos dados que devem ser abarcados por completo e, se algo não for contemplado, uma nova categoria deve ser inaugurada. Com a exclusividade, entende-se que um aspecto do material analisado não pode se repetir em outras categorias. Já com a concretude, concebe-se que as

categorias não devem ser expressas em termos abstratos, o que acarreta em inúmeras interpretações e, por fim a adequação, segundo a qual a categoria deve ser produzida à luz do conteúdo e dos objetivos do estudo (GOMES, 2011; BARDIN, 2011).

Diante disso, a definição de nossas categorias se deu durante a análise dos dados. Tomamos por referência o temário e os registros em diário de campo, e ao longo de nosso contato com os materiais produzidos pudemos delinear a categorização que mais se adequou aos propósitos de nosso estudo.

Além do que já elencamos, a inferência é ainda um procedimento determinante na análise de conteúdo. Para Bardin (2011):

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 2011, p. 45)

A autora ainda sugere que façamos determinados questionamentos para nos servirem de suporte para produzir inferências, como: o que conduziu determinado enunciado e que consequência este provavelmente irá provocar?

Esclarecidos os aspectos preponderantes do percurso desta pesquisa e das escolhas metodológicas feitas, prosseguimos com os fundamentos teóricos que embasam esta investigação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do capítulo anterior buscamos apresentar o percurso metodológico que orienta nossa pesquisa. No atual capítulo, por sua vez, procuramos realizar o aprofundamento na compreensão acerca das principais bases teóricas que sustentam nosso estudo. Nesse sentido, estaremos contemplando a temática do trabalho na contemporaneidade, tendo em vista seu caráter humanizador e as transformações relacionadas à sua precarização no sistema capitalista, bem como os reflexos deste processo na sociedade. Assim, nossas análises se darão apoiadas nas obras de Antunes (2004), Barros e Nogueira (2007), Marx (2004), Mattoso (1999), entre outros.

Vinculada a estas questões, nossas reflexões buscam abarcar a argumentação acerca da desigualdade e exclusão social. A partir disso, nos propomos a abordar a forma como os catadores de materiais recicláveis são incluídos na sociedade, bem como as implicações sociais e subjetivas desse processo. Além disso, nos dedicamos a pensar sobre a dimensão espacial onde se dá a vida e o trabalho desses atores sociais e como esta categoria pode ser lida enquanto potencial reveladora e constituidora das identidades dos cidadãos. Valemo-nos então de conceitos como espaço geográfico, lugar e território para pensar acerca da territorialidade e identidade territorial destes indivíduos, considerando as significações produzidas por eles a partir das apropriações que fazem dos espaços que circulam e de suas relações com o trabalho.

Para tanto, utilizamo-nos de proposições teóricas de Pol (1996), Vidal e Pol (2005), Magnani (2009), Kuhnen e Silveira (2008), Carreteiro (2003), Bauman (2005), Meirelles et. al. (2015), Bourdieu (1998), Martins (1997), Sawaia (1999), Castel (1995), Barros e Pinto (2008), Dubet (2003), Nogueira (2009), Santos (2009, 2012), Raffestin (2011), Frago (2001), Haesbaert (2012), entre outros.

3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Pode-se dizer que a vida social é permeada pelo trabalho e este exerce um papel singular nas sociabilidades e em nossos processos de humanização, bem como traduz o perfil das coletividades em diferentes momentos históricos, guardando relação com o processo de constituição dos sujeitos. Dessa forma, o

trabalho é uma categoria central na configuração do modelo de sociedade atual no sistema capitalista, que surge no final do século XVII, onde se destaca o trabalho assalariado.

Ao refletir acerca da centralidade ocupada pelo trabalho nos processos de humanização, podemos nos apoiar na premissa defendida por Antunes (2004, p. 123) de que o trabalho fundamenta a construção do ser social, que se objetiva “através da produção e reprodução de sua existência [...] por meio de laços de cooperação social existentes no processo de produção material”. Por intermédio do trabalho, cada pessoa constitui-se enquanto “ser social” e se humaniza, diferenciando-se das formas não humanas.

Porém, o trabalho não é um elemento natural, ele se dá na relação entre ser humano/sociedade e natureza, “tem-se um processo que ao mesmo tempo altera a natureza e autotransforma o ser que trabalha”, ou seja, o homem converte-se em ser social, superando sua condição natural através do trabalho (ANTUNES, 2004; BARROS; NOGUEIRA, 2004). O ser social se constitui nos aspectos intelectual e material, deixa suas marcas e impressões, projetando-se e edificando sua realidade por meio de suas atividades laborais.

O trabalho – que é ação transformadora do homem sobre a natureza modifica também a maneira de pensar, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que ela seja. É nesse sentido que dizemos que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, ao mesmo tempo que produz a sua própria cultura. (ARANHA, 1996, p. 16)

Antunes (2004, p. 125) atribui ao trabalho a “realização do ser social” que contribui sobremaneira para os processos de socialização e atua como “motor decisivo do processo de humanização do homem”. Ele se vale também das reflexões propostas por Marx ao destacar que o trabalho é “criador de valores de uso” e “uma condição da existência do homem”, manifestando-se como “necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana” (ANTUNES, 2004, p. 125).

A categoria trabalho, dentro de suas mais diversas implicações, configura-se como dimensão onde se dão as diferentes relações sociais de produção e configuração das individualidades e sociabilidades. Nessa perspectiva, o trabalho é oportunidade de reconhecimento e diferenciação social dos indivíduos, em suas distintas categorias e posições ocupadas no contexto em que se inserem. Além

disso, como enfatiza Lima (2002, p. 115 apud BARROS; NOGUEIRA 2004, p. 158) “é pelo trabalho que o homem produz as condições de se liberar progressivamente da necessidade imposta pela natureza, é também pelo e no trabalho que ele pode construir um espaço de liberdade”.

Assim, pelas reflexões e contribuições teóricas até então destacadas, reconhecemos que o trabalho é admitido como uma categoria de grande magnitude nos processos de realização do “ser social” e elemento central na formação das coletividades. Também reconhecemos a premência de fazer a leitura de outros prismas que vem se impondo dentro dessa composição. Como nos convida à reflexão, José de Souza Martins (1997) evidencia que na lógica capitalista de mercado, onde prevalece a visão do trabalho enquanto fluxo de mercadorias, circulação e movimento de riquezas, produz-se um cenário que causa um constante mal estar dos indivíduos enquanto trabalhadores. Nesse contexto, distancia-se o sentido humanizador do trabalho e fica evidente o “estranhamento” do trabalhador diante dele próprio e do que produz, ocasionando a perda de significado social em sua atividade laboral. Nessa conjuntura, o trabalho passa a ajustar-se apenas a mecanismos de sobrevivência, simbolizando o que nas constatações de Marx é entendido como “a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista” (ANTUNES, 2004, p. 126).

O trabalhador torna-se alheio àquela condição humanizadora e provida de significados do trabalho, ficando submerso no que Barros e Nogueira (2007, p. 159) denominam de “avanço acelerado de um processo de desumanização física e espiritual”. Assim, se apresenta o que Marx (2004, p. 80) chama de “desejetivação do trabalhador”. De acordo com o entendimento do referido autor, esta condição situa-se num contexto em que há “a *valorização* do mundo das coisas” e proporcional aumento da “*desvalorização* do mundo dos homens”. Marx (2004, p. 80) considera que “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto, na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. E ainda destaca:

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto se lhe defronta com um ser estranho, com um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como

desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como *estranhamento (Entfremdung)*, como *alienação (Entäusserung)*. (MARX, 2004, p. 80)

Acerca desse contexto, Antunes (2004) com base na obra de Marx (2004), tece suas reflexões e busca caracterizar este quadro pelo distanciamento e desprendimento do indivíduo trabalhador no campo laboral. Assim, não havendo o reconhecimento de uma atividade significativa e satisfatória no trabalho. Antunes (2004) nos apresenta as repercussões dessa conjuntura, a qual entende como estranhamento do trabalhador:

o estranhamento remete, pois, à ideia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana. Tem-se como retrato [...] a sua redução do que é instintivo e mesmo animal. [...] o homem estranha-se do próprio homem. Torna-se um estranho em relação ao gênero humano. [...] se converte em um simples meio para outro homem [...] Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano - isto é, o homem vivendo *para si- mesmo conscientemente como gênero*. (ANTUNES, 2004, p. 127-128)

Como já mencionamos, na sociedade regida pelo capital, o que se apresenta são relações sociais cujos atributos adquirem caráter essencialmente mediado pela circulação de mercadorias e riquezas, em detrimento ao trabalho enquanto atividade de caráter fundamentalmente humanizador. Assim, o resultado final do trabalho efetivo distancia-se do sentido de atender aos interesses dos trabalhadores. Pelo contrário, como aponta Antunes (2004, p. 128) “sua essência consiste em satisfazer as necessidades do *não-possuidor*. Ao trabalhador lhe é completamente indiferente o tipo de valores de uso por ele produzido, não tendo com eles nenhuma relação”. Para atender suas necessidades, o trabalhador desenvolve o que é chamado de “trabalho abstrato”, ou seja, aquele realizado unicamente para satisfazer sua subsistência. Essas características nos auxiliam a traduzir a forma como as relações são estabelecidas nas atividades produtivas dentro do sistema capitalista, onde o trabalho é tido como reificação, prevalecendo a “relação entre coisas” em detrimento das relações sociais (ANTUNES, 2004, p. 128-129).

Dessa forma, ao considerar as transformações no mundo do trabalho, como apontado por Marinho (2005, p. 24 apud MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 63) torna-se necessário observar a “reestruturação produtiva, pois as relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores estão profundamente relacionadas com as transformações da produção e do mercado”. Essas mudanças na sociedade

regida pelo capital referem-se aos “novos padrões de busca de produtividade” (ANTUNES, 2004, p. 24-25), que vão se impondo a partir do século XX. O Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo caracterizam esses padrões, os quais ditam modelos de produção e de funcionamento da lógica de mercado. Destaca-se que esses moldes caracterizam-se pela linha de produção e homogeneização dos produtos, amplo controle sobre o trabalhador e seu tempo de produção e, simultaneamente, os direitos trabalhistas são flexibilizados, diminuídos e até eliminados.

Nesse contexto decorrente das reconstruções das dinâmicas de produção e de mercado, verificam-se cenários de trabalho precarizado, onde acentuam-se os níveis de controle sobre o trabalhador. Este é condicionado a atividades mecanicamente repetitivas, reduzindo de maneira intensa o sentido de “atividade vital” atribuído ao trabalho, não garantindo autonomia e reconhecimento.

A precarização no cenário laboral se deve, como já mencionado, ao cerceamento dos direitos dos trabalhadores, que vão sendo desregulamentados pelas reestruturações produtivas ao longo do tempo e a maximização do lucro. Mattoso (1999) ao analisar a situação brasileira de alto índice de desemprego no final do século XX, busca traduzir o que entende por precarização nas condições de trabalho caracterizando-a como:

[...] aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria. Precarização das relações de trabalho – processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais. (MATTOSO, 1999, p. 8)

Minayo, Machado e Pena (2011, p. 458) compreendem que a precarização do trabalho se dá enquanto processo social “constituído por uma amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança”. Esta realidade manifesta-se nos modos de organização do trabalho, com destaque para a subcontratação de mão-de-obra e terceirização. Este contexto de deterioração das condições de trabalho refere-se à realidade de muitos trabalhadores inseridos nos diferentes setores da economia formal, afetados pela instabilidade de seus empregos e

restrição de direitos. Isso também se aplica àqueles indivíduos da classe trabalhadora situados no âmbito informal de trabalho.

Essa situação característica do mundo do trabalho contemporâneo se mostra cada vez mais adversa ao trabalhador, sendo ainda agravada pelos discursos que culpabilizam os trabalhadores pelas condições de precariedade que enfrentam. Isso nos fica claro nas reflexões produzidas por Barros e Pinto (2008, p.66), ao evidenciarem que, nesses discursos, se reproduz a concepção de que tudo depende da “vontade individual de não trabalhar e não como uma imposição do sistema produtivo, cada vez mais seletivo e excludente”. É reforçada ainda pela concepção de senso comum, que trata o trabalho como um valor por si, desconsiderando suas condições de ser realizado.

Ainda, segundo a autora, o trabalho é indiscutivelmente um elemento bastante significativo nas edificações das identidades pessoais e coletivas. Porém vem servindo, ao longo do tempo, como uma ferramenta de dominação social em que um grupo de indivíduos se vale da exploração da mão de obra de outros que realizam trabalhos precarizados.

Nogueira (2004) também reforça essa concepção destacando as instabilidades das condições e relações de trabalho, afirmando que:

De fato, no trabalho o sujeito vai encontrar os elementos que vão participar na construção de sua identidade, por meio da relação com a cultura, da do/com grupo, da auto-realização e do sentimento de auto-estima, mas o simples acesso ao trabalho não garante a “dignidade”, o reconhecimento (talvez garanta alguma “sobrevivência” e ainda assim diversas são as situações em que os sujeitos se encontram submetidos a uma tal exploração e dominação que lhes fica impedido o “acesso” a qualquer coisa que não seja trabalhar e refazer as forças para voltar a trabalhar). (NOGUEIRA, 2004, p. 120)

Assim, o sentido de interação entre ser humano/sociedade e natureza, exercido pelo trabalho, acaba ficando comprometido, dando lugar à intensa exploração da força de trabalho dos indivíduos, segregações e desigualdades sociais.

3.1.1 Os catadores e seu processo de inclusão marginal: implicações sociais e subjetivas

Seguindo nessa lógica de reflexão, Carreiro (2003, p. 58-59) busca pensar acerca da realidade daqueles sujeitos que vivenciam a precarização das condições de trabalho, cujas sociabilidades são consideradas “flutuantes”, ou seja, daqueles atores que tem a sua imagem associada à desqualificação social. Para tanto, ela busca fazer uma retomada das concepções centrais presentes nas sociedades modernas e pós - modernas.

Na primeira realidade, a classe social ocupa posição privilegiada, enquanto na segunda, o que se destaca são os resultados das dinâmicas sociais que definirão os “lugares sociais”. Em ambas as abordagens, entendemos que o trabalho é um elemento determinante e, nessa perspectiva, podemos situar algumas concepções teóricas que buscam analisar a estratificação social e a leitura das desigualdades nesse contexto.

Através da segmentação das coletividades humanas diferenciadas a partir da posse de recursos econômicos e simbólicos, se busca compreender as formas de desigualdade existentes entre os indivíduos pertencentes às sociedades, dando enfoque a dimensão simbólica deste cenário.

O contexto da estratificação social no qual se insere as classes sociais e os atributos utilizados para defini-las, naturais ou culturais, podem servir como um mecanismo de valorização dos grupos humanos no âmbito das relações sociais, como também, produzir desigualdades dentro da lógica da estratificação. Acredita-se que apenas é possível problematizar a temática das desigualdades pelo fato de a sociedade ser dividida em classes.

No atual estágio do sistema capitalista, no qual se encaixam as sociedades contemporâneas, a principal forma de estratificação vigente é as classes sociais, que se vale principalmente da dimensão econômica dos indivíduos pertencentes a elas, que compartilham recursos econômicos e simbólicos em comum, que por sua vez, influirão no estilo de vida desses sujeitos.

Na contemporaneidade, um aspecto que merece destaque dentro deste contexto, é o fato de os indivíduos serem tratados como consumidores, antes mesmo de serem vistos como cidadãos. Como destaca Bauman (2005) nestes cenários atuais, os sujeitos buscam lapidar sua identidade a partir de referências

móveis e voláteis, e o consumo passa a ser uma dessas referências de construção identitária. Este serve como elemento que avalia a tudo e a todos, classificando as pessoas de acordo com seu poder de consumo, passando a orientar o contexto social.

Esse aspecto apontado por Bauman (2005) nos ajuda a pensar acerca da fragilidade de se analisar os produtos da estratificação social apenas pelo viés economicista, como o caso das desigualdades e de sua naturalização pelas sociedades. Porém, para fazer uma análise mais atenta acerca dessas questões, abordando também a dimensão simbólica na leitura das desigualdades, é importante levar em conta as diferentes contribuições teóricas, clássicas e contemporâneas, pertinentes ao tema.

São muitos os aportes teóricos nas Ciências Humanas que discutem o contexto da estratificação social e seus contornos. Referenciando os subsídios teóricos clássicos, Marx, ao refletir acerca das delimitações e critérios de pertencimento às classes sociais, as define como um grupo de pessoas que se encontra em uma relação comum com os meios de produção. Essa relação se configura a partir da luta de classes entre burgueses, proprietários dos meios de produção, e proletários, os operários que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Sendo que, para Marx a posição do agente social neste cenário define sua posição de classe. “A concepção marxista [...] considera o mercado de compra e venda da força de trabalho como locus institucional (re)produtor de desigualdades no capitalismo” (MEIRELLES et.al., 2015, p. 19).

Já as contribuições de Weber acerca da teoria de estratificação vão além do que já havia sido desenvolvido por Marx, enxergando a estratificação social como algo mais complexo, trazendo novos elementos. Para Weber “aspectos como status (honra e prestígio), bem como a organização política dos agentes sociais, são tão importantes quanto o pertencimento de classe oriundo de um recorte econômico” (MEIRELLES et.al., 2015, p. 20).

Ao conjugar as contribuições dos autores clássicos acima citados, Wright (2015) faz sua análise dessa temática, destacando que não compete à variável “classe” abarcar todas as explicações para os fenômenos sociais. Ele se interessa pela dimensão simbólica destes que, por sua vez, se difere da simples análise econômica. Um elemento importante de sua leitura é o que define como estrutura de classe, que serve como um elemento para se analisar classes, abarcando os

sentidos de “formação, luta e consciência de classe”. Assim, privilegia-se a posição dos indivíduos no processo produtivo para pensar acerca desse contexto. O autor evidencia sua visão ao afirmar que:

[...] pode-se considerar que gerentes e supervisores exercem poderes de classe capitalistas delegados, na medida em que se envolvem em práticas de dominação dentro da produção. Nesse sentido, podem ser situados simultaneamente na classe capitalista e na classe trabalhadora: eles são como os capitalistas, no sentido de que dominam os trabalhadores, e são como os trabalhadores, pois são controlados por capitalistas e explorados dentro da produção. Assim, ocupam o que chamei de posições contraditórias dentro das relações de classe. Usa-se nessa expressão o termo “contraditórias”, em vez de simplesmente “duplas”, porque os interesses de classe incorporados em cargos de gerência combinam os interesses inerentemente antagônicos de capital e trabalho. Quanto mais alguém sobe na hierarquia de autoridade, maior será o peso dos interesses capitalistas dentro dessa posição de classe. (WRIGHT, 2015, p. 143)

A partir disso é possível observar que a posição na estrutura de classes acaba delineando posicionamentos ideológicos e políticos. Esta também é fonte de constituição de identidade, não apenas pelo trabalho em si, mas a posição no processo produtivo influi no status social, na distinção dos indivíduos. Acentua-se assim o caráter simbólico da análise do autor, considerando que as relações econômicas são estruturantes, porém, não operam sozinhas. Como aponta Meirelles (et.al, 2015, p. 22) dentro da lógica capitalista do mercado de trabalho, teoricamente “passou-se a sustentar que indivíduos inseridos em ocupações semelhantes tendem a compartilhar estilos de vida, identificação política e chances educacionais” que serão determinantes para os classificar dentro de determinado grupo social.

Neste sentido, a obra de Bourdieu situa-se como um importante aporte na abordagem da dimensão simbólica dos contornos da estratificação e desigualdade. Proveniente da concepção marxista, o conceito de capital é utilizado por ele para tratar de outros elementos dentro da complexidade de sua análise, para além da questão econômica. Bourdieu (2008; 2010 apud MEIRELLES et.al., 2015) aponta em sua teoria, três tipos de capital capazes de qualificar as realidades dentro das classes:

o capital social-[...] grupos com relações mais ou menos duradouras e institucionalizadas, [...] o capital cultural – inclui educação, acesso à arte [...], que remetem ao capital simbólico, relacionado ao prestígio e status [...]” (BOURDIEU, 2010 apud MEIRELLES et.al., 2015, p. 47).

Observa-se que o autor se utiliza desse termo do campo econômico para pensar o simbólico enquanto indicadores de pertencimento a uma classe social. Nessa análise mais ampla e complexa, Bourdieu (2001) busca superar o economismo que reduz tudo ao aspecto econômico no “campo social”, visto por ele como multidimensional onde os atores sociais irão atuar de acordo com seu capital cultural, que por sua vez será influenciado pelo capital econômico. Esse importante argumento desenvolvido pelo autor que busca retirar os fatores econômicos do centro das análises da sociedade, implica em algumas desconstruções, como ele defende ao afirmar que é necessário a:

[...] ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias [...] em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado; ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, [...] unicamente ao campo econômico[...]; ruptura, por fim com o objectivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social. (BOURDIEU, 2001, p. 133)

A partir daí torna-se possível perceber de forma mais clara as desigualdades provenientes dos contornos da estratificação social, resultantes não apenas do capital econômico dos indivíduos, mas também no campo simbólico. Evidenciam-se as diferenças relacionadas à apropriação de capital cultural e simbólico dos indivíduos nas diferentes sociedades, cada vez mais desiguais, simbólica e economicamente.

A partir desses apontamentos acerca das transformações sucedidas dentro do universo do trabalho, torna-se imperativa uma abordagem a respeito do crescente número de trabalhadores que configuram o cenário perverso das desigualdades sociais e, por conseguinte da exclusão social. Costa (2013) nos provoca a pensar acerca das desigualdades contemporâneas, apontando a necessidade de reflexão crítica e fundamentação empírica, de modo a realizar uma contextualização sociológica acerca dessa realidade e suas múltiplas dimensões. As desigualdades e o problema da exclusão social pensados apenas a partir do enfoque econômico produzem análises incongruentes com a realidade, que com sua neutralidade contribuem para a naturalização das desigualdades.

Ao abordar a dimensão simbólica das desigualdades estamos nos referindo a aspectos que ultrapassam o patamar econômico e englobam um contexto mais

amplo. Nas palavras de Dubet (2003, p. 23) “um conjunto de processos sociais, de mecanismos e de experiências coletivas e individuais”. Esse cenário mais vasto contempla a forma como os indivíduos são incluídos na sociedade da qual fazem parte. Martins (1997) se dedica a fazer a leitura da desigualdade a partir dessa lente, problematizando a questão da exclusão na sociedade hodierna que obedece à lógica de mercado capitalista.

Para ele a utilização do termo “exclusão” de forma generalizada tem um caráter ambíguo, pois acaba neutralizando as diferentes especificidades de cada grupo humano das sociedades humanas que vivem alguma situação de vulnerabilidade ou precariedade. Ao tratar qualquer problema social como situação de exclusão “perde-se de vista [...] a especificidade de cada problema e [...] também [...] o modo de como enfrenta-lo e de resolvê-lo”, explicitando dessa forma, a necessidade de contextualizar cada situação. (MARTINS, 1997, p. 25).

Martins (1997, p. 26) destaca que os grupos que vivem em condições de vulnerabilidade sofrem com “situações de ajustamento econômico, social e político decorrentes da exclusão”. Assim, o problema se dá em como esses indivíduos estão incluídos dentro da lógica capitalista de mercado, onde tudo é visto a partir do eixo de circulação econômica. A sociedade capitalista e seus contornos é o que origina o problema da exclusão para o autor. Ele afirma que atualmente o que se chama de exclusão traz consequências diferentes das que existiram em tempos remotos. Para Martins (1997, p. 34) esse processo “cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político”.

O autor chama essa realidade de “inclusão precária e instável, marginal”, pois em seu entendimento, os sujeitos que sofrem com essas situações estão sendo atingidos pela “nova desigualdade social, produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais” (MARTINS, 1997, p. 26). Este autor destaca que a inclusão marginal é uma marca distintiva do capitalismo enquanto sistema político-econômico, ou seja, é um processo inerente ao modo de produção predominante em nossa sociedade.

Castel (1995 apud SAWAIA, 1999, p. 87) aponta suas reflexões para essa mesma direção, argumentando que ao utilizar a concepção de exclusão apenas se “ênfatisa os aspectos negativos voltados para a não integração de um grupo ou de um indivíduo em uma categoria dada”. Em contrapartida, indica outro termo que

abarca o contexto mais amplo na qual a situação se encaixa, é o que ele denomina de “desfiliação social”.

A concepção proposta por Castel (1995 apud SAWAIA, 1999, p. 92) busca considerar o lugar social ocupado pelos sujeitos e o que essas posições proporcionam para esses indivíduos. Nessa perspectiva, ele procura ressaltar aqueles atores que pertencem aos meios sociais mais desfavorecidos e que ocupam “posições sociais frágeis”, inserindo-se de maneira instável nas diversas dimensões institucionais, contribuindo assim “para a criação de um lugar social desvalorizado, portador de sofrimento”.

Para o autor acima referenciado, esse sofrimento integra-se à esfera psíquica, pois está ligado ao sentimento de falta de “reconhecimento da potencialidade do sujeito participar da vida coletiva e integrar-se aos valores sociais considerados positivos”. Desse modo, esse fato tem raiz social e, portanto, é concebido como sofrimento social. A construção desses sofrimentos tem diferentes origens, uma delas se relaciona com a “prática de trabalhos que não levam a uma valorização social, mas a um desgaste no corpo” (CASTEL, 1995 apud SAWAIA, p. 92-93).

Abordando as análises acerca das desigualdades, partindo do ponto de vista teórico defendido por autores como Martins (1997), Castel (1995) e Dubet (2003), trataremos à luz desta reflexão o caso dos catadores de materiais recicláveis. Grupo humano fortemente estigmatizado pela sociedade, pertencente às camadas populares, que corresponde a um número expressivo de trabalhadores. São eles sujeitos que sobrevivem sob condições de discriminação e marginalidade, sendo constantemente rotulados e alvos de estereótipos.

A reciclagem, atividade laboral exercida pelos sujeitos citados, aparece com uma alternativa, inserindo-se na cadeia produtiva de materiais que não possuem mais proveito e agredem o planeta. Além de sua importância estar vinculada à questão ambiental, esta realidade se apresenta como uma alternativa, onde os atores sociais distantes do mercado formal de trabalho encontram uma possibilidade de renda para a sobrevivência.

Nesse contexto cabe destacar que a matéria prima para a realização do trabalho desses sujeitos é proveniente do descarte dos artigos consumidos pela sociedade. Como já mencionamos, o consumo é atualmente uma fonte de referência para os aspectos identitários dos diferentes grupos humanos e sua classificação na estrutura da estratificação social. Então, como destaca Cunha (2010) o descarte

passa a ser tão importante quanto a posse de bens materiais. Nesse sentido, o lixo é um determinante, pois se trata de um elemento muito abundante na contemporaneidade e configura-se como o local dos excluídos e que possuem uma identidade social deteriorada (GOFFMAN, 1988), onde ninguém quer estar.

Dias (2002, p. 11) reflete sobre a ambiguidade acerca dos estigmas atribuídos aos catadores pela realização de suas atividades, afirmando que, de um lado tem-se a profissão de catador enquanto ocupação amplamente desvalorizada. Por outro ponto de vista, esta atividade garante o sustento de muitas pessoas e trata-se de um trabalho com muitos outros.

Além dessas repercussões sociais relacionadas à estigmatização, cabe aqui associar outros impactos correlacionados com a invisibilidade do sofrimento social, nos remetendo a questões mais subjetivas, mas que tem peso tão significativo quanto as demais dimensões contempladas. Carreiro (2003) se dedica a discutir este aspecto que nem sempre é manifestado no coletivo, referente à realidade de indivíduos os quais tem suas “formas de sociabilidade pautadas na instabilidade”.

Para Carreiro (2003, p. 59), esses sujeitos que são incluídos na sociedade de uma forma perversa experimentam do “sofrimento social que deixa marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social”. Essa circunstância é produto da subalternização, da ausência de reconhecimento social e profissional de muitos indivíduos que enfrentam constantemente as adversidades provenientes da forma que são incluídos na sociedade.

A autora traduz uma realidade que pode ser aplicada ao contexto no qual os catadores de material reciclável se inserem, ao afirmar que atores como eles estão mais sujeitos a

situações que lhes desvalorizam, humilham, fazendo-os sentirem-se envergonhados. Eles participam de dinâmicas sociais que lhes depreciam e invalidam a importância dos seus códigos sociais e culturais, desqualificando experiências vividas. (CARREIRO, 2003, p. 60)

Conforme já destacado, acredita-se que a externalização dessas repercussões não se dê no âmbito da coletividade, considerando que esses indivíduos não tem espaço social reconhecido na sociedade para fazê-lo, fomentando assim sua depreciação e desqualificação. Carreiro (2003) chama esse

conjunto de circunstâncias experimentadas pelos atores subalterizados na sociedade de “lógica da invisibilidade do sofrimento”.

Dentro dessa lógica, esses indivíduos vivenciam constantemente situações que reforçam estigmatizações, principalmente quando experienciam o “contraste a diferença social com outros indivíduos”. Remetemo-nos aos sujeitos envolvidos nessa pesquisa, que ao realizarem o seu trabalho com materiais recicláveis, são vistos por grande parcela da população como se carregassem consigo marcas corporais que os definem como “inadequados”. Isso implica em constante depreciação de seus valores e códigos culturais, configurando os processos sociais de vergonha (GAULEJAC, 1996 apud CARRETEIRO, 2003). Para Carreteiro (2003) é nessa dinâmica que se originam as construções do sofrimento social, que podem vir associadas a diferentes formas de violência, sejam elas físicas ou simbólicas.

Observamos assim uma intensa segregação social desses sujeitos que possuem sua sociabilidade pautada na instabilidade, sendo estigmatizados e incluídos socialmente de maneira perversa. Impõem-se um antagonismo entre estes e os sujeitos que possuem maior visibilidade e participação nas esferas sociais e econômicas. Para compreender melhor essa referência, Carreteiro (2001, p.157 apud BARBALHO; BARROS, 2010, p. 209) afirma que:

[...] podemos dizer que há um deslocamento da noção de ‘cidadão’ para a de ‘trabalhador’. O trabalhador, isto é, aquele que possui uma força de trabalho definida oficialmente, é alvo de certo reconhecimento social por parte de algumas instituições públicas (auxílio-doença, salário família, seguro-desemprego, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) [...] [Estas] reconhecerão sua existência como elemento que contribui para o desenvolvimento econômico e social. E o sujeito, definido como cidadão, terá a sensação de pertencer à nação.

Por essas afirmações, evidenciam-se as marcações pejorativas que carregam os sujeitos que vivenciam uma realidade material precária e precisam se ajustar economicamente ocupando-se de atividades marginalizadas, pouco valorizadas em termos culturais e econômicos. Neste cenário é possível visualizar os catadores de materiais recicláveis, que dentro dessas condições se ajustam a condição de “não-cidadãos”, nas palavras de Santos (1987, p. 81). Como este autor indica,

cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território [...] A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território em que se está”. (SANTOS, 1987, p. 81)

Esta condição de não-cidadania, está ligada ao fato de estes atores não participarem ativamente da dinâmica capitalista, pois, diante de suas condições de precariedade social, não lhes é permitido serem consumidores e, por isso, são estigmatizados (BARROS; PINTO, 2008, p. 65-66).

Buscando enfrentar as estigmatizações e invisibilidade social, os catadores de materiais recicláveis vêm constituindo sua história e almejando reconhecimento de sua categoria profissional, que já pode ser identificado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 2010, produzida pelo Ministério do Trabalho.

Segundo dados disponibilizados pelo Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) citados por Rosado (2009, p. 68), existem aproximadamente dois milhões de trabalhadores desse ramo atuando nas ruas, lixões e em cooperativas e associações no Brasil. Esse movimento atua na perspectiva de representar e lutar pelas reivindicações dessa categoria. Uma das conquistas foi o reconhecimento dessa categoria profissional na CBO. Esta utiliza a denominação “Família Ocupacional: 5192 - Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável” para tratar dessas atividades. Na página online da CBO é possível encontrar descrições sumárias acerca do ofício desses sujeitos:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.⁸

E dentro dessa “Família Ocupacional 5192”, a CBO classifica os códigos e respectivos títulos dos trabalhadores como:

5192-05 - **Catador de material reciclável** - Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa). 5192-10 - **Selecionador de material reciclável** - Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata. 5192-15 - **Operador de prensa de material reciclável** - Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preseiro, Prensista.⁹

⁸ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 10 out. 2017

⁹ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 10 out. 2017. (Grifos do autor.).

Como se observa, a CBO utiliza-se da expressão “catador” para tratar desse grupo de trabalhadores, além de outras denominações que correspondem a diferentes níveis de especialização existentes, sobretudo em cooperativas e associações.

Esses indivíduos muitas vezes organizam-se em associações ou cooperativas como uma maneira de inserir-se economicamente na lógica capitalista. Além disso, essa realidade pode caracterizar um processo de emancipação social, configurando a identidade desse coletivo que busca distinguir-se enquanto grupo social legítimo, valorizado e reconhecido.

Apontando nessa direção, Barros e Pinto (2008, p. 70) referenciam estudos empíricos que revelam as diferenças sociais vivenciadas por catadores associados às cooperativas e os que não se vinculam a associações. Neste segundo caso, as autoras destacam que estes precisam se sujeitar a trabalhos insalubres, longas jornadas e enfrentar perigos e ameaças durante seus percursos diários. Situações como essas podem comprometer significativamente a qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares. Para as autoras, a realidade de muitos desses catadores confunde-se com a dos moradores de rua.

Um aspecto que merece destaque dentro desse contexto é o que as autoras denominam de “não-efetividade da cidadania” para esses trabalhadores sem vínculos com cooperativas e associações. Essa situação implica na falta de reconhecimento da identidade de trabalhador pelo poder público e pela sociedade, traduzindo-se na precariedade de condições de vida. Essa conjuntura é ilustrada por Barros e Pinto (2008, p. 72) ao destacarem que

com frequência, catadores que vivem nessa situação, [...] expressam a tristeza que sentiam ao ouvir seus filhos dizerem que não queriam mais ir à escola porque as outras crianças os chamavam de “lixeiros”.

Neste caso, ficam evidentes os estigmas que reforçam, reproduzem e amplificam o processo de inclusão perversa desses indivíduos.

A partir da literatura citada até então, é possível observar que a realidade de discriminação, marginalização e pouco reconhecimento pelo trabalho afeta tanto os catadores não vinculados a associações de catação, como os associados. E, além disso, o fato de estar trabalhando não atua como prerrogativa para a afirmação de identidade.

Existem situações em que as possibilidades de constituição de uma identidade valorizada e estável encontram-se bloqueadas ou mesmo impedidas de se efetivar, associadas direta ou indiretamente ao mundo do trabalho e suas contradições. Ter como fonte de renda bicos, trabalhos ocasionais e precários não configura uma vida valorizada. (BARROS; PINTO, 2008, p. 69)

Considerando esses aspectos é possível refletir acerca da realidade de associações e cooperativas de catadores pelo Brasil, destacando que estas se inserem nos mais diversos contextos, no tocante à sua estrutura física e processo de funcionamento. Esse aspecto pode ser pensado considerando o que propõe a CBO ao tratar da formação e experiência profissional dos sujeitos vinculados a essas instituições. Nesse sentido, o documento criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (CBO, 2010, p. 805) afirma que “as cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros”. Acerca das condições de trabalho dos catadores, para a CBO:

o trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, CBO, 2010, p. 805)

Utilizando-se das reflexões de Martins (1997), esse trabalho realizado pelos catadores é uma situação de “ajustamento econômico, social e político”. Nesse viés, consideramos que esses indivíduos estão realizando uma atividade laboral possível, dentro de suas condições, de modo a manter sua sobrevivência, porém, estão sujeitos a ter sua dignidade e condição humana comprometidos. Geralmente, esses grupos humanos vivem em áreas urbanas periféricas, onde são desassistidos pelo poder público, atingidos pela invisibilidade social e incluídos de forma marginal.

Nesse contexto problemático de inclusão marginal, Martins (1997) busca categorizar a sociedade em duas humanidades, produto da desigualdade atual: uma dessas humanidades corresponderia a um grupo de pessoas que é, de certo modo, incluído no contexto econômico e mesmo que precariamente, possui afirmação de direitos. Do outro lado, correspondendo a uma “sub-humanidade”, estariam aqueles

sujeitos que são “incorporados através do trabalho precário, [...] no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo escusos” (MARTINS, 1997, p. 35-36). Não se trata de uma sub-humanidade apenas na dimensão econômica, pois sofrem outras formas de privação e são tratados de forma inferiorizada e possuem consciência disso.

Dentro do campo das Ciências Humanas, a psicologia social se dedica a pensar acerca desse universo, trazendo ricas contribuições. Isso pode ser visualizado por meio das problematizações desenvolvidas por Sawaia (1999). Sua obra dialoga com os escritos de Martins (1997), ao destacar o que ela chama de “inclusão ou inserção social perversa”. Nesse contexto, ela aponta a necessidade de fazer a leitura da exclusão social “sob a perspectiva ético-psicológica para analisá-la como processo complexo [...] e sócio-histórico que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social” (SAWAIA, 1999, p. 8). Evidencia-se assim, o caráter simbólico da análise da autora diante do problema da exclusão social, que faz uma leitura muito além da esfera econômica.

Ao adensar esse pensamento, ela utiliza-se da problematização teórica denominada “dialética exclusão/inclusão” que se refere à maneira da sociedade regida pelo sistema capitalista de incluir. A autora deixa claro o que entende por essa categoria dialética ao destacar que:

a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 1999, p. 8)

Assim, ela aponta os aspectos que não podem ser mensurados pelo viés econômico desse contexto, afirmando que essa categoria de análise contempla “subjetividades específicas [...] que determinam e são determinadas por formas de diferenciação e legitimação social e individual, manifestando-se no cotidiano como identidade, sociabilidade” [...] (SAWAIA, 1999, p. 9), apresentando-se como um processo bastante complexo.

Remetendo-nos ao caso dos catadores de materiais recicláveis, mesmo organizados em associações e lutando para construir seu exercício de autonomia e cidadania por meio do trabalho, este grupo subalternizado situa-se num cenário

social excludente, não só no âmbito econômico, mas cultural. Para Sawaia (1999, p. 17-18)

os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural.

Estes sujeitos pertencentes às camadas populares da sociedade ficam expostos a distintas e extremas formas de exclusão, permanecendo dependentes de formas de inserção social. São eles os excluídos, "todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores" (XIBERRAS, 1993, p. 23 apud SAWAIA, 1999, p. 17).

Esta exclusão ou situação de precariedade é resultante de vários fatores, não apenas da questão vinculada à renda, mas são contemplados aí outros elementos como a ausência ou precariedade de serviços públicos. Essa desigualdade vincula-se "à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia" (SAWAIA, 1999, p. 23).

Nesse viés, cabe mencionar um subsídio teórico que enfatiza a correspondência da "categoria dialética inclusão/ exclusão" na realidade das sociedades. Fazemos referência à concepção de "sofrimento ético-político", desenvolvida por Sawaia (1999), situada numa sociedade que vivencia o processo de luta de classes. Esse tipo de sofrimento busca evidenciar situações sociais, que vão além da ordem individual, buscando destacar as limitações na luta contra arbitrariedades. Trata-se da "vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica. Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor" (SAWAIA, 1999, p. 104).

Essa premissa é contrária aos discursos que legitimam as relações de poder e culpabilizam os indivíduos por estarem nessas situações. Sawaia (1999) com sua tese acerca do sofrimento ético-político busca reforçar que a exclusão não se dá apenas no campo econômico, mas abarca outras esferas. Nesse sentido, significa dar centralidade nas reflexões acerca da exclusão a "ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social [...] de forma que, ao

falar de exclusão, fala-se do desejo, temporalidade e de efetividade” não deixando de abordar as relações de poder e direitos sociais (SAWAIA, 1999, p. 98-99).

A autora entende que ao considerar estes aspectos no contexto da exclusão vista como sofrimento, se “recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas”. Porém, sem deixar de considerar que os sofrimentos tem sua gênese em “intersubjetividades delineadas socialmente” (SAWAIA, 1999, p. 98-99). Apresenta-se assim a proposta de ler o problema da exclusão pelo viés das emoções dos que a experienciam, refletindo acerca da responsabilidade do Estado para com seus cidadãos. Essas emoções “são indicadoras do (des)compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil” (SAWAIA, 1999, p. 98-99).

Nesse panorama abordado por Sawaia (1999) que incorpora as emoções no estudo da questão ético-política, o “corpo do sujeito” também passa a ser considerado um elemento importante, uma vez que ele representa nossa intersubjetividade corporal. Sendo assim, a autora busca diferenciar os termos dor e sofrimento, afirmando que o primeiro está mais vinculado a uma questão inevitavelmente humana, relacionado às afecções do corpo. Já “o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais”, experimentado ou não pelos sujeitos, em conformidade com o lugar social ocupado por eles (SAWAIA, 1999, p. 101-102).

De maneira geral, entende-se que o sofrimento ético-político interfere na vida dos sujeitos dentro da dinâmica imposta pela organização social. Para Sawaia (1999, p. 105) este tipo de sofrimento é revelador da

tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público.

Seguindo este viés, Bertini (2014, p. 61) salienta que o sistema capitalista inclui utilizando-se de mecanismos que reproduzem e sustentam a servidão, a passividade, a miséria e, principalmente a alienação do trabalhador. Como já destacado, Sawaia (1999) denomina essa máscara de “inclusão perversa”, proveniente da produção imaginativa do próprio sistema de indivíduos. Isso remete à lógica do consumismo através das apropriações materiais que os levam a “fazer parte” do todo.

Este sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência. Estes são levados a nunca alcançarem a satisfação mercadológica, pois o mercado protela a noção de perfeição, apresentando uma difusão acelerada de novos produtos mais modernos para serem consumidos (BERTINI, 2014, p. 61).

Essa inclusão perverte a imagem do sujeito e segue a lógica da vida líquida balizada por valores voláteis e hedonistas, como destaca Bauman (2005) contribuindo para a naturalização da exclusão, onde os estigmas são reforçados.

Porém, algumas mudanças no tocante ao reconhecimento do trabalho dos catadores, por parte da população vêm sendo identificadas no entendimento de Barros e Pinto (2008). Elas referenciam uma pesquisa realizada em 2007 pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que aponta para maior visibilidade da prática dos catadores para a preservação do meio ambiente. Isso se deve, segundo a leitura das autoras, ao protagonismo que a questão ambiental vem angariando desde a década de 1980 em nossa sociedade. Assim, a reciclagem vem se mostrando uma atividade mais valorizada, bem como os produtos reciclados, que estão tendo maior valor econômico agregado. Porém, essas pesquisadoras buscam alertar que existem outros fatores de extrema importância para que efetivamente se deem as transformações das relações de trabalho desses atores. Dentre eles destacam-se:

[...] a organização dos catadores em associações e/ou cooperativas. [...] Participar do movimento associativo constrói uma identidade política e cria sociabilidades baseadas na solidariedade e na existência de um projeto comum de transformação das relações de exploração e opressão, em substituição ao individualismo. (BARROS; PINTO, 2008, p. 75-76)

Além disso, observa-se que nem sempre essa preocupação com o meio ambiente manifesta pela sociedade contempla a valorização do sujeito envolvido na atividade de catação. Esses são, muitas vezes, inferiorizados, sendo este um contexto permeado por contradições.

Essas reflexões nos suscitam muitas outras, como o fato de alguns poucos indivíduos, valendo-se da tragédia das desigualdades, permanecerem em suas posições privilegiadas, enquanto as classes populares precisam se ajustar econômica, social e politicamente, sujeitando-se a formas de inclusão perversa. Nessa acepção, salienta-se um elemento que precisa ser problematizado e

aprofundado pelas Ciências Humanas: o fato de que a análise da desigualdade não se dar centrada no campo da pobreza, apenas. As desigualdades põem em relação determinados grupos sociais, devendo-se tratar os mecanismos produtores dessa desigualdade, do modo no qual ela acaba se expressando dentro de uma sociedade numa estrutura de classes. Considerando que o estilo de vida de alguns poucos, que detêm grande parte das riquezas, pode explicar a situação de pobreza de muitos.

3.2 TECENDO A VIDA E O TRABALHO A PARTIR DE TERRITÓRIOS MÚLTIPLOS: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO, RECONHECIMENTO E SEGREGAÇÃO SOCIAL

Ao adensarmos nossas reflexões em torno das dinâmicas sociais e subjetivas na relação com o espaço, iremos nos dedicar a compreender e analisar importantes contribuições teóricas acerca da categoria de espaço geográfico e suas amplas dimensões. Consideramos também a atuação dos catadores em sua relação com o espaço e trabalho, bem como seu processo de inclusão marginal. Assim inserem-se os conceitos de território e lugar, contemplando as apropriações e significações empreendidas pelos indivíduos que os acessam, constituindo seus processos de subjetivação e territorialidades.

3.2.1 Do espaço geográfico à territorialidade: alguns aportes teóricos

Nossos processos de humanização e sociabilidades podem ser pensados a partir de diferentes escalas, considerando que ocupamos um determinado lugar no espaço para atender às nossas necessidades e desempenhar os papéis que nos competem na sociedade na qual estamos inseridos. Esses processos ocorrem em todas essas esferas sociais, na medida em que interagimos com os sujeitos e nos posicionamos diante das diferentes situações no espaço, de onde extraímos elementos para pensar o mundo.

Esses espaços dos quais fazemos parte abrigam as mais diversas instituições nas quais circulamos e, através delas, edificamos nossas trajetórias. Nas diversas esferas sociais das quais pertencemos, buscamos constantemente construir e imprimir distintas formas de significar o mundo através dos processos de sociabilidade e humanização, que vão consolidando nossas identidades, definindo também aspectos de dimensão subjetiva.

Entendemos que o espaço geográfico em suas múltiplas dimensões é um importante elemento constituidor de identidades dos cidadãos e potencial revelador dos produtos da dinâmica social e suas contradições. Nesse contexto, o espaço urbano ocupa papel central em nossas reflexões, considerando que este se constitui como âmbito privilegiado de estudo, pois evidencia de forma bastante explícita muitos movimentos e dinâmicas da realidade social de seus usuários. Destacamos ainda que a cena urbana serve como o panorama onde se dão as práticas e contextos que buscamos investigar nessa pesquisa, servindo como o pano de fundo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis, nossos sujeitos de pesquisa.

Por meio do espaço ficam evidenciadas as formas como os cidadãos são incluídos na sociedade, as marcas deixadas por estes e os vínculos sociais que estabelecem. O espaço enquanto premissa à ação objetiva no mundo (SANTOS, 2009) coloca-se como importante recurso para a leitura dessas dinâmicas, expressas nas relações de vida e trabalho dos sujeitos. Os catadores, ao realizarem seu trabalho, imprimem sua “marca humana, genérica e individual no mundo; e, para tanto, o espaço é indispensável” (NOGUEIRA, 2009, p. 71). Nesse sentido, buscamos edificar nossas análises partindo da concepção de espaço socialmente produzido e apropriado. Tomamos esta categoria “a partir do movimento que sobre

ele e com ele os atores sociais realizam a construção de suas emoções e representações”. Assim, o consideramos “a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade” (NOGUEIRA, 2009, p. 73).

É possível pensar a partir disso que as relações estabelecidas pelos catadores com o espaço se dão vinculadas às suas experiências de vida, considerando que a categoria espaço se faz presente em nossas análises e nos aproxima da “realidade vivida, do vivido humano, do cotidiano”¹⁰ (NOGUEIRA, 2009, p. 74). Dizemos então, que aqueles catadores vinculados a associações que contam com um espaço para trabalhar, estão inseridos em uma realidade distinta daqueles que, para realizarem o seu trabalho percorrem as ruas coletando materiais a serem reciclados.

Para ilustrar essa segunda realidade, nos utilizamos dos apontamentos produzidos por Barboza e Zanella (2012) ao pesquisar as trajetórias destes indivíduos na realização de seu trabalho no espaço urbano de Criciúma (SC). Os relatos desses atores sociais apontam para a restrição de sua circulação em vários espaços da cidade, considerando sua falta de condições econômicas para frequentá-los. Destacam também as condições das estradas nas quais circulam e o modo como os motoristas os enxergam, considerando que necessitam dividir com eles os espaços das ruas e avenidas. Por outro lado, evidenciam alguns lugares que conhecem bem: “a vista da cidade a partir das suas jornadas a pé, as lixeiras dos condomínios, os lojistas e moradores que cooperam com eles” (BARBOZA; ZANELLA 2012, p. 109). A autora salienta que a relação dos catadores com os espaços mais nobres da cidade se restringe “a aquisição do que foi descartado por outros”. Nesse sentido, para Barboza e Zanella (2012, p. 110) “transitar é uma forma de resistência, posto que se a eles foi destinada a periferia, eles se fazem presentes em diferentes espaços da cidade”, de modo que mantem relação com ela “à medida que desenham e redesenham caminhos diversos ao afirmarem sua presença no espaço urbano”.

¹⁰ Em seu estudo Nogueira (2009) utiliza-se do termo “cidade vivida” com base em contribuições de Silva e Sousa (2002). Nessa mesma direção, Castells (2001) cita em seus escritos a ideia de “espaço vivido” desenvolvendo suas concepções a partir de subsídios teóricos de Bettanini (1982). Em nosso estudo, ao tratarmos do conceito de apropriação territorial, buscaremos deixar claro esta relação de apropriação que constrói o espaço vivido.

Já em relação aos catadores associados, destacamos que estes mantêm uma relação diferenciada com seu espaço de trabalho, pois contam com um local específico para exercer suas atividades. Desse modo, supomos que a relação de apropriação territorial é privilegiada para construção e fortalecimento da identidade de trabalhador, além da consolidação de territórios, pelas práticas e vivências cotidianas. Porém, esse processo se dá inscrito num contexto de inclusão perversa. Como destaca Rosado (2009, p. 198) “as pessoas não querem ver quem vive de seus restos [...], o que está em jogo é que isso lhes coloca como co-responsáveis pela situação de precariedade do ambiente urbano”. Nesse sentido, identificamos a instabilidade vivida por essa coletividade, no que diz respeito ao convívio social. Sendo assim, pontuamos que a relação estabelecida por estes dois grupos de trabalhadores com o espaço, se dá a partir de coordenadas diferentes. Pressupomos que no espaço é possível apontar as edificações dos “muros reais e simbólicos” que servem como instrumento de determinação e segregação social.

Neste sentido nos debruçaremos sobre algumas contribuições teóricas acerca do espaço geográfico, lugar e território, de modo a entender como estes nos auxiliam na compreensão da construção da territorialidade e de aspectos identitários de nossos sujeitos de pesquisa.

Seguiremos a premissa que o espaço geográfico é social, considerando que este se caracteriza por ser um importante campo onde se dá a humanização e os produtos dessa dinâmica, orientados principalmente pela lógica capitalista do trabalho.

Santos (1977, p. 81) evidencia o caráter social do espaço, porém admite que por muito tempo a ciência geográfica se preocupou demasiadamente “pela *forma* das coisas e não pela sua *formação*”. Ou seja, o que estava no centro das análises empreendidas por essa ciência era a cristalização das coisas, em detrimento da condição de fato histórico característica do espaço geográfico que atua como uma ferramenta de compreensão e leitura da realidade social. Em sua crítica acerca do cuidado que a geografia nem sempre teve em relação ao papel do espaço geográfico no tocante à sociedade, Santos cita Lucien Fèbvre (1932, p. 37) onde este afirma “que o encaminhamento dos geógrafos parte em geral do solo e não da sociedade”. E ainda se utiliza da proposição de Sonia Barrios (1976, p. 1) de que se desenvolva “uma concepção do espaço que ultrapasse as fronteiras do ecológico e abranja toda a problemática social”.

Nesta mesma obra, Santos (1999) destaca o papel do trabalho humano na transformação do espaço no qual se dão suas sociabilidades, de acordo com leis historicamente definidas. Assim como, reforça o perfil social do espaço geográfico, não podendo ser lido independente das dinâmicas sociais que o formam e agregam significados a ele. Em seu entendimento não existe sociedade a-espacial e, da mesma forma, a história não subscreve-se isoladamente sem uma espacialidade.

A discussão desse tema é atenta e detalhada por Santos (2009, p. 62) ao defender a conjugação entre a configuração territorial e as relações sociais como uma das concepções para espaço geográfico. Para ele, o espaço geográfico não se limita à categoria territorial, ou seja, é uma concepção mais ampla, entendendo que “sua realidade vem de sua materialidade e [...] a vida que o anima. A configuração territorial, [...] tem, pois, uma existência material própria, sua existência social”.

Em Santos (2012), o espaço também é referenciado a partir de uma ampla dinâmica de entendimento, reiterando a concepção que, ao falar de espaço geográfico se está abordando uma instância social.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. [...] Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza obriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos paralelamente de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos pelo território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de um outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. (SANTOS, 2012, p. 12)

Aprofundando essa discussão acerca da compreensão de espaço geográfico e das relações sociais dadas nele, o referido autor destaca um de seus mais difundidos conceitos ao afirmar que “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações é que formam o espaço” (SANTOS, 2009, p. 63). Nessa concepção, observa-se a relação entre os objetos e os sistemas de ações, interagindo entre si mutuamente. O sistema de objetos, para Santos consiste em uma elaboração social, pois

no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje, tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelo homem, a partir de um conjunto de intenções sociais, passam também a ser objeto.

A natureza torna-se um verdadeiro sistema de objetos (SANTOS, 2009, p. 65). Em sua análise, o autor afirma que entre sociólogos e antropólogos, o espaço de objetos, pode ser tido por objetos de culto, naturais ou artificiais. Num enfoque geográfico, os objetos são vistos como sistemas, a partir de seu uso combinado pelos grupos humanos atuais e de gerações anteriores.

Moreira (1982) contribui afirmando que “o espaço geográfico tem uma natureza social, do que deriva que a geografia é uma ciência social”. A partir dessa visão, o autor defende que o espaço geográfico é parte fundamental em uma formação econômico – social, em dois processos que lhe são vitais: o controle de suas instituições e relações de classe e o de produção social. Nesse sentido, com base no autor, o espaço é uma entidade de rico tratamento científico, considerando que se trata de uma formação espacial ou espaço produzido.

Dessa forma, considerando as indicações teóricas, observamos que o espaço configura-se como a dimensão primeira de existência humana, assim, dimensão espacial e dimensão social estão intrinsecamente interligadas, constituindo os sujeitos sócio-historicamente. Ao refletir acerca da materialidade da questão subjetiva no espaço, Nogueira (2009, p. 73) faz sua contribuição no tocante à leitura que a psicologia, enquanto ciência humana faz desse aspecto. A autora afirma que a negligência a essa realidade “serviria à manutenção de uma dada psicologia, aquela que desconsidera o sujeito humano enquanto sujeito, o apreende como objeto e o perde em relações de poder, [...] adaptando o indivíduo à sua condição desigual”.

Evidencia-se a concepção acerca do espaço geográfico como categoria social, formada e transformada pelos sujeitos que nele vivem, o significam e imprimem marcas de apropriação. Como nos indica Nogueira (2009, p. 73),

o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história, que é por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade.

Isso vem ao encontro do que já foi apontado por Santos (2009, p. 63), o espaço é compreendido como “um conjunto indissociável, solidário e também

contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Nessa perspectiva, os objetos são entendidos como produtos de construções sociais para atender as demandas das coletividades, que por sua vez são impulsionados pelas ações. Santos (2009) define esses objetos enquanto signos, ao serem incorporados pelo homem em sua vida cotidiana, que por sua vez podem servir como elementos de determinação e diferenciação social.

Através desses elementos, constituem-se os territórios no espaço, que são formados a partir de seu uso social. Nesse contexto, dentro das perspectivas de abordagem de território e territorialidade enquanto conceitos relacionados à espacialidade humana, Haesbaert (2012, p. 37) indica que esses também são pensados para além da ciência geográfica e estão no centro de interesse de outras áreas do conhecimento científico. Nesses diferentes campos, os referidos conceitos são tratados a partir de distintas perspectivas, constituindo uma polissemia. O autor citado busca sintetizar essas abordagens afirmando que para a geografia, ciência a qual se constituem conceitos fundantes, essas concepções são tratadas a partir da materialidade do território conjugada com a interação entre sociedade e natureza. Para a sociologia, o enfoque se dá em um sentido mais amplo partindo de sua intervenção nas relações sociais. Já a psicologia referencia o território e a territorialidade incorporando-os na edificação da subjetividade e identidade pessoal, chegando à escala do indivíduo. Entendemos que na perspectiva desta pesquisa, estas abordagens são complementares.

Haesbaert (2012) ao se referir à amplitude do conceito de território, defende que é possível defini-lo a partir de algumas dimensões básicas: política, cultural e econômica, sendo essas categorias utilizadas para fins de análise, pois na dinâmica territorial, estas se associam mutuamente.

Em síntese, a dimensão política é entendida a partir das relações de espaço e poder, onde o território é “visto como um espaço delimitado e controlado” no qual, geralmente o poder político do Estado exerce domínio. A dimensão econômica vê o espaço enquanto fonte de recursos e produto da divisão territorial de trabalho. Já a dimensão cultural (ou simbólico cultural) prioriza uma abordagem mais subjetiva, “em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2012, p. 40).

A esse respeito, Santos *et al* (2000) faz sua proposição numa abordagem, sobretudo econômica, trazendo o conceito de “território usado” estabelecendo assim uma relação direta com sua concepção de espaço geográfico.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. [...] O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade de seu uso. (SANTOS, *et al* 2000 p. 3-12)

O autor busca ainda evidenciar duas faces do território em sua relação com a sociedade. Em uma delas ele destaca o território como recurso, que na condição de território usado, atende aos interesses dos atores hegemônicos. Em uma segunda definição, ele trata o território como abrigo, onde os “atores hegemônizados buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS, *et al* 2000, p. 12-13).

Ao apontar suas reflexões para questão territorial, Santos (1994, p. 15) critica a não valorização do caráter histórico e dinâmico do território por parte das concepções modernas. Para ele “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele um objeto de análise social”. Observa-se que o autor também faz referência à territorialidade ao destacar o caráter de apropriação e uso do território, buscando traduzir essa categoria territorial “como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence”. Vinculando ao traço humano a capacidade de edificação do futuro e transformação do espaço no qual se encontra (SANTOS; SILVEIRA 2001, p. 19).

Raffestin (2011) também parte do enfoque da ciência geográfica, e defende que território se diferencia de espaço, pois o segundo se dá a partir do primeiro. Nessa relação, os indivíduos ao se apropriarem do território, territorializam o espaço: “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 2011, p. 128-129).

Assim, para Raffestin (2011, p. 129) o território é entendido como uma produção a partir do espaço e todas as relações envolvidas nesse contexto

se inscrevem num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação [...]. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território.

No tocante à territorialidade, como já mencionado, as ligações aí envolvidas são permeadas por relações de poder, sendo que Raffestin (2011, p. 142-144) entende que a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Assim, ainda busca destacar que a vivência da territorialidade é mediada por um conjunto de relações originado “num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Destaca ainda que a territorialidade pode ser entendida pela forma que as coletividades conseguem atender suas necessidades, dentro de um conjunto de condições em que se encontram.

O eixo da territorialidade é relacionado com a questão da identidade, considerando que o autor entende que os indivíduos, nas sociedades em que vivem segregam sua territorialidade. Assim, esse aspecto identitário se vincula intimamente com a territorialidade, levando em conta que Raffestin (2011, p. 145-146) entende que este conceito traduz-se pela luta em se preservar uma identidade, bem como as relações cotidianas familiares e profissionais, assim como o que fez parte do processo de construção dessa identidade.

Ao correlacionar esses aspectos, observamos que no âmbito do espaço geográfico através das apropriações e das territorialidades, se determinam os lugares e estes se fortalecem a partir de relações simbólicas, materiais, econômicas e identitárias. Observa-se que a centralidade que o conceito de lugar ocupa na ciência geográfica e em outras áreas do conhecimento, está relacionada ao interesse acerca das relações de identidade dos indivíduos, o grupo humano que faz parte e o espaço que ocupa. Como nos indica Liberato (2009, p. 61) o espaço geográfico não é significado da mesma forma por todos os indivíduos, pois, essa condição está vinculada ao conjunto de experiências cotidianas que irão atuar nas apropriações espaciais empreendidas por esses sujeitos. Esses atores são dotados de habilidades reflexivas desenvolvidas a partir de suas várias formas de pertencimento social e econômico, que irão orientar suas significações e identidade territorial.

A dimensão espacial da atividade humana, enquanto categoria sócio histórica, carrega as marcas das construções materiais e simbólicas das coletividades ao longo do tempo, sendo que o espaço constitui-se como lugar a partir dessas apropriações (FRAGO, 2001). Acerca dessas impressões que relacionam o tempo e o espaço, dizemos que:

A memória não registra a duração concreta...É pelo espaço, é no espaço que encontramos esses belos fósseis de duração concretados por longos tempos...[...] Para o conhecimento da intimidade é mais premente a localização de nossa intimidade nos espaços do que a determinação das datas. (BACHELARD, 1975 apud FRAGO, 2001, p. 62)

Nesse sentido, podemos pensar nas histórias que ficam gravadas nos espaços marcados pelas ocupações e apropriações, que o transformam em lugar: “O espaço não é um meio objetivo dado de uma vez por todas, mas uma realidade psicológica viva” (MESMIN, 1973 apud FRAGO, 2001, p. 63). Assim, essas apropriações fazem parte das visões de mundo dos grupos humanos que os empreendem, traduzindo elementos da realidade destes.

Os marcos afetivos vinculados ao lugar estão presentes nas reflexões de Liberato (2009), que entende que as experiências cotidianas com essa espacialidade evocam vínculos emocionais e de pertencimento. Ela destaca que “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” (BUTTNER, 1985, p. 228 apud LIBERATO, 2009, p. 62).

Nessa direção, dizemos que o espaço transforma-se em território e lugar conduzido pelos processos sociais empreendidos pelos seus usuários. Dessa forma, “o espaço jamais é neutro”, como já mencionado, ele é carregado pela materialidade e sistema de valores, marcado pelos produtos das relações sociais em suas amplas dinâmicas, símbolos, signos e formas de uso (FRAGO, 2001, p. 64).

Massey (2008) busca fazer sua análise acerca do conceito de lugar, abordando os produtos das construções e dinâmicas sociais considerando essas múltiplas relações, destacando que:

[...] o espaço é sem dúvida uma simultaneidade de estórias-até-então, lugares são, portanto coleções dessas estórias, articulações das mais amplas geometrias dentro do poder do espaço. Seu caráter será um produto dessas interseções, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas também dos não-encontros, das desconexões, das exclusões. Tudo isso contribui para a especificidade do lugar. (MASSEY, 2008, p. 190)

Nessa perspectiva o entendimento acerca do lugar abarca as relações da instância local com a global, não fomentando a ideia de que a identidade dos lugares se dá de maneira desconectada do restante do mundo. Para Massey (2012, p. 4) “um lugar não é uma coisa fechada, com uma identidade essencial, é uma articulação específica de relações globais, e é esta articulação de relações mais amplas que apresenta a sua particularidade”.

A partir do enfoque que o lugar exerce influência singular na constituição de identidades e destacando os desafios em pensar em definições para o lugar em tempos de globalização, Carlos (2007a, p. 17) defende que essa categoria pode ser analisada pela “tríade habitante-identidade-lugar”. Considera-o como local de vida onde se dão as relações humanas mais imediatas, “espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”. Assim, para a autora, o corpo exerce papel significativo, pois os indivíduos expressam as formas de uso do lugar através de sua corporeidade num “espaço palpável”.

Carlos (2007a) afirma que lugar é indissociável do vivido e apropriado pelo corpo, é o espaço da existência social dos indivíduos e suas dinâmicas.

Produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. (CARLOS, 2007a, p. 22)

Entende-se assim, a partir dessas acepções, que o lugar é criado e definido de acordo com as formas de utilização empreendidas por seus usuários. É espaço de constituição das identidades, pois é “através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido” (CARLOS, 2007b, p. 43).

Esses sentidos vão se produzindo por meio das apropriações cotidianas,

que envolvem e definem o ato de morar que tem a casa como centro, mas que a partir dela vai ganhando os significados dados pela articulação desta com o bairro, com a praça, com a rua através do movimento da vida. (CARLOS, 2007b, p. 44)

Assim, os lugares do espaço vivido vão sendo edificados, marcando as apropriações que se traduzem pelas ações cotidianas nos percursos e trajetos

diários, criando os laços identitários entre os sujeitos e os lugares. Desse modo, ao pensar nos lugares dentro do espaço urbano, a referida autora evidencia que:

[...] a rua é também o lugar da realização da cidadania no modo como pode ser o lugar da reivindicação, das lutas. Ela dá visibilidade à contradição entre projetos sociais diferenciados e neste sentido o espaço além de ser acúmulo de tempo é também virtualidade, possibilidade aberta à constituição de outro projeto de sociedade. É essa contradição entre o que resiste e o que se transforma, entre o tempo da forma e o tempo da vida, das possibilidades de apropriação e do estabelecimento da norma que a delimita, até quase fazê-la desaparecer, que a grande cidade vai se reproduzindo revelando momentos de uma sociedade em um espaço-tempo diferencial. (CARLOS, 2007b, p. 47)

Liberato (2009, p. 62) destaca o peso exercido pelas vivências dadas em determinado espaço para a efetivação de sua apropriação pelos atores sociais que nele vivem. Para ela, há uma ligação muito estreita entre “experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de se passar por ele”. Nesse sentido, se destacam os laços estabelecidos nas vivências entre sujeito e espaço sendo, porém, tangível o fato de indivíduos ocuparem determinado espaço por um extenso período de tempo e não estabelecer com ele algum vínculo mais significativo.

3.2.2 A cena urbana: o lugar dos catadores na cidade de Erechim

O espaço urbano se apresenta como uma dimensão privilegiada de estudo, pois se configura como espaço de vivência e convivência, esfera onde se dão muitos movimentos e dinâmicas sociais. Este se molda e articula de acordo com a lógica do mundo do trabalho, evidenciando as contradições da realidade social. Considerando os sujeitos de pesquisa, destacamos que nesse cenário no qual os catadores realizam seu trabalho, revelam-se os movimentos de inclusão-exclusão, lutas pela sobrevivência e conquista do “espaço-cidadão” (FREITAS; NEVES, 2008), dados através das mobilizações e articulações por meio do trabalho nas cooperativas e associações. Além de uma delimitação física, a cidade constitui-se como um espaço simbólico onde se evidencia uma “coesão social específica” propiciando as dinâmicas sociais que são orientadas pelas distâncias estabelecidas entre os indivíduos envolvidos. Nesse sentido, as cidades podem ser lidas enquanto espacialidades onde ocorrem os processos de exclusão, segregações espaciais e as transformações sociais (LIBERATO, 2009, p. 85-86).

A vida e trabalho dos catadores no espaço urbano permite a conexão entre a objetividade e subjetividade, através de representações que os sujeitos fazem de si por meio de suas vivências e práticas e “do significado que esse grupo social [...] atribui a um ambiente urbano que, de forma dramática, se modernizou, deixando transparecer suas diferenças sociais” (FREITAS; NEVES, 2008, p. 85). Esses aspectos se relacionam intimamente com as concepções existentes acerca da cidade, observando que as significações em torno dela são diferentes para cada grupo social que a compõe. Incorporada nessa concepção, se dão as definições de lugar, orientado, como já destacado, pelas apropriações empreendidas e significações sociais. Liberato (2009, p. 86) entende que esse processo de constituição da cidade se dá através das ações dos cidadãos em seus “movimentos de construção e reconstrução”, fazendo referência a sua “condição de sujeitos históricos concretos, sendo, portanto, portadores de especificidades e de histórias”.

A partir das proposições de Wirth (1987, p. 89) admite-se que a cidade ou mundo “urbano” não pode ser definido apenas pela fração de população que a ocupa. No entendimento deste autor, ela não representa somente

a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita.

Além disso, Wirth (1987) destaca que, ao se delinear e classificar as comunidades urbanas é essencial considerar as variações existentes entre elas, como tamanho, localização e função. Segundo o autor “diferenças como essas parecem ser cruciais porque as características e influências sociais dessas diferentes ‘cidades’ variam grandemente” (WIRTH, 1987, p. 94).

Nessa perspectiva, as cidades podem ser consideradas “entidades sociais”, entendidas sociologicamente como “um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos”. Essas diferenças sociais podem ser compreendidas pelo fato de o espaço urbano configurar-se respeitando a lógica do capital, o que resulta nas diferenças de acesso a oportunidades e renda. Contemplamos aqui a concepção desenvolvida por Santos (1999) ao tratar o espaço geográfico como um “conjunto de objetos e conjunto de ações”, sendo assim, evidencia-se o caráter sócio histórico deste espaço onde localizamos a cidade, sua “forma e função”. Em sua análise acerca das proposições de Milton Santos,

Nogueira (2009) nos esclarece que, ao utilizarmos a cidade como objeto de estudo, sua forma está ligada à disposição dos objetos, ou seja, a sua configuração espacial. Já a função é atribuída aos processos e dinâmicas sociais que moldam essas formas, o que nos remete ao trabalho. Assim, esses dois planos são interligados e um determina o outro.

Para Freitas e Neves (2008, p. 87) na cidade ficam evidentes as demarcações dos espaços socialmente desiguais, através da centralidade de recursos e serviços em determinadas áreas e concentração e circulação de sujeitos perversamente incluídos, em outras. Além disso, na cidade ficam visíveis os resultados das apropriações e produção do espaço efetivadas pelos sujeitos.

Observa-se a “diversidade dos ‘mundos’ condensados no espaço urbano. Pessoas vivendo em um mesmo território, na mesma cidade, percebem e vivenciam mundos ou realidades diferentes” (FREITAS; NEVES, 2008, p. 87). Nessa configuração, os sujeitos pertencentes às camadas populares precisam ajustar-se econômica e socialmente a esse contexto, incorporando alternativas de sobrevivência, como a atividade de catação, expressando sua maneira de ocupar o espaço urbano.

Destacamos o papel político da cidade, pois este se caracteriza por ser um espaço de “limite e determinação social” através do estabelecimento dos “muros simbólicos e reais”, resultados das diferentes realidade e conflitos sociais. Essas segregações são resultados dos tempos atuais, onde em determinadas dinâmicas sociais se valoriza a “racionalidade do individualismo” e a negação das diferenças do outro. Determinando-se assim esses distanciamentos e criação de territórios dentro da cidade nessa esfera do privado. São estratégias empreendidas por indivíduos que buscam se diferenciar e afastar de determinados grupos sociais (NOGUEIRA, 2009; NOGUEIRA; SANDER, 2008).

Caldeira (1997, p. 155) nos traz suas proposições ao se referir a essa realidade como “enclaves fortificados” na segregação urbana. Visualizamos cotidianamente no tecido urbano, produtos dessas segregações que se traduzem pelo aumento dos espaços individualizados e altamente vigiados, transportes individuais, condomínios fechados, surgimento de barreiras por toda parte. São produzidas as cidades fragmentadas, nas quais os indivíduos optam por “abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto” influenciando as movimentações e manifestações dos cidadãos no espaço urbano.

Diz-se que, respeitando essa lógica, as formas como os grupos sociais e atividades econômicas vem se inscrevendo no espaço são modelados pelas formas de segregações urbanas, o que contribui para relativizar e naturalizar as desigualdades. Caldeira (1997) busca ilustrar esse contexto destacando aspectos cotidianos das cidades que marcadas pela segregação espacial ao destacar que:

[...] as interações cotidianas entre habitantes de diferentes grupos sociais diminuem substantivamente e os encontros públicos ocorrem principalmente em espaços protegidos e entre grupos relativamente homogêneos. O próprio tipo de espaço vai contribuindo para que os encontros públicos sejam marcados por seletividade e separação. Na materialidade dos espaços segregados, na construção de muros e fachadas defensivas, nas grades ao redor dos parques, mas também nas trajetórias cotidianas das pessoas nesses espaços, no seu uso do transporte coletivo, no seu modo de andar nas ruas e parques, no hábito de fechar os vidros dos carros ao se aproximar de semáforos ou de atravessar a rua ao avistar um grupo de sem-teto, fronteiras sociais vão sendo rigidamente construídas. (CALDEIRA, 1997, p. 174)

Assim, com aumento de registros de violência urbana, os discursos veiculados no senso comum estigmatizam alguns grupos sociais, vinculando a imagem desses indivíduos à criminalidade. Nogueira e Sander (2008, p. 6) afirmam que na cidade, onde se evidencia o “encontro das diferenças”, a violência é utilizada para legitimar as segregações.

Juntamente com a segregação espacial observamos a segregação social que se expressa através de diferentes maneiras e reforça a naturalização das desigualdades. Dentre as mais evidentes, citamos a desqualificação social e o trabalho desqualificado, o que contribui para a invisibilidade destes atores sociais. Nessa leitura, Nogueira (2009) traz inúmeras contribuições destacando que estes sujeitos estigmatizados são por inúmeras vezes culpabilizados pela condição de “lugar desvalorizado” que ocupam. A referida autora evidencia que essa lógica atende aos interesses daqueles, que por sua vez, ocupam os lugares sociais hegemônicos do “jogo econômico e de poder”. Esse fato fortalece essas cristalizações perversas e atuam para que elas se mantenham. Assim,

obriga-se o sujeito a ocupar um lugar social que o desqualifica, porque esse lugar ocupado por esse sujeito tem a função de permitir que outro sujeito ocupe um outro lugar (valorizado). (NOGUEIRA, 2009, p. 76)

Essa dinâmica é lida por Sawaia (1999) pela “dialética inclusão/exclusão”, onde as fronteiras sociais, rigidamente edificadas, delimitam os espaços nos quais cada grupo social pode acessar. Aqueles sujeitos pertencentes às camadas populares são posicionados numa “condição de inferioridade e subalternidade”, tendo seus conjuntos de valores e manifestações sociais minimizados. A cidade se inscreve assim, a partir das relações e conflitos de classes e manifestações das desigualdades (NOGUEIRA, 2009).

As cidades com suas diferentes características e processos de formação, configuram o espaço urbano como cenário dos sujeitos em seus movimentos de vida, trabalho, luta pela sobrevivência, expressão de ideias e formas de se ocupar do espaço, identificamos nela a “dimensão política da vida coletiva” (NOGUEIRA, 2009). Com isso, busca-se destacar a existência de “diferentes cidades” dentro de uma mesma cidade.

Isso pode ser observado através da pesquisa realizada por Buére (1997 apud KEMP; CRIVELLARI, 2008, p. 90) ao pensar a realidade de Belo Horizonte onde evidencia que a cidade moldada a partir da lógica de desenvolvimento capitalista, diferencia-se em vários espaços dentro de um mesmo território:

“uma é a cidade do poder”, relacionada aos espaços destinados aos órgãos políticos oficiais e ao trânsito [...]. Outra é “a cidade do lazer”, fora do trabalho e da “cidade oficial”, [...] local reservado para os momentos de ócio da elite e extratos médios da população. [...] Existe ainda a “cidade da desordem”, local de trabalho desordenado, dos bairros pobres [...]. (BUÉRE, 1997 apud KEMP; CRIVELLARI, 2008, p. 90)

Definições como essa nos permitem pensar acerca da invisibilidade da “cidade dos catadores” (FREITAS; NEVES, 2008), dos sujeitos que vivem a não efetividade de sua cidadania. Nessa condição está contemplada a trajetória de vida desses atores que ao chegarem à cidade, vindos muitas vezes de áreas remotas, num “pronunciado histórico de migrações” (DIAS, 2002), buscavam pela concretização de uma condição de vida melhor e mais digna, mas, se deparam com formas perversas de inclusão, passando a constituírem-se como não cidadãos.

No presente contexto, para os autores referenciados, uma das consequências desse modo de inclusão é a existência de conflitos entre os diferentes grupos que pertencem a realidades sociais distintas. Realidade que provoca situações de “desodorização do espaço urbano” (RAGO, 1997, p. 163), que empurram aqueles

sujeitos tidos como “inadequados” para as áreas invisíveis da cidade, definindo assim os lugares sociais de cada grupo. Porém, acredita-se que, mesmo os sujeitos pertencentes às camadas populares tendo que conviver com os efeitos de suas condições de precariedade, estes também tem a capacidade para

transformar os mais restritos espaços que lhes sobram em formas de resistência em defesa da vida. Com seu próprio jeito de trabalhar, [...] de sobreviver com o dinamismo que lhes é próprio, os pobres também constroem “cidade” (FREITAS; NEVES, 2008, p. 97).

Esses lugares restritos são os espaços que permitem a prática e edificações de cidadania por meio das lutas e reivindicações construídas por essa coletividade. Estes espaços podem se configurar pela formação das cooperativas e associações, onde esses indivíduos passam a enxergar-se enquanto parte de uma coletividade, o que contribui no sentido do fortalecimento de identidade de trabalhador, “rompendo-se de certa forma, o anonimato do mundo urbano”. Através do trabalho, constituem e reforçam uma nova identidade e reconhecimento social, distinguindo-se como “sujeitos coletivos de direito”. Além disso, essa afirmação de identidade enquanto trabalhador de uma associação ou cooperativa e ocupação de um espaço na cidade “com endereço”, os redefine na sociedade, pois, “já não são mais tratados como marginais, vagabundos, ladrões, mendigos e tantos outros estigmas” (FREITAS; NEVES, 2008, p. 101-102).

Em relação a este aspecto, podemos referenciar os estudos produzidos por Cunha (2010) ao se debruçar sobre a temática da identidade dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia. A autora dedica a pensar acerca das organizações em associações e cooperativas como um símbolo de diferenciação entre os catadores associados e aqueles que trabalham nas ruas sem vínculos com alguma organização. Nesse sentido, as associações funcionam como um símbolo de status (GOFFMAN, 1988) para os catadores associados, atribuindo a eles uma colocação social mais valorizada. Cunha (2010) também destaca o papel das organizações como uma forma de mobilização política na luta pelo reconhecimento social, valorização da identidade e efetivação da cidadania.

No entanto, entende-se que essa realidade de cidadania e reconhecimento da identidade de trabalhador é um processo em construção. Como apontam Freitas e Neves (2008) ao se referirem a um estudo com trabalhadores de uma associação de

catadores de Belo Horizonte, esses sujeitos conviveram por um período de tempo muito maior com a invisibilidade e a insuficiência de direitos, do que com uma situação contrária. Sendo assim, este status de “sujeitos de direito” ainda é muito frágil.

Somado a isso, destacamos as dimensões da cidade pensadas e planejadas para manter as segregações sociais e fomentar as desigualdades. Como Nogueira (2009) aponta ao mencionar as estratégias “que visam a negação do todo da cidade”, como as construções de barreiras materiais, segregação espacial, aumento de condomínios fechados, entre outros.

A autora nos sinaliza que é necessário enxergar a “cidade vivida” a partir do olhar de seus moradores, vendo além de sua representação ideológica e valorizando a “vivência subjetiva de quem a habita” e sendo cauteloso com os discursos de quem a descreve (NOGUEIRA, 2009, p. 77-81).

Levando em conta essa proposta, destacamos que os espaços vividos os quais buscaremos ler situam-se na cidade de Erechim, localizada no norte do Rio Grande do Sul. Este município centenário¹¹ conta com cerca de 96.094 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de uma cidade pequena em relação às capitais, mas que possui características que a destacam, como seu traçado ortogonal diferenciado. Este traçado se inspira nos modelos de capitais como Paris e Washington, seguindo ideais positivistas e caracterizando-se como uma cidade planejada. Scolari (2006, p. 22) evidencia que Erechim é provedora de bairros “muito bem estruturados, arborizados e com constante manutenção”. Estes são ocupados por populações com padrões de vida mais elevados. Por outro lado, nesta cidade também existem bairros periféricos que “estão totalmente segregados do resto da cidade, tendo como marco divisório a BR 153”, a exemplo dos bairros Progresso e Cristo Rei que compõem o campo empírico deste estudo.

A partir destes elementos, queremos refletir acerca dos diferentes modos como os indivíduos envolvidos nesta pesquisa podem apropriar-se dos espaços desta cidade, a partir dos modos como a vivem.

3.2.3 Identidade territorial subjetiva e apropriação espacial

¹¹ Erechim conquistou sua emancipação em 31 de março de 1918, através do decreto nº 2.392.

Como já destacamos, a existência humana é precedida por uma espacialidade, onde os indivíduos se constroem enquanto seres sociais através do trabalho e das trocas com outros sujeitos. É nessa espacialidade, por meio das apropriações materiais e simbólicas que se desenvolvem as relações de poder, de luta por sobrevivência, de construção das identidades e expressões das subjetividades. Como problematizado anteriormente, o espaço não é visto como um elemento neutro (FRAGO, 2001), pois sua configuração carrega as marcas e resultados das relações sociais. A espacialidade a qual nos referimos é concebida como um “conjunto indissociável de objetos e de ações” (SANTOS, 1999) permeado pela vida que o anima, estabelecendo uma lógica relacional.

Assim, retomamos uma importante proposição teórica que também atende aos objetivos e propósitos desta pesquisa: tomar o espaço vivido como centro de nossas reflexões e entendê-lo enquanto possibilidade de revelar os resultados e produtos do jogo social e suas contradições, bem como fazer a leitura de seus territórios e lugares, estabelecidos a partir das apropriações materiais e simbólicas, enquanto reveladores e potenciais constituidores das identidades dos cidadãos (FRAGO, 2001; NOGUEIRA, 2009; NOGUEIRA; SANDER, 2008; SILVA; CRISTOFOLI; ZANIN, 2012).

Para Frago (2001, p. 64) o espaço em seus territórios e lugares é repleto de signos e símbolos que indicam “a quem sabe ler o emprego que o ser humano faz” deste, essas formas de uso são orientadas pela cultura e pela ordem social vigente. Supomos então, que a Unidade de Triagem da Arcan, enquanto um espaço de trabalho e convivência diária entre os associados, com sua configuração espacial de “pessoas e objetos, de usos e funções” ajusta-se à categoria de lugar. Lugar este não apenas caracterizado como espaço físico, “mas simbólico e catalisador de identidades dos catadores”, possuindo valores materiais, simbólicos e culturais, como propõe Rosado (2009, p. 23).

Tendo em vista nossos objetivos, iremos nos utilizar das reflexões teóricas acerca da temática da identidade e apropriação espacial, de modo a compreender os vínculos entre as pessoas e os lugares, questão que nos interessa imensamente.

Ao nos aplicarmos no estudo do território, estamos abordando as diferentes relações que são movimentadas para delimitar essa categoria, como as relações de poder. Ao passo que identidade também é um conceito presente, tendo em vista que

estamos nos referindo ao pertencimento de um determinado grupo social a uma espacialidade.

Dizemos que as delimitações dos territórios no espaço se dão orientadas pelas formas de apropriação e organização dos indivíduos. Liberato (2009, p. 65-66) entende essa ação sendo de caráter político, assim “constituem-se prioritariamente em locais de identidade, de resistência, onde a história do local se confunde com a de seus habitantes”. Nesse viés, a autora evidencia que as apropriações são permeadas por dimensões “econômica, política, social, afetiva e cultural”, sendo que as últimas de destacam por possuírem “caráter simbólico que possibilita e/ou permite a construção das diversas identidades. São essas identidades que dão a cada local um sentido e um significado que o diferencia de todos os outros”.

Para Liberato (2009) é relevante ponderar que muitas das fronteiras territoriais são demarcadas simbolicamente, essas delimitações são impostas pelo anseio constante de diferentes grupos de ocupar espaços, sejam eles físicos ou simbólicos, cada vez mais significativos.

O território pode ser também apropriado pelo grupo que exerce seu controle para conter o acesso de indivíduos a um determinado local. Ou seja ‘a territorialidade’ é uma estratégia de estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações. [Isso ocorre porque] a função da territorialidade é segregar e compartimentalizar a interação humana, controlando a presença/ausência e a inclusão/exclusão de determinados grupos. (MATTOS; CAMPOS, 1996, p. 62 apud LIBERATO, 2009, p. 66)

Nesse sentido, observamos as territorialidades sendo delimitadas através das segregações, impulsionadas por fatores de ordem econômica e simbólica principalmente. Os indivíduos passam a se organizar de acordo com sua identidade e valores coletivos. Evidenciamos ainda que, nessa dinâmica se põem em destaque a referência às formas perversas de inclusão, sendo que estes atores são condicionados à parcela “não oficial” da cidade ao sofrerem a segregação sócio-espacial (LIBERATO, 2009. p. 68), constituindo-se por uma identidade coletiva pouco valorizada.

Entendemos que na modernidade contemporânea na era da globalização, a questão da identidade territorial apresenta-se nas discussões teóricas. Sawaia (1999) destaca a busca da identidade como um dos imperativos da modernidade:

[...] isto é, da representação e construção do eu como sujeito único e igual a si mesmo e o uso desta como referência de liberdade, felicidade e cidadania, tanto nas relações interpessoais como intergrupais e internacionais. É inegável a contribuição da referência identitária neste momento em que indivíduos, coletividades e territorialidades estão redefinindo-se, reciprocamente, em ritmo acelerado. (SAWAIA, 1999, p. 119)

Na ampla dinâmica das relações sociais com as espacialidades recorrentes nas sociedades, a referência identitária é constantemente posta em relação, como nos indica Sousa Santos (1997, p. 119): “as identidades são, pois, identificações em curso”, de caráter mutável e fluido. As identidades culturais são para o autor “resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação”, vamos moldando aos poucos a nossa identidade, ao longo de vários estágios de nossa existência.

Nesse sentido dizemos que as identidades não são rígidas e se inscrevem em constante processo de transformação. Para Woodward (2011, p. 8) a identidade é vista como “relacional e marcada pela diferença” no sentido de que se estabelece por marcadores simbólicos em relação a outras identidades. Estes fazem parte do processo “pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído”. Mesmo a identidade sendo lida por esse prisma, destacamos que a autora evidencia que o conceito de identidade é fluido e seu processo de formação se dá em âmbitos “local e pessoal”, considerando que imprimimos diferentes versões de nós mesmos em consonância com o “campo social” com o qual nos envolvemos.

Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. Consideremos as diferentes “identidades” envolvidas em diferentes ocasiões [...] podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. (WOODWARD, 2011, p. 21)

Essas experiências se dão no âmbito das relações sociais contemporâneas e das mudanças sociais, e nesse processo alguns elementos tem atuado como marcadores identitários, de modo a produzir e fortalecer identidades, tais como a classe social, raça, etnia e pertencimento geográfico.

Pensando ainda acerca das questões identitárias, podemos referenciar elementos de ordem subjetiva, como a identificação. De acordo com Woodward

(2011) a subjetividade se refere à ideia de como cada um de nós, enquanto sujeitos sociais, nos enxergamos a partir de nossos pensamentos e sentimentos individuais. No entanto, a autora assinala que essa subjetividade é vivida no contexto de uma experiência social, na qual “a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (WOODWARD, 2011, p. 39). Os posicionamentos assumidos por cada um de nós a partir dessa concepção constituem a nossa identidade.

Nesse sentido, a identificação se relaciona intimamente com a concepção de “continuidade” em nossos sentimentos de identidade, ou seja, “sensação subjetiva de que algo subjaz aos diversos momentos de nossa existência e os torna partes da mesma vida, a de cada um de nós”. Desse modo, entendemos tal aspecto subjetivo, discutido pela psicanálise: a identificação. É um processo que “resulta na constituição, dentro de cada um de nós, de um *eu*, isto é de uma parte nossa que vai nos parecer a única, porque é apenas dela que temos consciência” (MEZAN, 1995, p. 52-53).

Muito embora situamos esses elementos processando-se no âmbito da subjetividade, eles apresentam sua objetividade e materialidade pois, os processos identificatórios se dão do indivíduo consigo mesmo e na relação com a sociedade. Produz-se dessa forma, um conjunto de significações às quais os indivíduos irão identificar-se (MEZAN, 1995).

Essas significações apropriadas pelos sujeitos constituem suas identificações simbólicas. Nesse viés, são constituídos os valores e práticas coletivos que empreendem a constituição da identidade territorial do grupo.

Desse modo os atores sociais instituem essa identificação com a espacialidade partindo do pressuposto que o território é composto por dimensões simbólicas e culturais. Para Rosado (2009, p. 165) essa concepção vem sendo bastante incorporada nos estudos acerca do território, considerando que este “carrega [...] uma dimensão simbólica ou cultural, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política. É a relação entre o domínio e a apropriação”. Essa natureza política está intimamente ligada à dimensão de domínio de território, ao passo que a apropriação é incorporada pela perspectiva simbólica e cultural.

Apoiado nas teorias de Lucien Lefevre (1986), Haesbaert (2012, p. 94) busca fazer uma distinção entre domínio e apropriação, destacando que:

[...] O território envolve ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (LEFEBRE, 2012, p. 94 apud HAESBAERT, 1986).

Assim, diz-se que a identidade territorial de grupos sociais pode se dar tanto no âmbito material como no simbólico. Nesse sentido Roca (2005, p. 8) nos traz uma proposição do que entende por identidade territorial. Ele relaciona um conjunto de “fixos e fluxos espaciais” para ilustrar essa categoria. Concebe os fixos como elementos aportados numa dimensão territorial, como as paisagens naturais e transformadas, que “podem ser consideradas como ‘guardiães’ e testemunhas da (re)produção e/ou consumo das identidades territoriais, materiais e imateriais”. Enquanto os fluxos perpassam pelas “relações e significados dentro de redes e sistemas horizontais (territoriais) e verticais (funcionais) que determinam a Natureza, a Sociedade, a Economia e a Cultura”.

A partir disso, podemos pensar acerca dos vínculos estabelecidos entre as pessoas e os lugares, suas interações entre seus múltiplos ambientes que são pautadas pelas questões identitárias. Nessa perspectiva, Vidal e Pol (2005) buscam refletir acerca do momento atual regido pela globalização, onde se identifica o encurtamento das distâncias e desaparecimento de limites, e diante desse contexto, compreender como se dão os processos de identificação no tempo e no espaço.

Com base na perspectiva da psicologia social, estes autores buscam edificar suas contribuições teóricas abordando os vínculos entre os indivíduos e as espacialidades, compreendidos como construções sociais dos lugares, tendo como conceitos centrais a identidade e o espaço simbólico. Dessa forma “*estos conceptos pueden ser explicados desde la apropiación del espacio*”. Nestes escritos observamos que os autores fazem uma leitura atenta a respeito do modo como os atores sociais se relacionam com o espaço no qual se inserem, partindo de um enfoque psicossocial, analisam as experiências cotidianas e as noções de lugar construídas por indivíduos e grupos (VIDAL; POL, 2005, p. 282).

Dizemos que lugar é o resultado das dinâmicas e relações entre ser humano e natureza, que permite o desenvolvimento de um conjunto de significações que

produzem as identidades dos indivíduos e grupos. Assim, estabelecemos relações com os espaços que fazem parte do cotidiano, nos apropriamos e o defendemos.

Diferente de algumas concepções errôneas que entendem a apropriação espacial como aquisição indevida do espaço, na psicologia social, Vidal e Pol (2005, p. 282) explicam que esta “é entendida como um mecanismo básico do desenvolvimento humano, pelo qual a pessoa ‘apropria-se’ da experiência generalizada do ser humano, que se concretiza nos significados da ‘realidade’”, sendo assim um produto de uma construção sócio-histórica da realidade.

Pol (1996) aponta que os seres humanos, assim como os animais, mesmo que de maneiras distintas, apresentam a necessidade de demarcar seus territórios. Essas demarcações às quais ele se refere, vinculam-se à preservação das identidades individuais e coletivas dadas em âmbito subjetivo e social, construindo os lugares significados, o que estará contemplado no que se entende por apropriação:

Identidade e pertinência, privacidade e intimidade, sendo uma causa e por sua vez deixando-se guiar por seus referentes..., constituem a chave para a criação e assunção de um universo de significados que constituem a cultura e o meio ambiente do sujeito, materializados tempo em um espaço 'vazio' que se torna um 'lugar' com significado. É o que chamamos de apropriação. (POL, 1996, p. 2)

A partir disso, de acordo com o autor, diz-se que o espaço resulta do conjunto dos processos dados em âmbito individual e coletivo, sendo que as apropriações espaciais empreendidas pelos sujeitos funcionam como um mecanismo de estabilidade de suas identidades.

Nessa perspectiva, dentro de um cenário sociocultural e histórico, acredita-se que os atores sociais constroem-se a si mesmos por meio da apropriação, considerando que nesse processo estão envolvidas as significações e relações sociais que se dão no âmbito do pertencimento geográfico. Para Vidal e Pol (2005, p. 283) trata-se de uma transitoriedade, considerando as transformações dos indivíduos ao longo do tempo.

Em seu entendimento acerca da apropriação, os autores expõem o que chamam de “modelo duplo de apropriação”, sendo que estes se traduzem pela “ação-transformação e identificação simbólica”. A ação-transformação estaria intimamente ligada com a concepção de territorialidade, evidenciando as marcas de

apropriação que são deixadas pelas coletividades no espaço, constituídas por significações histórico-socialmente construídas. Já a identificação simbólica se daria mais em âmbito subjetivo, incorporando os “processos afetivos, cognitivos e interativos”. Nesse caso, o indivíduo e o grupo são reconhecidos em seu entorno e retiram daí elementos para edificar e definir suas identidades (VIDAL; POL, 2005, p. 283-284).

Entendemos assim o papel desempenhado pelo espaço na constituição e estabilidade das identidades dadas no individual e no coletivo. Os autores assinalam o peso exercido pela apropriação espacial na compreensão dos vínculos estabelecidos pelas coletividades, atuando em processos cognitivos e práticos. Assim o que é apropriado “torna-se e desenvolve um papel fundamental nos processos cognitivos (conhecimento, orientação, etc.), afetivo (atração do lugar, autoestima, etc.), de identidade e relacional (envolvimento e corresponsabilidade)” (VIDAL; POL, 2005, p. 284).

Muitos autores da psicologia social se dedicam a entender como se dá o processo em que o espaço toma sentido de lugar, considerando as estreitas relações entre os sujeitos e a espacialidade. Buscam compreender como se constroem os sentidos de apropriação espacial, ou seja, como “um espaço se torna para a pessoa (e o grupo) um lugar ‘próprio’”. Vidal e Pol (2005) seguem algumas importantes proposições teóricas desenvolvidas por Sergi Valera (1993,1996) que se orienta pela abordagem do simbolismo.

Nessa perspectiva os autores destacam a existência de duas direções no sentido do aprofundamento teórico acerca da apropriação espacial. O primeiro caminho segue destacando que as significações produzidas pelos sujeitos podem ser produto das “características físico-estruturais dos espaços, da funcionalidade relacionada às dinâmicas sociais que se desenvolvem aí, bem como das interações simbólicas produzidas pelos sujeitos dessa espacialidade” (VIDAL; POL, 2005, p. 286). Isso pode ser entendido, de acordo com os autores, na forma como os objetos ou elementos espaciais estão dispostos e como podemos nos utilizar deles para satisfazer nossas necessidades. A segunda direção pode ser analisada a partir do “espaço simbólico”, das significações presentes no espaço. Assim, o espaço simbólico é concebido como:

[...] aquele elemento de uma determinada estrutura urbana, entendida como uma categoria social que identifica um determinado grupo associado a esse ambiente, capaz de simbolizar algumas ou algumas das dimensões relevantes dessa categoria, e que permite aos indivíduos eles fazem o grupo se perceber como iguais na medida em que se identificam com esse espaço, assim como diferem dos demais grupos em relação ao próprio espaço ou às dimensões categóricas simbolizadas por ele. (VALERA, 1997, p. 20 apud VIDAL; POL, 2005, p. 287).

Desse modo, entendemos que o espaço se associa aos processos de apropriação, pois funciona como um mecanismo de manifestações e representações identitárias de grupos e indivíduos.

Para os autores referenciados, o sentido de lugar para os atores sociais está intrinsecamente ligado às experiências dadas nele, sendo elas subjetivas ou externadas no social, criando assim a “identidade territorial subjetiva”. Vidal e Pol (2005) entendem que a identidade social se dá a partir do sentimento de pertença a um espaço com significados atribuídos a ele, onde se expressam alguns processos psicossociais, como a identificação com os outros e a diferenciação dos demais indivíduos, distinguindo-se como único.

Um elemento importante relacionado à apropriação é a identificação. Pol (1996, p. 6) citando Pierre Sansot (1976) destaca o caso da cidade como espaço cotidiano de grande parcela da população mundial, e afirma que a apropriação é antecedida pela identificação. Trata-se de um processo que, para os autores só se apropria daquilo que se identifica e, a partir disso pode atuar como transformador desse espaço.

Usando ainda o espaço urbano como cenário de nossas análises, conjugada à ideia de apropriação, surge a noção de “desapropriação” que se mostra de forma mais notória nas cidades. Nessa concepção, o que fica evidente é o excesso de individualismo e quantidades exageradas de informações e signos que os sujeitos não conseguem controlar. Essa realidade faz com que os sujeitos se vejam desvinculados de um conjunto social, sentindo que não pertencem a este espaço, pois, não identificam ali elementos que permitam significações (POL, 1996, p. 7-8).

Ao referenciar estudos psicanalíticos para analisar este objeto de pesquisa, Pol (1996, p.9) apoia-se nas análises de Villela Petit (1976) que vincula a ideia de apropriação com “projeção”. Assim, entende-se que há uma relação recíproca entre indivíduos e espaço, pois “nos apropriamos do espaço, mas o espaço nos apropria”,

no sentido de que, ao nos utilizarmos de determinado espaço, estamos projetando nele aspectos importantes de nossa identidade e estilo de vida.

Pol (1996, p. 38-39) busca ilustrar suas concepções utilizando o exemplo de um caso de Barcelona publicizado em alguns de seus estudos (POL, 1991, 1992). Ele mostra uma situação de determinado bairro que tem uma imagem social carregada de estigmatizações, e que por isso supõe-se que seus moradores desejariam morar em outro bairro. Porém, em uma pesquisa realizada com esses moradores, grande parte deles relata que não pretende sair dali. O autor então avalia que essa preferência não se dá apenas por questões de ordem econômica e oportunidade de trabalho, mas o peso maior centra-se na dificuldade de se adaptar a um novo lugar, no qual nunca viveram.

Observamos aí aspectos relacionados à identificação e apropriação, que são elementos essenciais na compreensão do senso de lugar para indivíduos e grupos humanos. O fato de os moradores do caso que apresentamos não aceitarem sair de onde vivem se vincula com a inviabilidade de “reproduzir a história pessoal num espaço que não foi vivido”. Então sintetizamos essas noções destacando que:

Tudo isso mostra como a criação do significado social de um lugar, de um simbolismo compartilhado que une uma comunidade e a de uma identidade coletiva positiva, dificilmente pode ser feita a priori, sem conhecimento, experiência ou identificação no tempo, isto é, uma apropriação. Os elementos podem ser usados, valorizados como desejáveis pela comunidade e tentam acelerar o processo. Mas ao tomar decisões sobre permanecer ou deixar um bairro, uma cidade, a apropriação desempenha um papel decisivo. A apropriação, então, nos ajuda a explicar e compreender alguns fenômenos sociais da cidade que escapam das abordagens racionalista e apriorística. (POL, 1996, p. 38-39)

Pelas reflexões propostas, podemos observar que espaço geográfico, seus territórios e lugares, não são de um todo uniformes, seja em sua configuração quanto às significações produzidas pelos atores sociais a partir de suas vivências dadas neles. A parte do espaço geográfico que é territorializado/apropriado pelos atores sociais, como indica Liberato (2009, p. 69), “possibilita a criação de identidades [...] que, por suas vezes, estão inscritas nos processos sócio-espaciais” amplamente dinâmicos e que orientam as organizações territoriais.

Nesse sentido, nossa proposta de pesquisa versa acerca da realidade de sujeitos que moram nas diversas áreas dos bairros Cristo Rei e Progresso, no município de Erechim e trabalham na Unidade de Reciclagem da Arcan

selecionando material reciclável. Dessa forma, nossas leituras estão centradas principalmente nessa parcela do espaço urbano erechinense com a qual os sujeitos de pesquisa interagem cotidianamente em suas inúmeras relações. Assim, buscaremos contemplar o que propõe Nogueira (2009, p. 81) ao tratar de “cidade vivida” enquanto “apropriada e experimentada no âmbito subjetivo por seus habitantes que nela constroem representações”. Considera-se assim que esta dimensão “oferece trajetórias específicas a determinados grupos: [...] trajetórias de vida desenhadas em uma mobilidade psicossocial também circunscrita”. Neste contexto, é possível que estes atores percebam o espaço e a realidade social na qual se inserem o que contribui para a construção de seus processos de subjetivação e edificação de suas identidades. Sob essa ótica nos interessa problematizar o “espaço vivido”, que de acordo com Bettanini (1982 apud CASTELLS, 2001, p. 3) é entendido como a dimensão onde se desenvolve a “vida pessoal e coletiva da humanidade”. É por meio desta ideia

que se inscreve o espaço da vida cotidiana. Assim, [...] esta noção se afasta da concepção geométrica de um só espaço uniforme para restabelecer as variedades de espacialidade.

Assim, queremos nos aprofundar nessas análises das relações entre a referida espacialidade e os sujeitos que a ocupam, buscando, para isso, identificar e interpretar as apropriações e formas de uso que os catadores empreendem nesse espaço. Entendendo se este funciona e é percebido pelos catadores, para além de seu caráter provedor de subsistência, bem como assinalar quais relações são estabelecidas no interior dessa associação e como estas atuam no fortalecimento e composição das identidades desses sujeitos e consolidação desse espaço enquanto lugar e território.

Nesse viés, buscaremos contemplar essas relações de apropriação e pertencimento ao território e ao lugar, com o reconhecimento do trabalho exercido pelos catadores e fortalecimento de suas identidades e da identidade territorial do grupo, englobando aí as dimensões subjetivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após muito idealizar a pesquisa, (re)projetá-la e (re)escrevê-la, o que envolveu árduo trabalho na definição de objetivos, construção dos instrumentos metodológicos e intensa revisão de literatura, é chegado o momento em que as coisas “saem do papel” e são postas em prática na pesquisa empírica. Buscamos apresentar, neste capítulo, os principais resultados desta experiência, os quais foram organizados em categorias que emergiram dos instrumentos metodológicos inicialmente definidos: espaço de trabalho e sentidos do trabalho.

A primeira categoria abarca os cenários nos quais nossos atores de pesquisa se inserem, as formas de uso e apropriação de seu espaço de trabalho. A segunda categoria temática compreende a multiplicidade dos sentidos do trabalho construídos pelos catadores, incorporando, também, as condições em que este é realizado.

Como já assinalamos, a Arcan conta atualmente com dezenove associados. Esse grupo é composto por dez mulheres e nove homens com idades entre dezoito e cinquenta e três anos. Destes sujeitos, dez consideram-se brancos, sete pardos e dois negros. A renda mensal declarada fica entre um e dois salários mínimos mensais, entre todos os moradores da casa. Nossos participantes de pesquisa são representados por uma coletividade heterogênea quando se considera as diferentes faixas etárias que compõe o grupo e o tempo de associação dos trabalhadores. Quanto a este último aspecto, dez participantes declararam ter entre três e onze anos de associação, enquanto outros sete afirmaram estarem trabalhando na Arcan por um período que compreende entre um e cinco meses. Um homem não declarou esse dado, e uma mulher afirmou ter participado da associação por alguns anos, ter saído e retornado há menos de um mês. É comum, entre os membros do grupo, a baixa escolaridade, característica que, de acordo com Medeiros e Macedo (2006), atua como um condutor para as ocupações profissionais menos favorecidas.

Ao destacar esses fatores, buscamos traçar um perfil dos trabalhadores envolvidos na pesquisa, de modo a evidenciar a divisão geracional e as distintas trajetórias de trabalho do grupo na associação. Por conseguinte, nos dedicamos a compreender as implicações desse contexto no universo dos propósitos do estudo no que concerne aos sentidos do trabalho atribuídos por esses sujeitos e suas

perspectivas de futuro. Esse quadro nos auxilia no delineamento e na sistematização dos dados empíricos produzidos por esta investigação.

Desses associados, nove encaixam-se na faixa etária entre 19 e 30 anos. A baixa escolaridade é uma característica dos sujeitos de maneira geral, porém foi nesse subgrupo que se identificaram participantes que declararam ter chegado até o ensino médio, ainda que apenas dois deles tenham completado esse ciclo. Seis desses trabalhadores foram admitidos há poucos meses, pois alguns antigos catadores acabaram deixando a associação. Esses atores destacaram que antes de trabalharem na Arcan tinham ocupações como pedreiro, operador de caixa, atendente em lanchonete, operador de máquina e eletricitista, auxiliar de serviços gerais e coletor na coleta seletiva. Uma dessas participantes declarou que a catação é sua primeira ocupação profissional.

Os demais atores figuram na faixa etária entre 34 e 53 anos, em sua totalidade declarando ter o ensino fundamental incompleto. Nessa subdivisão de participantes de pesquisa, observou-se que ao serem questionados sobre ocupações profissionais anteriores à catação, seis deles afirmaram já terem trabalhado como diarista, pedreiro, empregada doméstica e auxiliar de serviços gerais. Duas associadas afirmaram que sempre trabalharam na catação mesmo antes de se vincularem à Arcan, enquanto uma das associadas não declarou essa informação.

4.1 CENÁRIOS ONDE SE INSEREM OS SUJEITOS DE PESQUISA

Nesta etapa de análise de dados, é imprescindível nos apoiarmos em indicações teóricas que convergem com nossas escolhas metodológicas e conceituais. Logo, destacamos contribuições como as de Magnani (2009), as quais apontam sequências de investigação que permeiam os “cenários, atores e ações”, conceitos os quais devem orientar o olhar do pesquisador neste processo. Para este autor, essas referências correspondem a “uma ordem, um ritmo” (MAGNANI, 2009, p. 4) incorporado pelos usuários do espaço que está sendo estudado. Deste modo, os cenários são compreendidos como um “produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais”, o que vai além da presença ou ausência de elementos físicos, mas destes “em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores” (MAGNANI, 2009, p. 4-5). São estes

sujeitos que, com suas práticas e vivências que correspondem às suas ações, dão vida ao espaço, o transformando e ordenando.

Um dos propósitos do nosso estudo é analisar o espaço de trabalho apropriado por catadores organizados em torno de uma associação de reciclagem, contemplando os “sinais de apropriação” (POL, 1996) impressos por estes atores à medida que estabelecem sentidos de identificação com o espaço. Atentamos ainda para o contexto maior em que essa realidade se encaixa, assim, nos dedicamos a investigar os cenários onde estão inseridos os sujeitos de pesquisa, contemplando a macro e microescalas, bem como as regras que regem os comportamentos. Ao destacar este universo de leitura, envolvemos também a obra de Castells (2001) e Bourdieu (1998), as quais abordam as contextualidades desses cenários, ou seja, esses espaços compreendem e incorporam um conjunto de signos e significações que passam pelas relações que as pessoas constroem com os espaços com os quais se vinculam. Além desses autores, nos apoiamos em diferentes embasamentos teóricos que nos dão suporte para desenvolver nossas categorias centrais.

Tendo como uma de nossas categorias de análise o espaço de trabalho dos sujeitos de pesquisa, julgamos serem necessárias algumas breves contextualizações para além daquelas já apresentadas no capítulo inicial deste estudo, de modo que isso permita ao leitor compreender, com maior clareza, nossos propósitos. Buscaremos abordar um dos cenários o qual nos dedicamos a analisar que é a Unidade de Triagem da Arcan, espaço de trabalho dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, o qual se localiza no bairro Progresso, no município de Erechim, na região do Alto Uruguai¹². Porém, conforme já contextualizamos, é determinante compreender a unidade de contexto de nossa pesquisa que entendemos que também contempla o referido bairro.

Para tanto, nós nos ampararemos em alguns estudos que já tiveram esse cenário como núcleo de suas investigações e se dedicaram a problematizar questões importantes a esse respeito (BENINCÁ, 2006; SILVA, 2016; SCOLARI, 2006). De acordo com esses autores, o bairro Progresso se caracteriza pela elevada

¹² A Região Alto Uruguai se localiza no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, sendo composta por trinta municípios.

densidade populacional¹³ e vulnerabilidade social de seus moradores, cujo padrão construtivo das habitações é usualmente baixo.

Dentre a população erechinense, é sabido que o bairro em questão é alvo de forte estigma, concepção difundida com frequência pelos habitantes de diversos bairros da cidade e que muitas vezes não possuem contato direto com o lugar. Enquanto moradora da cidade de Erechim há cerca de dez anos, já ouvi, nas mais diversas circunstâncias, em círculos sociais e profissionais, comentários associando temáticas de drogas, violência ou quaisquer atividades de caráter ilícito ao bairro Progresso e seus moradores. Essa questão também se manifestou nos discursos dos sujeitos de pesquisa, os quais relataram situações nas quais se apresentaram como moradores do bairro e, por isso, foram alvo de olhares e comentários constrangedores.

Muitos associados relataram que ao buscarem por oportunidades de emprego em outros campos, sentiram-se discriminados ao destacarem onde moram: “Ainda mais tu dizer que mora no bairro Progresso. É o bairro mais discriminado” (Pedro¹⁴). Esses atores, que em sua maioria são moradores do bairro e arredores, são percebidos como “inadequados” (CARRETEIRO, 2003) ou como se tivessem signos pejorativos em seus corpos (GOFFMAN, 1988), remetendo-os a um local marcado por negatividade. Bairros como o Progresso, assim como outros da cidade de Erechim, são encontrados em grande parte das cidades brasileiras e de vários países pelo mundo. São nesses locais onde vivem as populações menos favorecidas e desassistidas, onde moram aqueles sujeitos da “ralé” (MACIEL e GRILLO, 2009), ou seja, os indivíduos que não se enquadram num perfil considerado adequado em nossa sociedade competitiva do trabalho.

Dentro desse contexto que os busca invalidar, esses atores evidenciam que existe uma realidade diferente daquela veiculada constantemente: “é que aqui tem muita coisa, muita violência. Pessoal só fala aqui do bairro pelo lado da violência, mas não sabem que aqui no bairro também tem pessoas boas, assim como tem o ruim, também tem o bom” (Josiane) (Grupo Focal 2). Trata-se de uma busca constante de se desvincularem da imagem depreciada que o bairro e seus

¹³ De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população do bairro Progresso era de 3.716 habitantes.

¹⁴ Conforme já destacamos anteriormente, os participantes da pesquisa foram referenciados ao longo do estudo com nomes fictícios.

moradores carregam. Os catadores fazem esse movimento a partir do seu trabalho, o qual lhes serve como signo distintivo.

A partir do contato com registros históricos do bairro, os autores acima referenciados (BENINCÁ, 2006; SILVA, 2016; SCOLARI, 2006) destacam que esse estigma se perpetua desde a origem das ocupações dessa localidade. Antes de receber a denominação atual, o bairro no qual se localiza a Arcan era conhecido como “Matadouro”, tendo em vista a existência de um matadouro de animais que funcionava na região entre os anos 1920 e 1970. A mudança do nome se deu por incentivo de um grupo de religiosas que atuavam junto à população local e acreditavam que a denominação utilizada desqualificava o lugar. Para Benincá (2006, p. 54),

“Progresso” representaria o desejo de garantir melhores condições de vida ao povo, no que a Igreja Católica estava muito empenhada. A nova denominação também retrataria a situação de adensamento populacional que começava a se verificar no bairro.

Porém, de acordo com Scolari (2006), apenas em 1995 esse local passou a ser reconhecido como bairro através da lei municipal nº 2749.

A população do bairro Progresso é resultante de um processo de higienização urbana articulada pelo poder público em conjunto com o setor imobiliário, dado em algumas regiões da cidade, em especial no atual bairro Bela Vista, apelidado antigamente de Cachorro Sentado. Segundo Benincá (2006), este bairro tratava-se de uma área nobre do perímetro urbano que era ocupada pela população, a qual foi remanejada ao atual bairro Progresso e a outros bairros periféricos da cidade.

O povoamento deste quadrante se fez mais intenso na década de 1970, a par do grande êxodo rural que prorrompia. Para muitos que foram se achegando de várias localidades do Alto Uruguai e mesmo de fora, as cercanias do “matadouro” passaram a ser um “moradouro” de expectativas por dias melhores. Todavia, muitas vezes o lugar figurou como uma espécie de “morredouro”, caracterizado pela precariedade das condições de vida, pelos elevados índices de violência e pela ocorrência de um número expressivo de assassinatos. (BENINCÁ, 2006, p. 55)

Grandes contingentes populacionais também chegaram a essa localidade advindos de cidades menores próximas a Erechim, atraídos pelo baixo valor dos imóveis. A partir da década de 1980, foi implementado um projeto municipal de

loteamentos sociais que visava auxiliar a população de baixa renda na aquisição de sua moradia, organizando a ocupação.

Atualmente, o bairro permanece com problemas estruturais mais intensos em determinados pontos. De acordo com Silva (2016, p.24), nessas localidades “é comum verificar-se a carência de arruamento, a falta de saneamento básico, casas com baixa infraestrutura e em condições precárias”. Alguns fatores de ordem física em consonância com a ocupação humana também influenciam na existência desses problemas. Ainda segundo Silva (2016, p. 25), esse bairro “é atravessado pelo Rio Tigre que embora tenha sido canalizado em sua grande proporção, nas áreas que permanecem abertas, o acúmulo de resíduos nas margens e no leito continua a ser um problema”. Na imagem a seguir, é possível ver, em terceiro plano, parte do pavilhão da Arcan e, em primeiro e segundo planos, o acúmulo de lixo descartado pela população próximo ao rio canalizado que passa nos fundos do terreno da associação.

Fotografia 1 – Vista parcial do bairro com o pavilhão da Arcan em terceiro plano



Fonte: Acervo da autora.

Tendo em vista o predomínio da vulnerabilidade socioeconômica nesse bairro, se faz presente nele grande número de projetos de caráter social que visam a inclusão de seus moradores. Boa parte dessas propostas é desenvolvida com o apoio de grupos religiosos, sendo que um desses projetos é a Arcan, o qual teve o

auxílio dessas organizações bem como de movimentos sociais na sua origem e formação. Trata-se de uma realidade marcada por uma “ausência” como aponta Bourdieu (1998, p. 159), “essencialmente a do Estado, e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc”.

Com relação à vulnerabilidade socioeconômica, nossos sujeitos de pesquisa apontam os principais problemas vivenciados em seu bairro, afirmando possuírem acesso a diferentes serviços, porém de modo precário. São situações que apresentam a realidade da qualidade de vida e dos serviços prestados, o que destaca a inclusão perversa a qual estão sujeitos. Entendemos que esta conjuntura ajusta-se à concepção de pobreza contemporânea (SAWAIA, 2001), a qual atinge diversos segmentos da população empobrecida que vive sob o reflexo da inserção deficitária no mercado de trabalho. Além da questão vinculada à renda e ao acesso precário aos serviços, esses grupos também são privados de “poder de ação e representação” (SAWAIA, 2001, p. 23).

Com relação a serviços de saúde, os catadores apontam a existência de uma Unidade Básica de Saúde no bairro, porém as vagas de atendimento são limitadas. Segundo eles, para garantir atendimento, é necessário chegar muito cedo ao posto de saúde: “Pra ti conseguir uma ficha, tu tem que ir umas três horas da manhã e daí, quando chegar sete, oito horas, que chegar a tua vez, não tem mais ficha” (Teresa) (Grupo Focal 4). Alguns assinalaram dificuldades em conseguir acesso à escola para os filhos, como caso de Eliane, que afirma ter buscado por esse recurso, mas sem sucesso: “Eu já fui na promotoria, no conselho tutelar, lá na secretaria de educação, e eu não consegui vaga na escola” (Grupo Focal 3).

As demandas por alimentos também são amplas, e a população do bairro conta com a atuação de projetos assistenciais para atender a esse aspecto. Porém, de acordo com as vivências relatadas pelos catadores, existem alguns fatores que dificultam o acesso a esses recursos, como questões burocráticas caracterizadas pela exigência de determinados documentos e recibos que nem sempre estes sujeitos possuem ou são informados sobre a necessidade de sua posse, o que provoca insatisfação por parte deles.

Aqui é bem complicado, nosso bairro, profe. As pessoas humildes que vão pedir o que precisam, eles mandam até pra casa do cão [...] A educação é pouca. Porque as pessoas que necessitam mesmo, daí pedem e são humilhadas, aí quem não precisa que vai lá e pede e ganha. Aí ganha, daí passa lá na casa do fulano ali “ah tem esse sacolão pra te vender”, “ah, quanto tu quer?”, “ah, me dá vinte”. Um sacolão por “vinte real” tu encontra em todo o

momento se tu tem dinheiro. Eu aqui na minha rua tu vê acontecer, umas três a quatro vezes por dia tu vê acontecer na minha rua, de piizada que vende o sacolão vai ali e pega duas a três pedras (de crack) sobe, senta aqui e fuma. (Leandro) (Grupo Focal 4).

Os associados citam um grupo de professoras voluntárias que os auxiliam com campanhas para doação de roupas, alimentos entre outros. Salientam a importância que esse grupo representa para a associação: “É pelo reconhecimento, pelo carinho que elas têm, que elas vêm e conversam com nós, elas já conhecem nós”. (Josiane) (Grupo Focal 2)

Por meio dos relatos e vivências com o grupo, identifica-se que as carências dessa coletividade não se aplicam apenas às adversidades materiais, uma vez que esses sujeitos sentem-se invisibilizados diante da sociedade em geral. O fato de serem ouvidos representa a eles algo muito valoroso, ao passo que ressaltam a importância da visita do grupo de voluntárias e demais grupos que vão até a associação para conhecê-los e conhecer seu trabalho. A atenção que foi dedicada às pesquisadoras durante o processo de pesquisa é um indicador desse aspecto:

Nós achamos importante cada vez que vocês vêm aí. O que nós passamos pra ti, tu pode passar pro teu colega, pro teu vizinho, pode passar pra outros, até chegar lá no senhor prefeito (Pedro) (Grupo Focal 2).

Tu está vindo aqui ajudar nós e, às vezes, de tu só escutar o que nós temos pra te falar já é uma ajuda que tu está dando pra nós. Às vezes, tu vê alguma coisa aqui dentro e daí tu vai falar com uma pessoa, só de escutar a gente já é uma grande coisa (Josiane) (Grupo Focal 2)

A violência e a falta de segurança também foram aspectos destacados pelos catadores, que relatam sentirem-se com medo de sair à rua em determinados horários: “Tu sair na rua é perigoso de tu tomar um tiro sem saber da onde” (Eliane) (Grupo Focal 3). Manifestações como essas são frequentes no cotidiano dos sujeitos de pesquisa, os quais relatam que as observam também próximas de suas casas. Para esses sujeitos, há a visão de presença concreta da violência, sendo rotineiro para eles identificar crianças e adolescentes circulando pelo bairro “uns com cigarro na mão, outros com maconha, outros com revólver na mão”. Algumas melhorias e construções que foram feitas com o objetivo de atender as necessidades da população no que se refere a acesso a lazer, cultura, arte e esportes, foram depredadas e não podem ser usufruídas pela população, de acordo com o grupo.

Aqui no bairro foi construída aquela praça do CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) que seria um lazer, mas muitas pessoas não vão ali porque... Uma vez eu fui ali pra ir no Cras (Centro de Referência de Assistência Social). Quando eu cheguei ali com meu gurizinho

pequeno, tive que me esconder, porque deu aquele tiroteio ali no Cras. Daí tu vai ali e tem piazzada vendendo, usando droga. Eu não acho que é uma praça de lazer, então eu não tenho lazer aqui. (Eliane) (Grupo Focal 3).

Esses sujeitos são privados de se beneficiarem dos espaços públicos que o bairro possui, pois relatam que esse espaço de lazer já foi depredado e assaltado algumas vezes e é muito utilizado por usuários de drogas. Os catadores se sentem ameaçados pela permanência desses indivíduos, os “pedreiros”,¹⁵ nas proximidades da associação, principalmente de manhã e no fim do dia, horários nos quais os associados estão chegando e saindo da Arcan, pois os pedreiros “amanhecem” ali. O referido contexto não permite que esses espaços sejam ocupados por esses atores de modo que estabeleçam laços de pertencimento e identificação. Observou-se que muitos desses sujeitos desconhecem a cidade para além dos limites do seu bairro, com exceção daqueles que declararam terem trabalhado com carrinhos recolhendo materiais pela cidade. Saliemos, aqui, que esses trabalhadores permanecem por muitas horas semanais trabalhando no pavilhão e em casa e que, também por conta disso, não circulam pela cidade.

Como já apontamos, o bairro é alvo de discriminação na cidade de Erechim, porém a presença da Arcan no bairro possui uma conotação diferente dentro dele. Foram frequentes as oportunidades nas quais chegamos à associação e avistamos crianças brincando ali próximo da entrada do pavilhão. Fomos descobrir que elas são filhos e filhas dos vizinhos que moram nas proximidades e que permanecem ali também na expectativa de ganhar algo que os catadores encontram em meio aos materiais recebidos, como brinquedos. Por questões de segurança, os associados nos contaram que o acesso dessas crianças ao interior do pavilhão é proibido. Assim, os vínculos dos associados com essas pessoas se dão de maneira expressiva: “A vizinha aqui da frente tem bastante crianças. Sempre que tem bastante doação, a gente dá pra ela também. Porque as crianças veem a gente comendo e a gente dá pra eles” (Rosa) (Grupo Focal 3).

Esta questão nos fez refletir sobre como esse tipo de situação é uma particularidade de bairros nos quais os moradores pertencem às camadas populares, ou seja, isso imprime uma relação entre os moradores do bairro com uma instituição como a Arcan, o que é algo impensável para bairros elitizados. Pelo que se observa, são estabelecidas relações mais significativas com a vizinhança

¹⁵ Modo como os associados da Arcan se referem aos usuários de pedras de crack.

próxima, a qual, segundo relatos dos catadores, traz seu “lixo seco” até a porta do pavilhão.

A partir da apreciação dos dados produzidos, entendemos que há uma visão de positividade da Arcan por parte dos moradores do bairro. O local é visto por muitos moradores do bairro como uma possibilidade de trabalho para quem não tem acesso a ele. Segundo os catadores associados, que em sua maioria são moradores do bairro há anos, muitos vizinhos vem até eles para solicitar uma oportunidade de trabalho: “Eles querem trabalhar aqui, um que outro que não”, afirma Pedro. Alguns associados garantem que existe uma “folia de abrir outra associação no bairro”, pois, segundo eles, esses vizinhos viram mudanças no padrão de vida dos associados da Arcan.

Quem dera... que muitos pensam assim: “eles estão trabalhando na Arcan, vamos lá pedir vaga”. Quem dera se nós pudesse botar todos, o bairro inteiro que precisa trabalhar, aqui dentro. Porque já aconteceu comigo. Veio uma amiga minha e pediu “ah, arruma uma vaga lá pra mim”. Mas como se não tem material? Ficam brabos! (Ângela) (Grupo Focal 2)

Nesse sentido, alguns relatos apontam que a Arcan é alvo de inveja de muitos vizinhos que almejam trabalhar ali, mas, não conseguindo, acabam difamando a associação.

E daí, ao invés de eles lutarem por si, daí lutam falando mal da Arcan. É isso que eu digo, que tem muitas pessoas que sentem inveja. Muitos lá de fora, não importa dizer fulano, beltrano, ciclano, daí vamos se dizer a Arcan, ganha...acha que nós ganhamos mundos e fundos, daí pra conseguir as coisas eles falam mal de nós. [...] São outras pessoas que catam também, porque eu não sou contra, eu acho que todo mundo precisa de ganhar, só que pra eu ganhar eu vou te prejudicar pra mim ganhar? Não, eu vou ganhar. Se eu querer ganhar, eu vou trabalhar, vou fazer as coisas, né? Não vou querer ganhar falando mal do teu serviço. [...] Daí uns ficam brabos e pensam “eles são ‘zoiudo’ só querem pra eles”, mas não é, [...]se a gente não tem material pra trabalhar. (Josiane) (Grupo Focal 2)

Porém, não se trata de uma perspectiva hegemônica. Nesse sentido, manifesta-se a percepção da falta de reconhecimento por parte de muitos moradores do bairro. Os catadores afirmam que grande parte das pessoas que vivem ali sequer fazem a separação do lixo seco e orgânico em casa. Os associados também justificam essa carência de reconhecimento pelos problemas envolvendo a violência existente ali. Ao se referirem à população do bairro que reside mais distante da associação, eles a caracterizam: “a maioria são drogados, são ‘ladrão’, só pensam em assaltar nós no final do mês. É verdade” (Marcelo) (Grupo Focal 3). Alguns associados contaram que tal situação não ocorreu de fato, porém já tomaram

conhecimento da existência de planos de assalto à Arcan, que, segundo os catadores, eram de quem mora “mais lá do meio do bairro”.

Isso nos remete à ideia da hierarquia da exclusão: entre os pobres e excluídos, alguns são mais pobres e excluídos. No bairro Progresso, é presente essa realidade de segmentação, em que visualizamos sujeitos, como os trabalhadores da Arcan, que, em sua maioria, também são moradores do local. Há os vizinhos que tem o desejo de trabalhar na associação, mas que, em função da conjuntura, acabam se ajustando a outras alternativas de sobrevivência, como a catação pelas ruas da cidade. Além desses, também estão aqueles que são caracterizados pelos associados como os “ladrões e drogados”, os quais vivem mais “no meio do bairro”, recorrendo a atividades ilícitas para sobreviver. Ou seja, trata-se de um bairro cujos moradores possuem diferentes ocupações e inserções na escala social, alguns sendo menos desfavorecidos do que outros. Considerando esses aspectos, os sujeitos da pesquisa se distinguem de grande parte dos moradores do bairro por viverem ali e trabalharem na Arcan.

Nesse contexto, também se encaixa a atuação do poder público junto à associação, considerando que esses sujeitos sentem-se desvalorizados e esquecidos por esse poder. Segundo os relatos dos catadores, um dos únicos suportes recebidos por parte da prefeitura é o atendimento de uma empresa que presta assessoria financeira ao grupo, auxiliando-os no pagamento das contas e na partilha do rendimento.

A frequência de relatos que apontavam as queixas do grupo acerca da prefeitura é significativa: “O prefeito esteve aqui, prometeu mil e uma coisas que ele ia mudar, até prometeu que ele ia fazer um asfalto ali atrás pra nós poder arrastar melhor os bags. Até hoje, ele só se elegeu e não veio mais aqui” (Marcelo) (Grupo Focal 1). Essas reivindicações também se inclinam à questão da falta de materiais, o que o grupo atribui à deficiência de fiscalização por parte do poder público. Para eles, as cargas de lixo seco devem ser destinadas às associações de recicladores, de modo que esse processo seja monitorado, evitando que outras pessoas peguem os materiais enquanto esses estão nos lixeiros das ruas. Os catadores reclamam que os “carrinheiros”, os indivíduos que coletam os materiais nas ruas, passam antes do caminhão da coleta seletiva e recolhem os materiais que são mais rentáveis.

O grupo também descreveu situações nas quais se sentiram hostilizados e negligenciados.

Uma vez nós fomos na câmara de vereadores. Meu Deus do céu! Soltaram os cachorros em nós. Chamaram nós numa sala e tiraram nós da sala. Nós fomos participar de uma, sei lá (seção na câmara de vereadores). Já tiraram tudo nós da sala lá, levaram pra um porão lá, daí botaram um lá só pra listar o que nós queria. Brincando com nós, porque nunca que vão dar o que nós pedimos. Nem pela porta da frente deixaram nós sair, foi lá por trás, lá por baixo. [...] Eles não sabem o esforço que nós fazemos aqui. Eles deveriam dar o maior apoio pra nós. Se eles vão gastar vinte, trinta, cinquenta milhões pra abrir uma nova célula pra enterrar o lixo lá (no aterro sanitário), imagina quanto mais eles iam gastar pra botar o material que nós reciclamos aqui, que é tirado, que é quase o dobro. Porque se teria que fazer uma célula, teria que fazer duas. (Pedro) (Grupo Focal 2).

Outra situação relatada se refere a um prêmio que o grupo conta ter recebido em nome da associação, o que representaria um reconhecimento pelo trabalho realizado. Essa premiação se deu materializada por um troféu que os associados relatam terem visto por uma única vez: “Foi visto uma vez só! Depois está enfurnado lá dentro do meio ambiente lá (Secretaria do Meio Ambiente)” (Pedro) (Grupo Focal 2). A indignação é presente nos discursos desses sujeitos, tendo em vista que eles afirmam estarem regularizados conforme o exigido pelo poder público, porém não recebem o retorno esperado. São relatos de vivências duras, que são difíceis de serem ouvidas, mas que dão face à negligência e à inclusão perversa que esse grupo experimenta.

[...] está ruim devido assim ó que, que nem todos nós que trabalham aqui dentro, nós temos conta, temos nossos filhos, nossa casa e coisa que daí.. o de fora que no caso seria de vir nossa ajuda da prefeitura ajudar um pouco, não precisava ajudar trazendo dinheiro. Mantendo o pavilhão com coleta pra nós já era uma grande coisa. O que é pra gente fazer, a gente faz... não é querer falar, todo mundo aqui dentro trabalha pra se manter. Só que a prefeitura e muitos lojistas não dão essa ajuda pra gente, que a gente precisava, que era o material. A gente não está pedindo a mais, não está pedindo pro pessoal trazer roupa e comida pra nós. A gente só está pedindo o essencial, que é o material que a gente precisa pra gente produzir pro nosso ganho, nosso, da nossa família e todos que trabalham aqui. Nessa parte aí. (Josiane) (Grupo Focal 2).

Com relação a esses aspectos, entendemos que se ajustam ao sofrimento social (CARRETEIRO, 2003, p. 59), ao considerar que essa coletividade ocupa um lugar social desfavorecido e experimenta a dimensão da falta de reconhecimento. Pelos relatos desses atores, é sabido que as dificuldades as quais sofrem efeito não têm visibilidade diante do poder público e de grande parte da sociedade, que vive alheia a esses cenários.

Entende-se que outras comunidades periféricas no meio urbano brasileiro são permeadas por fenômenos sociais de configuração muito próximas à do bairro Progresso. Historicamente, as cidades brasileiras são marcadas pela existência de favelas e localidades segregadas, nas quais vivem significativas parcelas da população pertencentes às camadas populares. São localidades resultantes da negligência e do crescimento urbano desalinhado e que “empurram” grandes contingentes de excluídos a viverem em contexto de vulnerabilidade, promovendo a segregação socioespacial. Tomamos emprestadas as ideias desenvolvidas por Juhas e Santos (2011, p. 162) que discutem a relação entre cinema e psicanálise, tendo como foco o documentário “Estamira”,¹⁶ acerca da personagem catadora que possui transtornos mentais, e a exclusão enfrentada por esses sujeitos. Aplicamos aqui o que esses autores destacam para abordar a realidade de muitos sujeitos que “vivem na borda de um país e de um mundo que não quer saber, e prefere continuar vivendo adormecido em relação à situação da exclusão” por eles enfrentada. Em países em que a desigualdade social é um elemento notável da sociedade, como no caso brasileiro, não é difícil identificar marcadores que definem onde vivem os grupos mais abastados e as camadas populares. Nas palavras de Caldeira (1997, p. 156), “a desigualdade social é óbvia, e os processos de segregação espacial são particularmente visíveis, expressos sem disfarce ou sutileza”.

É nesse espaço dos excluídos, nos guetos ou cidade não oficial, que se abrigam aqueles sujeitos que exercem as ocupações menos prestigiadas e com remunerações mais baixas, como os catadores. São as “múltiplas cidades” na mesma cidade, definidas a partir da apropriação desigual de recursos e *status* social, contexto o qual é constantemente naturalizado, considerando a herança de desigualdade presente no país. Cenários dessa desigualdade podem ser concretamente referenciados ao nos reportarmos novamente ao documentário “Estamira”. No documentário, contemplamos paisagens inicialmente “sem forma”, mas que dão face aos restos da sociedade, aquilo que por nós é negado e esquecido. Sawaia (2001, p. 23) salienta a existência de mecanismos na sociedade

¹⁶ “Estamira” (2004) é um documentário dirigido e produzido pelo cineasta Marcos Prado. A produção trata da história de uma senhora de sessenta e três anos que sofre com transtornos mentais e que, durante vinte anos, viveu e trabalhou no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Dona Estamira, a personagem da vida real, convive com um pequeno grupo de catadores idosos num local renegado pela sociedade, que recebia diariamente mais de oito mil toneladas de lixo produzido no Rio de Janeiro. O aterro funcionou por cerca de trinta e quatro anos e foi desativado em junho de 2012.

brasileira que promovem “o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação, tanto em nível social como do próprio excluído, expresso em afirmações como *‘isto é assim e não há nada que fazer’*”.

4.1.1 O espaço de trabalho dos participantes de pesquisa: uso e apropriação

Buscaremos, aqui, apresentar nossas reflexões acerca dos espaços de trabalho cotidianos de nossos sujeitos de pesquisa a partir dos dados empíricos produzidos. Para além da obviedade do espaço, consideramos seus aspectos físicos e operacionais, mas também as inúmeras possibilidades de leitura desses ambientes no que tange a seus “padrões de uso, os sentidos construídos e a forma como seus usuários o experimentam” (SILVA, CRISTOFOLI e ZANIN, 2012, p.63).

Essas reflexões foram produzidas à luz do delineamento teórico eleito para abordar a questão da apropriação territorial empreendida pelos participantes da pesquisa. Sendo assim, julgamos importante, aqui, reforçar o que entendemos por esse processo. De acordo com as diretrizes teóricas adotadas, concebemos que “a apropriação do espaço é um processo dialético pelo qual as pessoas e os espaços estão ligados, dentro de um contexto sociocultural, a partir dos níveis individuais, grupo e comunidade para a sociedade”. Assim, os principais reflexos desse processo se associam ao “significado atribuído ao espaço, aspectos de identidade e apego ao lugar, que podem ser entendidos como facilitadores de comportamentos que respeitam os ambientes derivados do envolvimento e participação nestes” (VIDAL; POL, 2005, p. 291-292).

Essas significações representam o produto da atuação desses sujeitos no cenário em que se inserem, ou seja, são as regras a partir das quais os trabalhadores desempenham seus papéis. Magnani (2009, p. 5) entende que, com base nelas, pode-se compreender os sentidos dos comportamentos dos sujeitos, bem como

determinar as regularidades, descobrir as lógicas, perceber o ordenamento. Identificando os movimentos, os fluxos, as diferentes formas de apropriação, é possível chegar a padrões mais gerais que nos dão a chave para a compreensão dos comportamentos.

Levando esses aspectos em consideração, destacaremos os principais resultados de nossas leituras a respeito desses vínculos e dessas significações. Ao

longo da pesquisa empírica e do convívio com esses trabalhadores, foi possível ouvi-los se referindo a seu espaço de trabalho ora como “pavilhão”, ora como “barracão”. Pareceu-nos que a primeira denominação ficou mais presente nas interações, sendo assim, é deste modo que essa espacialidade será referenciada ao longo da análise dos dados.

Inspirados nas proposições de Frago (2001, p. 61), entendemos que as denominações que os catadores atribuem a seu espaço de trabalho são decorrentes da ocupação que fazem dele. Sua utilização o transforma em lugar, “o espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói”. Trata-se de uma construção social, materializada por sua organização arquitetônica, disposição dos ambientes, objetos e pessoas fazendo uso deles. Sendo assim, compreendemos que essas disposições são determinantes para a realização e organização do trabalho e dos laços sociais que lá se desenvolvem.

Para a leitura a qual nos propomos, também nos serviram de orientação as abordagens antropológicas de análise de uso e apropriação do espaço. Logo, nos utilizamos da categoria “pedaço” proposta por Magnani (1992, p. 192; 2002) para tratar da apropriação territorial empreendida pelos catadores participantes da pesquisa. O autor destaca que essa noção surgiu como uma “categoria nativa” em seus estudos: “pedaço, aparecia em situações, denotando lealdades, códigos, compartilhados, pertencimentos; a recorrência de seu uso apontava para uma riqueza de significados que valia a pena investigar”. Esses apontamentos sustentam nossas compreensões no contexto desta pesquisa, considerando que nos auxiliam a interpretar os cenários e ações nos quais se encaixam os atores sociais envolvidos na investigação.

Em nosso entendimento, essa definição converge com a concepção de territorialidade, tendo presente que o autor estabelece que a categoria pedaço compõe-se de dois segmentos: um de ordem espacial, ou território definido, e a rede de relações. Assim, este primeiro é demarcado por uma série de signos que delimitam suas fronteiras, definindo-o como espaço de permanência e de encontro.

Entretanto, não bastava passar por esse lugar ou mesmo frequentá-lo com alguma regularidade para “ser do pedaço”; era preciso estar situado numa peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas etc. Assim, era o segundo elemento – a rede de relações – que instaurava um código capaz de separar, ordenar, classificar: era, em

última análise, por referência a esse código que se podia dizer quem era e quem não era “do pedaço” e em que grau – “colega”, “chegado”, “xará” etc. (MAGNANI, 1992, p. 193)

Trata-se de um padrão de leitura das formas de uso e ordenação do espaço que se refere não só à apropriação física, mas também sentimental e relacional do espaço. Aqui, o fator determinante são as relações mantidas e estabelecidas entre a coletividade que “faz parte do pedaço” a partir dos signos e códigos definidos em comum, evocando laços de pertencimento. Porém, existe uma relação de transitoriedade entre o pedaço e o espaço, “pois pode mudar-se de um ponto a outro sem se dissolver, já que seu outro componente constitutivo é o simbólico, em razão da forte presença de um código comum” (MAGNANI, 2002, p. 24).

É nessa rede de compartilhamentos que se estabelecem os pedaços, termo que define “o limite entre o público e o privado”. Quando se aborda a realidade de sujeitos como os trabalhadores da Arcan que são atingidos pela vulnerabilidade socioeconômica em forma de inclusão perversa, “fazer parte de um pedaço” possui um peso muito significativo:

[...] pertencer a um pedaço significa dispor de uma referência concreta, visível e estável – daí a importância do caráter territorial na definição da categoria. Pertencer ao pedaço significa também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os “bandidos” da vila, de alguma forma, acatam. (MAGNANI, 1992, p. 193)

É possível associar essas proposições ao que é entendido por Vidal e Pol (2005) como “espaço simbólico”, o qual se remete à associação de uma coletividade ao seu entorno espacial. São as significações produzidas pela coletividade que se vinculam ao espaço e se imprimem nele, manifestando as representações identitárias do grupo. Outro aspecto referente à construção do sentido de apropriação espacial, levantado pelos autores, é o contexto ambiental no que toca à disposição dos objetos e signos e seu potencial de uso (VIDAL; POL, 2005, p. 287).

Fotografia 2 – Vista parcial da fachada do pavilhão da Arcan



Fonte: Acervo da autora.

Para analisar a espacialidade na qual se dão o trabalho e as relações sociais do grupo que a ocupa, parece-nos adequado, além de vinculá-la ao seu entorno com o bairro, considerar a distribuição de seus ambientes e a relação entre esses espaços. Assim, buscamos descrever os espaços internos e externos com os quais a associação se estrutura, relacionando-os com seus padrões de uso e com as percepções de seus usuários, as quais nos dedicamos a analisar. Como sugere Frago (2001, p. 78), “todo lugar é um espaço percebido, [...] não percebemos espaços senão lugares, isto é espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços”. Em nosso estudo, isso se dá a partir da leitura de como esses são vividos e apropriados pelos sujeitos de pesquisa, contemplando o espaço “produzido pelos valores e pela ideologia (cultural, social, econômica)” (BETTANINI, 1982 apud CASTELLS, 2001, p. 3).

Buscamos alcançar esse propósito a partir de fotos e relatos dos trabalhadores, de modo a concretizar as representações que eles fazem de seu trabalho e dos espaços que ocupam durante o trabalho.

O terreno no qual está o espaço de trabalho dos associados da Arcan é composto por uma área construída, representada pelo pavilhão, e uma parte externa, a qual se limita aos fundos com o rio Tigre. O pavilhão conta com um acesso principal, o qual se comunica com os outros ambientes do espaço interno

como o escritório, a cozinha, os banheiros/vestiários, sala de reuniões e o espaço central onde os materiais são triados. Trataremos inicialmente desses ambientes diversos e, por fim, dos espaços nos quais se dá o trabalho do grupo de uma forma mais direta.

O pavilhão situa-se em um amplo terreno, conquistado pela associação por meio de movimentos sociais e pelo auxílio da comunidade. Na primeira vez em que estive na Arcan, possuía um breve conhecimento do histórico da associação e, também, um grande anseio sobre entender mais a respeito desse universo, além de compreender o funcionamento do trabalho do grupo e do espaço no qual esses sujeitos atuam, suas características e singularidades. Naquela oportunidade, minha visita se deu no intuito de conversar com a então presidente, de modo a me apresentar e expressar minha intenção de pesquisa. Lembro-me que, naquela ocasião, conversamos no escritório, o que me surpreendeu, pois, no imaginário social, esse aspecto não se vincula à imagem de uma associação de catadores.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que, de fato, trata-se de um espaço administrativo dentro do pavilhão, o que é reflexo da organização do cotidiano de trabalho desse grupo e padrão de uso desse espaço. O escritório é um ambiente pequeno, composto por uma mesa e cadeira, além de um armário, no qual são guardados documentos e materiais, como canetas, calculadoras e papéis. Esse local pode ser acessado por todos os associados, porém quem normalmente circula por ali são os representantes do grupo que costumam utilizá-lo para receber pessoas de fora da associação, como os compradores de materiais.

Observamos que o uso do espaço da associação se dá condicionado à oferta dos materiais, considerando que em várias das ocasiões em que estivemos convivendo com esse grupo encontramos o “pavilhão vazio”, como diziam os associados ao se referirem à falta de material reciclável para a realização de seu trabalho. Em algumas dessas ocasiões, os catadores nos relatavam que haviam recebido uma “coletinha que não dava nem pro cheiro”, fazendo menção à baixa quantidade de materiais. Isso fazia com que esses trabalhadores permanecessem apenas algumas horas do dia na associação, predominantemente pela parte da manhã, enquanto havia material para trabalhar, sendo que, no restante do tempo, eles iam para casa.

Aspectos como esses foram sendo percebidos aos poucos, considerando que o nosso acesso ao espaço de trabalho desses sujeitos se deu de modo gradual à

medida que as etapas de pesquisa foram sendo desenvolvidas. À título de ilustração desse transcurso, destacamos que, nas oportunidades em que havíamos marcado encontros para a realização dos grupos focais, o espaço em que a reunião¹⁷ aconteceria era definido pelos catadores, considerando que era necessário que tivéssemos um espaço adequado para a conversa, de modo que todos os envolvidos pudessem estar acomodados. *A priori*, imaginamos que teríamos desafios para a realização dos grupos focais, considerando a divisão em dois grupos e, enquanto um deles estaria participando do grupo focal, o outro estaria trabalhando. Presumimos que os desafios seriam em torno do barulho dos materiais sendo triados e pesados. Porém, no primeiro encontro, o grupo já nos esperava com um local pré-definido e sugeriram que nos sentássemos “na sombra” para conversar, pois as temperaturas daquele dia estavam altas e uma conversa no ambiente interno seria penosa. Logo, grande parte do grupo se mobilizou para levar mesa e algumas cadeiras improvisadas para o local onde conversaríamos.

Esse espaço corresponde ao pátio externo que fica nos fundos do terreno sob a sombra de algumas árvores e do lado do rio canalizado que passa por ali. Com o decorrer da pesquisa, tivemos conhecimento, pelos relatos dos trabalhadores, que esse espaço é utilizado para momentos de confraternização, que se dão normalmente no final do ano. Ao longo dos outros meses, conforme a necessidade, ele é aproveitado para guardar os materiais separados. É uma espacialidade com a qual esses trabalhadores estabelecem vínculos, dado o seu padrão de uso, que é transitório, ora utilizado para o lazer, ora aproveitado para o trabalho.

Nos outros três encontros, a associação já estava enfrentando, de modo mais presente, a falta de materiais e, portanto, só permaneceram ali aqueles sujeitos que participariam da “reunião” do dia, enquanto os demais voltaram para suas casas. Sendo assim, o espaço que é de uso cotidiano para o descanso estava livre e silencioso. Nossos demais encontros se deram ali.

Apontamos esses detalhes para destacar que até aquele momento do estudo, nosso acesso ao espaço de trabalho desses sujeitos ocorreu de forma limitada, considerando que circulávamos inicialmente apenas nesses dois ambientes. Isso, somado ao fato de que, na maioria das vezes em que os grupos focais estavam acontecendo, os associados não estavam trabalhando devido à falta de materiais, o que não oportunizava uma maior percepção do “espaço vivido” (BETTANINI, 1982) e

¹⁷ Forma como os participantes da pesquisa se referiam aos encontros de grupo focal.

apropriado por esses sujeitos. Avaliamos, então, que para que nossos propósitos de que essa abordagem fosse contemplada, seriam necessários novos momentos ali, observando e interagindo com esses sujeitos.

Essas novas oportunidades de interação se deram em sábados pela manhã e em alguns finais de tarde durante a semana. Em algumas dessas ocasiões, nos propusemos a conversar mais diretamente com os catadores durante a realização do seu trabalho, proporcionando acesso mais individualizado a eles e ao lugar.

Nesse sentido, buscamos ler e interpretar aquilo que Castells (2001, p. 3) entende que comporia o espaço: “um conjunto de signos e significações para os observadores, constituindo-se o campo da política do espaço”. São as formas de organizar o espaço a partir das situações de trabalho e convivência desses trabalhadores que nos interessam, pois expressam quem são eles, ou seja, “os indivíduos em conjunto produzem seu ambiente, com a totalidade de suas formações psíquicas, sociais e culturais e, dentro dessa configuração, o ser humano se vale de ações habituais” (LEFEBVRE, 1991; HELLER, 1977, 1989 apud KUHNNEN; SILVEIRA, 2008, p. 297).

Acerca desse aspecto, acrescentamos elementos importantes a partir do ponto de vista da psicologia. Essa discussão conceitual entende que a apropriação é concebida como parte do desenvolvimento humano, sendo que os indivíduos, com base em suas vivências, produzem significados da realidade. É um “construir a si mesmo” por meio de suas ações (VIDAL; POL, 2005) num processo dinâmico de interação com o espaço. Nesse sentido, recordamos a concepção defendida por Pol (1996) ao vincular a ideia de apropriação como projeção. Assim, ao apropriarem-se do espaço de trabalho, tornando-o significativo, os catadores projetam nele aspectos correspondentes à identidade do grupo, às adaptações e às significações ali empreendidas. Exemplos dessa realidade serão demonstrados à medida que apresentarmos os demais espaços apropriados pela Arcan.

Aos poucos, à medida que desenvolvíamos a etapa empírica da pesquisa, fomos conhecendo a totalidade espacial da Arcan e observando os diferentes modos que esses espaços são vividos, significados e apropriados por seus usuários.

Em um dos sábados pela manhã, solicitamos a uma das catadoras, que sempre se mostrou solícita e atenciosa à nossa presença, que nos acompanhasse por um passeio pela associação de modo a nos apresentar os demais espaços e ambientes, aos quais ainda não havíamos tido acesso. Kuhnen e Silveira (2008, p.

300) também se utilizaram dessa técnica ao investigar como crianças percebem, idealizam e realizam o local em que moram. Para essas autoras, o método permite compreender melhor como os sujeitos se relacionam e como significam os locais em que estão e com os quais interagem. De acordo com elas, a observação desse processo “implicou registrar a maneira como os sujeitos se colocavam num determinado lugar, e até mais do que isso, como interagiam entre si, com o meio e com os objetos disponíveis”.

No contexto desta pesquisa, foi possível fazer essas mesmas observações à medida que caminhávamos e fazíamos paradas. A partir da observação de como os atores se comportam e utilizam os diferentes ambientes da associação, além de como interagem entre si enquanto trabalhavam ou apenas permaneciam neles, foi possível compreender um pouco mais como se dão as apropriações. Nessa ocasião, a catadora Josiane ia nos apresentando e relatando no que se configurava cada espaço por ela considerado significativo ou o que era feito ou depositado ali. Ao destacar as informações dos espaços com os quais interagíamos, a catadora expressava elementos de si própria e da coletividade da qual faz parte, do modo pelo qual se apropria deles (KUHNNEN; SILVEIRA, 2008).

Para além dos territórios onde se dá o trabalho, a associação conta com uma área que funciona como cozinha e refeitório, a qual pudemos acessar nessa mesma oportunidade. Trata-se de um espaço relativamente pequeno que possui alguns eletrodomésticos, móveis e utensílios provenientes de doações, conforme nos disse a catadora que nos acompanhava. Esse ambiente é referenciado por seus usuários cotidianos como um espaço de socialização nos períodos do almoço e alguns momentos de descanso. Uma das catadoras afirma ser esse o local preferido na associação: “Porque ali é onde a gente come a comidinha da gente. Cada dia, é um gosto diferente de comida, não é sempre o mesmo gosto” (Teresa) (Grupo Focal 4). Grande parte dos associados permanece ali no horário do almoço durante a semana devido à praticidade que esse ambiente representa: “É que daí a gente não perde tempo de ir pra casa, já descansamos um pouco aqui; daí, se vai pra casa, não dá pra descansar” (Rosa) (Grupo Focal 3).

Nos momentos do grupo focal, a referência a esse ambiente apareceu enquanto dialogávamos acerca da importância do espaço da Arcan para seus trabalhadores. Esses atores nos explicaram como organizavam o uso da cozinha, frisando que existe uma escala e que, a cada dia, um dos associados é responsável

por cozinhar para o grupo: “Ontem, foi a Lurdes. Amanhã, é o Pedro. Depois de amanhã, é a Rosa. Depois, sou eu, e assim vai. Daí troca... a Paula” (Teresa) (Grupo Focal 4). Além de atender à necessidade de alimentação e tornar o descanso possível, as catadoras expressam ser esse um ambiente de descontração: “Que é onde a gente senta, conversa também das coisas ali na hora do meio-dia” (Josiane) (Grupo Focal 4) “Senta, dá risada” (Teresa) (Grupo Focal 4).

Entendemos por essas situações que a espacialidade da associação é organizada a partir de signos e significações construídos pelos sujeitos que fazem seu uso. Nesse sentido, resgatamos o que Geertz (1994 apud CASTELLS, 2001, p. 12) identifica que “o significado é uso (...) provém do uso”. Desse modo, “é através da análise desses usos que temos condições de conhecer alguma coisa geral sobre eles”. A cozinha, enquanto um espaço considerado significativo pelos catadores, assim se dá pela apropriação empreendida por eles. Ao ajustar-se às necessidades desse grupo, esse espaço torna-se apropriado por seus usuários, ao passo que possui regras visivelmente estabelecidas na porta de entrada para seu aproveitamento (fotos na sequência).

Fotografia 3 – Cozinha da associação.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 4 – Placa de aviso no topo da porta de acesso à cozinha da associação.



Fonte: Acervo da autora.

A imagem da placa na entrada da cozinha pode ser lida como um sinal ou marca de apropriação que busca tornar o espaço apropriado pelo grupo. Isso é capaz de expressar quem são esses sujeitos, primando, nesse caso, pela organização, a fim de adaptá-lo de certo modo para viabilizar seu uso.

“Sinais de apropriação” (POL, 1996) como esses não são comuns a muitos espaços de trabalho em outras ocupações. Os catadores, em sua relação com o espaço de trabalho, possuem autonomia para fazer adaptações e mudanças na disposição dos objetos, caracterizando-se como uma particularidade do espaço

criada pelos seus usuários. Esses aspectos coadunam com as proposições de Pol (1996, p. 16), as quais reforçam que à medida que as pessoas estabelecem sentidos de identificação com determinado espaço, “elas tendem para personalizá-lo e, frequentemente, os mesmos objetos usados como indicadores ou símbolos da personalidade (real ou desejada) dos ocupantes servem como sinais de ocupação”. Os sinais de apropriação como esses podem dizer muito da identidade do grupo.

Além dos ambientes já citados, outro visitado foi a entrada do pavilhão, que é bastante utilizado pelos trabalhadores em algumas situações. Além de funcionar como o acesso principal do espaço, ele é apropriado pelos seus usuários para os momentos de fruição, como o intervalo do trabalho, nos períodos de descanso para o lanche. É também onde os catadores costumam tomar chimarrão de manhã antes de começar seu turno de trabalho. Além disso, ali habitualmente são depositados alguns materiais recicláveis, muitos deles provenientes de doações, como vidros e papéis que serão mais rapidamente comercializados. Desse modo, assim que os materiais são vendidos, é também possível enxergar esse espaço “vazio”, apenas com as cadeiras e bancos improvisados.

Durante o passeio, observamos, nesse espaço, a presença de objetos que chegam até a associação com os materiais recicláveis e que são aproveitados para o uso comum desses trabalhadores. A catadora que nos acompanhava explicou sobre um forno que se encontrava ali: “A gente usa pra esquentar alguma coisa pra nós, quando temos lanche”. Dividindo o espaço com esses objetos, está a prensa, instrumento de trabalho para prensar alguns tipos de materiais separados e organizá-los em fardos para posterior recolhimento por parte da empresa compradora.

Acerca do sentido de transitoriedade que a apropriação territorial empreendida pelos catadores possui em relação a esse ambiente específico, Silva, Cristofoli e Zanin (2012) problematizam que:

[...] o uso do espaço obedece a uma lógica criada pelos próprios sujeitos, à medida que esses encontram brechas para a experimentação, a intervenção ou simplesmente para a satisfação de suas necessidades. Essa criação não é, entretanto, um processo que surge do acaso ou alheio às circunstâncias. É fruto da interação dos sujeitos com um contexto material e simbólico específico. (SILVA; CRISTOFOLI; ZANIN, 2012, p. 47)

Fotografia 5 – Entrada do pavilhão.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 6 – Associados em momento de descanso na entrada no pavilhão.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida por uma catadora.

Além do que já destacamos a respeito desse ambiente, há, ainda, um elemento significativo a ser problematizado. Dentre vários aspectos cotidianos do espaço de trabalho dos catadores, reconhecemos, nesse local, significativas marcas

de apropriação: grafites na parede. Esse elemento foi uma das primeiras coisas que atraiu nossa atenção. Segundo os catadores, foram feitos por um grupo de *hip-hop* ao fazerem uma visita ao pavilhão. Essa marca nos pareceu representar uma mensagem que esses trabalhadores buscam passar com sua atuação, ou seja, uma significação produzida a partir das formas de uso desse espaço e que se remete à identidade coletiva. Para Pol (1996), esse artifício pode ser entendido como uma forma de apropriação territorial por meio da qual os sujeitos exprimem seus laços de pertencimento.

Fotografia 7 – Grafite na entrada do pavilhão.



Fonte: Acervo da autora.

O ambiente interno do pavilhão, o qual corresponde à maior parte do espaço construído, é utilizado para a triagem dos materiais. Nessa espacialidade, também são perceptíveis outros sinais de apropriação, como as formas como dispõem os nichos de trabalho. Trata-se de uma área ampla que permite a entrada dos caminhões da coleta seletiva responsáveis por trazer os materiais recicláveis para a associação. Durante algumas visitas, tivemos a oportunidade de presenciar a chegada do caminhão e observar como o trabalho se desenvolve a partir disso. Ali, se estabelecem padrões de uso pelo trabalho, sendo intensamente balizados pelas etapas do trabalho, o qual se desenvolve, em grande parte, nessa espacialidade.

Fotografia 8 – Caminhão da coleta descarregando os materiais na parte interna do pavilhão.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 9 – Caminhão da coleta fazendo descarregamento de materiais na parte interna do pavilhão.



Fonte: Acervo da autora.

A primeira etapa do trabalho realizado no pavilhão corresponde ao descarregamento dos materiais no centro desse ambiente por parte dos funcionários da empresa encarregada pela coleta de materiais recicláveis na cidade de Erechim. À medida que se dá essa etapa, os associados apanham as sacolas nas quais os materiais chegam e fazem sua triagem.

Os demais estágios que compõem esse processo puderam ser identificados e observados a partir de nossas interações com o grupo. Os catadores realizam seu trabalho em duplas, com exceção da catadora Ângela, a qual trabalha sozinha. Assim, após o descarregamento dos materiais, esses são divididos pelas duplas e cada qual rasga as sacolas plásticas e separa os materiais de acordo com seu tipo, depositando-os em *bags*.¹⁸ Assim que os *bags* vão enchendo, as duplas os levam até o espaço o qual é destinado a eles para depositarem esses materiais, que fica tanto na parte interna como na parte externa do pavilhão.

Após serem guardados, os materiais separados permanecem ali até o momento da pesagem e posterior prensagem. Na pesagem, é registrado o que cada dupla produziu, considerando que o rendimento se dá proporcional à produção. A prensa é o instrumento utilizado para a etapa seguinte, porém, mesmo com essa ferramenta, o grupo realiza essa etapa de modo conjunto, pois boa parte desse trabalho ocorre manualmente. Assim, a contribuição de todos os associados é de extrema importância, considerando que são materiais muito pesados. Segundo alguns relatos, muitos *bags* chegam a pesar até duzentos quilos. Nessa etapa, os catadores precisam erguê-los até a parte superior da prensa para que os materiais entrem nela. Enquanto um integrante da dupla fica na parte de cima para garantir que o material entre na máquina, o outro catador fica embaixo, erguendo o *bag* juntamente com os outros colegas. A associação possui um “elevador”, que é uma espécie de guindaste utilizado para auxiliar no processo.

Lá na prensa, vai um em cima, balançando o bag pro material descer. Daí, pra não ficar cansativo, a gente vai se trocando. Daí, fica o dia inteiro fazendo a mesma coisa. Esses dias, ele tinha se machucado (se referindo ao colega da dupla), daí fiquei só eu lá. Daí, estava com muita dor nos braços. (Paula) (Grupo Focal 1)

Rosa também nos explica como funciona essa etapa:

É, depois do material separado, daí a gente pega cada tipo de material, coloca na prensa, que é a máquina que esmaga. Ela esmaga todo o material e daí, dentro de um fardo, vai

¹⁸ Termo usado pelos catadores para designar grandes sacos de material resistente nos quais são depositados os materiais triados.

quatro ou cinco “bag” desses grandes. Vai tudo num fardo só, bem esmagadinho. Daí a gente amarra e tira. (Grupo Focal 1)

Fotografia 10 – Catadores trabalhando com a prensa na entrada do pavilhão.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelos catadores.

Fotografia 11 – Catadores realizando trabalho com a prensa na entrada do pavilhão.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelos catadores.

A pesagem e prensagem antecedem o carregamento, processo que ocorre em dias em que a empresa que compra grande parte dos materiais triados os

recolhe. De acordo com os catadores, essa etapa é a mais desgastante, pois eles empregam muito esforço físico ao transportar os fardos de materiais já prensados até os caminhões que a empresa envia. Nós nos dedicaremos a explorar essa etapa com maior profundidade mais adiante, ao abordarmos a organização do espaço externo da associação.

Fotografia 12 – Catador em frente aos fardos de materiais já prensados.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelos catadores.

O espaço de trabalho dos catadores associados da Arcan, como já pode ser observado, possui suas características e formas de uso que conferem a ele particularidades, como o modo que os associados se organizam para trabalhar. Concebemos que essa se trata de uma característica distintiva desse coletivo enquanto trabalhadores, diante de outros profissionais que talvez não possuam essa autonomia.

Desde nossos primeiros contatos com a associação, os catadores relataram que trabalhavam em duplas, porém isso não foi sempre dessa forma. Há alguns anos, a associação trabalhava com uma esteira na qual passavam os materiais que chegavam até a associação, enquanto os catadores iam fazendo sua triagem. Entretanto, esse processo não era economicamente vantajoso, como destaca Rosa no relato a seguir:

Eu comecei [...] Primeiro, eu trabalhava num supermercado de caixa e aí eu acabei saindo de lá, e a mãe trabalhava aqui. Daí eu vinha aqui e comecei, pedi pra trabalhar. Daí, na época, a gente ainda trabalhava na esteira, que era compartilhada a renda, todos juntos no final do mês. A gente trabalhava todos juntos na esteira. Daí tinha uns que trabalhavam mais, outros que trabalhavam menos, e aí, no final do mês, ganhavam a mesma coisa. Daí eu trabalhei quinze [...] Aí tinha o turno da noite. Eu trabalhava no turno da noite, que era das cinco da tarde até a uma da madrugada. Daí, chegava no final do mês e a gente ganhava muito pouco. Eu trabalhei quinze dias só assim na esteira. Daí eu tirei acho que foi R\$ 315. Daí, no mês inteiro, eu ia ganhar R\$ 600. Daí a mãe começou a trabalhar numa coleta velha que tinha aqui fora. Daí, sozinha, por quilo. Daí ela vendeu esse material dela, o Marcelo também, né? (referindo-se a ele, que concorda) [...] Daí eles venderam esse material que eles separaram sozinhos aqui fora, que era uma coleta velha, que ninguém queria fazer, estava muito podre, ninguém queria mexer naquele material. Daí eles fizeram e venderam. Daí, ali, a gente viu que ganharam mais por quilo. Daí a gente resolveu de fazer por quilo. Daí a gente fez uma reunião, a maioria do pessoal não aceitou, acabaram saindo. (Rosa) (Grupo Focal 1)

Por meio de nossas conversas, fomos ouvindo relatos que nos permitiram conhecer esses aspectos relevantes da história da associação, os quais se relacionam com o modo de organização do trabalho, que, por sua vez, influencia sobremaneira nos modos de uso do espaço. Atualmente, as duplas trabalham espalhadas pelo espaço interno do pavilhão. Em função das grandes dimensões do ambiente, foi possível observar que a interação não ocorre entre todas as duplas durante a triagem dos materiais. A partir das ações individuais e coletivas recorrentes das apropriações dadas nesse espaço de trabalho, ele se transforma no que é; suas regras são, então, estabelecidas por essa dinâmica. À medida que as ações que orientam sua ordenação passam por transformações, a forma de organização espacial sofre adequações. Desse modo, dizemos que o espaço foi adequado de acordo com as novas necessidades do grupo e foi sendo apropriado em conformidade com elas. A respeito dessa ação que transforma e adequa o espaço, Castro (2004, p. 218) aborda a temática do pertencimento, pois “reconhecer-se como alguém que faz parte do lugar onde mora (trabalha) significa poder estar aí de maneira que o que faço conta para tornar aquele lugar o que ele é”.

Fotografia 13 – Espaço interno do pavilhão enquanto os catadores separam os materiais em duplas.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 14 – Espaço interno do pavilhão após a separação dos materiais no final da manhã.



Fonte: Acervo da autora.

Como o grupo nos relatou em diversas vezes, “a Arcan é uma segunda família” para eles. Lá, são estabelecidos laços de pertencimento também por meio das relações sociais. Além de serem sujeitos que experimentam uma realidade

socioeconômica muito semelhante, esses vínculos também se devem ao fato de que muitos associados pertencem à mesma família, como pais e filhos, marido e esposa, companheiros, afilhados. Pudemos perceber que essa característica influencia na composição das duplas de trabalho.

Observei que a sociabilidade é um elemento muito presente no cotidiano desses atores que são, em sua grande maioria, muito falantes e comunicativos, em especial os mais velhos (os “boca de fogo”). Em uma das ocasiões em que estive visitando a associação, após a realização da primeira etapa dos grupos focais, encontrei um grupo de trabalhadores brincando entre si enquanto trabalhavam. Quando me aproximei, uma das catadoras mais jovens, se referindo aos mais velhos, que participaram e se envolveram com afinco no encontro de grupo focal, me disse em meio a risos: “Fiquei sabendo que a profe teve que pedir pra uns calarem a boca na reunião porque não paravam de falar. Esses idosos “boca de fogo”! Imaginei, então, que nossos encontros para os grupos focais tiveram um *a posteriori* do qual eu não pude fazer parte. Eu me divertia ouvindo suas brincadeiras e interações, em sua maior parte despreocupadas com o fato de eu estar ali. Por vezes, percebi que alguns se limitavam nas brincadeiras e palavras em virtude de minha presença. A respeito da sociabilidade, a mim pareceu que alguns dos mais velhos não sabiam ou não lembravam dos nomes dos mais jovens. (Registro em diário de campo – 26/03/2018)

No que se refere à questão da organização do espaço, foi interessante observar como essa se dá. Na realização do trabalho, as duplas partilham o espaço entre si, o que configura uma divisão de territórios, tanto no espaço interno como no externo. Desse modo, como nos disse uma das catadoras, “Cada um tem o seu espaço pra trabalhar, e ninguém mexe no espaço do outro”. São espaços/territórios pessoais de cada dupla, mas, ao mesmo tempo, compartilhados. Ao que parece, esse aspecto nos pareceu que faz parte de um conjunto de regras estabelecidas cotidianamente ao longo do tempo. Outros catadores também abordaram essa questão ao serem questionados sobre isso, como o que pode ser exemplificado pela fala de Lurdes durante a observação participante: “É proibido mexer nas coisas do outro. Tipo: eu guardo meu alumínio, meu cobre ali separado; e o outro não vem pegar. Cada um respeita o espaço do outro”.

Esses aspectos são muito representativos, como nos sugere Castells (2001, p. 13-14) “estão carregados de sentido e são portadores de identidades sociais”. Entendemos serem essas formas de organizar e demarcar o espaço de trabalho um importante modo de apropriação desse espaço, o que lhes pode garantir o sentido de pertencimento e representatividade.

Em uma das visitas aos sábados pela manhã, buscamos chegar cedo, por volta das sete e trinta da manhã, de modo a acompanhar a organização do grupo no início do turno de trabalho. Nesse dia, encontramos Seu Juraci, um dos catadores

mais velhos, abrindo o pavilhão. Ele nos recebeu, e, na sequência, foi até a cozinha para aquecer a água do chimarrão, o qual foi servido alguns minutos depois, quando outros catadores chegaram. Observamos que o início da manhã segue uma rotina de interação em que é servido o chimarrão enquanto os catadores se preparam para começar o turno de trabalho. Assim que alguns trocavam de roupas para suas atividades, dirigiam-se ao seu local de trabalho dentro do pavilhão, enquanto outros continuaram tomando chimarrão e demoravam mais para começar a trabalhar. Por esse cenário, pareceu-nos que alguns dos trabalhadores mais velhos estavam menos preocupados com o horário, ao passo que os mais jovens se demonstravam mais apressados.

Entrei em contato com a Rosa durante a semana para perguntar que dia seria melhor para eu ir, pois queria conviver um pouco mais com eles e fazer algumas fotos do espaço. Perguntei se era melhor ir sexta à tarde ou sábado pela manhã, e ela me respondeu que, na sexta, havia a possibilidade de eles não trabalharem. Minha intenção sempre foi ir ao sábado, pois já imaginava esse quadro pela falta de material e também porque, pela manhã, eles estariam trabalhando, e eu poderia estar ali convivendo com eles nesse momento e experienciando esse trabalho. (Registro em diário de campo – 21/04/2018)

Nessa oportunidade, foi possível acompanhar mais de perto a rotina de trabalho e observar que algumas duplas ficam mais distantes das outras, pois os trabalhadores se distribuem pelo espaço interno. Durante a realização do trabalho, há bastante interação entre eles, porém ela se dá de maneira mais intensa entre quem está mais próximo.

Buscamos circular pelo espaço e conversar com as duplas, procurando fazer uma leitura mais atenta dessa espacialidade. Conforme os próprios catadores nos disseram “Cada um tem o seu lugar pra trabalhar e, de manhã, cada um sabe o seu lugar pra trabalhar” (Josiane) (Relato da observação participante – 21/04/2018). Isso indica que existe uma definição territorial nesse espaço, o que, por sua vez, é determinada pelas suas formas de uso, ou seja, na realização do trabalho.

Pode-se dizer que essa divisão faz parte dos padrões de uso do espaço e das “regras” do lugar. Quem trabalha ali sabe ou aprende como tudo isso se dá. Josiane, uma das catadoras mais antigas na associação, nos explicou que existe certa rotatividade de trabalhadores. Segundo ela, “Uns foram saindo e outros novos foram chegando. Daí os novos entraram no lugar de quem estava antes, de alguém que saiu. Daí chega de manhã e já vai pro seu lugar” (Grupo Focal 1).

Dessa forma, consideramos que esses sujeitos entendem-se como pertencentes a esse espaço de trabalho, ao passo que contribuem na construção desses padrões de uso socialmente estabelecidos, os quais refletem o modo como permanecem/convivem/trabalham nele. Esses mecanismos de apropriação espacial são fundamentais à medida que através deles “os indivíduos são capazes de criar ou captar significados, simbolizando e interagindo com os mesmos, levando-os a incorporá-los à sua própria identidade” (KUHNNEN; SILVEIRA, 2008, p. 297).

Esses territórios são demarcados, muitas vezes, por limites visíveis ou por divisões cotidianamente estabelecidas, como destaca Paula, uma das catadoras mais jovens: “Os *bags* marcam. Daí, quando a gente vê que está um pouquinho a mais pro lado, a gente dá uma puxadinha pra cá. A gente se respeita, né? Cada um tem o seu espaço pra trabalhar” (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Como é possível observar, por meio do trabalho e das interações sociais dadas no pavilhão, como as formas de organizar o espaço, esses sujeitos deixam nele suas marcas, transformando-o. Conforme Vidal e Pol (2005, p. 283), deixam “sua ‘pegada’, isto é, sinais e marcas carregadas simbolicamente. Através da ação, a pessoa incorpora o ambiente em seus processos cognitivos e afetivos de maneira ativa e atualizada”. Essas marcas podem ser entendidas como “depósitos de significados”, o que nos auxilia na compreensão dos laços dados nele.

Além dos *bags*, existem outros aspectos que funcionam como marcas ou demarcadores territoriais, como os tipos de materiais separados. A título de exemplo, existem alguns materiais que são separados por todos os associados, os quais são vendidos para uma determinada empresa que recolhe os fardos já separados e pesados nas semanas de carregamento. Porém, existem outros materiais que são “vendidos por fora” e que algumas duplas separam. Paula e Caio, dois jovens catadores, separam garrafas de vidro e vendem para uma determinada pessoa que compra e paga a eles diretamente. Sendo assim, o grupo entende que o espaço no qual esses objetos são armazenados pertence à dupla referenciada. Entretanto, como uma das catadoras aponta, nem todos os trabalhadores têm essa prática: “Só alguns aqui que vendem outros materiais por fora porque não tem comprador pra todo o tipo de material”. (Josiane) (Grupo Focal 2)

A questão dos limites dos espaços também surgiu quando conversei com Leandro, um catador que, inicialmente, mostrou-se um tanto desconfiado com minha presença, mas que, com o passar dos dias, manifestou-se atencioso e colaborativo.

Sempre com uma visão muito otimista, explicou-me como se dá a organização do seu espaço de trabalho: “O meu espaço é aqui no canto e, da cadeira pra cá, eu sei que é o da Ângela, fica bem na divisa. A gente tem que respeitar o espaço do outro pra não dar treta, porque, às vezes, por uma coisinha, se torna um tubarão” (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Ele continua me relatando uma situação em que se machucou e como isso influenciou no seu cotidiano de trabalho:

Eu comecei neste canto aqui. Daí, quando me machuquei, a Rosa queria que eu fosse trabalhar lá (do outro lado mais próximo à porta), porque ia ser mais fácil pra mim, mas daí não é mesma coisa. Só que uma hora eu ia ter que voltar a fazer força, mas eu fiquei aqui. Eu gosto de trabalhar aqui no canto, que nem diz aquele ditado “quem não é visto não é lembrado” (Leandro) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

A partir da descrição desses detalhes, é possível identificar a relação de apego e apropriação que esse trabalhador possui com o seu espaço de trabalho a partir de sua forma de uso. Mesmo esse espaço de trabalho sendo aviltante, desgastante e degradante, carregado de desafios¹⁹, existem possibilidades de seus usuários criarem seus próprios espaços, com suas marcas e sinais de pertencimento/identidade.

No espaço de trabalho de Leandro e sua dupla, era comum estar tocando uma música pelo celular, o que obviamente atingia ao pavilhão como um todo, mas partia dali. Outro aspecto que pode ser entendido como marcas de apropriação e pertencimento é o que está sendo retratado pela imagem a seguir. No canto direito da foto, é possível identificar uma bandeira de um time de futebol que havia sido descartada por alguém, mas que, por sua vez, foi reaproveitado e pendurado na parede pelo “dono do pedaço”, representando mais um sinal de apropriação.

¹⁹ Trataremos das características e condições físicas deste espaço de trabalho com maior aprofundamento nas próximas seções.

Fotografia 15 – Espaço interno do pavilhão durante o turno de trabalho; bandeira do Grêmio no canto superior direito.



Fonte: Acervo da autora.

Ângela é a única catadora que trabalha sozinha. Ela relatou que isso se deve porque ela “é mais bagunçada”. Ela também descreveu o que fica visível para a diferenciação do seu espaço e de seus colegas:

Os bags até a esteira é meu. Se quiser trocar, tem que fazer uma reunião pra ver o que todo mundo acha, se todos concordam, não é um decidir por todos. Ninguém mexe no espaço do outro. Eu sei que aquele espaço é meu, e daí não mistura bags. (Ângela) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Em seu depoimento identifica-se a possibilidade de criar novos territórios à luz das regras da associação. Isso também apareceu na fala de Dona Sandra ao explicar como ocorre a mudança de local de trabalho, se caso assim alguma dupla desejar: “A Rosa conversa, se o que está no lugar da gente aceitar, daí a gente troca” (Relato da observação participante – 21/04/2018). Assim, as possibilidades de uso do espaço sempre são negociadas entre o grupo.

Compreendemos que esse contexto se adequa à ideia de apego ao espaço, questão que muitos associados relacionam também ao tempo de permanência na

associação e às relações sociais estabelecidas nele: “Tantos anos trabalhando aqui, tem que trabalhar [...] os amigos um ajudando o outro, então ele (o lugar) é nosso” (Josiane) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Giuliani (2004) e Thibaud (2004) (apud KUHLEN e SILVEIRA, 2008, p. 298) tratam desse aspecto, sendo que o primeiro questiona a equivalência de importância entre o “apego a lugares e apego em relações interpessoais”, enquanto o segundo destaca que a percepção do espaço se dá a partir das vivências dadas nesse meio.

Além de ser utilizado para a separação de materiais, o espaço interno funciona como local para que alguns materiais triados sejam guardados, principalmente aqueles que não podem sofrer a ação das intempéries. Segundo os catadores, o papel, se for molhado, perde seu valor comercial, enquanto os vidros podem acumular água, representando riscos de doenças. Josiane apontou essa preocupação durante o passeio dirigido ao nos mostrar um local coberto onde estes materiais são armazenados: “Devido à chuva, pra não acumular água, fica a sucata de vidro aqui que não molha, devido à dengue, e porque também pode ganhar multa”.

Fotografia 16 – Espaço em área coberta destinado para o armazenamento de vidro.



Fonte: Acervo da autora.

Ademais, as duplas guardam seus bags com materiais já triados nesse mesmo espaço coberto, porém esse ambiente é limitado para essa função; sendo assim, o espaço externo é aproveitado para isso. Da mesma forma que territórios são estabelecidos no ambiente interno, esse segundo espaço também passa por esse mesmo processo.

4.1.1.2 Os territórios dos espaços interno e externo

Normalmente, quando nos remetemos à ideia de território, uma das primeiras imagens que nos vem à mente é de um espaço com fronteiras rígidas entre estados e países onde as relações de poder se dão de maneira mais visível. Esses espaços são, com frequência, permeados por conflitos, os quais são impulsionados pelos distintos interesses e relações de poder. Ao abordarmos a concepção de território e fronteiras no presente estudo, identificamos a existência de alguns territórios muito importantes, estabelecidos a partir de seu uso social. Já abordamos um deles anteriormente, cuja fronteira é bem delimitada entre a associação e o bairro. Nessa fronteira, identificamos uma “trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 2000) entre aqueles sujeitos moradores do bairro e que podem trabalhar na Arcan e os outros moradores que são usualmente reconhecidos como os “ladrões e drogados”.

Mas, para além dessa fronteira, concebemos a existência de microterritórios dentro da própria Arcan, com fronteiras mais porosas e maleáveis, tecidos de modo mais fluido, o que permite trocas, passagens e compartilhamentos entre os indivíduos que por eles circulam. São os diferentes espaços ocupados e estabelecidos pelos catadores na realização de seu trabalho, os quais representam as marcas e sinais de apropriação produzidas pelos catadores. Assim como as fronteiras entre países e estados, estes também são passíveis de conflitos, os quais são tolhidos e mediados por seus usuários cotidianos. A impressão que construímos desses microterritórios, dentro dos limites da Arcan, são de espaços demarcados e estabelecidos socialmente, os quais derivam da bela complexidade das relações estabelecidas a partir do coletivo.

Esses microterritórios produzidos socialmente estão inscritos num campo de poder, tendo em vista que alguns critérios contribuem para sua delimitação, como o modo que são estabelecidos os nichos de trabalho. Buscaremos desenvolver nossas

reflexões acerca dessas fundamentações, que também se vinculam à questão etária dos catadores, ao tempo de associação desses sujeitos, à rotina de trabalho, conferindo determinadas particularidades do uso do espaço de trabalho. Assim, entendemos que essa realidade é uma particularidade desse grupo, tendo em vista que não são em todos os espaços de trabalho, de catadores ou em outras profissões, que isso é viabilizado.

No ambiente interno do pavilhão, além da divisão do espaço entre as duplas, existe ainda outra classificação: o espaço “de baixo” e o espaço “de cima”. O primeiro se refere à maior parte do pavilhão, onde trabalham sete duplas e a Ângela. Já a última área corresponde aos fundos do pavilhão, o “outro setor”, que fica em uma parte mais elevada, na qual trabalham duas duplas. Essa fração do espaço nos foi referenciada pelos catadores que trabalham na parte de baixo como o “grupinho da Lurdes”. Esse “grupo” é composto por duas duplas que contam com três dos associados mais velhos e com maior tempo de associação, critério que lhes confere certos “privilégios” em relação aos outros associados ao usufruírem de algumas características do espaço que facilitam seu trabalho.

A observação participante nos permitiu perceber o espaço o qual nos encontrávamos com os catadores também a partir das lentes desses atores. Assim, pudemos experienciar esse ambiente, observar o modo como os objetos se distribuem e sentir os movimentos que se dão ali. A partir disso, foram ficando mais claras as apropriações dadas naquele espaço com base nas características que separam, por exemplo, que é o “espaço de baixo” e o que é o espaço do “grupinho da Lurdes”. Foi possível identificar que essas delimitações se dão pelas formas de uso do espaço e, também pelas relações de poder estabelecidas no grupo, as quais buscaremos destacar.

Um dos aspectos que exerce influência na configuração desses espaços é a distribuição da coleta, ou seja, a divisão dos materiais que chegam à associação para serem triados. Paula é uma das catadoras que trabalha no espaço de baixo e ela nos descreveu alguns fatores importantes dessa configuração:

Lá em cima, a gente não vai. Se acaba a coleta deles, eles vão descansar. Eles se dividem a coleta. Aqui embaixo, somos em mais gente. Se acaba a nossa coleta, a gente vai descansar. O lado de lá é deles e, se acabar a coleta, a gente não pode pegar deles. Se não tem coleta, eles vão pra casa, e nós também, se não tem coleta, nós vamos pra casa. (Paula) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Observa-se que a delimitação do espaço fica evidente pela percepção do que é “nosso” e do que é “deles” e, ainda, pela diferença no ritmo do trabalho realizado em cada uma dessas duas espacialidades que, de acordo com o observado, se dá de maneiras distintas. Foi possível observar que, no final dessa manhã, após as duplas que trabalhavam na parte de baixo concluíram seu trabalho, as duas duplas do “grupinho da Lurdes” permaneceram trabalhando em seu ritmo independente do fato de os demais estarem indo pra casa. São as marcas vivas, carregadas de significação que são estabelecidas no espaço enquanto o trabalho acontece.

Esse espaço de cima é menor em área e, portanto, possui limitações quanto à sua capacidade de receber material. Isso fica evidente na fala da catadora Paula ao nos explicar como fazem a divisão da coleta entre as duas partes: “Vou te dar um exemplo: hoje, não vem carga; mas daí, se vem três, fica duas aqui e uma lá, porque aqui tem mais gente. E também porque não tem espaço pra colocar mais coleta. Se encher demais lá em cima vai cair” (Relato da observação participante – 21/04/2018). Na foto a seguir, é possível ter uma visão geral do espaço de cima, em segundo plano, e do espaço de baixo, em primeiro plano.

Fotografia 17 – Espaços de cima e de baixo.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 18 – Vista parcial do espaço de cima.



Fonte: Acervo da autora

Além desse aspecto, o “grupinho da Lurdes” fica mais distanciado do restante dos catadores. Destacamos esse detalhe em função de que nosso acesso a essa parte do pavilhão foi menos frequente, considerando que entre esse grupo e o restante do pavilhão ficam as cargas de materiais recicláveis, o que dificulta a livre circulação pelo espaço. Na oportunidade em que estivemos conversando com os associados da parte de cima, demoramos um tempo considerável até conseguir acessá-los, pois o caminho até eles exige atenção e cuidado para com os materiais recicláveis ali dispostos. Outro ponto importante que funcionou como limitante para que avançássemos no trajeto é a presença de cães que circulavam dentro do pavilhão revirando os materiais. Um dos catadores posicionou uma cadeira, de modo que nos serviu de degrau para que conseguíssemos chegar “lá em cima”.

Ao ser questionado a respeito dos motivos de trabalharem ali “em cima”, o integrante de uma das duplas indica que o ritmo de trabalho ali se dá de uma forma diferente da que ocorre na parte “de baixo”: “Pra não se misturar muito, né? Tipo em lanche, essas coisas, eles gostam de parar muito e nós não paramos” (Lurdes) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Além disso, ela destaca que prefere trabalhar na parte de cima: “É mais tranquilo. Eu acho melhor aqui do que lá embaixo. Lá, é muita gente”. São as significações produzidas por esses sujeitos que se vinculam ao espaço e se imprimem nele, manifestando suas representações identitárias, que, nesse caso,

são simbolizadas pela preferência em trabalhar de maneira mais tranquila e distanciada, de pertencer a determinado grupo e não a outro.

Pelo que é exposto pelos catadores que usam o espaço “de cima”, parece-nos que o fato de estarem trabalhando ali, naquela parte do pavilhão, de certa forma os distancia de possíveis conflitos.

Nós ficamos mais aqui do que em casa. Só quando não tem coleta daí nós vamos pra casa. [...] Nós chegamos aqui e trabalhamos e todo mundo sabe que o espaço aqui é nosso. Os lá de baixo não sobem pra cá e nós não descemos pra lá. Se não tem coleta aqui, nós vamos pra casa; e se eles não têm, eles não vêm mexer na nossa”. (Lurdes) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Dona Sandra, uma senhora extremamente doce e alegre, é outra catadora que faz parte do “grupinho da Lurdes”. Lembramo-nos de seu sorriso hospitaleiro na primeira vez em que a vimos, o qual permaneceu em todas as oportunidades que conversamos com ela. Essa catadora aborda um contexto semelhante ao que aparece na fala de Lurdes ao ser questionada a respeito das razões de trabalhar naquele espaço durante a observação participante: “Eu gosto de trabalhar quieta no meu canto, assim que eu gosto...individual. Aqui em cima é melhor”. Dona Sandra busca reforçar sua afirmação ao me apontar algumas diferenças que percebe em relação ao espaço de baixo:

Eu gosto daqui. Lá embaixo, é mais movimentado. Aqui, é bem mais calmo. Aqui, eu e a Lurdes gostamos de trabalhar aqui em cima. É melhor. Tu também, né, Lurdes? (Dirigindo a palavra à Lurdes, e esta concorda) Gosto de trabalhar aqui em cima, mais tranquilo. (Dona Sandra) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Dona Sandra ainda acentua a questão do respeito que as duplas mantêm pelos espaços/territórios de trabalho de seus colegas: “Mexer no nosso lugar não [...] nem pode [...] cada um tem o seu canto. Eu, do lado de cá; e ela (Lurdes), do lado de lá. Daí a divisa é naquele pau ali” (Relato da observação participante – 21/04/2018). Nesse caso, fica claro, pelo que foi exposto, que há um zelo pela manutenção da harmonia na divisão do espaço para trabalhar. Além disso, há laços afetivos entre as duas, o que pôde ser constatado durante nossa permanência na associação.

A partir das interações estabelecidas com o grupo, pareceu-nos visível certa “hierarquia” em quem permanece no espaço de cima. Como já destacado, esses trabalhadores relatam que preferem trabalhar mais distanciados do grande grupo por

se apresentarem ali ritmos diferentes de trabalho. Assim, presumimos que o grupo todo permitiu que o “grupinho da Lurdes” permanecesse ali, havendo reconhecimento e respeito por eles. Isso se deve, ao que parece, pelo fato de que o “grupinho” é composto por pessoas mais velhas e que estão há mais tempo na associação. Entendemos que as possibilidades de uso dos espaços podem ser negociadas, o que confere a esse grupo de trabalhadores essa particularidade, mesmo estando inseridos em um contexto de trabalho insalubre.

Observei que por várias situações em que conversava com os catadores, esses, ao se referirem ao casal/dupla mais velho, tem um cuidado e afeto muito grande. Eles o chamam de Seu Jura e Dona Sandrinha. Lurdes também é muito respeitada. Ela é uma das catadoras que auxiliou na fundação da associação e, por várias vezes, enquanto eu interagia com eles e os questionava sobre algum aspecto relacionado ao histórico da associação e estes não sabiam a resposta, Lurdes era sempre uma referência. (Registro em diário de campo – 22/04/2018)

Além disso, ocorre certa transitoriedade no estabelecimento dos territórios de trabalho, ou seja, ocorrem mudanças dos lugares nos quais cada dupla permanece enquanto trabalha. Isso também se aplica na distribuição de quem trabalha “em cima e embaixo”, como pode ser identificado pelo que é exposto por André enquanto realiza suas tarefas:

Cada um respeita o seu lugar. Eu comecei trabalhando aqui; e ela (Lurdes) me ensinou que tal lugar é pra levar e tal. Daí eu comecei lá embaixo. Faz pouco tempo que estamos aqui em cima. Nós trabalhava ali embaixo. Nós viemos aqui pra cima porque tinha uns que saíram e nós queria vir aqui em cima. (André) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Nessa mesma ocasião, Lurdes nos contou que já trabalhou com sua filha Rosa antes de Marcelo, marido de sua filha, entrar na associação. Assim que houve essa mudança, novos associados entraram para a Arcan. Com isso, algumas duplas foram redefinidas, como a atual situação de Lurdes e André: “Aqui em cima precisava de alguém com força, daí não dava pra ser um novato. Ele, como tem força, veio trabalhar aqui comigo” (Lurdes) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Essa realidade é permeada pelas relações que esse grupo estabelece com seus espaços de trabalho à medida que eles têm a possibilidade de fazer certas escolhas e desenvolver o senso de pertencimento e identidade.

De acordo com o que alguns catadores relataram acerca da divisão em territórios ocorrida no espaço externo, essa foi se dando conforme o tempo de

associação, ou seja, os trabalhadores que estão há mais tempo na Arcan escolheram o local no qual guardam seus materiais primeiro. À medida que novos associados são admitidos, essa distribuição vai ocorrendo e estes utilizam os espaços que ainda não eram utilizados. Por se tratar de um ambiente amplo, os materiais ficam bem distribuídos na parte externa, porém existem certos mecanismos de delimitações dos territórios que nos foram relatados por seus usuários. Além das conversas que tivemos com os associados ao longo de nossas visitas, foi durante o passeio dirigido, no qual uma das associadas nos conduziu, que pudemos visualizar e identificar essa organização espacial de maneira mais atenta.

Por meio da descrição de Josiane no passeio dirigido, é possível compreender, de maneira mais clara, a forma como o espaço é utilizado:

Aqui tu viu, profe, que a gente trabalha em dupla. Onde tem montinho de *bag* tem dono. Cada monte de *bag* desses tem dono. Tudo já material separado pra venda, já pra prensar. Esse material, depois, é todo prensado. Daí cada montinho tem o dono. Daí ninguém pega o lugar de ninguém. É tudo separadinho certo. (Josiane) (Relato do passeio dirigido – 21/04/2018).

Fotografia 19 – Espaço externo com a divisão dos territórios.



Fonte: Acervo da autora.

Josiane pôde nos acompanhar, pois o material com o qual ela e seu colega estavam trabalhando havia terminando e, neste dia, era um sábado de feriado. Sendo assim, não receberiam mais cargas de materiais. A grande maioria dos outros catadores permanecia trabalhando, pois ainda havia material para triarem. Enquanto caminhávamos, ela avistou um dos trabalhadores e me explicou: “Lá onde o Matheus está levando. Lá é o monte dele. É o que ele reciclou lá dentro, que depois é trazido pro seu espaço. Cada pessoa tem o seu espaço”.

Ao longo de nossa caminhada, os espaços de algumas duplas nos foram indicados por essa catadora, inclusive o dela:

Aqui é o meu monte. Eu e o Diego já separamos. Aqui tem azeite (embalagem), pote, PET, papelão, misto e caixinha. Como lá dentro não tem muito espaço, a gente coloca a sucata (ali). Depois, o último que puxar seu bag de lá cobre com uma lona pra não molhar. (Josiane) (Relato do passeio dirigido – 21/04/2018).

Fotografia 20 – Território de uma das duplas de catadores na parte externa.



Fonte: Acervo da autora.

Ao chegarmos próximo ao limite do terreno do pavilhão, ainda no espaço externo, nos foram mostrados alguns materiais recebidos pela associação em forma de doação. Havia ali materiais como mangueira plástica, canos de PVC²⁰, barras de ferro, entre outros, os quais podem ser vistos na imagem, na sequência. A catadora que nos acompanha afirma que a renda conquistada a partir da venda desse material “é da Arcan”, ou seja, é destinada para o pagamento de vencimentos mensais como energia elétrica, água, telefone e gás de cozinha. Ao nos aproximarmos desses materiais, ela afirma que:

[...] (este espaço) aqui não é meu nem de ninguém. Daí, quando temos mais tempo, normalmente no dia de semana, a gente se junta e separa. Daí esse material é vendido pra pagar as contas da Arcan e pra alguma manutenção pra dentro do barracão, que aí não precisa tirar do bolso da gente. As latas, vidros, é vendido pra isso. A gente se organizou, fez ata e reunião pra não ficar muito pesado pra gente. Várias pessoas doam, e a gente acumula nesse lugar. Tem bastante firma que doa, e a gente tem licença ambiental pra poder pegar isso. (Josiane) (Relato do passeio dirigido – 21/04/2018).

Fotografia 21 – Materiais recicláveis provenientes de doações.

²⁰ Policloreto de polivinila.



Fonte: Acervo da autora.

Logo nas primeiras visitas à associação, ouvimos o relato de alguns catadores sobre uma doação recebida pelo grupo. Com essa verba, a Arcan realizou sua adequação junto ao Corpo de Bombeiros referente ao sistema de combate a incêndios, com instalação de caixas d'água e hidrantes no pavilhão.

Porém, a associação vem enfrentando problemas com esse sistema, pois as caixas d'água foram danificadas pelos ratos. A resolução dessa situação está dentro das manutenções que os associados esperam fazer: "Ali, tem as caixas d'água que são pros hidrantes. Só que já tomamos um prejuízo demais grande, os ratos roeram ali. Elas estão vazias, e uma é ligada na outra. Daí já estão vazias" (Josiane) (Relato do passeio dirigido – 21/04/2018).

Fotografia 22 – Localização das caixas d'água no espaço externo.



Fonte: acervo da Autora.

Fotografia 23 – Vista parcial do espaço externo.



Fonte: Acervo da autora.

Assim como na parte interna do pavilhão, “Lá fora cada um tem o seu canto de pôr seus *bag* cheio”, onde são deixados os materiais que não cabem nos territórios internos. Um dos catadores mais jovens nos relatou que o espaço o qual

ele utiliza na parte externa foi escolhido por ele ao afirmar: “vi que não tinha ninguém usando” (Caio) (Relato da observação participante– 21/04/2018). Ainda, de acordo com seu relato, são comuns os acordos entre os catadores pra preservar os territórios de uso de cada um e evitar conflitos: “E, muitas vezes, se põem perto, a gente põe uma tábua pra separar, que daí a gente sabe de quem é. Daí a gente conversa: ‘Aqui é o meu; aqui é o teu’”.

Leandro também nos relata formas cotidianas de como se dá essa organização de territórios: “Tipo, o meu espaço lá fora eu divido com o seu Jura (Juraci). Daí, pra não dar mistura, eu boto uma ripinha que divide. Daí não mistura. Daí a gente sabe. Por aquelas ripas, a gente sabe” (Relato da observação participante– 21/04/2018). Dentre esses vários aspectos cotidianos do espaço de trabalho dos catadores, reconhecemos as marcas de apropriação no espaço. Divisões e demarcações dos territórios das duplas se aplicam a essas significações.

Ao analisarmos esses padrões de uso e organização do espaço dos catadores da Arcan, incluindo a divisão territorial entre as duplas e os espaços do “grupinho da Marli” e o “de baixo”, entendemos que essas configurações angariam sentido para esses atores, de modo que atendem às necessidades do grupo. Kuhnen e Silveira (2008, p. 297) nos auxiliam nessa leitura, destacando que essa realidade se ajusta a uma forma de apropriação do espaço:

transformando os espaços em lugares significativos, a apropriação é por nós conquistada em dois sentidos, um que se dirige aos outros na conquista do espaço e outro a si mesmo, quando procura adaptar o espaço às próprias necessidades.

A maioria das duplas acessa a parte externa da associação por uma grande porta, de modo que os *bags* são arrastados até o local em que serão armazenados. Porém, duas duplas trabalham nos fundos da parte interna do pavilhão, no “grupinho da Lurdes”, sendo assim, seu acesso ao ambiente externo se dá por uma ampla janela que se comunica com a parte de fora. Deste modo, esses quatro trabalhadores têm como prática erguer os *bags* e passá-los pela janela. Quando o material tem peso muito elevado, eles o arrastam, percorrendo todo o espaço do pavilhão até chegar ao seu território externo pela porta. Por meio de alguns relatos, é possível perceber que as divisões territoriais também ocorrem no espaço externo. Uma das catadoras que ocupa o espaço de cima para trabalhar explica algumas das particularidades desse processo:

O nosso espaço (lá fora) é aqui atrás, então é bem mais separado. O deles é mais junto. Eu coloco na beira do muro. O deles tem que marcar. Se um coloca plástico, o outro coloca papel pra não misturar. Nós temos bastante espaço. É mais longe pra puxar, mas todo mundo se ajuda. (Lurdes) (Relato da observação participante– 21/04/2018).

Nessa mesma oportunidade, conversamos com Dona Sandra, que também trabalha nos fundos do pavilhão com seu marido, que é sua dupla. Ao fim de nossa conversa, foi possível observar o material sendo erguido e atravessado pela janela até o lado de fora. Essa catadora explica como se dá esse processo e destaca que adaptações foram feitas no espaço para facilitá-lo: “Quando o material é leve, a gente sobe ali na escada e levanta o *bag* pra cima”. Porém, observamos que a dupla não conseguiu erguer esse material sozinho. Sendo assim, eles solicitaram a ajuda de André, para subir na janela, e da Ângela, para “dar uma mão” para erguer.

Fotografia 24 – *Bag* sendo atravessado pela janela até o espaço externo.



Fonte: Acervo da autora.

Durante a observação participante, André, que trabalha como dupla de Lurdes, explica quais são os principais desafios enfrentados por eles: “Pior pra nós é erguer. O PET²¹ e o azeite (frascos vazios) é mais fácil; o papelão judia mais. Nós

²¹ Materiais de Polietilenotereftalato.

aqui em cima se judiamos mais porque tem que erguer, porque cada um tem seu lugar pra aqui pra botar (os materiais)”.

É também no espaço externo onde normalmente ocorre uma das fases do trabalho que é o carregamento, processo no qual os catadores abastecem o caminhão da empresa compradora com os materiais triados e já prensados. Essa etapa do trabalho é destacada pelos trabalhadores como uma das mais desgastantes fisicamente. Ângela, uma das catadoras, nos explica rapidamente como isso funciona: “Tudo o quanto é tipo de plástico agora [...] a gente prensa, ajeita, faz os fardos. Depois, vem o comprador e a gente tem que ‘bolhar’ pra cima do caminhão” (Relato da observação participante– 21/04/2018). Sempre que questionados sobre os principais desafios enfrentados na realização de suas atividades, ouvia com frequência esse estágio como resposta. Pelas palavras de alguns catadores, é possível traduzir o que significa essa fase para eles: “O dia do carregamento é bom que valoriza o feijão e o arroz que bota no bucho, porque, se é meio frouxo, não aguenta”. (Leandro) (Grupo Focal 2)

É cada fim de mês, antes do dia dez, no caso, que a gente pega o dinheiro, né? E daí a gente tem que carregar o material pra gente receber. Aí vem os *containers* que a empresa manda, de misto, de papel e daquelas caixinhas, sabe? Daí a gente pesa nessa balança aqui e carrega até o *container* e vira em cima do *container*. (Josiane) (Relato do passeio dirigido – 21/04/2018).

Compreensões parecidas aparecem nas falas de outros catadores ao longo das interações na observação participante, os quais destacam algumas das principais limitações desse espaço para a realização de suas tarefas. Isso pode ser identificado na fala da catadora Lurdes: “Sofre mais nos dias de carregamento; tem uns *bags* pesados que pesam até duzentos quilos. No dia do carregamento, a gente sofre mais. Se o sol está muito quente, judia também”. Além do fator apontado, outros obstáculos são vivenciados pelos catadores, como destaca Leandro: “Quando chove, pra carregar depois da chuva, tem barro, é sofrido”. Situação parecida é enfatizada por Ângela, outra catadora que aponta uma possível mudança que poderia ser realizada: “Ali fora, a gente sofre mais, é mais puxado. Ali fora, teria que ter um piso pra puxar os *bags*. As britas (pedras) seguram os *bags*, e nos dias de barro é ruim”.

A catadora Josiane compara o esforço dedicado a essa etapa de trabalho como ao feito por animais: “Aqui é brita, e a gente puxa no muque mesmo. A gente

leva assim que nem boi. No dia do carregamento, só digo que é sofrido. Quando o sol é forte, tu te obriga a carregar” (Relato do passeio dirigido – 21/04/2018). Além do que foi exposto, essa é uma etapa bastante perigosa, pois o carregamento de alguns materiais oferece riscos: “Acho que a separação é a (etapa) mais leve. Daí o carregamento já é mais pesado. O carregamento dos vidros, que daí tem bastante risco” (Rosa) (Grupo Focal 1).

Fotografia 25 – Carregamento sendo realizado.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida por um catador.

Estes elementos do cotidiano do trabalho destes atores nos ajudam a pensar sobre os riscos e condições de insalubridade que permeiam a realização de suas tarefas rotineiras. Trata-se de um trabalho que exige que os catadores mantenham-se atentos e se antecipem diante dos riscos iminentes, de modo a preservar sua

integridade física. Buscaremos fazer uma discussão mais aprofundada destes aspectos característicos da atuação dos catadores nas seções posteriores.

4.1.1.3 As condições físicas do espaço para o trabalho

Certamente, na primeira vez em que se chega à associação de reciclagem, as cenas são impactantes, principalmente para sujeitos que não estão habituados a esse universo. Ao longo dos encontros de grupos focais, os associados foram nos relatando situações em que receberam visitantes e que ficavam visíveis certas reações neles, tanto negativas como positivas.

Às vezes, vêm turmas de escolas conhecer como separa, conhecer os materiais. A gente fala como eles têm que separar em casa também pra entender melhor, pra separar em casa. [...] A maioria vem e fica muito espantada com a forma de trabalhar, pelo cheiro também. Tem uns que não querem chegar lá perto do material por causa do cheiro. Assim como tem outros que querem ir lá separar, querem pegar, querem tocar, querem ajudar. (Rosa) (Grupo Focal 3)

Nossas visitas passaram a ser frequentes por um período aproximado de dois meses e meio. Assim, aos poucos, fomos nos ambientando com o cotidiano, a dinâmica e os movimentos do lugar. Considerando as condições do ambiente de armazenar os rejeitos da sociedade, como o “fim da linha do consumo”, já imaginávamos que poderíamos ter ali algumas “surpresas” cotidianas para as condições desse espaço, como quando percebíamos passando por ali alguns pequenos vultos, os quais buscávamos, por ora, ignorar.

Para além das nossas impressões e experiências, traremos presentes as manifestações dos trabalhadores, verdadeiros usuários cotidianos desse local, levando em conta a pluralidade de significados que esse espaço possui para esses atores. Por meio das inúmeras interações com o grupo, descobrimos que grande parte deles, principalmente os mais velhos, já trabalhavam como catadores independentes antes de entrarem para a Arcan, ou seja, muitos percorriam a cidade catando materiais e empurrando carrinhos. Sendo assim, ter um espaço como o da associação para trabalhar representa uma conquista importante para o grupo. Ao abordar esse aspecto, os associados destacaram inúmeras diferenças nas condições ambientais do espaço de trabalho:

Aqui dentro não tem dificuldade, aqui dentro é fácil. (Josiane). É que a gente não trabalha no sol, não trabalha na chuva, é um lugar coberto. [...] É muito importante, porque acaba com

aquele sofrimento de estar caminhando pela rua, pegando chuva, sol. (Teresa). (Na rua) Às vezes, achava; às vezes, não achava. Aqui não. Aqui sempre tem um pouco (de material). (Seu Juraci). Aqui é bem importante, Nossa Senhora do céu! Não tem nem comparação. Na rua, a gente passa de tudo e mais um pouco. (Dona Sandra). A vantagem é que a gente não pega sol nem chuva. A gente vivia gripado. (Josiane). O material vem direto aqui. (Lurdes). O material vem pra nós. Quando tem material, ele vem direto. (Teresa) (Grupo Focal 4)

Pelo exposto, ficam evidentes as transformações ocorridas na rotina de trabalho desses atores, os quais passavam por grandes dificuldades ao realizar seu trabalho pelas ruas da cidade. Pedro relata a falta de espaço para trabalhar que enfrentava: “Eu era atropelado todo o dia. Eu ia pra calçada, me atropelavam pra rua. Eu ia pra rua, me atropelavam pra calçada” (Grupo Focal 4). Dona Sandra também relembra de forma bem-humorada algumas das contrariedades vividas ao trabalhar na rua: “Em (cidade W), era ‘sai da rua, louca, não vê que o carro vai te matar, ô praga?!’” (Grupo Focal 4). Josiane também lembrou de uma situação vivida: “Que nem uma vez um carro quase me atropelou. Do carro, gritou pra mim ‘O que que tu tem na cabeça?’ E eu gritei pra ele ‘Cabelo!’” (Grupo Focal 4).

O fato de possuírem um espaço para trabalharem significa segurança para eles, que enxergam também, nessa espacialidade, a possibilidade de trabalharem junto a seus amigos. Como apontam Rosa, “Se a gente não tivesse esse espaço, não tinha esse trabalho” (Grupo Focal 3), e Diego, “Quem sabe nem todos que estão aqui dentro, muitos não iam se conhecer, não iam ter a amizade que têm” (Grupo Focal 3).

A respeito das condições materiais do espaço para trabalhar, percebe-se que os associados empreendem diferentes sentidos a ele. Leandro compara o espaço do pavilhão da Arcan ao de outra associação, destacando as diferenças que observa: “O espaço é bom, porque nenhuma reciclagem é organizada assim. Nas outras, é mais apertado. Lá no (outro bairro), na outra reciclagem, o caminhão não entra lá. Aqui é bom. Aqui é que nem estar no apê do Lula” (Relato da observação participante– 21/04/2018). Josiane ressalta os aspectos positivos, porém, assim como os outros, apresenta algumas limitações vinculadas à falta de material: “O espaço aqui é bem bom pra trabalhar. O pátio é grande aqui e coisa. Só que quando a coleta é pouquinho, o espaço vai ficando pouquinho também, que agora estamos sem nada de coleta” (Grupo Focal 4). A preocupação quanto a essa situação fazia-se presente em outros discursos, como o de Ângela ao se referir à falta de material: “Chega a dar falta de sono quando a gente vê que a Arcan está indo pro fundo do

poço. A gente se sente no fundo do poço” (Grupo Focal 4). Ao serem questionados sobre os principais desafios encontrados na realização de seu trabalho, muitos apontam o frio extremo no inverno e o calor no verão. Porém, assim como mencionam as dificuldades, já o fazem com as adaptações por eles processadas. Letícia me explica como isso funciona no inverno: “É frio, sim, no inverno; mas daí, quando a gente chega, nós temos sempre um carrinho velho e temos sempre um fogo ali. Se esquentamos bem as mãos e, depois, vamos trabalhar. Mas dá uma preguiça de sair de perto do fogo” (Grupo Focal 4), mas, como assinala outra catadora: “A gente põe um monte de roupa, a gente se movimenta e já se esquentam” (Lurdes) (Grupo Focal 4).

Como o telhado do pavilhão é feito de zinco, os catadores afirmam que, no verão, as temperaturas ficam altas, e o calor é escaldante. Para minimizar essas condições adversas, os trabalhadores contam com algumas janelas e o sistema de ventilação, o qual funciona de maneira precária. Segundo eles: “A ventilação, como só tem um ventilador funcionando, bate o sol, esquentam o zinco e fica quente” (Caio) (Relato da observação participante– 21/04/2018).

Quanto à iluminação, alguns catadores apontam que ela poderia ser melhor, porém, como a manutenção é feita com o dinheiro conquistado pela associação, nem sempre é possível mantê-la em condições totalmente adequadas. Lurdes, que trabalha nos fundos do pavilhão, indica alguns exemplos dessa realidade:

Iluminação falta. Desde o começo é essas instalações velhas. Já foi trocado as lâmpadas; mas é caro, porque sai do nosso bolso. Aqui em cima, tem ventilação, por causa da janela; mas, lá embaixo, quando o sol é muito quente... Aqui já é mais fresco. Daí, no inverno, e quando chove, a gente fecha a janela. (Relato da observação participante– 21/04/2018)

Juntamente com os materiais recicláveis, os que podem ser reaproveitados, a associação também recebe muito material orgânico, o que atrai ratos. Enquanto estive no pavilhão durante o turno de trabalho, identifiquei a presença de dois ou três cachorros, os quais já haviam sido vistos e “sido apresentados” pelo catador Leandro em outros momentos. Porém, nessa situação, eles corriam pelo pavilhão e reviravam os materiais. Perguntei a uma dupla de catadores o que os cães estavam fazendo e ouvi que eles estavam caçando os ratos. A presença desses animais já faz parte do cotidiano dos trabalhadores que fazem até graça com a situação: “Eles passam correndo. Quando eu entrei aqui, eu tinha medo de rato; agora eu não tenho

mais. Daí, fui pra casa e comprei um porquinho da Índia, porque me acostumei com rato” (Paula) (Relato da observação participante– 21/04/2018). “E eu comprei um hamster” (Caio) (Relato da observação participante– 21/04/2018). Nessa oportunidade, alguns ratos passaram por mim, o que me assustou, em um primeiro momento, pelo fato de ainda não termos nos encontrado diretamente. Entretanto, como já mencionado, dentro daquele contexto é uma realidade possível e esperada.

Essa é uma situação cotidiana para os trabalhadores, os quais a interpretam com bom humor: “Nós já se acostumamos com os bichinhos, e eles já fazem parte da Arcan faz anos” (Lurdes) (Relato da observação participante– 21/04/2018). Mas também a encaram como um risco para sua saúde.

Ao serem questionados de como procedem para se protegerem desse risco, os catadores relatam que isso só pode ser minimizado com a limpeza do local, a qual eles buscam fazer diariamente:

[...] a gente deixa mais limpo, daí eles não vêm tanto. Mas, mesmo assim, eles vêm. Porque eles sempre estão no meio da coleta. A gente limpa. No fim do dia, ergue os bags, essas bolsas, pra eles não fazerem muita sujeira. Deixar bem organizado e limpo que aí eles não vêm tanto. A gente vai limpando e varrendo. Daí eles não fazem tanta sujeira. (Lurdes) (Relato da observação participante– 21/04/2018).

Assim, à medida que o espaço de trabalho vai ficando vazio, um integrante da dupla varre o ambiente de modo a deixá-lo limpo e organizado. Essa é uma das regras cotidianas da associação e que faz parte dos padrões de uso do espaço: “O que eles pedem é que a gente deixe o chão limpo. Ele tem que ficar limpo depois que a gente trabalha” (Caio) (Relato da observação participante– 21/04/2018).

Fotografia 26 – Catadora varrendo seu espaço de trabalho após ter concluído a separação de materiais.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelos catadores.

Ao abordar a questão dos desafios no espaço de trabalho, foram apontados elementos a respeito de mobilidade ao trabalhar no local. Os catadores mais jovens destacam, com mais frequência, as dificuldades de movimentação quando o ambiente está cheio de material. Já os mais velhos se mostram acostumados com isso. Um exemplo disso é a dupla André e Lurdes. Ela, com onze anos de associação, e ele, com poucos meses.

Aqui em cima podia ser um pouco maior, quando tem coleta aqui, enche. É ruim pra trabalhar, é ruim pra tirar os bags pra fora. Já demos coleta pro pessoal de baixo, dividimos com eles pra baixar aqui. É ruim, e eu me sinto mal trabalhando apertado. (André) Eu já não, é muitos anos, né? Nós já cansamos de trabalhar com os bags em cima da coleta. Não tinha espaço pra trabalhar. Eu não me estresso, já estou acostumada, só que ele que começou agora, já é mais diferente. (Lurdes) (Relato da observação participante– 21/04/2018).

Outros trabalhadores também relataram o incômodo em trabalhar em um espaço limitado, destacando que as movimentações são dificultadas nessas situações: “Quando tem bastante coleta, fica meio apertado. Pra se movimentar, é ruim; tem muita coisa e, às vezes, não cabe a gente aqui dentro” (Caio) (Relato da observação participante– 21/04/2018). Porém, como já assinalado, grande parte desses atores não costuma apontar essas dificuldades e dá um peso maior às vantagens de trabalhar em um espaço coberto e livre das intempéries.

Essa questão também se relaciona com projeções de mudanças que alguns catadores possuem: “A gente tem é sonho de cada vez melhorar mais. De ter um espaço assim pra fora que fosse só pra fazer o lanche [...] reformar, por exemplo, a entrada aqui. A gente tem sonho, mas não adianta a gente ter e não manter” (Pedro) (Grupo Focal 4).

Observamos que por mais desafiadoras que sejam as condições do espaço de trabalho desse coletivo, o grupo empreende inúmeros sentidos a ele. Essa espacialidade representa segurança para esses trabalhadores, que afirmam que ali o acesso é restrito a quem ali trabalha e a pessoas conhecidas.

Circulando pelos ambientes de trabalho, os catadores sentem-se confortáveis para expressarem-se livremente, com risadas e piadas entre os colegas, opiniões e reclamações. Esse espaço confere a eles condições diferenciadas de estabelecer apropriações territoriais, tendo em vista que no pavilhão estão mais distanciados dos olhares discriminatórios da sociedade para além do bairro.

Pelo conjunto de dados produzidos, supomos que o trabalho desses atores não seja fácil, mas essa relação estabelecida por eles com o espaço pode lhes garantir, em certa medida, um pouco de positividade e identificação. Sabemos que essa não é uma possibilidade comum à grande maioria dos outros empregos e trabalhos, os quais, por vezes, possuem o conforto e a possibilidade de escolher com o que não se deseja trabalhar, como o esforço físico de erguer peso e trabalhar ao sol. Aos catadores, não são oferecidas tais possibilidades, porém, mesmo assim, encontram uma certa autonomia para criar seus espaços de identidade, de pertencimento, assenhorando-se dessas espacialidades.

Foram frequentes os relatos que destacaram situações desafiadoras vivenciadas por esses atores enquanto trabalhavam circulando pelas ruas da cidade, no tocante à discriminação, à fome, ao desgaste físico e à exposição às intempéries. Assim, suas relações com aqueles espaços de trabalho se davam de maneira distinta da atual, como aponta Maciel e Grillo (2009, p. 267) em seu estudo, ao abordar que esses atores convivem com uma severa condição de invisibilidade nas ruas que precisava ser negociada. Isso significa que, ao trabalhar circulando pelo espaço urbano, “um catador pode ter algum contato com alguém do meio em que trabalha, se esse catador for muito cordial e amigável, quase como aquele cachorro manso que se aproxima receoso, na expectativa de alguma sobra”. Isso converge com relatos dos associados da Arcan ao destacarem os inúmeros julgamentos dos

quais eram alvos, como os olhares “Com cara de nojo.... esses lixeiros”, assim como a “cara feia” das pessoas que os monitoravam a distância “Pra ver se a gente não ia roubar alguma coisa no lado da casa”. Além do olhar de pena, “de dó”, que relatam terem sido foco.

Um exemplo dessa realidade pode ser representado pelas fotos produzidas pelos associados²², os quais, como forma de brincadeira com os colegas, os fotografaram em período de descanso dormindo em cima dos *bags*. De modo a criar situações engraçadas, os catadores colocaram objetos sobre os colegas dormindo, como na segunda foto na sequência (Fotografia 28), na qual uma catadora recebeu um laço verde encontrado em meio ao lixo. Observamos que ao fotografar, os trabalhadores sentiram-se à vontade para retratar seus colegas em momentos considerados por eles como embaraçosos, denotando a atmosfera de identificação com essa espacialidade. Esses materiais resultaram em muitos risos por parte dos catadores, que demonstraram satisfação em participar dessa etapa da pesquisa.

²² Relembramos que, como parte da pesquisa, foi proposto aos participantes que fotografassem o que representa seu trabalho, bem como, que retratassem pelas fotos, os espaços importantes que tem acesso, os quais pudessem caracterizar suas condições de vida. As fotografias apresentadas na sequência (Fotografia 27 e Fotografia 28) foram produzidas com as câmeras fotográficas dos celulares destes participantes.

Fotografia 27 – Catadores dormindo sobre os *bags* durante o horário de descanso.



Fonte: Acervo da autora.
Nota: Foto produzida pelos catadores.

Fotografia 28 – Catadora dormindo sobre os *bags* durante o horário de descanso.



Fonte: Acervo da autora.
Nota: Foto produzida pelos catadores.

Ao relembrares de suas antigas condições, alguns apontam que “cansavam de ganhar coisas boas”, como alimentos de determinadas padarias e supermercados, alguns deles, sendo, inclusive, pontos de paradas constantes. Esses comerciantes já estavam acostumados com a presença dos catadores ali e, por isso, deixavam materiais separados para eles. Eliane lembra que algumas pessoas “amarram a comida e deixam lá pras pessoas”, se referindo às sobras, conhecidas por “macaquinhos”, que são deixadas por alguns moradores da cidade para que pessoas necessitadas usufruam delas. São esses certos laços que os catadores estabeleciam com os demais moradores da cidade de modo a garantir sua circulação pelas ruas.

Ainda que com inúmeras dificuldades vividas, o pavilhão, de certa forma, os preserva dessas “negociações” com a sociedade e dos xingamentos dirigidos a eles, garantindo-lhes condições mais adequadas de trabalho. Tudo isso perpassa pelo espaço na medida em que esses sujeitos podem fazer escolhas e se identificar, sentindo-se pertencentes a essa espacialidade. Quando se pensa nesse mundo do trabalho, vem-nos à mente trabalhadores excluídos, múltiplos trabalhos precarizados e subalternizados. Porém, é possível ainda identificar um universo de outras realidades e significações dentro dessa categoria profissional e desse tipo de trabalho, atravessadas pela relação entre o coletivo e com o espaço, assim como as possibilidades que são gestadas ali.

4.2 SENTIDOS DO TRABALHO

À luz do arcabouço teórico e metodológico eleitos, entendemos que a categoria trabalho ocupa papel central no contexto desta pesquisa. Essa afirmação se fundamenta na concepção de que as relações dos sujeitos de pesquisa com o trabalho intermedeiam sua relação com o espaço de trabalho e com outras questões centrais aqui problematizadas. Nesse mesmo viés, concebemos que as vinculações entre a espacialidade em questão e o trabalho podem ser traduzidas pelos sentidos que os atores atribuem à sua ocupação. São esses entendimentos os quais nos dedicaremos a explorar a partir da presente categoria.

Entretanto, não podemos pensar nesses aspectos sem antes assinalar as mudanças ocorridas nas últimas décadas na sociedade regida pelo sistema capitalista de produção e suas implicações. Essas transformações, que se dão

visando à continuidade desse modelo societal, influem diretamente nas “relações concretas, como as formas de ser dos sujeitos incluídos/excluídos no atual contexto produtivo” (COUTINHO, 2009, p. 189-190).

Nesse contexto, os processos produtivos que ditam modelos de funcionamento da lógica de mercado impõem efeitos nas relações de trabalho, tais como os cenários de precarização marcados pela instabilidade e insegurança. Assim, ajustam-se à essa realidade principalmente aqueles sujeitos que compõem as camadas populares inseridos nos diferentes setores da economia formal e informal. De acordo com dados de Miura e Sawaia (2013), as últimas décadas têm sido marcadas pelo aumento do desemprego formal. Esse quadro coincide com o aumento do número de catadores trabalhando nas ruas e associações. Ao passo que esses sujeitos são distanciados do mercado formal de trabalho, ajustam-se à atividade de catação de materiais recicláveis, tendo em vista que “uma das características dessa atividade é a ausência de exigências para o seu ingresso” (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 67).

Nessa conjuntura, cabem as indicações de Coutinho (2009, p. 190), que reitera a importância das pesquisas em Ciências Humanas que abarquem essa realidade, mensurando as “complexas relações entre as dimensões subjetivas e objetivas do trabalho contemporâneo”. Ao considerar esses aspectos, evidencia-se que a objetividade se refere às “posições (escolares, profissionais etc.) ocupadas pelo sujeito ao longo da vida” enquanto a subjetividade “é relativa à forma como o sujeito fala sobre si e sobre sua história”, definindo os diferentes percursos dos sujeitos (COUTINHO *et al.*, 2013, p. 1131-1132). No contexto do presente estudo, buscamos o desenvolvimento dessa proposição, considerando a construção de sentidos do trabalho pelos sujeitos envolvidos.

Conforme já apontamos, nosso entendimento de trabalho se dá em torno de uma categoria que ocupa grande centralidade nos processos de humanização, figurando como um mecanismo de formação de seres sociais (ANTUNES, 2004). Trata-se de uma dimensão que, além de produzir gêneros que possuem valor de uso, de modo a atender às necessidades humanas, integra-se no campo das relações sociais de produção e representação das individualidades e sociabilidades. Desse modo, ao abordarmos as transformações ocorridas nesse contexto, buscamos apoio nas proposições de Coutinho (2009, p. 192) baseadas em Blanch (2003), as quais buscam destacar o que se entende por condições de trabalho:

As mudanças nas formas de trabalho e emprego trazem implicações objetivas e subjetivas, já que a noção de trabalho [...] envolve tanto as condições socioeconômicas nas quais essa atividade humana desenvolve-se, como o significado, o sentido e o valor socioculturais dessa experiência. As condições de trabalho são relativas às circunstâncias nas quais ele ocorre, já os significados remetem aos diferentes valores e concepções sobre trabalho. (COUTINHO, 2009 p. 192)

Nossos propósitos de pesquisa também se aplicam em considerar os sentidos empreendidos pelos associados da Arcan em relação ao seu trabalho, levando em conta as condições em que ele é realizado. Tendo Coutinho (2009) como importante referência teórica para embasar nossas leituras nesse campo, situamos algumas definições empreendidas por essa autora. Ela nos apresenta dados produzidos pelo grupo de pesquisas internacional *Meaning of Work* (MOW) (TOLFO *et. al.*, 2005 apud COUTINHO, 2009, p. 192) que se propõem a investigar os sentidos e significados do trabalho em diversos países do mundo a partir de pesquisas empíricas. De acordo com Coutinho (2009, p. 192), algumas dimensões foram estabelecidas por esses estudos como a “centralidade do trabalho” tida como a “importância atribuída a ele na vida da pessoa em um determinado momento”, ao passo que as “normas sociais sobre o trabalho” são vistas como “derivadas de valores morais relacionados ao trabalho”, e os “resultados valorizados do trabalho” representam a “dimensão relacionada a motivações que levam a trabalhar”.

Assim, sentidos²³ e significados fundamentam-se pelos sujeitos a partir de suas vivências no/com o trabalho.

[...] os significados (são entendidos) como construções elaboradas coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto. Já os sentidos são uma produção pessoal decorrente da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências cotidianas. É importante ressaltar as transformações porque passam os sentidos e os significados, uma vez que são construídos em uma relação dialética com a realidade. (TOLFO *et. al.*, 2005 apud COUTINHO, 2009, p. 193)

Nesse mesmo passo, a autora nos indica a importância existente entre a articulação dos “processos identitários e a construção dos sentidos pelos sujeitos em

²³ A partir da revisão de literatura realizada em nosso processo de pesquisa, identificamos que a temática dos sentidos e significados do trabalho tem sido pesquisada amplamente nos últimos anos. Conforme Tolfo *et al.* (2011), são inúmeras as correntes epistemológicas que buscam dar conta desse campo e nossos propósitos de investigação alinham-se mais especificamente com uma destas concepções, tendo em vista que, neste estudo, buscamos explorar os sentidos do trabalho. De maneira geral, nos apoiamos na concepção de que os significados são construídos socialmente, enquanto os sentidos estão ligados à subjetividade (TOLFO *et al.*, 2011).

seu cotidiano de trabalho” (COUTINHO, 2009, p. 193). Essa questão é abarcada pela dimensão subjetiva dos trabalhadores, a qual é atravessada pela categoria de identidade, tendo em vista que os sentidos do trabalho serão arquitetados a partir das identidades pessoais e coletivas do grupo em questão.

Como já apontamos, a concepção de identidade é vista como fluida, sendo resultado de processos de identificação moldados ao longo de nossa existência (SOUZA SANTOS, 1997), estabelecida por marcadores simbólicos em comparação a outras identidades (WOODWARD, 2011). As identidades pessoais não se desvinculam da coletiva, tendo em vista que “os indivíduos sempre definem o que são como decorrência do reconhecimento de seu pertencimento a certos coletivos ou categorias sociais com as quais se identifica” (STECHEER; GODOY; DÍAZ, 2005, p. 89 apud COUTINHO, 2009, p. 193).

Assim, concebemos que os participantes de nossa pesquisa, que se caracterizam por ser um grupo social de identidade coletiva pouco valorizada, têm seus sentidos do trabalho produzidos a partir das características de seu universo cotidiano.

Buscaremos apresentar, a seguir, a multiplicidade de sentidos do trabalho produzidos a partir das diferentes particularidades que caracterizam o grupo, como suas diferentes trajetórias no mundo do trabalho.

4.2.1 A divisão geracional do grupo como determinante para a construção dos sentidos do trabalho

Presumivelmente, no imaginário social, uma das projeções que se faz ao pensar em um pavilhão de reciclagem é com relação à presença do lixo, da sujeira, para onde vai tudo aquilo que não serve mais; e esses aspectos também se vinculam aos indivíduos ali atuantes. Esses traços podem representar aspectos de uma das possibilidades, dentre muitas, de se caracterizar o universo em questão. Nossas reflexões, construídas a partir de dados empiricamente edificadas, evidenciam que esse contexto abarca uma gama muito maior de sentidos.

Conforme descrito na introdução deste capítulo, é importante lembrar que o perfil dos trabalhadores da Arcan pode ser caracterizado por uma divisão geracional: um grupo de trabalhadores mais jovens e outro, com aqueles que possuem mais experiências. Estes atributos nos revelam as distintas maneiras que esses sujeitos

concebem seu trabalho e como vislumbram seu futuro profissional. Em relação a esse último aspecto, identificamos trajetórias de continuidade, mas, também, perspectivas de mudança.

O primeiro grupo contempla indivíduos que, em sua maioria, ocuparam por mais tempo os bancos escolares e que exercem sua profissão de maneira mais provisória, à luz de novas perspectivas profissionais. Outro aspecto visível foi o ritmo de trabalho diferenciado. Enquanto alguns catadores mais velhos trabalhavam de maneira mais calma e tranquila, fazendo pequenos intervalos durante o turno de trabalho, os mais jovens realizavam suas tarefas de modo mais rápido e, assim que as concluíam, iam para casa.

Enquanto conversava com algumas duplas durante o turno de trabalho, me chamou a atenção que Josiane e Diego sentaram-se em alguns *bags* no meio do pavilhão para tomar chimarrão, no que me pareceu um breve intervalo, sem se importarem com a disposição dos materiais, o lixo ali presente e o ritmo de trabalho do restante do grupo. Observei algo parecido com Dona Sandra e Seu Juraci quando conversei com esta dupla. Ao abordá-los, disse que não pretendia interrompê-los ou atrapalhar o andamento do trabalho deles, mas eles, muito solícitos, disseram que eu não atrapalhava e sentaram-se para conversar comigo. (Registro em diário de campo - 21/04/2018)

A provisoriedade neste campo de trabalho surgiu com maior intensidade entre os catadores mais jovens, ligando a sua permanência no grupo principalmente à valorização financeira. Durante interações com esses sujeitos, foram frequentes discursos como “se pagar melhor” saíam da associação, considerando que os laços de pertencimento de alguns desses trabalhadores estão ainda sendo firmados, levando em conta seu pouco tempo de associação.

André trabalha na Arcan há pouco mais de dois meses e relata que “tem ficha” em agência de empregos e que busca “arrumar outro serviço que seja menos puxado”. Para ele, as condições atuais do mercado de trabalho não são favoráveis, principalmente quando se considera a situação de informalidade na qual se encontra: “Porque, do jeito que está, se tu se machucar aqui dentro, não tem de onde tirar, não ganha nada. Eu penso pela aposentadoria. [...] A saúde não vai aguentar, e eu penso no futuro, mas está difícil de arrumar outro serviço” (Relato da observação participante– 21/04/2018). Nesse discurso, está presente a preocupação com o futuro, considerando que os catadores são trabalhadores que não contam com a garantia de direitos trabalhistas, o que também foi problematizado por Medeiros e Macedo (2006). Outro jovem associado que está trabalhando na catação

há cerca de três anos salienta a ideia de incertezas do futuro: “É que, na verdade, a gente não sabe o dia de amanhã, o que vai acontecer. Mas enquanto está dando, está bom. Agora, quando não dá, tem que procurar outra coisa” (Marcelo) (Grupo Focal 1).

Entre os jovens catadores, há a consideração da possibilidade de novas oportunidades de trabalho. Eles afirmam que pretendem “arrumar outra coisa que seja melhor” do que a realidade por eles enfrentada e que trabalham ali por necessidade. Alguns deles afirmam ter o desejo e os planos de concluir o ensino médio na expectativa de angariar uma nova oportunidade de trabalho, sendo que já buscaram por agências de emprego. Porém, mesmo com interesses voltados a mudanças no futuro, em geral, os catadores jovens não expuseram planos estruturados relativos à sua vida profissional futura.

Uma característica importante do grupo dos associados mais jovens é que grande parte deles passou a fazer parte da Arcan por intermédio de seus familiares que já trabalhavam ali. Isso nos faz pensar nas condições de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias desses indivíduos, realidade que tem se propagado de modo que os filhos ocupam as mesmas posições laborais dos pais ou familiares, investindo em uma maneira possível de inserção social com retorno financeiro.

Rosa, que acessou a Arcan por influência de sua mãe, era a presidente no período da admissão de vários desses trabalhadores.

É aquele dia que a gente pegou quase todos juntos, no mesmo dia. A gente fez uma reunião [...] porque daí tinha saído um monte de gente e a gente estava sofrendo demais por causa dos carregamentos, era pouca gente. Daí a gente reuniu o pessoal que tinha e falamos “Oh, quem tem alguém pra indicar, né, pra ajudar nós?”, por isso que é um pouco parente de cada um. (Rosa) (Grupo Focal 1)

Uma destas associadas relata que quando começou a trabalhar como catadora já conhecia a todos os associados, pois ia com frequência até a associação para levar o almoço para sua mãe, ou, ainda, a acompanhava no trabalho quando não tinha com quem ficar quando criança. No seguinte relato, evidencia-se a preocupação em trabalhar ao atingir a maioridade: “Eu entrei aqui através da minha mãe. Eu fiz dezoito, né? Daí eu falei pra ela que queria trabalhar. E como eu já conhecia a reciclagem... e daí ela falou com a Rosa e com o Pedro” (Paula) (Grupo Focal 1). Além disso, observa-se que o convívio com a realidade permeada pela

vulnerabilidade socioeconômica é presente desde os primeiros anos de vida dessa catadora, a qual realiza o mesmo trabalho da mãe.

Pelas falas desses sujeitos, notabiliza-se a importância de trabalharem junto a seus familiares. Observamos que esse elemento está muito ligado aos riscos que os trabalhadores estão expostos ao realizarem suas tarefas. Dessa forma, estando próximos dos familiares, eles podem auxiliá-los: “Porque a gente está perto, está junto. Se acontece alguma coisa, a gente consegue socorrer” (Rosa) (Grupo Focal 3). Os catadores reforçam essa ideia ao relatarem uma situação em que um dos trabalhadores cortou a mão com vidro durante a triagem e, prontamente, foi levado ao hospital por um de seus colegas. Porém, concebemos que a conjuntura social faz com que esses atores ocupem posições parecidas com a de seus pais no mercado de trabalho, considerando que a gama de oportunidades profissionais é reduzida para grande parcela deles, que não possui formação escolar.

Nesse mesmo grupo, outros contextos são evidenciados, mostrando o caminho que levou esses indivíduos até essa ocupação. Nesse viés, destacamos o caso da catadora Eliane, a qual diz ter buscado por outras oportunidades de trabalho; porém destaca não ter sido aceita em função de ter filho com pouca idade. Para ela, “A maioria das firmas não querem pessoas com crianças pequenas. E daí um dia eu vim ajudar eles a fazer o carregamento. Daí a Letícia (irmã dela) me indicou” (Grupo Focal 1). Marcelo também explica que sua antiga ocupação era como coletor de materiais recicláveis numa empresa terceirizada responsável por esse serviço no município. Acessou a Arcan nos seus períodos ociosos como uma maneira de complementar a renda e, com a perda do emprego, acabou se dedicando apenas a essa ocupação.

Alguns desses jovens declaram sentir muito orgulho do seu trabalho e demonstram já terem construído tramas de pertencimento mais significativas ao passo que fazem parte da associação por mais tempo. Esse é o caso de Rosa, que trabalha na Arcan há cerca de cinco anos e já ocupou o cargo de presidente. Ela relata que sempre que recebem visitantes na associação, faz questão de explicar como se dá o trabalho do grupo e como deve ser realizada a separação do lixo em casa. Essa catadora já esteve inserida no mercado formal de trabalho, porém optou por fazer parte da Arcan juntamente com sua mãe sob a justificativa de maior rendimento financeiro com a catação.

O grupo dos catadores mais velhos, os “boca de fogo”, compreende sujeitos com baixa escolaridade e com uma trajetória profissional mais permeada pela atividade de catação. Alguns deles afirmaram terem trabalhado nesse ramo durante grande parte de sua vida, como é o caso de Josiane: “Eu sempre trabalhei com reciclagem. Sempre trabalhei com carrinho e coisa. Quando começou a ser concluída a Arcan, eu puxava material pra Arcan, vendia material pra Arcan”. Conforme as colocações de Josiane, no passado a Arcan comprava materiais recolhidos por catadores independentes, ou seja, que percorriam as ruas da cidade e não eram associados. Nesse subgrupo, o panorama das expectativas profissionais permanece mais estático, considerando que esses sujeitos acreditam ter poucas chances de se inserirem no mercado de trabalho formal.

Observou-se que foi desafiador para esses atores projetarem-se em outra ocupação ou espaço de trabalho, afirmando, com muita frequência, que “aqui está bom”, referindo-se ao atual trabalho, com sentimento de realização e com vista de continuidade. Isso pode ser observado, a seguir, nos excertos de um encontro de grupo focal:

Ah, até que Deus me der forças, eu vou continuar. (Teresa)
 Eu, pra mim, aqui está bom. (Josiane)
 Enquanto estão me aturando, eu estou aqui. (Seu Juraci)
 Eu, pra mim, enquanto der, estou aqui. (Dona Sandra)
 A mãe fica doente se ela não vem trabalhar. (Ângela, referindo-se à sua mãe Sandra)
 A mulher, se sair daqui, ela morre. (Seu Juraci referindo-se à esposa Sandra)
 Não duvide mesmo. Eu gosto daqui. Porque tudo que é serviço tem que ter amor, né? Eu tenho. (Dona Sandra)
 Só quando vem o dinheiro, daí eu gosto mais. (Seu Juraci)
 Eu também gosto e sou feliz. E vou ficar sempre aqui e buscar melhorar. (Pedro) (Grupo Focal 2)

Muitos atribuem sua realidade na atual ocupação pelo pouco estudo e idade mais avançada, o que, na perspectiva desses sujeitos, impossibilitaria novas oportunidades de trabalho. No discurso de alguns catadores, como Dona Sandra, essa questão fica evidente: “Se a gente, sendo velho, vai buscar serviço, não adianta procurar que não acha, que nem eu que estou com cinquenta anos e não tenho estudo” (Grupo Focal 2). Porém, alguns relatam que já buscaram por outras oportunidades, mas não as conquistaram, pois o “serviço aqui em Erechim não está fácil”. Pelos excertos a seguir, observamos que a dificuldade em encontrar outro trabalho se deve ao fato de não se encaixarem nos padrões competitivos da sociedade:

Eu já caminhei um dia bem dizer inteiro lá no centro pra conseguir outro emprego lá no centro e não consegui. Teve uma gente ali que nem me atenderam. [...] (Foram) bem esnobe, bem ignorante com a gente. [...] Eu fui num prédio também que uma amiga tinha me indicado pra fazer faxina. Fui lá, e ela me disse pra voltar outra hora. (Ângela) (Grupo Focal 4)

E às vezes, na nossa idade, não tem outro serviço. Um dia eu fui procurar de pedreiro [...] estava sentado numa mesa com umas classes assim e vieram com um papel e uma caneta e pediram pra eu desenhar um carrinho cheio de tijolo e um homem do lado. Daí eu levantei da mesa e olhei pra ele e disse: 'Escuta aqui: vou trabalhar de servente, não vou trabalhar de desenhista'. Ele falou: 'Pra ti não tem serviço'. Daí virei as costas e fui embora." (Seu Juraci) (Grupo Focal 4)

Com base no panorama dos dados empíricos produzidos, ponderamos que esses sujeitos que estão na associação há mais tempo puderam construir, reconstruir e desconstruir certos sentidos de trabalho. Assim, verificamos que, com seus discursos, esses atores parecem ter se ajustado à sua ocupação, com perspectiva de identificação, autorrealização e baixa expectativa de mudança. Nesse viés, é interessante observar como alguns desses sujeitos salientam aspectos de suas trajetórias na catação:

Eu não tenho sentimento (negativo) nenhum porque eu me criei trabalhando. Trabalhei no lixão, material de carrinho e em casa já reciclei. Já trabalhei em outras reciclagens também, e todo mundo, meus amigos e pessoas que nem CRAS, o conselho (tutelar), essas coisas... tudo me conhecem, sabe que eu trabalho com reciclagem. Eu, pra mim, isso é coisa mais normal. Às vezes, um vizinho diz não sei o quê "Onde tu está trabalhando?", e eu digo "na Arcan." (Josiane) (Grupo Focal 4)

Porque não é vergonha, não é vergonha, não é um serviço vergonhoso! Vergonha é ficar lá na rua parado ou ficar em casa sentado cuidando da vida dos outros. (Leandro) (Grupo Focal 4)

E isso a gente ensina pros filhos da gente também: ter humildade. A Paula, minha filha que trabalha aqui, quando ela era pequena, eu carregava ela em cima do carrinho de papelão e levava ela junto comigo lá pro centro, e ela se criou assim. Pra ela e pras outras amigas dela, que tem a mesma idade dela e o mesmo estudo que tem, estão trabalhando lá no mercado, lá em cima, em outra coisa e, se contar pras amigas dela, ela diz: "Eu não tenho vergonha de dizer. Eu trabalho numa reciclagem. Eu sou recicladora". Porque foi dali que eu sempre dei o sustento deles. Foi desse serviço que eu sempre sustentei minha família. (Josiane) (Grupo Focal 4)

A partir desses relatos, podemos refletir sobre a construção da identidade enquanto trabalhadores nesse ramo. Ao destacar os elementos como o sustento dos filhos e o fato de não nutrirem sentimento de vergonha pelo que realizam, vinculam-se a esse processo de construção identitária. Além dessa questão, entendemos que a autorrealização no trabalho aparece em afirmações como a de Josiane durante a realização do grupo focal, que diz aprender com seus colegas de profissão: "A gente aprende também, porque aqui a gente trabalha tanto com pessoas mais novas como com mais velhas que a gente".

Quanto às perspectivas de futuro, essas são consideradas quando se trata dos filhos desses sujeitos que também trabalham na Arcan. O cenário que se apresenta aqui é diferente de quando os catadores mais velhos falam de si, pois esperam que seus filhos busquem novas alternativas de trabalho. Diferente de seus pais, os jovens catadores tiveram trajetórias de trabalho distantes da catação até entrarem na Arcan. Ocupações como pedreiro e operadora de caixa de supermercado rendiam baixos salários para os jovens segundo eles mesmos, e foi essa situação que os direcionou a trabalhar na associação de reciclagem. Conforme afirma Lurdes, a rentabilidade financeira na catação “é melhor do que numa firma”.

Mesmo considerando essa perspectiva, grande parte dos trabalhadores mais velhos que têm filhos na associação se posicionaram de maneira favorável à mudança na carreira de seus filhos e colegas:

Eu também sempre trabalhei com material reciclável e, pra mim, está bom. Vai ser melhor quando aumentar as coletas. Sempre sustentei meus filhos com isso. Pra mim, está bom. Claro que eu não quero que minha filha passe o resto da vida dela trabalhando aqui, que é uma guria nova, tem estudo. Pode arrumar um serviço melhor. Só que ela diz que a “mãe sustentou todos nós”, mas eu quero que ela tenha um serviço melhor. Não que aqui seja ruim. Só que a gente sempre sonha pros filhos da gente o melhor. (Josiane) (Grupo Focal 4)
 A Rosa também trabalhou no mercado, fez curso. [...] Só que um dia eu falei pra Rosa pra ela arrumar um serviço fechado. Só que ela diz que ganha menos. (Lurdes) (Grupo Focal 4)
 A Paula, antes de fazer dezoito, ela já dizia: “Mãe, quando eu fizer dezoito, eu vou trabalhar na Arcan”. Eu disse “Não mesmo! A senhorita vai terminar seus estudos [...] e vai trabalhar num serviço”... Eu disse, “Num mercado, em alguma coisa lá em cima, e coisa”. Daí ela disse: “Eu não. Eu me criei vendo a mãe trabalhar na reciclagem e vejo que a mãe ganha bem e eu também quero”. [...] Eu digo pra Paula; “Tu é uma guria nova, tem estudo e tudo e depois... eu aconselho, né? Mas vai dela. Porque o que eu quero não é o que ela quer, eu sou mãe dela, mas ela pensa de um jeito e eu penso de outro. [...] e é uma coisa que ela gosta.” (Josiane) (Grupo Focal 4)

Ao refletirem sobre o significado de seus filhos permanecerem na associação, eles sugerem que isso se dá pelo rendimento mensal e pelo bom relacionamento que o grupo mantém. Acerca desse último aspecto, eles destacam que o trabalho na associação é também um aprendizado para eles, onde desenvolvem a união e o companheirismo. Esses seriam fatores que influenciariam nesse contexto.

E, na verdade, tu aprende [...] não é porque é uma reciclagem que tu vai vir trabalhar [...] como muita gente diz, trabalhar com lixo. Todo dia a gente aprende alguma coisa, que nem, tipo, ter mais união, que nem aqui ó, quando o Pedro diz: “Vem, chegou material de fora, vem ajudar a separar”. Todo mundo vai, aquilo já ensina a ter união, porque não serve só pra aqui dentro, né? Serve pra fora também... a pessoa ser honesta. (Josiane) (Grupo Focal 4)

Como aponta Maciel e Grillo (2009, p. 253), ao pesquisarem a realidade de trabalhadores que ocupam posições precárias no mercado de trabalho, para esses sujeitos que também experimentam a inclusão perversa, “desejar o caminho dos estudos [...] (para os filhos) bem como ensinar a honestidade e a dignidade, é o máximo que podem fazer, quando percebem que o espectro do fracasso e do sofrimento ronda seus corpos diariamente”. Para os sujeitos das camadas populares, como os catadores, “o destino luta muito mais em favor do fracasso que do sucesso”, tendo em vista “o que não se deve ser é bem claro, mas o que se pode ser só pertence a Deus e ao acaso” (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 253).

Ao abordarmos a temática das perspectivas de futuro, entendemos que as condições e oportunidades não são as mesmas para indivíduos das camadas populares e para as mais privilegiadas. São inúmeros os aspectos que influenciam nessa diferenciação, como os anos de escolarização e a construção de capital cultural. Isso nos faz pensar em como, para esses sujeitos, as alternativas referentes aos padrões de vida e oportunidades de trabalho são restritas, considerando o contexto da sociedade meritocrática em que vivemos. Maciel e Grillo (2009, p. 258) contribuem com suas reflexões acerca desse modelo de sociedade que “pune severamente todas as pessoas que não se enquadram em seu perfil preferido, reservando para estas os piores lugares na hierarquia moderna do *status* e da dignidade”.

4.2.2 A multiplicidade de sentidos do trabalho para os catadores

Como já evidenciamos, com as diferenças geracionais entre os catadores envolvidos em nossa pesquisa, o grupo sustenta distintas percepções acerca de si e de seu trabalho. Buscaremos, agora, relacionar os aspectos observados acerca dos múltiplos sentidos da catação, partindo das manifestações convergentes do grupo que emergiram ao longo do estudo. Na sequência, nos dedicaremos a destacar a heterogeneidade dos discursos desses trabalhadores neste mesmo cenário, configurados com base nos diferentes perfis dos associados da Arcan.

Verificamos que, num primeiro momento, se sobressaiu o discurso ecológico, uma espécie de slogan que o grupo buscava legitimar e reforçar ao longo dos grupos focais e das interações, o que nos dedicaremos a problematizar mais adiante. Porém, à medida que fomos mergulhando na realidade de trabalho desses

sujeitos, percebemos algumas outras camadas que não haviam ficado dispostas e visíveis de forma tão clara. Essas camadas podem ser compreendidas ao destacarmos os sentidos produzidos pelos catadores mais velhos e com maior tempo de associação em paralelo às visões produzidas pelos mais jovens e com menos tempo de associação.

Ao destacarem o sentido de seu trabalho, observamos que o grupo concebe algumas interpretações que aparecem com bastante frequência. Um dos aspectos mencionados é a ideia de uma ocupação que representa “um trabalho tão digno quanto qualquer outro” conjugado ao significado de sustento. Isso nos lembra das proposições de Maciel e Grillo (2009, p. 241) acerca da predominância da racionalidade ocidental de que “todo trabalho é digno”, mesmo que esse seja como o de nossos sujeitos de pesquisa, os quais lidam com aquilo que a sociedade descarta, ocupando aquelas colocações características do “trabalho precarizado”.

A catação organizada em caráter associativo é o “meio do ganha-pão” desses indivíduos que dependem exclusivamente dela. Uma das catadoras salienta essa última questão por meio de alguns exemplos dos compromissos e responsabilidades atendidos com o rendimento mensal conquistado com o trabalho: “É um ganho pra gente, porque com o que nós ganhamos aqui nós pagamos nossas contas, nós compramos comida, roupa pros nossos filhos, pra nós próprios. Se divertimos também quando não estamos só aqui dentro” (Josiane) (Grupo Focal 1). O trabalho também é visto como um dos sentidos da vida: “Se não tivesse o trabalho também, não teria graça, né? Só gastar também tipo... não teria nem sentido a vida. Se não trabalhar, não tem pra gastar.” (Caio) (Grupo Focal 3).

Analisando algumas fotos produzidas pelos associados²⁴, observamos que a sobrevivência foi uma das proposições que emergiram a partir desta técnica, retratando os significados do trabalho para esses sujeitos. Destacaremos, aqui, um recorte dos aspectos mais significativos, como o caso de uma das catadoras que trouxe fotos feitas em/da sua casa. Essa associada relaciona a conquista de sua

²⁴ As questões que integram o roteiro entregue aos participantes da pesquisa (Apêndice E) foram: 1° Quem você é? (Como você se enxerga? Faça fotos que permitam quem não te conhece, conhecer um pouco mais sobre você). 2° O que é o seu trabalho? (Como você caracterizaria o que você faz através de fotografias?). 3° Quais são os espaços/lugares que você tem acesso e considera importantes (no trabalho, na família, nos estudos, no lazer, nas amizades, na religião, etc) que você poderia retratar através das fotografias para que possamos entender um pouco mais sobre suas condições de vida?. Este e os demais instrumentos de pesquisa encontram-se nos apêndices (Apêndices D, E e G).

moradia (Fotografia 29 e Fotografia 30) com o trabalho: “Sem o trabalho, eu não teria a estrutura da minha casa”. Ela evidencia, também, mudanças ocorridas em sua vida, traçando um paralelo entre o período em que trabalhava como catadora percorrendo as ruas da cidade e sua realidade atual.

Fotografia 29 – Casa de uma das associadas da Arcan.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pela associada.

Fotografia 30 – Associada da Arcan no interior de sua casa.



Foto: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pela associada.

Ao se referir à foto de sua casa, a catadora Ângela fala com orgulho de suas conquistas:

O chão da minha casa lá em (cidade W) era de terra. Hoje é assim. Hoje em dia, tem cerâmica, tem um sofá bom, tem uma cozinha. Tudo trabalhado honestamente. Daí a minha vida mudou do lixo pro luxo agora! Porque antigamente eu não tinha. Vivia com as panelinhas cozinhando na casa dos outros e, hoje em dia... não posso ver fogão à lenha, tenho trauma. (Ângela) (Grupo Focal 2)

Em sua fala, a partir das fotos, a catadora destaca que, atualmente, “possui vida própria”, referindo-se às dificuldades que enfrentou antes de entrar na associação:

[...] lá em (cidade W) eu vendia drogas. Aqui, em Erechim, eu trabalho, eu vivo honestamente. Às vezes, o meu compadre, que era marido da comadre Lurdes, dava risada, que eu comecei a trabalhar aqui num propósito de fazer meu banheiro, que eu fiz a minha casa e não tinha feito o banheiro. Levei três anos, e o compadre já me dizia “comadre, mas quantos anos esse banheiro vai levar?”. (Ângela) (Grupo Focal 2)

Ao longo destes relatos identificamos a família enquanto elemento marcante na vida desses sujeitos. Sarti (1994) aborda em seu estudo a importância da família como núcleo central da vida dos pobres, e neste contexto, os valores como a honestidade vão sendo herdados e reproduzidos na família.

Leandro, outro catador, relata uma situação ao mostrar uma foto sua,²⁵ que nos ajuda a pensar sobre isso. Ele destaca que a oportunidade de trabalhar na associação fez com que mudanças significativas ocorressem na sua vida. A partir da foto, ele destaca que as roupas e acessórios que está utilizando são adquiridos com seu trabalho, assim como salda seus compromissos mensais e paga a pensão do filho: “Todo dinheiro que eu tenho, sai daqui. Não tenho outro ganho, só daqui que sai” (Grupo Focal 4). Além disso, esse sujeito destacou, ao longo de nossas interações, que fazer parte da associação e ser catador representa para ele mais do que o aspecto financeiro, sendo uma reafirmação de identidade enquanto sujeito trabalhador diante de si próprio e de seu círculo social, considerando-se, conforme ele mesmo relata, sua trajetória marcada pela condição de ex-presidiário e o estigma associado a ela.

[...] foi uma luta pra mim entrar aqui pra trabalhar, porque, pelo fato de eu ter sido preso e por ter muita falação do meu nome há muitos anos atrás, quatro, cinco anos atrás, era muito pessoal que não me conhecia, levava só pelo lado mal que eu tinha. A partir do momento que eu entrei pra trabalhar aqui, eu provei pra...tinha um pessoal que já me conhecia e sabia que eu era gente boa. E aí teve pessoas que me conheceram e que simpatizaram comigo e outra que daqui eu tirei..tô pagando água, luz pra mãe, tô pagando pensão pro meu filho, tô comprando pra ele, comprando umas coisas pra mim, então tendo vida. [...] Provar pra mim mesmo que eu posso e sou capaz de mudar, porque faz que eu “puxei” seis anos de cadeia, faz dois anos que estou na rua e nunca levei um “atraso” (revista) da polícia nesses dois anos que estou na rua, só trabalhando. (Leandro) (Grupo Focal 4)

Por relatos como o de Leandro, identificamos o que Carretero (2003, p. 66) denomina de “lógicas de vigilância”, as quais são voltadas para determinados grupos sociais. Essa lógica se refere a um “olhar disciplinador” que põe esses indivíduos em uma posição de suspeitos. Assim, “o reconhecimento dos sujeitos sendo feito dentro da categoria de suspeito é um reconhecimento que os invalida e os humilha”. Ao trabalhar na associação, observa-se que o sujeito se reconhece como trabalhador, pertencente a um coletivo organizado, o que, em certa medida, o preserva de levar um “atraso” da polícia.

Pedro, o atual presidente da associação, também apresenta algumas fotos produzidas por ele e as relaciona com o sentimento de satisfação pelo que é realizado pelo grupo. Ele destaca que cada foto possui um significado diferente e sintetiza que “é um orgulho ver o pessoal trabalhando [...] pra ganhar o dinheirinho pra sustentar sua família. Isso não tem coisa que pague. É honesto, é uma pessoa

²⁵ Por se tratar de uma foto que mostra apenas o rosto do participante (*self*), optamos por não a incluir no corpo do texto, tendo em vista que priorizamos seu discurso a partir dela e, também para preservar sua identidade, pois a foto focaliza o rosto.

que está lá na luta. Representa, também, a união, os fardos prontos” (Grupo Focal 2). Para esses sujeitos, seu trabalho lhes assegura o *status* de trabalhadores que garantem a sobrevivência de maneira honesta.

Fotografia 31 – Associados da Arcan trabalhando na prensagem de materiais.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelo associado.

Fotografia 32 – Materiais já prensados organizados em fardos.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelo associado.

Nesse mesmo viés, está presente o valor da honestidade e sua perpetuação para os demais membros da família: “É um meio de vida, que é honesto, não rouba, não faz nada disso, que é um exemplo pros filhos da gente poder seguir com segurança, que é uma coisa honesta que a gente faz” (Ângela) (Grupo Focal 2).

Esses discursos nos provocam a pensar sobre o valor da honestidade para esse grupo, o que contribui para a construção da identidade de sujeito trabalhador, diferenciando-os de quem pratica atividades ilícitas, como o roubo. Por mais insalubre que seja a atividade da catação, essa “parece permitir a esses indivíduos se assumirem como trabalhadores, mesmo reconhecendo os estereótipos negativos que lhes são atribuídos” (BRAGA; LIMA; MACIEL, 2015, p. 1056).

Isso nos faz refletir acerca dos padrões de comparação adotados pelos catadores nesses casos. Para destacar os aspectos positivos de seu “trabalho desqualificado” (MACIEL; GRILLO, 2009), eles se comparam com quem rouba, pois, de acordo com suas avaliações, sua ocupação é mais correta do que a de quem pratica algum tipo de desonestidade.

Outra concepção atribuída pelo grupo ao trabalho, conforme já mencionamos, é a importância da preservação ambiental, e também em como isso se configura em um valor a ser transmitido a outras pessoas, da mesma forma que a honestidade se apresenta.

O trabalho que a gente faz aqui, a gente ajuda a natureza, porque se tu for largar tudo isso daí que vem pra cá, esse material, largar no meio da rua, largar dentro da sanga, em qualquer lugar, vai poluir. Este é o nosso trabalho: ajudar a natureza. E a gente mesmo também passar pros filhos da gente. (Ângela)

E a gente está preservando nós mesmos... (Teresa)

E a gente está preservando e não pro agora, pro depois também. O nosso trabalho é este: preservar a natureza. [...] Sim, que a gente pensa em nós, mas que nem... eu falo pros outros, falo por mim, eu penso em mim, mas também penso nos meus filhos, nos meus netos, nos netos dos meus netos...é pra frente. Que a gente vai passando o valor né?... o valor que acho que a gente está passando. (Josiane) (Grupo Focal 2)

Como se observa, esses trabalhadores percebem sua ocupação como uma etapa importante dentro do ciclo do consumo na sociedade. Ao mencionarem que seu trabalho auxilia na “limpeza da cidade [...] porque se não tivesse os recicladores, a cidade ia estar [...] (suja)” (Caio) (Grupo Focal 3), eles demonstram perceber que seu ofício ultrapassa os muros do pavilhão. Para eles, a catação não é importante apenas como sua ocupação profissional, mas como uma ação de significativo impacto na preservação do ambiente e da saúde: “a gente ajuda todo o mundo. Não

é só por nós, é o meio ambiente, a saúde de qualquer um” (Marcelo) (Grupo Focal 3). Aqui se faz presente um sentido que funciona como uma espécie de “propaganda” dessa ocupação, ou seja, eles percebem que fazem o que a maioria das pessoas não faria: “limpar o que os outros sujam”.

Entendemos que o discurso ambiental em torno da catação é visto de maneira bastante romantizada pela sociedade e, também por parte de alguns catadores e pesquisadores. Diferentemente disso, concebemos que, para os catadores esta é uma forma de legitimação e reconhecimento do valor desse trabalho que realizam, tendo presente que a catação se dá em contexto de inclusão perversa.

A autonomia de trabalhar não vinculados a uma empresa e com a ausência de uma chefia foi outro sentido que emergiu ao longo da pesquisa. Assim, cada um “trabalha pra si”, o que significa, para esses atores, maior rendimento pelo fato de cada catador receber de acordo com sua produtividade, à luz das regras da associação. Essa organização associativa possui lideranças representadas pelas figuras do presidente, vice-presidente, tesoureiros e secretários escolhidos democraticamente. Esses sujeitos, além de trabalharem como todos os demais associados, exercem, também, funções mais burocráticas, mas não ocupam a figura tradicional de chefes perante o grupo, mas, sim, de líderes e referências que, sempre que necessário, convocam reuniões para resolver as situações coletivamente, ou o fazem no decorrer da dinâmica de trabalho. Os associados não se sentem controlados ou pressionados por esses líderes ao realizarem suas tarefas como estariam se trabalhassem em uma empresa.

Esses aspectos se relacionam com as proposições de Sarti (1994), que destaca que, se ao nos depararmos com a pobreza e os pobres, conseguirmos ultrapassar a tendência de interpretá-los sob o signo da falta e carência material, perceberemos suas ações também enquanto possíveis atores políticos, exercendo autonomia.

Em várias ocasiões, os sujeitos da pesquisa estabeleceram comparações entre ser um trabalhador da associação de recicladores e trabalhar em uma empresa, abordando, principalmente, as diferenças quanto ao reconhecimento financeiro. Estes relatos se deram baseados em experiências vividas em empregos antigos, inclusive em outras áreas:

É diferente tu estar lá (numa empresa) se matando por um salário só. Tu dá tanto esforço por uma coisa que é mínima, entendeu? Que não paga o teu esforço, na verdade. Que nem nós trabalhávamos lá na coleta lá, tanto esforço que nós depositava lá, nós depositando aqui rende muito mais do que lá, entendeu? (Marcelo)

E muitas vezes o patrão não te dá valor no que tu tá fazendo. (Diego)

E aqui tu ganha o que tu trabalha mesmo. Lá na firma, tu tá ganhando pra eles. Na verdade, eles vão dar o que querem. (Caio)

Na verdade, tu paga o teu, o deles e a contribuição pro governo também. Daí já tu não tem aquele valor que... a gente mesmo tem que buscar o seu valor, porque os outros não vão te valorizar. Simplesmente, se tu se machucou, eles vão lá e botam outro no teu lugar e tu se vira. Aqui já é diferente. Nós fazemos o nosso próprio trabalho e se cuidamos bem mais melhor do que se cuidamos lá. (Marcelo)

E ainda tem aquela pressão toda em cima de tu, quanto mais pressão... (Diego).

Porque aqui se tu parar, tu não vai estar produzindo pra ti, né? Se tu quer no final do mês ganhar mais, tu vai ter que trabalhar mais (Rosa). (Grupo Focal 1)

Observa-se que combinada à concepção de autonomia no trabalho está a ideia de liberdade, no sentido de que esses sujeitos, ao realizarem suas tarefas diárias, sentem-se à vontade e tem a possibilidade de administrarem seu tempo. Este controle sobre o tempo foi um aspecto muito presente durante nossas interações com o grupo, tendo em vista que alguns dos catadores mais experientes preferem um ritmo mais lento de trabalho e, podem lidar assim com o tempo que dispõem. Os mais jovens, por sua vez, se optam por acelerar o ritmo de produção, também podem fazê-lo. Dentro desta perspectiva de liberdade, estes trabalhadores também se permitem interações constantes entre si. Para ilustrar esse sentido, nos utilizamos de uma expressão que ouvimos com muita frequência de alguns trabalhadores: “É sofrido, mas é divertido e é lucrativo” (Teresa). Por vezes, ao se referirem a algumas fotos feitas por eles em momentos de descontração, eles nos diziam que estavam “trabalhando e brincando” e “a gente trabalha, mas brinca”. Esse aspecto é bastante valorizado por esses sujeitos. Eles observam que, em outros contextos de trabalho, não teriam a liberdade de conviverem dessa forma.

A foto a seguir foi produzida pelos catadores durante o seu turno de trabalho, a qual evidencia dois associados rindo e fazendo brincadeiras entre si.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelos associados.

Ao explicarem o que buscaram retratar com a foto, eles relatam que apesar dos desafios, buscam manter-se motivados para realizar seu trabalho. Isso se evidencia nas falas das catadoras: “Acho que dá pra dizer que estavam todos felizes, por mais que estavam ali sofrendo, pra pensar, tudo cansado já, mas a gente sempre procura se divertir, fazer brincadeiras” (Rosa) (Grupo Focal 1). “Esse dia, a gente ficou até as sete e pouco da noite aqui pensando pra dar tempo de pensar tudo pra, no outro dia, nós carregar” (Eliane) (Grupo Focal 1).

Ao descreverem seu cotidiano de trabalho, identificamos que os catadores revelam um relativo grau de controle e autonomia na execução das tarefas. Coutinho *et al.* (2013) investigaram os sentidos de trabalho para um grupo de trabalhadoras informais e constataram resultados semelhantes. Como o exposto, além da liberdade e do rendimento financeiro, o trabalho para essa coletividade assume os sentidos de dignidade, honestidade, “divertimento” e de preservação ambiental.

Para além desses aspectos, ao serem questionados se identificam outras diferenças das demais ocupações, alguns relatos encaminham-se para o campo da valorização social. Como já abordado anteriormente, a divisão geracional aqui também se manifesta de modo a apresentar uma multiplicidade de sentidos em

relação ao trabalho que desempenham. Enquanto os catadores mais experientes, em sua maioria, orgulham-se de seu trabalho e não projetam novas possibilidades em outros campos profissionais; no grupo dos mais jovens aparece a temática da vergonha²⁶ ao se declararem catadores.

Além disso, existe uma percepção desses sujeitos acerca da falta de reconhecimento do seu trabalho por parte da sociedade, o que pôde ser identificado em várias situações narradas. De modo geral, as ocupações braçais, como a dos catadores e de boa parte das camadas populares, que pouco dependem de formação acadêmica, sofrem com estigmatizações frequentes, pois elas “podem ser feitas por qualquer pessoa” (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 258). No campo da realidade dos catadores, encaixam-se desde a falta de cuidado da sociedade em geral na separação do lixo até o preconceito vivenciado por eles: “Tem muitas pessoas que não sabem valorizar ainda nosso trabalho. Quando a gente fala que trabalha numa reciclagem, já olha com uma cara” (Rosa) (Grupo Focal 1).

Isso nos permite considerar que a forma como a população em geral enxerga esses indivíduos representada pela forma como “separam seu lixo” traduz, simbolicamente, o que esses trabalhadores valem para a sociedade.

Esses atores dizem identificar o lixo de uma pessoa que valoriza o trabalho dos catadores quando o recebem. Observam esse aspecto na organização e separação dos materiais: (alguns) “lavam os resíduos que sobram, lavam pra jogar no lixo, outros já jogam tudo misturado”, e muitos descartam seu material da coleta seletiva com “bastante (lixo) orgânico misturado e, às vezes, vem bicho morto” (Rosa) (Grupo Focal 1).

Esse aspecto também se vincula aos riscos que esses trabalhadores enfrentam ao manusearem materiais que são descartados de maneira inapropriada. Esse caso foi exemplificado pela catadora Paula ao citar alguns desses riscos:

Tem umas pessoas que quebram o prato na sua casa. Às vezes, tu vai, joga no lixo e não faz nada. Tem pessoas que a gente nota que manda enrolado num plástiquinho, escreve ‘vidro’, mas tem pessoas que não, que bota numa sacolinha. (Grupo Focal 1)

Ao abordarem esse aspecto, os catadores buscam reforçar as diferenças entre o lixo seco e o lixo orgânico, destacando que este último não pode mais ser aproveitado, mas, ainda assim, é enviado até a associação, quando só deveriam

²⁶ Voltaremos a discutir esta temática mais adiante.

receber o primeiro. Para esses atores, grande parte da sociedade não está preocupada com a situação de quem trabalha com materiais recicláveis: “Só querem que tire da frente da casa deles. Simplesmente eles não querem saber se alguém depende daquilo ali ou não depende, o que vale é eles, os outros que se virem” (Marcelo) e “não querem nem saber pra onde que vai” (Rosa) (Grupo Focal 1).

Marcelo, um dos catadores que já trabalhou como coletor de materiais recicláveis, aborda situações nas quais experienciou e que traduzem a falta de valorização por parte da sociedade: “Lá no centro, lá tem muitos que valorizam teu serviço, mas tem muitos que não dão nem bola. Às vezes, eles chegam e jogam o lixo [...] e simplesmente só tem que ajuntar” (Grupo Focal 1).

Essa situação também se apresenta quando esses sujeitos são chamados de “lixeiros”, expressão que não os representa: “Lixeiro é aquele (objeto) que tu deposita o lixo pro coletor ir lá e coletar. E daí o coletor é o (trabalhador) que coleta o lixo na rua. Agora nós somos os recicladores, que separamos” (Marcelo) (Grupo Focal 1).

Ao abordarem essa temática, muitos catadores expuseram situações de preconceito pela sua ocupação, como os trabalhadores mais jovens que relembram fatos acontecidos na escola. Paula, que possui sua mãe, padrasto e tia trabalhando na Arcan, é um destes casos:

Quando eu estudava [...] e falava no colégio que eu tinha, no caso, pai e mãe que trabalhavam com reciclagem, tinha colegas que não davam bola, mas tinha uns que olhavam com a cara estranha assim, não conversavam muito. As professoras perguntavam, tinham curiosidade, mas tinha muitos colegas que eu via que não gostavam muito. Mas eu dizia “É um trabalho honesto. Pelo menos eles estão trabalhando, não estão fazendo nada de errado pra se sustentar” (Grupo Focal 1).

Alguns dos catadores mais experientes avaliam que o preconceito já diminuiu bastante e que antigamente essa situação se apresentava de maneira menos favorável. Porém, ao citarem situações que seus filhos viveram na escola, Lurdes e Josiane demonstram que o preconceito e a desvalorização do trabalho dos catadores ainda é presente:

Mas que nem o J. Esses dias chegou em casa, o meu guri de nove anos, “Mãe, a profe fez umas perguntas, daí a profe pediu o que tu é: tu é papeleira, tu é lixeira?”. Aí eu falei, “Não, a mãe não é nem papeleira, nem lixeira, a mãe trabalha numa reciclagem Quando a profe perguntar, diz: “A minha mãe é recicladora” (Josiane)

Agora não tem mais tanto preconceito, na escola X tinha antes. Eles chegavam em casa e diziam “Mãe, tu é lixeira? Eles falam no colégio que tu é lixeira”. Mas diga pra eles que é de lá que a mãe compra as coisas pra você. (Lurdes)

Mas isso eu acho que foi uma pergunta da profe né? Daí, eu disse: “Mas o que tu falou pra profe?” Daí ele disse: “Eu falei pra profe que tu trabalhava numa reciclagem”. Daí ele disse: “Mas tu é lixeira ou papeleira?” “Nenhum dos dois! Diga pra profe que a mãe é recicladora”. Mandei dizer também. (Josiane) (Grupo Focal 2).

Esses relatos foram feitos em um ambiente de descontração. Enquanto elas falavam, os participantes do grupo riam ao ouvir as situações. Isso nos faz pensar em como, para a grande maioria dos catadores experientes, já existe segurança em se afirmarem como trabalhadores desse campo. Reforçando esse aspecto, nós nos utilizamos de outras situações relatadas que demonstram o sentimento de orgulho e autorrealização em ser catador/reciclador. Isso se dá à medida que alguns estabelecem comparações com outras profissões, sendo que até julgam receberem melhor remuneração do que empregados formais. Teresa aponta que as diferenças estão vinculadas ao fato de que “Até que eles (outros trabalhadores) estão poluindo, nós estamos despoluindo” (Grupo Focal 2). Seguindo esse viés, é interessante a situação relatada por Ângela que afirma que “Eles (outros trabalhadores) fazem a parte boa, e nós fizemos a parte ruim, mas queremos ser valorizados perante eles lá em cima. Nós não temos o direito de trabalhar” (Grupo Focal 2). Ao questioná-la sobre o que queria dizer pela última afirmação, ela me explica:

Porque se tu ir numa loja e dizer “eu sou uma recicladora”, porque eu já fui abrir conta na loja Y e disse que eu sou uma recicladora, e ela ficou me olhando e me disse: “Mas isso aí não é profissão!”. Daí eu disse: “Como não é profissão? É um trabalho como outro qualquer. Então bota serviços gerais, porque eu faço de tudo, eu carrego, eu rasgo sacolinha, eu limpo, eu varro, eu sou tudo e mais um pouco. (Ângela) (Grupo Focal 2)

Aqui, destacamos a forma de sociabilidade que Carretero (2003, p. 58) trata como flutuante, onde esses indivíduos experimentam essas situações nas quais possuem seus códigos culturais desqualificados, sofrendo com “formas extremas de vulnerabilidade do laço social”. Como já apontamos, os catadores são atualmente reconhecidos por sua ocupação pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, porém trata-se de um reconhecimento simbólico que ainda se distancia da real valorização que essa coletividade almeja por parte da sociedade e do poder público, a julgar pela situação vivenciada por Ângela.

Nesse mesmo grupo, surgiram relatos de negação da vergonha de trabalhar com a reciclagem, como os associados se referem. Como já destacamos, muitos se orgulham e enxergam sua ocupação como sua fonte de sobrevivência:

Eu sou muito grato por esse serviço. Tenho orgulho do meu serviço, não tenho vergonha de dizer que sou reciclador da Arcan. [...] Eu sou reciclador, gente! Eu sou reciclador! Eu sou o que sou. Não adianta eu querer arrotar *cheese*, se eu como só feijão e arroz! (Leandro) (Grupo Focal 4)

Para ele, vergonha é roubar ou envolver-se em atividades ilícitas, situações que eles enxergam com frequência em seu bairro. Ele, assim como outros catadores do seu grupo, não concebe que sua ocupação, a qual atende o objetivo da sobrevivência e atendimento de suas necessidades, seja uma ação que provoque vergonha. Ainda assim, alguns desses sujeitos apontam colegas que sentem vergonha de trabalhar ali.

O estigma da vergonha foi mais presente no discurso dos catadores mais jovens. Quando questionados acerca de como se sentem ao falar para outras pessoas sobre seu trabalho, alguns associados afirmam que não dizem que são catadores ou recicladores: “Eu nem falo, tem quem fica dando risada da cara da gente quando diz que é reciclador” (Eliane).

Neste momento de sua fala no grupo focal (Grupo Focal 3), Eliane torna-se alvo de brincadeiras de alguns colegas jovens, mas que estão há mais tempo na associação, como se estivessem censurando esse tipo de postura. Mesmo assim, ela continua afirmando que muitas pessoas riem ao ouvirem a profissão deles: “Esses dias, uma amiga minha, que trabalha lá no centro, trabalha numa loja, que a gente é muito amiga, me pediu se eu estava trabalhando, e eu disse que não”.

Nesse momento, observamos que alguns do grupo riem, e alguém fala: “A Letícia também dizia que trabalhava de diarista”.

Marcelo é enfático ao expor o que pensa acerca dos julgamentos externos: “E, às vezes, o que importa a opinião deles? O que vale é a vida da gente. Eu não vejo nada demais”.

O caso dessas catadoras que expuseram seu sentimento de vergonha em exercer essa função nos faz pensar em como esse sentido está atrelado à visão que a sociedade, em geral, atribui ao catador, ou seja, existe um conflito entre o sentido (subjetividade/pessoal) e o significado (cultural) de ser catador. Ao não se declarar

como catadora diante da amiga, Eliane busca se desvincular da imagem de quem não conquistou uma posição no mercado de trabalho com maior *status* social. Identificamos, aqui, o medo da censura e do olhar de desaprovação do outro, o que resulta na humilhação e na vergonha, pois “tudo isso sedimenta e concretiza o preconceito” (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 336).

Gaulejac (2006) nos dá suporte para pensar acerca deste aspecto. Ele concebe que o sentimento de vergonha causa dor e, sendo assim grande parte das pessoas que o sentem optam por não falar sobre ele. Este autor define vergonha enquanto sentimento de culpa pela situação que se vive, ao passo que os sujeitos sentem vergonha, pois, julgam que poderiam ser melhores, mas não o fazem e, tudo isso se dá perante o olhar de julgamento do outro. Trata-se de uma “internalização” de um problema que é social. Para Gaulejac (2006, p.51) “[...] a pobreza não é um efeito de um destino pessoal, mas a consequência das desigualdades sociais. Trata-se de deslocar a responsabilidade do nível individual para o social: é a sociedade que é injusta, desigual, não as pessoas que são más”.

Levando em conta essas considerações, no que se refere aos sentidos do trabalho para os catadores que trabalham na Arcan abordados até então, observa-se que o trabalho com a catação se apresenta com sentidos diversos, por vezes evidenciando ambiguidades. Alguns discursos demonstram referências positivas ao destacarem o sustento, a honestidade e o orgulho na realização do seu trabalho. Apesar disso, outros apontam a vergonha e o anseio por conquistar outra posição no mercado de trabalho. Achados semelhantes podem ser identificados no estudo de Braga, Lima e Maciel (2015), que assim como na presente pesquisa identificaram essa multiplicidade de sentidos do trabalho ao analisarem a realidade de catadores de material reciclável que trabalham nas ruas de Fortaleza/CE.

4.2.3 Trabalho mediado pela sociabilidade

Essas formas de conceber o trabalho nos provocam a problematizar outro aspecto que se impôs com muita potência pelos discursos desses sujeitos: a sociabilidade. Em inúmeras situações em que os participantes da pesquisa foram provocados a falar acerca do sentido do trabalho e o que ele representa para eles, foram frequentes os argumentos que destacavam a sociabilidade como um fator importante. Eles declararam enxergar a Arcan como uma segunda família, a qual

possui valores importantes, como o companheirismo, a solidariedade e a ajuda mútua. Observa-se que esses aspectos influenciam na forma como o trabalho é organizado.

Como já destacado, os associados trabalham em duplas, porém, sempre que necessário, essas se transformam em grupos, de modo a realizar alguma atividade que exija maior esforço físico. Foi possível observar essas interações durante a observação participante sempre que uma dupla solicitava a ajuda de outras para arrastar os *bags* mais pesados ou pesar os materiais. Isso também fica explícito nos relatos desses sujeitos, o que pode ser sintetizado nas palavras da catadora Josiane ao se referir a uma dessas situações: “a união faz a força”.

Ao estabelecerem um paralelo com o trabalho que era exercido antes de entrarem na Arcan, fica evidente que as relações de sociabilidade com os colegas são um importante sentido do trabalho para esses sujeitos. Eles afirmam que, na associação, todos buscam se ajudar e que, em outros contextos, isso não era possível. O catador Diego, em sua fala no grupo focal (1), exemplifica isso citando que em um de seus antigos empregos, ao trabalhar com materiais pesados, muitas vezes não podia contar com o auxílio de seus colegas, e assim eram constantes os riscos para sua saúde. Observa-se, muito presente, o valor da solidariedade nas tramas da sociabilidade: “Aqui, pode buscar ajuda, todo mundo busca ajudar um ao outro. [...] Se não consegue, pede ajuda pra um ou pra dois e puxa. [...] corre menos risco de se machucar, se de render (machucar as costas)”.

Além da solidariedade relacionada a tarefas mais exigentes do esforço físico, observa-se que a dinâmica do trabalho é permeada por essa ajuda mútua. Em seus relatos, os catadores evidenciam o que, para eles, é o valor na união. Isso se traduz pelas atitudes desses atores ao destinarem determinados materiais que são separados e vendidos por alguns deles, mas por outros não:

Está certo que dentro ali tem união também, porque tem material que eu pego, que eu guardo pra vender e que outro não vende, que nem aqui, ali, lá, enfim. Que nem, eles não vai fazer, daí o azeite eu já cato, eles dão tudo pra mim, então tem união também. (Josiane) (Grupo Focal 4).

A solidariedade também se faz presente junto a outros valores apontados e vividos pelos catadores. Além da união, eles destacam a amizade, o respeito e o

companheirismo como peças importantes de sua rotina de trabalho. Pedro e Dona Sandra expõem suas percepções à luz desses aspectos:

Pro horário do lanche, às vezes, não temos nada pro lanche, então cada um ajuda um pouquinho. Daí já juntamos, vamos lá e compramos, sentamos todos aqui e vamos lanchar. Nas dificuldades, também um ajuda o outro. (Pedro)

Pra mim, principalmente, vai mais além do que o serviço: a amizade, o companheirismo. Se a gente está nervosa em casa, chega aqui, brinca com um, aquilo passa. Pra mim, aqui é trabalho e divertimento. Assim que eu vejo. (Dona Sandra) (Grupo Focal 4)

Assim como retratado pelas fotos produzidas, esses atores destacam que fazem muitas brincadeiras entre si “mas a gente também sabe do respeito”. Isso demonstra a preocupação que o grupo possui entre seus membros, o que também é traduzido pelas palavras de Marcelo no primeiro encontro de grupo focal: “Aqui tem que ser que nem uma corrente, arrebentou um dente já, todos se desviam... tem que ser unido, senão não vai pra frente”.

Por passarem muitas horas do dia na Arcan, sempre que há material para o trabalho, eles afirmam se sentirem em casa e, também, por esse fato, foi possível desenvolver tal nível de envolvimento pessoal. Nos finais de semana, sempre que a associação recebe materiais, costumam trabalhar até no sábado à tarde, então vão para casa “só pra dormir”. Afirmam que sentem falta dos colegas e amigos no domingo. Pelos exemplos na sequência, essas afirmações se tornam mais claras:

Acho que a maioria do tempo a gente passa aqui; cada um já aprendeu a conhecer um pouco de cada um. (Josiane)

Realidades que acontecem que nem eu: engravidei aqui [...] todos cuidaram de mim, eu trabalhei até o último dia e, depois que fiquei dois meses em casa, eu tive o apoio deles. O que vinha de doação eu recebia. (Ângela).

E também é a mesma coisa que em casa, não é sempre um agradando o outro também, isso e aquilo e aquele outro, que também, eu acho que tudo o que é lugar tem uma desavença aqui e ali. Às vezes, um se emburra com o outro, fica brabo, mas isso é normal. (Josiane) (Grupo Focal 2).

Para alguns catadores, esse ambiente de trabalho permitiu a ampliação de laços de afeto e amizade entre eles, possibilitando o desenvolvimento de algumas emoções. Assim, dimensiona-se a existência de conflitos interpessoais, mas estes sujeitos os encaram como parte de qualquer relação. A catadora Josiane expôs, para o grupo, a transformação do seu modo de ser e de se relacionar, a qual, segundo ela, deu-se pelas amizades que construiu na Arcan:

Eu, de verdade, antes de vir na Arcan, eu não gostava que ninguém me desse abraço. Não gostava e nem gostava de abraçar os outros também, só meus filhos. Agora eu já sei abraçar. [...] Até me sentia meio “desenchavida” quando vinha alguém me dar um abraço assim. Pois agora eu quero abraçar todo mundo. (Grupo Focal 4).

Ao destacarem o que a Arcan representa para cada um, são reforçados os aspectos vinculados à sociabilidade, como a concepção de que a associação “é uma grande família [...] a gente trabalhando junto se diverte, dá risada uns com os outros. Às vezes, se xinga, mas é pelo bem”, “damos risada o dia inteiro” (Rosa) (Grupo Focal 1).

Como já apontado, um fator determinante desse contexto é o tempo em que permanecem na associação durante o dia e a semana, pois sempre que há material para ser triado, são poucas as horas passadas em casa: “Nós viemos de manhã pra cá e vamos embora só de noite, só pra dormir. E no outro dia a gente volta. É a nossa família”. (Teresa) (Grupo Focal 4).

No grupo dos catadores mais experientes, são mais constantes visões como a de Teresa: da associação enquanto uma família, uma segunda casa. Considerações como “pra mim, a Arcan é tudo. Eu não seria ninguém sem a Arcan” de catadores como Dona Sandra, uma das mais antigas trabalhadoras, nos faz pensar nas razões de concepções semelhantes a essa serem mais comuns ao grupo mais experiente. Como exposto por estes participantes em muitos momentos, o trabalho ocupa papel fundamental em suas vidas, tendo em vista que, é neste espaço e, com este trabalho, que os catadores mais velhos têm oportunidades de serem sujeitos da sociedade. Diferentemente destes, identificamos que alguns dos mais jovens possuem planos de concluir os estudos e perspectivas de mudanças.

Essa diferença nos fica visível pela fala de Josiane em uma participação durante o grupo focal. Ela também é uma das mais antigas associadas e aponta a dificuldade em encontrar outro emprego ao considerar a importância da Arcan:

É uma ajuda que a gente tem pra nossa família, porque, se não fosse a Arcan aqui... o serviço pra quem tem pouco estudo não é bem assim pra tu arrumar... Já pra quem tem estudo já é difícil, pra quem tem pouco estudo...pra mim é uma ajuda.

Como já destacamos, esses sujeitos, pertencentes às camadas populares e, encontraram, na associação, uma chance de trabalho, reconhecimento social e sobrevivência digna, segundo suas avaliações. Além disso, entendemos que as poucas expectativas de mudanças no campo profissional fazem com que eles

enxerguem, na associação, a possibilidade de angariar mudanças em seu padrão de vida. Esse ambiente caracteriza-se como uma das únicas oportunidades de inserção social para este grupo.

4.2.4 Mudanças nas condições de vida

Essas significações que os catadores atribuem à sociabilidade nos direciona a refletir acerca do papel da Arcan enquanto instituição envolvida na conquista das melhorias pessoais e coletivas desses sujeitos. De acordo com os relatos, a transformação nas condições de vida se deu de maneira significativa. Muitos desses indivíduos declararam que antes de entrarem na associação, ou até em alguns períodos em que o grupo estava se firmando enquanto organização associativa, o rendimento mensal se comprometia integralmente a saldar compromissos. Atualmente, percebem-se melhorias no padrão de vida deles, para além daqueles já assinalados no que compete ao espaço de trabalho.

Nesse cenário, os catadores afirmam que a mudança foi de “cem por cento”. Alguns apontam que, hoje, em virtude de seu trabalho, podem criar seus filhos com orgulho, como destacou a catadora Ângela. São amplas as transformações vivenciadas por esses sujeitos, como a conquista da casa própria e de bens, os quais não eram possíveis de se ter antes de entrarem na associação, além das aspirações para o futuro:

Há um tempo atrás, a renda era de quinhentos, seiscentos pila, era difícil. [...] Eu morava numa casa de madeira. Agora, tô numa de material. Tô pagando ainda ela, mas está bem melhor agora. (Diego)

Antes, trabalhava só pra comer e pagar água e luz. Daí, agora, a gente consegue comprar uma roupa nova, comprar um móvel pra dentro de casa. Eu construí a casa, nós dois (Marcelo), porque nós somos casados, nós construímos a nossa casa. (Rosa) (Grupo Focal 1)

São frequentes os paralelos traçados entre a realidade de agora e a anterior à associação. Durante uma de suas participações no grupo focal, Seu Juraci expôs que em seu antigo trabalho, na construção civil, as condições eram mais desafiadoras: “Se eu comprasse alguma coisa hoje, amanhã eu tinha que vender pra ter o sustento. Aqui não [...] estou comprando outra”.

Isso nos remete à expressão “ganhar bem”, a qual se repetiu com frequência ao passo que os catadores falavam sobre seu rendimento atual em comparação ao

passado. Mesmo diante do conjunto significativo de desafios enfrentados por esses sujeitos no que compete às condições de vida e trabalho, eles afirmam “ganharem bem”, fato que nos provoca a pensar na precariedade da vida desses sujeitos no período anterior à Arcan. Atualmente, é possível observar, pelos relatos deles, que concebem que obtiveram muitos avanços em seu padrão de vida; mas, ainda assim, são visíveis as carências, principalmente materiais, que o grupo possui. Nossa presença na Arcan foi vista por alguns como uma oportunidade para pedir ajuda com doações, tendo em vista que determinados associados nos declararam que estavam enfrentando dificuldades para comprarem alguns móveis necessários para suas casas.

Verifica-se que principalmente os catadores mais velhos, por terem participado de diferentes momentos na história da associação, atribuem grande parte das mudanças conquistadas à presente gestão. Nesse contexto, encaixam-se os associados Pedro, o atual presidente, e Rosa, que o antecedeu, mas que permanece figurando como uma liderança. Segundo os relatos do grupo, foram feitos muitos investimentos importantes na associação, como câmeras de segurança e sistema de combate a incêndios.

O grupo expôs situações já vividas sob a liderança de outros presidentes que, de acordo com suas avaliações, inviabilizaram o desenvolvimento e o crescimento da Arcan. Destacam que existia muito “logramento”, que é como se referem às circunstâncias de desonestidade. Relatam que antigos associados, que atualmente não compõem mais a Arcan, enquanto ocupavam cargos de liderança, utilizavam os recursos da associação em benefício próprio, além de provocarem o sucateamento de recursos que o coletivo havia conquistado. Nesse período, a organização do trabalho da Arcan se dava em torno das esteiras, nas quais os materiais passavam pelos catadores, enquanto eles os triavam, então, no final do mês, o rendimento era dividido pelos associados igualmente. Os fragmentos de relatos de o grupo focal a seguir nos ajudam a ilustrar essas questões:

Eu, pra mim, eu acho que aqui, na Arcan, melhorou bastante devido à diretoria que entrou agora, principalmente a Rosa. O Pedro também, agora, mudou bastante, porque antes tinha bastante logramento aqui. Nas outras presidências, nós sofríamos também aqui dentro, né, Lurdes? Às vezes, tinha uma diretoria que nós trabalhávamos o mês inteiro pra ganhar duzentos, trezentos reais, né, Lurdes? Roubavam bastante a Arcan. Melhorou bastante quando a Rosa entrou na diretoria. Começaram que a gente pode ganhar um pouco a mais, sem ser logrado, sem nada. [...] agora que está adiantando bastante, ajudando bastante tanto o pavilhão, porque, nas outras diretorias, nunca teve câmera aqui pra cuidar. Isso, que nem

essas caixas d'água, que Deus ajude que nunca vá pegar fogo, né? Se for pra pegar fogo, tem como a gente se defender aqui dentro. [...] Foi feito bastante coisa depois que a Rosa entrou. A Rosa é uma guria nova, é uma guria nova e, perto da gente, ela é uma menina, mas a cabeça que ela tem... E uma também: a honestidade que ela tem. A Rosa, não é querer "gavar" ela, os únicos presidentes aqui quem ajudou aqui e usou com honestidade aqui foi eles. Porque o resto aqui, Deus que me perdoe, a gente trabalhava, trabalhava pra chegar o final do mês pra ganhar duzentos, trezentos (Josiane).

Eu assumi esse ano como presidente, mas sempre estive do lado da Rosa [...]O que cada um recebe aqui passa tudo por minha mão e nunca faltou um real. (Pedro).

O Pedro é bem honesto, ele vai e tira no banco e traz bem certinho (Letícia) (Grupo Focal 4)

Durante conversas informais, os catadores lembraram que a associação já chegou a possuir dois caminhões, os quais eram utilizados para buscar materiais em determinadas empresas da cidade. Porém, sob gestões antigas, manutenções necessárias não foram realizadas, além de problemas com multas. Para que adequações fossem feitas e compromissos financeiros vinculados aos veículos fossem quitados, os catadores relatam que os caminhões foram vendidos em peças. Após essa situação, o grupo não teve mais recursos para adquirir novos veículos, que eram vistos pelos associados como uma autonomia da Arcan em coletar materiais. Outro aspecto que cabe nesse mesmo sentido é o que foi relatado pela catadora Lurdes, uma das associadas que vivenciou várias fases da história da Arcan:

Lurdes me relatou que quando a Arcan estava sob a liderança de outro presidente, eles recebiam um valor fixo no final do mês, pois havia uma pessoa que exercia a função de secretária, outra trabalhava como cozinheira e faxineira (o caso de Lurdes) e outros trabalhavam na triagem. Nesse período, ela me conta que ia todos os dias para a associação para fazer a limpeza e cozinhar, e assim que concluía, voltava pra casa. Mas, segundo ela, o presidente não pagava certo, pois, para uns, pagava a mais, e, para outros, a menos. Em um determinado dia, ela foi a responsável por pagar a conta de energia elétrica e se surpreendeu com várias contas acumuladas a pagar. Com esse quadro, o presidente da época foi afastado após a realização de uma reunião e, com ele, saíram outros catadores que faziam parte da família e amigos dele. Assim, Lurdes me relatou que restaram apenas cinco associados e que eles não sabiam se continuariam ou não, pois, nas palavras dela, "estava tudo falido". (Registros em diário de campo – 21/04/2018)

Eles não trabalhavam e ganhavam a mesma coisa. Daí a gente fez uma reunião, a maioria do pessoal saiu e a gente viu que começou a dar dinheiro. Daí a gente começou a trabalhar cada vez mais pra ganhar mais. E daí o pessoal que tinha saído acabou voltando (alguns), porque daí eles viram que a gente começou a ganhar mais e todos voltaram a pedir serviço de novo. (Rosa) (Grupo Focal 1)

Como já abordado, a partir do momento que alguns sujeitos assumiram a liderança, os rumos da Arcan foram redefinidos e refletiram mudanças significativas para a realidade desse grupo.

Assim, podemos refletir ainda acerca dos sentidos do trabalho que emergem no exercício das atividades de cada um. Quanto a esse aspecto, Dona Sandra é muito enfática ao destacar que

aqui é serviço geral [...] Não tem tal coisa é dos homens e tal coisa é das mulheres. É tudo igual, as mulheres é a mesma coisa que os homens. Os pesos que eles erguem, nós também, é tudo a mesma coisa. (Grupo Focal 2)

Ou seja, segundo eles, as etapas são realizadas por todos, sem diferenciação por gênero. Porém, ao longo de nossa imersão na realidade do grupo, fomos realizando leituras das cotidianidades e observando que, de fato, as etapas que envolvem a triagem são realizadas por todos. Entretanto, algumas determinadas tarefas são desempenhadas por certos associados, o que, a nosso ver, traduz algumas dimensões desses sujeitos enquanto trabalhadores. Como exemplos desse prisma, citamos a situação de Seu Juraci, associado responsável por abrir e fechar a associação nos horários que lhes cabe, o que pudemos observar durante a realização da etapa empírica de nosso estudo. Além disso, nos dias em que as cargas dos materiais chegaram fora do horário convencional de trabalho, Seu Juraci é o responsável por permanecer no pavilhão para recebê-las, exercendo, também, o papel de auxiliar na vigilância do local. Segundo ele, existe uma cama improvisada, a qual ocupa nesses períodos.

Quanto às responsabilidades burocráticas e/ou administrativas, elas ficam a cargo de três associados: Pedro, Rosa e Letícia. Os dois primeiros, como já mencionado, são respectivamente presidente e ex-presidente da associação. Letícia, por sua vez, atua como secretária. Durante nossa permanência no espaço de trabalho desse grupo, observamos que Rosa se encarrega de inventariar os resultados das pesagens para registro da produtividade das duplas, como aponta Caio durante uma conversa informal: “A parte das contas é só com a Rosa. Daí, às vezes, a Leti ajuda”.

Pelos relatos do grupo, também se tornou papel dela mediar possíveis situações que envolvam adequações como trocas dos territórios de trabalho. Quando se trata da contabilidade, além do serviço de assessoria que a Arcan recebe da prefeitura, Rosa também atua com legitimidade outorgada pelo grupo:

Assessoria é que eles acompanham nós nas contas, nas contas da Arcan, pra pagamento de luz, água, pagamento do pessoal. Dá muita contabilidade tudo. Então, tem aquilo ali, o único apoio que nós temos da prefeitura (Pedro) (Grupo Focal 2)

Algumas das vezes em que chegamos à associação fomos recebidas pela Rosa que mesmo não exercendo mais o cargo da presidência, figura como uma liderança muito presente.

Conjugado à essa influência da Rosa, manifesta-se a figura de Pedro, atual líder da associação, o qual atua na triagem como os demais e tem sua autoridade legitimada pelo grupo. Os catadores o enxergam como um líder responsável e honesto e se sentem representados por ele. Em um dos encontros de grupo focal, ele relatou que o dinheiro pago pela empresa para a qual a associação vende a maior parte dos materiais é depositado em sua conta bancária particular e, posteriormente, é realizada a partilha desse valor em consonância com a empresa de assessoria financeira, além das presenças de Rosa e de Letícia. Isso pressupõe a compreensão do papel e posição que esses sujeitos exercem diante do grupo, como pode ser observado no relato a seguir:

A pessoa ser honesta, que nem a Rosa passou honestidade pra nós, ela faz tudo certinho. O Pedro passa honestidade pra nós, passa confiança numa pessoa. Ele vai todo mês pegar todo o nosso dinheiro, e isso é uma aprendizagem pra mim. O Pedro está fazendo certo. O Pedro nunca logrou ninguém. Isso a gente aprende, e os filhos da gente também aprendem. Não é só pra aqui dentro, o que a gente aprende aqui a gente usa lá fora também. (Josiane) (Grupo Focal 4)

Analisando esse contexto, refletimos em quantos indivíduos como Pedro, sujeito de quarenta e cinco anos, baixa escolaridade, morador de periferia, dentre outras adjetivações que o caracterizam como parte das camadas populares, tem a oportunidade de angariar prestígio e reconhecimento diante de seus pares por meio do trabalho. Reconhecemos que essa realidade vivida por ele e seus pares está inserida no cenário da inclusão perversa, a qual é permeada por adversidades; mas que, ainda assim, oportuniza as positivities.

Podemos ainda citar o caso de Rosa, representada pela foto abaixo (Fotografia 34) produzida pelos sujeitos da pesquisa enquanto estava no exercício de suas responsabilidades administrativas. Ela já se encontrou inserida no mercado formal de trabalho, mas, em determinado momento de sua vida, optou por trabalhar na associação. Rosa, uma das únicas associadas com ensino médio completo, enxergou na Arcan possibilidades as quais não encontrou em sua antiga ocupação

como caixa de supermercado. Na associação, ela atua como uma das lideranças e é sujeito ativa de seu trabalho.

Fotografia 34 – Catadora trabalhando com os registros financeiros da associação.



Fonte: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelos associados.

4.2.5 Condições de trabalho: “Já me acostumei”

A realidade de nossos sujeitos de pesquisa, os trabalhadores de uma associação de recicladores, normalmente provoca pensamentos acerca das condições de precariedade desse trabalho, pois são lembrados como pessoas que trabalham “com lixo”. Esse fato os torna alvo de estereótipos, estigmas e preconceitos, o que os exclui de alguns espaços sociais. A catação constitui, para esse grupo, uma das poucas alternativas de sobrevivência e os expõe à insalubridade e ao reduzido reconhecimento financeiro dessa ocupação. Dito isso, pensamos em que medida essas condições de trabalho influem na maneira como esse grupo social tece os sentidos do seu trabalho, bem como se relaciona com a espacialidade a qual compõem.

Pensando acerca desse aspecto, conforme já destacamos nas seções anteriores, entendemos que o trabalho destes sujeitos os mobiliza por completo, exigindo esforço e dedicação físicos e mentais. A realização de suas atividades demanda destes atores esforço intelectual, planejamento de tarefas, capacidade de gestão de recursos materiais e humanos. Dentre estas questões, concebemos que,

a corporeidade emergiu com potência nesta pesquisa, destacando-se. De um modo geral as diferentes ocupações laborais, assim como na catação, exigem dos indivíduos que se exponham a níveis de concessão do corpo, perpassando pela relação que se estabelece com o corpo e o quanto se está disposto a colocá-lo em jogo no exercício do trabalho.

A partir dessa percepção, Le Breton (2007) acrescenta elementos importantes a essa discussão ao passo que concebe a condição humana enquanto uma condição corporal, de modo que tudo que existe passa pelo corpo, e por ele é traduzido. A vida social é uma interpretação permanente do mundo através do corpo, o que, por sua vez, resulta de uma construção cultural a partir da educação, do pertencimento geográfico, do gênero, entre outros elementos, tratando-se do corpo como uma entidade cultural. Assim, o trabalho é uma instância importante a ser considerada quando abordamos a corporeidade.

Carlos (2014, p. 474), citando Michel Bernard (1995) e Bernard (1995), entende como indispensáveis as justificativas quando se desenvolvem reflexões acerca do corpo, pois, para ela, “a vida o impõe cotidianamente, já que através dele sentimos, desejamos, agimos, exprimimos, criamos. Portanto, o corpo tem uma função de mediação social”. O corpo é entendido como um vetor das relações dos meios social e espacial. A partir dele, são estabelecidas “relações com o mundo e com os outros – uma relação com espaços-tempos definidos no cotidiano”. Para essa autora, “nossa existência tem uma corporeidade porque agimos através do corpo” (CARLOS, 2014, p. 475). Partindo desse princípio, buscamos problematizar a incidência de entrega do corpo ao trabalho, o que se configura como uma característica distintiva dos trabalhadores envolvidos neste estudo.

Na profissão dos sujeitos envolvidos em nossa pesquisa, o uso do corpo é imperativo, situação a qual os expõe ao máximo, tratando-se de riscos e limites. Ao longo de nossa imersão, surgiram várias oportunidades as quais nos possibilitaram experimentar e, de fato, “sentir na pele” essa realidade. Enquanto circulávamos pelo pavilhão, era necessário estarmos atentos aos riscos que, por vezes, a nós eram ocultos, representados por insetos e materiais ali dispostos, o que já é, de certa forma, familiar aos catadores.

Observou-se que durante a realização do seu trabalho, os catadores mobilizavam bastante o corpo. Isso se verifica à medida que se abaixam para pegar e rasgar as sacolas plásticas nas quais chegam os materiais; ao manusearem esses

objetos, os quais, posteriormente, são destinados ao *bag* equivalente; e ao arrastarem-no até o local para armazenagem, assim que estiverem cheios. Muitos dos itens que chegam com a coleta seletiva possuem algum potencial de uso e aproveitamento pelos catadores. Os materiais são rapidamente inspecionados e guardados à parte dos outros materiais, mas ainda dentro do território da dupla: “Às vezes, a gente não sabe o que é, daí bota de lado pra não perder tempo” (Caio) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Fotografia 35 – Catadores trabalhando e mobilizando o corpo em meio aos materiais.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 36 – Catadores trabalhando e mobilizando o corpo em meio aos materiais.



Foto: Acervo da autora.

Nota: Foto produzida pelos associados.

Além disso, é comum vê-los entrando nos *bags* e pressionando os materiais com o peso do próprio corpo de modo a amassá-los na tentativa de que diminuam seu volume. Com relação a esse aspecto, é visível que esses sujeitos estão vulneráveis a inúmeros riscos, considerando que nem sempre possuem EPIs,²⁷ como botas e botinas, luvas e roupas resistentes para executarem suas tarefas. Além disso, chegam até a associação os mais diversos tipos de materiais com características pontiagudas e cortantes.

Em uma das manhãs que estive na associação, observei que alguns catadores chegaram com determinadas roupas e, logo em seguida, foram se trocar para começar a trabalhar, vestindo calças, botinas e tênis. Porém, também identifiquei alguns que chegaram de bermuda e chinelo e os vi trabalhando dessa forma, entrando nos *bags* para “socar” os materiais. (Registro em diário de campo – 22/04/2018)

Foi comum ouvir destes atores expressões como: “Aqui dentro não tem dificuldade, aqui dentro é fácil”, o que demonstra a valorização que esse grupo dá ao seu trabalho, considerando os avanços e as melhorias conquistadas em detrimento às dificuldades. Leandro, um dos catadores mais otimistas, durante uma conversa informal, destaca que as principais dificuldades são nos momentos em que não há material para o trabalho, “Fora isso, é bom”. Porém, com a grande mobilização do

²⁷ Equipamentos de proteção individual.

corpo e como “a maioria das coisas é feita à mão” (Leandro), manifestações acerca das dificuldades também foram presentes, como as dores nas costas. Isso nos foi indicado pela catadora Josiane, pelo fato de precisar se abaixar com frequência: “Judia bastante das costas, então é cansativo. A gente está acostumada, eu gosto de vir trabalhar e separar material, mas o serviço da gente é assim, não tem como mudar”.

Durante algumas conversas informais, ouvíamos os catadores falando sobre o grande desgaste físico enfrentado para transportar os *bags* do interior do pavilhão para a parte externa. Esse transporte se dá de forma manual, de modo que os trabalhadores arrastam os *bags* pelo espaço, e isso, muitas vezes, resulta em fortes dores musculares: “puxar os bags lá pra fora é pesado, dói os braços”. (Eliane) (Conversa informal)

Além do carregamento dos materiais triados, os associados recebem, semanalmente, às quartas e às sextas-feiras, o caminhão da prefeitura responsável pelo recolhimento do lixo orgânico, ou seja, para apanhar os rejeitos orgânicos que chegam à associação misturados aos resíduos secos. Nesses dias, são os próprios catadores que desempenham a tarefa que, para eles, é vista como “puxada”.

A catadora Lurdes também salienta que, nesse processo, é comum que os trabalhadores tenham que ficar por mais tempo trabalhando no pavilhão, de modo a conseguir concluir a tarefa a tempo de carregar. Isso é percebido na sua fala, durante nossa conversa, ao frisar que, para ela, “o carregamento mata a gente, é pesado o serviço. Tem que pensar, daí nós ficamos até umas horas aqui”.

Ao pesquisar esse universo, nós nos deparamos com situações relacionadas a esses aspectos, aos quais não estávamos habituadas, mas, aos poucos, nossos sentidos foram sendo educados para compreendê-las. Citamos esse aspecto a fim de contextualizar uma das cenas que mais nos impactou: Caio trabalhando em meio aos materiais, vestindo bermuda e chinelo, por vezes entrando nos *bags*, parecendo não se importar com os possíveis riscos. É interessante pensar em como situações semelhantes a essa se repetem com frequência, e o corpo físico desses sujeitos, mesmo que exposto ao esgotamento pelo esforço, parece ter sofrido adaptações, como dizem os próprios catadores.

Talvez sem ter-me atentado aos pormenores das condições desse espaço, dada à minha empolgação pela pesquisa, durante um dos encontros de grupo focal, os quais se deram de certo modo mais afastados de grande parte dos materiais,

senti um incômodo do dorso de um dos meus pés, uma coceira que não cessava. Naquele momento, imaginei que se tratasse de uma picada de mosquito, algo bastante comum para a época do ano. Porém, com o passar dos dias, essa parte do meu pé ficou coberta por pequenas erupções cutâneas, as quais, certamente, não resultaram de picadas de mosquitos. Após esse episódio, tratei de ser mais providente e, por isso, usei calçados e roupas que me protegessem mais de possíveis agressores.

Isso nos faz refletir no quanto a corporeidade desses sujeitos é exigida, de modo que se adaptem a esses e a outros riscos, sem nem mais mesmo senti-los. Isso se aplica aos riscos à pele, como foi no meu caso, mas também ao cheiro, que alguns afirmam não mais perceber. A aparência desses sujeitos conota sua condição de vulnerabilidade que se arrasta por muito tempo, principalmente quando nos referimos aos trabalhadores mais velhos. Alguns deles, com idade em torno dos cinquenta anos, aparentam ter cerca de setenta. Mesmo aqueles mais jovens, na faixa dos trinta e cinco anos, têm uma aparência física de alguém mais velho. É comum, entre esses trabalhadores, a ausência de dentes, o que muitas vezes não nos permitia compreender o que diziam, uma vez que tinham sua dicção comprometida. Entendemos que isso é resultado de uma existência de privações e de dificuldades financeiras, o que os impossibilita de garantirem a saúde bucal, por exemplo. Maciel e Grillo (2009, p. 242) também refletem acerca desses aspectos ao tratar da realidade de inúmeros outros trabalhadores que experimentam da inclusão perversa, cujo corpo “parece bem treinado para se adaptar à imprevisibilidade do cotidiano de quem sempre foi descartado pelo mercado de trabalho qualificado”.

Partindo dessas considerações, citamos as ponderações de Le Breton (2007, p. 82) com relação ao corpo ser percebido como um componente que é atrelado à base material de produção na sociedade capitalista, convertendo-se em instrumento de trabalho. Ao avaliar os padrões de “usos sociais do corpo”, o autor constata que os atores provenientes das camadas populares, como os catadores, estabelecem relações de ordem mais “instrumental com o corpo”. Desse modo, é possível observar que eles “não prestam nenhuma atenção especial ao corpo e o utilizam, sobretudo, como um ‘instrumento’ ao qual demandam boa qualidade de funcionamento e de resistência”. Nesses sujeitos, é verificável a valorização da força física e a tolerância a desgastes corporais, já que “eles não admitem, sobretudo, sentirem-se doentes”.

De fato, o corpo é visto como uma entidade cultural, ou seja, as suas “formas de uso” identificadas nessa realidade são moldadas pelas necessidades da vida cotidiana e da cultura desse grupo. Dessa forma, esses sujeitos expõem sua corporeidade a inúmeras situações de risco e insalubridade. Miura (2014) também se dedicou a pensar a esse respeito, indicando que os trabalhadores desse ramo, em geral, tem como preocupação maior a garantia de sua subsistência em detrimento da saúde do corpo.

A título de comparação, Le Breton (2007) também analisa as percepções da corporeidade pelos indivíduos das camadas privilegiadas e conclui que estes buscam manter “uma relação mais atenta com o corpo”. Esse grupo inclina-se a “estabelecer uma fronteira mais tênue entre saúde e doença e a adotar, com relação a esta última, uma atitude mais preventiva para evitar qualquer surpresa”. Essa circunstância é interpretada pelo viés de que à medida que se ascende às camadas mais privilegiadas “diminui correlativa e progressivamente a importância do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual, o sistema de regras que rege a relação do indivíduo com o corpo é igualmente modificado”. Esse aspecto influencia diretamente no estabelecimento de relações com o corpo, ao passo que nas atividades laborais do campo intelectual que não demandem esforço físico particular, os trabalhadores inclinam-se “a estabelecer uma relação consciente com o corpo e a tomar mais cuidado com as sensações orgânicas e à expressão dessas sensações e, em segundo lugar, a valorizar a 'graça', a 'beleza', a 'forma física' em detrimento da força física” (LE BRETON, 2007, p. 83).

Os padrões do uso da corporeidade dos catadores se dão atrelados às condições de insalubridade de seu trabalho. Estas se traduzem pelo que pôde ser experienciado durante a etapa empírica de nosso estudo, mas, e principalmente, pelo que os próprios sujeitos relatam e vivem. Foram várias as ocasiões em que observamos os catadores trabalhando com mãos ou pés enfaixados com curativos improvisados, por terem se cortado com materiais perigosos, como vidros. Segundo eles, existe até quem seja “premiado” com essa situação com frequência. Nessa ocasião, o catador em questão levou quatro pontos na mão em função de um corte.

Com o acompanhamento da rotina desse grupo, foi possível compreender melhor as motivações que levam situações como essas a se repetirem sucessivamente: além do problema desses materiais serem descartados de maneira inadequada, muitos catadores não utilizam equipamentos de proteção pessoal,

como as luvas ou botas, o que não preveniria os acidentes, mas minimizaria os riscos. Porém, é importante salientar que o acesso aos equipamentos de segurança pela associação se dá geralmente por meio de doações. Quando essas não ocorrem, o grupo tem dificuldades financeiras em adquiri-los. Pelo excerto de grupo focal a seguir, observa-se a preocupação relativa a essas dificuldades:

E quando não tem, não tem. Acha ali no meio do material alguma coisa. (Pedro).
 Olha eu, estou trabalhando de chinelo, não tem. (Teresa).
 Hoje até acha bastante... olha a minha bota aqui. (Josiane).
 Só que eles (poder público) não pensam, né? Mas que Deus o livre, chega cortar um pé, a gente não tem carteira assinada. Eu sou uma que não pago INPS. (Dona Sandra).
 (Se me machucar) é deitar em casa, ajeitar as mãozinhas... (fazendo sinais de oração). (Josiane)
 ... e pedir pra morrer. (Dona Sandra).
 Tem que trabalhar sem o pé, daí (risos). (Teresa) (Grupo Focal 4)

Assim, relatam que usam esses objetos quando os encontram misturados aos materiais, e sempre que necessário, os artefatos que estão sendo utilizados aos poucos são substituídos. Tratam-se de situações resolvidas de maneira precarizada, considerando que esses objetos foram descartados pela população e, então, transformam-se em instrumentos de trabalho para os recicladores: “A gente acha aqui. A gente dá um jeito, porque vem bastante luva”.

Durante as conversas com os catadores enquanto eles executavam suas tarefas, alguns nos relataram sobre a dificuldade de trabalhar sem luvas. Ao serem questionados sobre quais providências eram tomadas quando estas lhes faltavam, ficou nítida a precariedade de suas condições de trabalho, tendo em vista que o uso das luvas está condicionado à garimpagem delas no material recebido. Isso nos fez refletir sobre como esses sujeitos estão expostos aos mais diversos riscos na realização de seu trabalho e como sua corporeidade é exigida.

Diante disso, é impossível não lembrar das diversas vezes que, em casa, descartei luvas usadas no lixo seco e, quando o fiz, foi porque, realmente, para mim, elas não tinham mais proveito. Essa questão nos suscita alguns questionamentos acerca de quem são esses sujeitos que se submetem a usar, simbolicamente, as minhas luvas já usadas e descartadas e enxergam nelas um potencial de uso. E quanto às luvas descartadas por tantas pessoas, que aparentemente podiam ser reaproveitadas, mas que possivelmente continham algum agente agressor?

Nessas interações, identificamos que nem todos os trabalhadores usavam luvas ao realizar suas tarefas. Ao serem questionados acerca desse aspecto, muitos expõem os riscos e dificuldades em não as utilizar e enxergam o uso como algo indispensável: “Eu não consigo trabalhar sem luva, já tentei, mas me corto tudo” (Lurdes) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Quanto a esse aspecto, nesta mesma oportunidade, Caio, um dos mais jovens, relata:

Geralmente a gente tem luva pra trabalhar. Eles fornecem, mas, às vezes, rasga. Daí, a gente sempre acha no material. Daí, a gente guarda [...] eu não conseguiria trabalhar sem luvas. A gente já entrou aqui com luvas.

Porém, muitos dos associados relatam não se adaptarem ao uso desse objeto, afirmam que “amarra e o serviço não rende”, mesmo já tendo sofrido com os riscos: “Eu já atorei meus dedos, mas não dá de luvas, até está lá as minhas luvas, mas se acostumar não consigo” (Leandro). Dona Sandra justifica que não faz uso delas em função de uma irritação nas mãos que, segundo ela, ocorre por causa do contato da pele com as luvas.

Por mais que possa aparentar ser uma cena corriqueira desse universo, buscamos problematizar ainda a questão das sensações provocadas pelas condições de trabalho desse grupo, representadas, aqui, pelo cheiro do ambiente e pelo contato com os materiais, ao tocá-los diretamente ou ao abrir as sacolas. Essas sensações também são interpretadas de maneiras distintas pelos catadores, conforme possuem maior ou menor experiência acumulada.

Essas interpretações se destacam à medida que os catadores são provocados a falar sobre elas. Assim, identificamos aqueles que se habituaram às condições de trabalho e exercem suas funções de maneira pouco reflexiva quanto a esse aspecto, enquanto outros problematizam mais a realidade e identificam pontos críticos. Por meio de nossas observações, como já destacamos, entendemos que os associados que possuem maior experiência acumulada possivelmente puderam construir e reconstruir significados acerca de suas condições de trabalho. Sendo assim, apresentam uma leitura mais dura de seu contexto.

Entendemos que perguntas que versam acerca desses aspectos não são simples de serem feitas e ouvidas; porém, são necessárias para que possamos compreender a multiplicidade de percepções dos participantes sobre seu universo.

Nesse sentido, impactou-nos ouvir desses sujeitos que, por estarem há tanto tempo trabalhando com isso, passam a não sentir maiores desconfortos com o cheiro. Josiane é um desses casos:

A gente, por estar aqui trabalhando, eu não sinto mais, a gente acostuma. Acho que o organismo da gente (se acostuma). Só quando tem o lixo mais podre incomoda um pouco, mas acostuma. (Relato da observação participante – 21/04/2018)

Relatos muito parecidos se repetem, como o caso de Lurdes que, quando questionada sobre como era a sensação de manipular os materiais que chegam nas sacolas plásticas sem antes saber do que se trata, afirma que não se surpreende e que está acostumada a encontrar “lixo seco e orgânico”. Ela afirma que, para ela, esse tipo de situação “não faz diferença”, assim como destaca não sentir nojo dos materiais que manipula.

Na verdade a gente nem sente o cheiro mais, só se abre uma sacola que tenha cheiro forte, mas, se não, acostuma. Mas quem vem de fora sente que é diferente. Até as crianças da gente, quando eu chego em casa, eles dizem “Ai, mãe, que cheiro de lixo!”. Mas a gente não sente mais. Mesma coisa em outra empresa, nos frigoríficos também tem cheiro. (Lurdes) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Por essas descrições, ficam evidentes as adaptações pelas quais essas pessoas passam ao exercer esse trabalho. Por outro lado, identificamos que para essas catadoras sua situação se assemelha a de outros trabalhadores que, em distintas profissões, também estão expostos a condições adversas exercendo suas atividades. Em sua avaliação, parecem não considerar as diferenças em trabalhar com comida, no caso dos frigoríficos citado por Lurdes, e trabalhar com lixo e materiais recicláveis, como na situação delas. Esse fato nos surpreende dada tamanha “adaptação” que esses trabalhadores operam em sua vivência com aquilo que foi descartado por não ter mais proveito e tratado pela maioria da população como desagradável e enfadonho. Isso também nos lembra das reflexões de Colasanti (1996) ao abordar o modo como a sociedade tem se habituado a viver: “A gente se acostuma a morar em apartamento de fundos e a não ter outra vista. E porque não tem vista logo se acostuma a não olhar para fora”. Isso ajuda a traduzir um processo de certo “anestesiamento” da nossa sensibilidade, o que se assemelha com o que os catadores relatam. Estes atores destacam que o cheiro já não mais os incomoda, mas para além deste aspecto, eles também “se acostumaram” a

serem humilhados, oprimidos, negligenciados pelo poder público, dentre outros desafios.

Entendemos que isso se relaciona grandemente com as proposições de Le Breton (2007), que aborda as configurações que a corporeidade se ajusta devido a alguns fatores que extrapolam o poder de escolha dos indivíduos.

A configuração dos sentidos, a tonalidade e contorno de seu desenvolvimento são de natureza não somente fisiológica, mas também social. A cada instante, decodificamos sensorialmente o mundo transformando-o em informações visuais, auditivas, olfativas, táteis ou gustativas. Assim, certos sinais corporais escapam totalmente ao controle da vontade ou da consciência do ator, mas nem por isso perdem sua dimensão social e cultural. [...] Cada comunidade humana elabora seu próprio repertório sensorial como universo de sentido. Cada ator apropria-se do uso desse repertório de acordo com a sensibilidade e os acontecimentos que marcaram sua história pessoal. (LE BRETON, 2007, p. 55)

Nesse mesmo viés, surgem relatos que apontam que independentemente dessas condições de trabalho, a necessidade pela sobrevivência atua como um ponto determinante para que esses sujeitos estejam ali. Ou seja, o que “fala mais alto” nesta situação é a sobrevivência em detrimento da insalubridade representada pelo cheiro ou por outros riscos. Trazemos a fala do catador André durante uma conversa informal para ilustrar essa realidade: “Na verdade, precisa, faz parte os amigos, a convivência, o material e tudo, mas eu estou aqui porque preciso”. De maneira bastante direta, Leandro segue esse mesmo pensamento ao apresentar o que encontra e como percebe suas condições de trabalho: “Não faz diferença. Com cheiro ou sem cheiro, tem que trabalhar. Esses dias eu achei um cachorro cheio de ‘arrozinho’. Sabe o que é ‘arrozinho’? É aquelas larvinhas. Era um cachorro em decomposição” (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Assim como Leandro, outros catadores evidenciam aspectos de seu contexto de trabalho de modo realista, como Ângela, que, ao avaliar a questão do cheiro e da manipulação de materiais, afirma que “às vezes é horrível, mas é suportável”. Ainda é comum chegarem materiais no pavilhão que apresentam alto risco para quem os manipula, como é o caso de agulhas e seringas. Ângela destaca que sempre que percebe que materiais como esses estão dentro das sacolas, os manuseia com mais cautela e, para ela, todos os associados têm essa prática como rotina.

Acerca destes aspectos, Mattos (2009) ao pesquisar o universo das prostitutas, nos ajuda a pensar em como é difícil conceber a atuação dos catadores

enquanto uma escolha e, em que medida estes tem poder sobre sua vida e trabalho. Inspirada em Bourdieu (1994; 1996), a autora entende que, a escolha por estas ocupações “é apenas aparente, constituindo-se, na verdade, em uma ‘escolha pré-escolhida’”, tendo em vista que estes sujeitos “são inclinados a orientarem sua conduta a partir de alternativas previamente definidas pelo contexto de vulnerabilidade e precariedade” (MATTOS, 2009, p. 175), e o que “fala mais alto” é a necessidade. Entendemos a partir disso que, para muitos indivíduos, como os catadores o “leque de opções” é bastante reduzido no campo profissional, fazendo que estes sujeitos tenham suas vidas conduzidas pelos chamados “fios invisíveis” (BOURDIEU, 1994; 1996). Essa expressão é utilizada para ilustrar “as cadeias sociais” que faz com que os catadores “joguem um jogo cujas regras ignoram’, que os levaram a desenvolver as disposições necessárias ao exercício de um papel [...] desvalorizado” (MATTOS, 2009, p. 175).

Neste universo, Dona Sandra relata elementos importantes de sua trajetória na associação, os quais nos ajudam a compreender as diferentes maneiras que esses sujeitos têm de ler suas condições de trabalho, tendo presente o que apontamos sobre o poder de escolha destes atores.

No começo, eu não vou te mentir, tu não conseguia comer em casa. Nos primeiros dois meses, eu sofri muito porque parece que penetra, né? (o cheiro). Depois de dois meses, não dava mais bola, se acostuma. Mas, antigamente, era bem pior. Nós fizemos uma campanha no centro, uma caminhada. Nos primeiros tempos, eu achava cachorro, gato morto, até um feto foi achado, era bem comum. Tu abre ali (a sacola), tu tem que... mas depois de tanta luta, conseguimos mudar um eito (bastante). Lá de vez em quando vem agulha até com sangue. Mas tem coisa que a gente nem abre. (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Como atestado, no início, a percepção das condições de trabalho se dava de uma forma, mas, com o passar do tempo e com o cotidiano, esses sujeitos foram se acostumando a ponto de não sentirem mais o cheiro. Como apontaram as catadoras, em todas as profissões existem aspectos positivos e negativos, e entendemos que isso se adequa a todas as profissões, como ter reconhecimento financeiro insatisfatório ou pouca disponibilidade de tempo para o lazer. Porém, concebemos que o caso desses atores se diferencia da grande maioria dos trabalhadores, de modo que eles “se adaptam” às inúmeras condições adversas, dado a sua inclusão perversa. Nesse ponto, cabe ressaltar, novamente, a contribuição de Le Breton (2007, p. 56): “a percepção dos inúmeros estímulos que o

corpo consegue recolher a cada instante é função do pertencimento social do ator e de seu modo particular de inserção cultural”.

Assim como Dona Sandra descreveu, outros catadores relatam não abrirem todas as sacolas por já identificarem que se trata de material orgânico, variando entre lixo de cozinha e animais mortos. Dentre outros aspectos, surgiu, no relato de uma das mais jovens duplas, Paula e Caio, percepções distintas daquelas expostas pelos trabalhadores mais velhos. Durante uma conversa na observação participante, Paula afirmou que “às vezes vem alguma coisa que embrulha o estômago, daí a gente deixa de lado. Mas abrir as sacolas a gente tem que abrir igual. Se não abrir, a gente perde de ganhar”. Com relação à sensação de abrir a sacola e não saber o que os espera, ela também cita um caso de, frequentemente, receber surpresas desagradáveis: “Às vezes, eu me assusto, pego e já sinto. Esses dias, acho que era um rato ou alguma coisa morta. Peguei na mão e já dei pra ele levar (para longe dela)”.

Uma das particularidades mais interessantes ao abordar essa dupla é que eles possuem um olhar acerca de seus colegas mais experientes. Para esses jovens trabalhadores, os catadores mais velhos já se adaptaram ao cheiro desagradável e às condições adversas do trabalho. Caio relata o que nos parece ser a percepção da dupla: “É um pouco ruim por causa do cheiro. Os mais antigos não sentem mais o cheiro. Daí uma vez eles davam a máscara, mas agora não dão mais. A gente teve que se acostumar também a ficar sem”. Em conversa com esses dois associados, eles nos contaram que a máscara, que cobre o nariz e a boca, minimizava o cheiro dos materiais, porém ela só foi disponibilizada durante o período inicial de trabalho deles e, atualmente, não é tida como necessária pelo restante do grupo. Em tom de confiança, Caio nos relata que, à medida que novos integrantes entram na associação, eles precisam se adaptar às condições de trabalho assim como os mais experientes o fizeram. O rapaz descreve que, para ele, o cheiro incomoda bastante, mas que sente que os mais velhos acham que ele também deve se acostumar. Durante a interação, o catador simula uma advertência de um colega mais velho acerca dessa questão: “Pra gente isso é normal. Vocês têm que se acostumar também!”. Os anos de experiência foram “endurecendo” as percepções dos mais velhos, fazendo com que eles não mais se importassem com certas coisas com as quais os iniciantes ainda se incomodam.

Entendemos que essa gama de percepções acerca dos sentidos do trabalho esculpidos por esses sujeitos, que abordamos até agora, ocorrem de maneira processual. Apesar de alguns desses trabalhadores se declararem realizados com sua ocupação e não se autodenominarem ou se reconhecerem pela qualificação de “catadores de lixo”, identificamos que as primeiras experiências que esses indivíduos tiveram com essa ocupação não se deram de maneira aprazível. Como nos relatou Dona Sandra, no início, era difícil de fazer refeições em casa. Isso foi decorrente das sensações provocadas com o contato com os materiais, com o “lixo”. Isso nos faz pensar no uso da expressão “materiais recicláveis” pelo grupo, considerando que eles trabalham com o reaproveitamento de materiais, mas que também chega até eles o que é lixo, o não mais aproveitável e que, por consequência, também é manipulado por esses sujeitos. Ao considerar essa questão, podemos refletir acerca do tom de suavidade que a expressão “materiais recicláveis” atribui à ocupação insalubre dos catadores.

4.2.6 Trabalhando com/no lixo: as positivities e negatividades

No contexto de trabalho do coletivo pesquisado, a expressão lixo se refere ao “lixo do lixo”, aquilo que não podem aproveitar/transformar ou ainda o que recebe um valor significativamente negativo. Em seus relatos, afirmam não trabalharem com lixo, mas sim com materiais recicláveis. Porém, por vezes, observamos referências diferentes destas, como quando Lurdes nos explicou a respeito de uma sala que se localiza no segundo andar da associação. Ao mencionar esse espaço, ela destaca que sua função está ligada a realizações de reuniões: “Mas a gente quase não usa. Só é usado às vezes quando vem as profes pra fazer o lanche, porque lá tem as mesas e as cadeiras e também fica mais separado do lixo”. Identificamos, nesse caso, o mesmo sentido atribuído à situação destacada anteriormente: mesmo que o grupo busque reforçar o discurso em torno do trabalho com materiais recicláveis; em alguns momentos, apresenta-se a ideia de lixo. Nas situações em que materiais são aproveitados ou ressignificados, os atores não aplicam a ideia de lixo.

Entendemos que, para os catadores, o que é comumente chamado de lixo pela sociedade, corresponde à sua fonte de sobrevivência e uma das poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Porém, identificamos, em vários

momentos, que a expressão “lixo” também é entendida por eles com um significado negativo, que se relaciona àquilo que não possui mais proveito.

Observamos que essa ampla e complexa conjuntura é composta por inúmeras camadas a serem abordadas, as quais compreendem a realidade do trabalho desses sujeitos, que combina as negatividades e positivities na construção dos sentidos do trabalho. Ao falar da ocupação dos catadores, a tendência é associar ao trabalho precarizado, que também é um dos significados do trabalho construído por alguns desses sujeitos. Esse sentido foi expresso nas afirmações que evidenciam a ocupação de catador como algo provisório. Porém, buscamos abordar também as outras camadas desse contexto, as quais entendemos figurar como importantes sentidos do trabalho.

Uma dessas significações está ligada à transformação que os atores operam em algo que a sociedade classifica como lixo para algo que vai virar sua fonte de sobrevivência. Compreendemos que esse processo pode ser um dos sentidos do trabalho, o qual atua como algo capaz de gerar gratificação e reconhecimento, além de certa identificação. Mesmo sendo um trabalho difícil e insalubre, é dele que eles tiram sua realização.

Esses diferentes olhares sobre o lixo também foram alvo de interesse de Assis e Zanella (2016) em sua pesquisa. Assim como os catadores ressignificam o que encontram e atribuem novo valor de aproveitamento a isso, as referidas autoras dedicaram-se a analisar situações em que isso se dava, porém em contextos distintos dos catadores. Esse estudo buscou abordar alguns atores que se aplicam a expor memórias de outros tempos, por meio de museus ou ambientes de exposição contando “histórias com o lixo, com o que sobra de outras vidas, com vestígios, com objetos que já não significam para quem os descartou” (ASSIS; ZANELLA, 2016, p. 202).

Sabemos que o pavilhão da Arcan se trata de um espaço de trabalho, porém é inegável a existência de memórias de outros sujeitos para além daqueles que circulam e trabalham ali. A esse espaço, chegam inúmeros objetos, os quais “trazem as marcas de diferentes épocas e que foram descartados pelos seus proprietários. Objetos-testemunhos de alguma vida, de condições de vida em diferentes tempos e espaços” (ASSIS; ZANELLA, 2016, p. 198). Esses artigos são pelos catadores visibilizados e ressignificados, sejam eles de maior valor econômico, como aparelhos

celulares, até aqueles itens de valor de uso, como luvas, calçados, roupas, entre outros.

Foram frequentes as situações em que observamos os trabalhadores triando os materiais e encontrando artigos dos mais variados gêneros, classificados como aproveitáveis por eles. Assim que os encontravam, era comum ouvi-los gritando no pavilhão: “Quem quer cortina?” ou “Quem achar caneta boa, guarda!”. Assim que esses objetos eram encontrados, destinavam-se para alguns dos trabalhadores que declaravam que esses lhes seriam úteis.

Perguntei a alguns trabalhadores se encontravam materiais que podiam aproveitar, e eles me responderam que principalmente roupas e calçados. Livros estavam separados do restante dos materiais, e alguns catadores afirmaram que costumam levá-los para seus filhos. Observei que havia cortinas separadas próximas ao espaço de trabalho de Ângela e a indaguei se ela havia as encontrado. Ela me respondeu “Ele me deu”, referindo-se a Matheus, que as havia encontrado e dado a ela. Em outros momentos, pareceu-me que Ângela é uma das catadoras que mais recebe “doações” dos colegas. (Registro em diário de campo – 21/04/2018)

São vários os artefatos que chegam ao pavilhão e são ressignificados pelos catadores: tapetes, calçados, roupas, utensílios de cozinha, alimentos, entre outros. De acordo com as necessidades dos trabalhadores, esses objetos são procurados: Enquanto trabalha triando os materiais, Ângela destaca que: “às vezes, a gente não tem alguma coisa, precisa de alguma coisa, vem garimpar e tu acha” [...] “Se tem coisa que está bom, eu levo pra mim, senão pro meu marido, meu esposo, filhos, meias...só não levo calcinha”. Observa-se a solidariedade muito presente: “Às vezes, até um calçado, uma roupa que eu acho ali e que não me serve, eu dou pra fulano: “Ah, sei eu lá, dá pro teu filho” (Josiane).

Ao trabalhar com os materiais, identificamos que esses sujeitos os ressignificam, de modo que atribuem novos sentidos de uso. No contexto de nosso estudo, observamos que vários artigos são reaproveitados na própria associação para uso comum dos trabalhadores, como o caso de fornos, relógios de parede, rádios, cadeiras, entre outros, além daqueles objetos os quais são também aproveitados pelos familiares e pessoas próximas desses sujeitos.

Fotografia 37 – Objetos reaproveitados pelos catadores.



Fonte: Acervo da autora.

Durante o turno de trabalho, foi interessante observar que, ao passo que se davam as separações dos materiais recicláveis, esses sujeitos separavam os itens que por eles seriam reaproveitados. Em uma dessas ocasiões, observamos que além de objetos, eles procuram por alimentos. Enquanto conversava conosco, Leandro encontrou dois pacotes de massa de tomate e os entregou novamente para Ângela. Ela nos relatou que casos como esse se repetem com frequência. De acordo com ela, “Se não está vencido, dá pra aproveitar”. Isso nos diz muito sobre as reais condições de vida desses sujeitos, a precariedade que compreende o cotidiano deles. Dona Sandra relata algo bastante parecido:

Eu levo tudo o que eu achar que tenha proveito. Eu levo mesmo roupa; calçado; bolacha, se vem fechada, eu levo; só não levo pão. Mas o que dá pra comer, se a gente está com fome, levo mesmo. Paninho de prato, aqueles ali eu separei, vou botar de molho. Eu levo pra casa colher, garfo ... (Dona Sandra) (Relato da observação participante – 21/04/2018)

Esse fato nos faz recordar de Estamira, a catadora que também se alegrava ao encontrar alimentos, os quais seriam um alento às suas necessidades, no local onde chamava de “depósito de restos”, referindo-se ao lixão em que trabalhava. Estamira ou Dona Sandra, ambas demonstram com o que fazem que até mesmo seu paladar passou por mudanças, tendo em vista que, diante das necessidades, o critério na “escolha” de alimentos ficou muito mais flexível.

Ao longo do processo da pesquisa, identificamos que a questão da transmutação do lixo em algo que lhes garante a sobrevivência associa-se a certo reconhecimento social, o que se apresentou no decorrer de muitas oportunidades enquanto estivemos no pavilhão. Esse aspecto surgiu nos grupos focais e na observação participante quando os catadores salientavam fatos e situações que nos levam a refletir acerca do papel que a Arcan desempenha diante da comunidade na qual a associação se localiza.

Acerca dessa temática, identificamos o fato de a associação funcionar como uma oportunidade de estabelecimento de laços com a comunidade próxima, principalmente com as crianças. Essa dimensão pode ser compreendida pelo que destacam alguns associados, como Dona Sandra: “A piaçada quer brinquedo! Eles querem o que a gente acha”. Em uma das oportunidades em que o caminhão dos materiais chegou à associação, observamos que uma das catadoras localizou uma boneca em meio aos materiais e a entregou para uma criança que mora do lado do pavilhão. Nesse sentido, observa-se que isso se trata de algo comum aos associados:

A piaçada quer brinquedo, quer boneca! Agora aquela da dona G me pediu uma piscina e uma cama elástica. Trazer pra casa dela, uma menininha assim (pequena). Uma piscina e uma cama elástica, meu Deus do céu! (Leandro) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Todas as duplas têm um espaço dedicado a armazenar os brinquedos e pedidos das crianças, que enxergam nesses trabalhadores a oportunidade de conquistar materiais aos quais não têm acesso. Assim, identificamos que os catadores conferem múltiplas “possibilidades de olhares outros para o lixo” (ASSIS; ZANELLA, 2016), atribuindo novos padrões de uso para ele, que vão para além do significado degradante atribuído pela maioria da sociedade.

A partir dessa questão, reconhecemos a existência da possibilidade de esse grupo angariar reconhecimento de seu trabalho diante da comunidade por meio da solidariedade. Além desse vínculo com as crianças dado pelos pedidos de brinquedos, o grupo relata receber muitas doações de algumas pessoas e entidades, o que os possibilita fazer muitas partilhas desses materiais com a comunidade próxima, como aponta Dona Sandra:

Desde a doação que chega, o que sobra, assim... ah, um vai, depois que a gente come ao invés de deixar aqui estragando a gente pega e doa pras crianças. A gente divide. Eu sou uma: eu pego, mando pra (cidade W), mando pra família do meu marido, divido. Tu se acha...como é que se diz? Importante pra alguma coisa. E da onde que vem? Do lixo. É verdade (Dona Sandra). (Grupo Focal 4)

Observa-se que esse grupo tem a possibilidade de alcançar gratificação via trabalho por situações como as relatadas acima, como também de outras maneiras, mesmo que isso seja proveniente do lixo, como disse Dona Sandra. Uma dessas formas é a relação que esses sujeitos mantêm com a escola dos filhos, por exemplo. De acordo com os relatos, são comuns as situações em que o grupo se organiza para recolher materiais, como tampas de garrafa, revistas, entre outros, para que sejam enviados para a escola. Trata-se de uma conexão significativa que esses trabalhadores mantêm com a comunidade, mesmo sendo um trabalho estigmatizado socialmente. Consideramos que esse sentimento pode ser traduzido pelas palavras de Ângela: “(na Arcan) tem também as utilidades além dos amigos. É bom a gente se sentir útil, a gente pode dividir as coisas”. Assim, verificamos que mesmo se tratando de uma ocupação muitas vezes invisibilizada diante de boa parte da sociedade, eles têm possibilidades de angariar reconhecimento social e participar das dinâmicas da sociedade e da comunidade em que se encontram, o que muitos outros trabalhos estigmatizados não possibilitam.

Além dessas conexões mantidas com a comunidade, existem, ainda, outras maneiras que traduzem a autorrealização desse grupo por meio de seu trabalho. Uma dessas formas se dá pelas divisões de materiais doados e recursos encontrados na coleta entre os associados. Para ilustrar essa realidade, trazemos presente uma situação protagonizada pela associada Ângela, que aponta que, a partir disso, pôde concluir a construção de um cômodo de sua casa.

Um dia, eu rasgando sacolinha lá em cima, nós recolhendo material. Daí a minha irmã disse assim: “Mana, se tu achar um par de meia me dê”, porque meu cunhado trabalhava em construção. “Tu me dê que o T está feio de meia pra trabalhar”. E eu achei uma meia toda molhada e joguei pra ela. Joguei aquele par de meias pra ela, e ela viu que estava pesada. Pegou e abriu a meia, e tinha um bolinho na meia assim de mil e seiscentos reais. Aí nós demos cinquenta pila pra cada um. E daí sobrou seiscentos e poucos pra mim e pra ela, né? Daí foi o material que eu comprei pro banheiro. (Ângela) (Grupo Focal 2)

Também observamos e identificamos que são realizadas negociações, escambos ou “briques” entre os associados. Foi possível perceber que se tratam de situações corriqueiras e que, com frequência, são encontrados materiais de valor

financeiro significativo: “A gente acha alguma coisa e vende também, alguma coisa de valor” (Josiane). Comumente, celulares são encontrados, como nos conta Leandro: “Pra senhora ver meu ‘azar’: hoje, eu achei três telefones, os três funcionando!”. Esse associado nos mostra com orgulho o seu aparelho celular que encontrou nos materiais. A associada Teresa, em meio à brincadeira, afirma que “(aqui) trabalhamos e briqueamos”. Durante a realização do grupo focal ela nos conta de uma de suas últimas negociações: “Eu achei um (celular) funcionando, daí negocie com a Rosa, daí dei o dela e mais cinquenta (reais) e vendi o outro”.

Eu guardo bola pras piazada e tem coisa que vai dar futuro, que nem ontem eu vendi um telefone que veio daqui. Gastei R\$ 150,00 pra trocar a tela e ganhei R\$ 250,00. Este aqui (me mostrando o celular) também é daqui. Até um tênis: antes, achei um *Nike*, por enquanto um pé, daqui a pouco acho o outro, tomara. (Leandro) (Relato da observação participante – 21/04/2018).

Esse aspecto foi bastante abordado durante uma reunião de grupo focal. Por alguns momentos, a discussão foi tomada por propostas de “briques” entre os membros do grupo que foram repreendidos por Pedro: “Vão negociar agora, aqui?”. Esse contexto permite o que Assis e Zanella (2016, p. 196) denominam de “ótica do reconhecimento de algum valor ao descartável”, ou seja, a partir dos “restos” da sociedade, esse coletivo faz emergir múltiplos valores.

Observa-se que essas dimensões de positividade advindas do trabalho contemplam importantes âmbitos na vida desses sujeitos, pois, a partir da observação da rotina e pelos relatos desses indivíduos, identificamos uma trama de significados. O fato de guardar brinquedos para as crianças e realizar negociações com seus pares é visto, pelos catadores, como aspecto que influirá em suas vidas, na de seus familiares e nas dos seus amigos.

Leandro me relatou que “a melhor boa ação que fez” foi ter auxiliado seu sobrinho, que estava andando em más companhias e sob a guarda de seu pai, usuário de drogas. Sua ajuda foi tê-lo levado para outra cidade, de modo a morar com sua mãe. Contou-me, com orgulho, considerando que só pôde fazer isso com seu rendimento mensal proveniente de seu trabalho. Relatou-me que se comprometeu com sua irmã e sobrinho que irá enviar, mensalmente, uma ajuda financeira para auxiliá-los. Para ele, “Não tem dinheiro que pague essas coisas” (Registro em diário de campo – 21/04/2018).

Verificamos que, a partir de sua ocupação, Leandro enxerga a possibilidade de garantir condições de vida mais adequadas para seus familiares, caracterizando uma dimensão que se vincula ao sentido de autorrealização.

Além do poder de transformar o que a sociedade diz que é lixo em algo rentável ou reaproveitável, o que se traduz em sentimento de gratificação, muitos associados se dizem realizados exercendo suas funções nesse espaço pela autonomia de não terem um patrão ou serem cobrados e fiscalizados por alguém.

Porém, de acordo com os associados, a Arcan não é conhecida por grande parte da sociedade erechinense. Ao serem questionados sobre esses aspectos, eles relatam o que ouvem de muitas pessoas: “Fala da Arcan pra eles, e eles perguntam o que que é” ou “O que que é isso e onde fica?”. Os catadores relatam que ao se declararem trabalhadores da Arcan, muitas pessoas fazem perguntas como “Mas é com lixo que vocês trabalham?” e declaram que, na mesma medida, respondem: “Sim, aquele material que a senhora produziu, eu estou separando” (Pedro) (Grupo Focal 2). Os catadores ainda declaram que com certa frequência algumas pessoas os vêm visitar, “Tem gente que se interessa de vir ver pra saber e separar direito” (Ângela) (Grupo Focal 2). Nessas oportunidades, eles aproveitam para explicar como deve ser feita a separação adequada dos materiais.

Entendemos que a temática das condições e sentidos do trabalho desses sujeitos, com as gradações de positividade e negatividade, está inserida em um contexto maior. Os sujeitos envolvidos em nossa pesquisa fazem parte das camadas populares e apresentam um histórico de inclusão perversa e condições de precariedade em sua vida social e profissional. A exemplo disso, é possível lembrar os caminhos que levaram muitos deles até essa ocupação, como o caso de Dona Sandra e Seu Juraci. Eles relatam terem deixado sua antiga cidade em função de dificuldades financeiras e por estarem sofrendo discriminação em decorrência de um de seus familiares ser dependente químico: “Ele usava aquelas maldição de porcaria, então vendemos lá e viemos pra cá”. Ao chegar a Erechim, o casal conta que tomou conhecimento da existência da associação de recicladores e foi em busca de uma oportunidade. Em uma de nossas interações, Dona Sandra aponta uma situação que nos auxilia a compreender as nuances desse contexto de vulnerabilidade. Essa senhora cita sua preocupação com relação ao futuro e sua aposentadoria, a qual não lhe é assegurada, pois, como ela afirma: “A gente não paga o INPS”. Destaca possuir apenas a carteira profissional como documento, o que auxilia a traduzir a situação de invisibilidade e vulnerabilidade a que esses sujeitos estão submetidos.

Desde os documentos, eu sou uma que faz três anos que não voto. Eu não sei ir nessa coisa lá pra renovar título. Cancelaram meu CPF, isso eles são capazes de fazer, cancelaram meu CPF.[...] Porque eu comprei a casa, daí tinha que passar nós dois juntos, somos marido e mulher (se referindo a Seu Juraci), senão ele me dá um “pé na bunda” e me deixa sem nada (risos do grupo). Vamos botar nós dois juntos, (no documento de compra). Daí, a mulher disse: “A senhora não existe, dona, seu CPF está cancelado”. Eu disse: “Bota o meu nome aí, tô mandando, bota aí. Claro que eu existo. Eu tô aqui!” Por causa que eu não fiz a identidade, tem mais isso. (Dona Sandra) (Grupo Focal 4)

Isso nos provoca a refletir que, além da baixa escolaridade, muitos desses trabalhadores encontraram na catação a única possibilidade de sobrevivência e o refúgio de problemas com drogas e violência. As condições da trajetória de vida desses sujeitos não permitiu que outras possibilidades de trabalho surgissem. Desse modo, podemos entender que na relação com o trabalho, foram comuns as expressões que refletem a concepção de “A gente se acostuma porque precisa”. Compreendemos que situações de pobreza e vulnerabilidade social e econômica vão conduzindo esses indivíduos a situações como essas. Com relação a esse aspecto, por vezes essa realidade é interpretada como uma escolha, considerando uma gama de alternativas. Como já indicamos, esse trabalho é uma opção, porém nos questionamos em que medida ele se trata de uma escolha, considerando as condições de trabalho descritas anteriormente. É sabido, dentre o grupo, que sua ocupação, que valoriza o esforço físico em detrimento do conhecimento escolar, é menos valorizada pela sociedade. Entretanto, como destacam Maciel e Grillo (2009, p. 257), isso se dá “ao mesmo tempo (que) a ideologia do mérito atribui aos vitoriosos o fato de terem cumprido o acordo de valorização dos estudos, omitindo como conseguiram fazer isso”. Achados semelhantes podem ser encontrados em Nogueira (2004), a qual aponta que o tráfico de drogas também se pode ser lido enquanto uma opção mas, não uma escolha.

Essa reflexão se relaciona com o que Coutinho *et al.* (2013) destacam acerca dos sentidos do trabalho para diaristas, que também correspondem a sujeitos inseridos no mercado de trabalho informal, figurando em uma posição desvalorizada. A catação de materiais recicláveis constitui, para muitos indivíduos, a única maneira de garantir sobrevivência e possibilidade de inclusão no mercado de trabalho. A situação desses trabalhadores, sua inserção e sua permanência nessas atividades não se ajustam a uma escolha, mas sim a uma opção dentre uma oferta reduzida de oportunidades.

São esses importantes detalhes que nos fazem identificar a dimensão simbólica das desigualdades. Esse cenário, como já apontamos, auxilia na configuração de como os indivíduos são incluídos na sociedade. Aqueles sujeitos, como os catadores que, obedecendo à lógica capitalista do modelo societal vigente, ocupam lugares residuais, são originários das camadas populares. Assim, além do percurso escolar irregular e da necessidade de sobrevivência, a baixa gama de oportunidades no mercado de trabalho conduzem esses sujeitos para a realidade na qual figuram. Nesse contexto, esses atores buscam se diferenciar daqueles catadores que ainda trabalham nas ruas, destacando que estes, muitas vezes, são vistos com maus olhos pela sociedade por revirarem o lixo dos moradores da cidade e, com isso, fazerem sujeira. Os associados reclamam dessa situação, alegando que, dessa forma, eles também acabam sendo malvistas pela sociedade e, ainda, esses outros catadores dificultam o trabalho da associação por pegarem os melhores materiais. Como destacam Maciel e Grillo (2009), essa realidade aponta muita desigualdade para pouco lixo (reciclável e aproveitável) em nossa sociedade.

Esses sujeitos possuem um trabalho, um rendimento mensal que os garante a sobrevivência, porém, para que isso ocorra, eles “acostumam-se” com os ratos, com o mau cheiro, com o lixo. Essa realidade é lida por grande parte da sociedade a partir de uma ótica romântica, porém entendemos que o que esses trabalhadores experimentam é uma circunstância perversa, considerando que talvez não exista a possibilidade de escolher uma ocupação mais agradável, saudável e segura. Essa é uma das faces mais severas da exclusão social. São sujeitos que exercem um trabalho sem proteção social, que os impõem a uma disposição desvalorizada no mercado de trabalho e no campo social. Da mesma forma, sua inserção na ocupação não pode ser caracterizada como propriamente uma escolha, mas uma opção dentre uma gama bastante reduzida.

Assim, a leitura dos dados produzidos nos revelou um entendimento de trabalho vinculado à sobrevivência dentro do contexto da sociedade capitalista. Trata-se de uma ocupação que pode ser significada por meio de negatividades, mas, também, de positivities.

As situações de precariedade e invisibilidade, representadas pelas condições de trabalho, pelos estigmas, pelos preconceitos, pela falta de valorização e pela inclusão perversa ajustam-se às negatividades. Enquanto as positivities podem ser vinculadas à possibilidade de sobrevivência por meio de um trabalho digno e

honesto, na ótica dos catadores, assim como a viabilidade de gratificação e reconhecimento por meio das ressignificações do que encontram no lixo, além das relações estabelecidas com a comunidade em seu entorno e com os colegas de profissão.

5 CONCLUSÃO

Um dos grandes propósitos desta dissertação foi fazer a leitura das formas de uso e apropriação do espaço ocupado por um grupo de catadores de materiais recicláveis organizados em caráter associativo. O fio condutor destas análises foi o trabalho realizado por este coletivo, categoria a qual nos possibilitou pensar acerca dos sentidos do trabalho para este grupo.

Colocamos em questão a dimensão espacial em suas vinculações com o trabalho dos catadores, buscando mapear relações com a constituição das identidades desses sujeitos. Estivemos atentas à realidade socioeconômica destes trabalhadores, levando em conta as especificidades do trabalho por eles realizado. Propomo-nos ainda, a investigar as repercussões subjetivas e sociais associadas à situação de exclusão social que estes trabalhadores enfrentam.

Para buscar responder estas questões, à luz dos preceitos teóricos em torno do trabalho e sua precarização, a desigualdade e exclusão social enfrentada pelos catadores, bem como a dimensão espacial na qual se dá este trabalho, organizamos nossas reflexões nas categorias espaço de trabalho e sentidos do trabalho.

Com nossa primeira categoria, sistematizamos o contexto no qual estes trabalhadores se encaixam, tendo em vista que o pavilhão da Arcan situa-se no bairro Progresso, localidade periférica e pouco assistida do espaço urbano erechinense. Para a população local, a Arcan é vista como uma oportunidade de trabalho para quem não tem acesso, configurando um panorama de valorização desta associação diante da comunidade. Porém, para grande parte da sociedade erechinense, a Arcan é desconhecida e conseqüentemente desvalorizada, segundo os catadores.

Os associados da Arcan são, em sua grande maioria moradores do bairro Progresso, e trabalham apenas nesta espacialidade, organizando-a de acordo com suas necessidades e possibilidades. Trata-se de um espaço vivido no qual seus usuários imprimem marcas de uso e apropriação, como a constituição de territórios que obedecem à lógica da atividade de triagem e armazenamento de materiais recicláveis, além de aspectos vinculados a sociabilidade do grupo. Acerca disso, entendemos que alguns espaços são destinados a determinados catadores,

geralmente a aqueles que fazem parte da associação por mais tempo, constituindo assim, diferentes nichos de trabalho.

Compreendemos que a apropriação estabelecida por estes sujeitos com seu espaço de trabalho, é tanto física como cognitiva e sentimental, sendo permeada por alegrias e dissabores. Isso fica evidente ao consideramos as condições insalubres deste espaço em consonância com as formas que estes indivíduos apropriam-se dele, deixando suas marcas e sinais. Visualizamos assim, a dinamicidade do espaço, sendo este carregado de significações que traduzem aspectos identitários do grupo.

Porém, entende-se que a apropriação, além de transformar espaços em lugares com significado compreende as condições efetivas do exercício da cidadania. Castro (2001, p.117 apud KUHLEN; SILVEIRA, 2008, p. 312) nos adverte que os sentimentos relacionados à identificação e ao apego:

constituem condições subjetivantes da cidadania, isto é, só haverá exercício efetivo da cidadania quando este sujeito [...] encontre condições que favoreça seu pertencimento e sua identificação a algo maior que é a sua nação ou o seu Estado.

Assim, salientamos que estes atores possuem espaço efetivo para trabalhar, e deste modo, não precisam “negociar sua invisibilidade” (MACIEL e GRILLO, 2009) nas ruas da cidade, distanciando-se dos olhares discriminatórios da sociedade. Dentro dos limites do pavilhão, estes sujeitos podem ser quem realmente são expressando-se livremente, porém tornam-se dependentes do poder público para receber a matéria-prima de seu trabalho, algo que não é regularmente assegurado, o que os priva de ter seus rendimentos para prover seu sustento.

A segunda categoria temática abarcou a multiplicidade dos sentidos do trabalho para este coletivo, perpassando pelas características que exprimem certa singularidade ao grupo. É presente uma divisão geracional, o que influencia diretamente nas significações empreendidas por estes sujeitos com relação ao seu trabalho: ao passo que os mais jovens possuem perspectivas de mudanças e enxergam sua ocupação pelo viés da provisoriedade, o grupo dos mais experientes exprime sentidos voltados para a realização e pertencimento.

O grupo interpreta sua atividade laboral como provedora de sobrevivência e sustento, projetando nele uma ocupação digna. Além disso, é presente a perspectiva ambiental, tendo em vista que estes veem seu trabalho com papel indispensável

para a preservação do planeta. Entre os mais jovens foi possível identificar o sentimento de vergonha ao declarar-se catador ou catadora, o que nos faz pensar que os trabalhadores mais experientes já tiveram a oportunidade de construir e reconstruir os sentidos do seu trabalho, conferindo a eles o sentido de auto realização.

Ainda nesta categoria evidenciamos as condições insalubres de trabalho destes sujeitos, o que exige muito de sua corporeidade, tendo em vista que estão sujeitos aos mais diversos riscos na manipulação dos materiais e a simples permanência no local, caracterizando aspectos das negatividades desta ocupação. Já as positivities estão ligadas, dentre outros elementos a transformação que estes atores operam em algo que a sociedade classifica como lixo pra o que vai virar sua fonte de sobrevivência. Este pode ser entendido como um dos sentidos do trabalho como algo capaz de gerar gratificação e reconhecimento e certa identificação.

Retomadas todas estas considerações, consideramos que, mesmo o espaço de trabalho destes sujeitos sendo carregado de signos estigmatizantes e insalubres, observamos que os catadores associados da Arcan estabelecem laços de pertencimento com ele em função dos sentidos que empreendem a seu trabalho. A necessidade, a vulnerabilidade socioeconômica e as inúmeras formas de inclusão perversa que estes atores estão sujeitos, contribuem para que estes vínculos sejam criados. Este espaço é considerado importante por seus usuários, pois entendemos que o trabalho talvez seja a forma mais significativa de estes indivíduos se reconhecerem como sujeitos sociais/cidadãos.

Mesmo em um ambiente insalubre, a *priori* carregado de negatividade, a apropriação e o ambiente podem ser geradores do sentido do trabalho que passam pela positividade, pelo pertencimento, valorização e reconhecimento social. Assim, o uso e apropriação do espaço são potencializadores de produção de alguns sentidos do trabalho. Neste viés, concebemos o espaço de trabalho deste coletivo como potência tanto na direção de gerar possibilidades, mas também de oferecer limites.

Com relação aos limites, entendemos que este grupo, enquanto estiver trabalhando ali, não vai conseguir desvincular-se da insalubridade, do cheiro desagradável e de outros riscos aos quais estão expostos. Pelos dados produzidos percebemos que num primeiro momento muitos catadores projetaram maneiras de esquivar-se da insalubridade característica desta ocupação. Porém, com o tempo,

mesmo os trabalhadores mais velhos, relataram que se se adaptaram àquilo de tal forma que faz parte da sua identidade como pessoa, da sua corporeidade. Do mesmo modo que alguns afirmam não se importarem com reaproveitar alimentos que são descartados. Situações como estas representam, em nossa leitura, uma significativa mudança em quem se é, em como se lida com o espaço habitado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ARANHA, Maria Lucia de A. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ASSIS, Neiva de; ZANELLA, Andrea Vieira. **Lixo: outras memórias da/na cidade**. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 195-203, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000200195&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BARBALHO, Lidiane de Almeida; BARROS, Vanessa Andrade de. O lugar do trabalho na vida do egresso do sistema prisional: um estudo de caso. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 198-212, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202010000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2017.

BARBOZA, Daiani; ZANELLA, Andréa Vieira. **As múltiplas cidades na cidade: As relações estéticas dos catadores de material reciclável com a polifonia urbana**. 2012. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, Vanessa Andrade de. A função política do trabalho e a ordem social. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, fev. 2011. ISSN 21798699. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/101/83>>. Acesso em: 27 set. 2017.

BARROS, Vanessa Andrade de; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Identidade e Trabalho: reflexões a partir de contextos precarizados e excludentes. **Revista Educação & Tecnologia**. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 10-12, set./dez. 2007.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Orgs.) **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEIRAS, Adriano *et al.* O lixo como estratégia de sobrevivência: a psicologia nas organizações solidárias. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 1, n. 2, jan. 2004. ISSN 1807-0221. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1361/4496>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BENINCÁ, Dirceu. **Reciclando a (des)ordem do progresso**. ARCAN: uma alternativa sócio-ambiental. 2006. (Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BERTINI, Fátima Maria Araujo. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Psicol Soc**. Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 60-69, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 mai. 2018.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 693-713.

_____. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-166.

_____. Espaço social e gênese de classes. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 133 – 161

BRAGA, Natalia Lopes; LIMA, Deyseane Maria Araújo; MACIEL, Regina Heloisa. Não tinha trabalho, mas tinha reciclagem: sentidos do trabalho de catadores de materiais recicláveis. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 1051-1059, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE Cidades, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO 2010. 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

CAMPOS, Maurício. **Identidades e informalidades**: um estudo com trabalhadores do setor informal de Florianópolis-SC. 2005 (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. Potencialidades da técnica qualitativa *grupo focal* em investigações sobre abuso de substâncias. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 285-293, jun. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101996000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101996000300013>.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007a.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur, 2007b.

_____. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo**. v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

CARVALHO, Rosanna Luzia Ventura. **O homem e o mundo do trabalho desvalorização e alienação**. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3434>>. Acesso em: 25 set. 2017.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos Sociais em Debate. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2016.

CASTELLS, Alicia N. González de. O estudo do espaço na perspectiva interdisciplinar. **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, n. 47, 2001.

CASTRO, Lúcia. Rabello. de. (Org.) **Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: FAPER J, 2001.

_____. **Aventura urbana**. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2004.

CLAVAL, Paul et.al. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: UFBA, 2008.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

COPQUE, Bárbara Andrea Silva. **Meninos-Fotógrafos ou a fotografia como fonte de conhecimento etnográfico** (Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COTRIM, Beatriz Carlini. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 285-293, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S0034-89101996000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2017.

COSTA, António Firmino da. **Desigualdades sociais contemporâneas**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2013. p. 6 – 46.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 189-202, dez. 2009. ISSN 1981-0490. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

COUTINHO, Maria Chalfin *et al.* "Todo dia uma casa diferente": trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Universitas Psychologica** [Online], v. 12, n. 4, 2013.

CUNHA, Marina Roriz Rizzo Lousa da. Eu vivo do lixo: a identidade dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia. In: Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 2010, Londrina. **Anais...**Londrina: UEL, 2010.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. Os Catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7796>>. Acesso em: 28 set. 2017

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. **Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: 34. v. 5 1997

DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIAS, Allan Rodrigues. **Condições de vida, trajetórias e modos de “ser” e “estar” catador**: Estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR). (Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DUBET, François. Desigualdades multiplicadas. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003. p. 15 – 60.

ENGLER, Verónica. Doreen Barbara Massey: entrevista. **Revista Unisinos**, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515130-superando-a-visao-romantica-sobre-o-lugar-entrevista-com-a-geografa-doreen-barbara-massey>>. Acesso em: 14 set. 2017.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sanra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Trabalho e gênese do ser social na Ontologia de George Lukács**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2001.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In: KEMP, Valéria Heloisa. **Catadores na cena urbana**: Construção de políticas públicas socioambientais. [s.l.]: Autentica, 2008.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Org.) **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa Participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GAULEJAC, Vicent de. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GOMES, Alberto Albuquerque. Apontamentos sobre a pesquisa em Educação: usos e possibilidades do grupo focal. **Eccos Revista Científica**, v. 7, n. 2, p. 275-290, São Paulo, 2005.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos; PINTO, Céli Regina Jardim. **Ciências humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro; Imago Editora, 1976.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JUHAS, Thiago Robles; SANTOS, Niraldo de Oliveira. Ainda em cartaz, "Estamira": A Psicanálise nas telas do Cinema. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 36, p. 157-

164, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2018.

KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Orgs.) **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

KOLLER, Sílvia. H.; COUTO, Maria Clara de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KUHNEN, Ariane; SILVEIRA, Scheila Machado da. Como crianças percebem, idealizam e realizam o lugar onde moram. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 295-316, set. 2008. ISSN 1678-5177. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41965/45633>>. Acesso em: 30 abr. de 2018.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos: o caso de Belo Horizonte**. 2009. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. **R. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 130-142, 1999.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 241-277.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 191-203.

_____. A rua Quinze, de praça a praça: um exercício antropológico. **NAU - Núcleo de Antropologia Urbana da USP** [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/magnaniruaquinze.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 maio 2018.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Editora Paulus, 1997. p. 25 – 38.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS, Patrícia. A dor e o estigma da puta pobre. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 173- 202.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: ABRAMO, 1999.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACEDO, Kátia Barbosa. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 62-71, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2017.

MEIRELLES, Mauro. *et al.* **Estratificação e Mobilidade Social**. 1. Ed. – Porto Alegre: CirKula, 2015.

MEZAN, Renato. Identidade e identificação. In: MEZAN, Renato. **Psicanálise, judaísmo: ressonâncias**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MINAYO, Gomez Carlos. MACHADO, Jorge Mesquita Huet. PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011.

MIURA, Paula. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. (Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MIURA, Paula; SAWAIA, Bader. Tornar-se catador: sofrimento ético político e potência de ação. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio. *et al.* **Para quem pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em:

<http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/moreira-ruy_a-geografia-serve-para-desvendar-mascaras-sociais.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016

NASCIMENTO, Elaine Cristina Maia; SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. Urbgrafias ou cartografias da produção de um devir cidade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 24, n. 43, p. 126-143, ago. 2017. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/125120>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; SANDER, Jardel da Silva. A Cidade: o jogo da alteridade. In: CORPOCIDADE – DEBATES EM ESTÉTICA URBANA 1, 2008, Salvador. **Anais...**, 2008.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, n. 21, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/195/270>>. Acesso em: 12 nov. 2016

_____. **Mobilidade Psicossocial: a História de Nil na Cidade Viva**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

POL, Enric. **La apropiación del espacio**. Cognición, representación y apropiación del espacio. Publicacions Universitat de Barcelona. 1996.

PRADO, Marcos. **Estamira**. Rio de Janeiro: RioFilme/Zazen, 2004. Filme.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade Disciplinar Brasil 1890 - 1930**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana *et al.* Aspectos econômicos e ambientais da reciclagem: um estudo exploratório nas cooperativas de catadores de material reciclável do Estado do Rio de Janeiro. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 191-214, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512014000100191&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ROCA, Zoran. A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento. In: X Colóquio Ibérico de Geografia “A geografia ibérica no contexto europeu” Évora, Universidade de Évora. Portugal, 2005. **Anais...**, 2005.

ROSA, Renata Adriana; BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Orgs.). As cidades da cidade. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 197 p. (Coleção IEAT). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 210-215, jan. 2012. ISSN 2237-8871. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2915/3157>>. Acesso em: 15 out. 2017.

ROSADO, Rosa Maria. **Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS**. (Tese de Doutorado.

Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. 2009

SABEDOT, Sydney; PEREIRA NETO, Tiago José. Desempenho ambiental dos catadores de materiais recicláveis em Esteio (RS). **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 103-109, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522017000100103&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54. p.81-99, 1977.

_____. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

_____. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____ *et al.* **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos; LODDI, Laila Beatriz da Rocha; ZANIN, Nauíra Zanardo. Sobre lugares, práticas, corporeidades, dominação e parceria: a experiência gentrificadora e seus atravessamentos na cidade contemporânea. **Revista Indisciplinar - EA/UFMG**. V. Semestral. n. 5, v. 4. Belo Horizonte (MG): Fluxos, 2017. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/886796_23db89360cb14b03ba9e07cffd047315.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. (Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia.) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1994.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWEITZER, Lucas. **Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua**. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

SCOLARI, Rosana Mary Delatorre. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do Município de Erechim (RS)**.

(Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Ivone Maria Mendes; CRISTOFOLI, Maria Silva; ZANIN, Nauíra Zanardo. Contribuições da arquitetura, da psicologia e da política educacional para uma análise do espaço escolar e sua vivência pelos sujeitos. In: ROSA, Geraldo Antônio da; PAIM, Marilane Maria Wolff (Orgs.). **Educação básica: políticas e práticas pedagógicas**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SILVA, Rubia Samanta da. **A construção de estratégias internas de diferenciação social entre os moradores do bairro Progresso**. 2016. (Trabalho de conclusão de graduação. Curso de Ciências Sociais). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim – RS, 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUSA, Cleide Maria de; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativados no Distrito Federal – estudo exploratório. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 13-41, abr. 2008. ISSN 1984-6657. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/1105>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SOUZA, Jessé (org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 98-105, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000100098&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2017.

[TOLFO, Suzana da Rosa](#) et al. Sentidos y significados del trabajo: un análisis en base a diferentes perspectivas teórico-epistemológicas en Psicología. **Universitas Psychologica**, v. 10, p. 19-32, 2011.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. especial, p. 38-46, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 jul. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VELLOSO, Marta Pimenta. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, supl., p. 49-61, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2016.

VIDAL, Tomeu; POL, Enric. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de psicología / The UB Journal of psychology** [Online], 2005, v. 36, n. 3, p. 281-298. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/AnuarioPsicologia/article/view/61819>>. Acesso em: 15 dez. 2016

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Uma abordagem da psicologia do trabalho, na presença do trabalho. **Psicol. Rev.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 155-168, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 out. 2017.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de Classes. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº 17. Brasília, maio – agosto, 2015. p. 121 – 163.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Apresentação



Ministério da Educação
Universidade Federal da
Fronteira Sul

CNPJ: 11 234 780/0001-50
Av. Dom João Hoffmann, 313
Bairro Fátima
Fone: (54) 3321 7050
99700-000 Erechim
Rio Grande do Sul – Brasil

www.ufes.edu.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UFES – CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, STRICTO SENSU, MESTRADO
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS - PPGICH

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Erechim, maio de 2017.

Associação de recicladores cidadãos amigos da natureza – ARCAN

Assunto: **Encaminhamento de discente para realização de pesquisa empírica**

Prezados(as),

Nesta oportunidade, venho apresentar a acadêmica **Cheila Basso**, discente regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFES) – Campus Erechim, que desenvolverá a pesquisa “*Catadores Associados da ARCAN e sua relação com o espaço urbano: processos de subjetivação e realidade vivida*”, sob a orientação da professora Dra. Ivone Maria Mendes da Silva, vinculada ao PPGICH.

Nesse sentido, solicitamos autorização para que a discente possa desenvolver a pesquisa empírica, prevista em seu projeto de mestrado, na ARCAN, no período compreendido entre julho de 2017 a julho de 2018. O processo inclui a realização de observação participante, aplicação de questionário para levantamento de informações sociodemográficas dos participantes da pesquisa, realização de entrevistas individuais e grupais, bem como a análise de outros materiais que possam vir a ser produzidos na situação de pesquisa pelos participantes (escritos, registros fotográficos etc.).

Certa de contar com vossa importante colaboração, desde já agradeço.

Ivone MMSilva

Profª. Drª. Ivone Maria Mendes da Silva
Tel: (54) 996451415
e-mail: ivone@ufes.edu.br

APÊNDICE B – Declaração de Ciência e Concordância da Instituição Envolvida

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, Campus de Erechim, pelo presente documento, a senhora Tranuzete de Oliveira, representante legal da instituição “ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA” – ARCAN autoriza a acadêmica do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Erechim, **Cheila Basso**, bem como a pesquisadora **Ivone Maria Mendes Silva**, professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e orientadora desta pesquisa, a realizar o estudo denominado “*Catadores Associados da ARCAN e sua relação com o espaço urbano: processos de subjetivação e realidade vivida*”, estando de acordo e ciente e com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que as pesquisadoras deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. Para realizar a pesquisa, a acadêmica necessita estabelecer diálogo com os associados, de modo a concretizar as etapas que compõem o estudo, que se dá, inicialmente a partir da aplicação de um questionário, buscando a caracterização sociodemográfica de seus participantes. As demais etapas contemplam a produção de registros fotográficos, técnica de grupo focal e entrevistas individuais. Todas as informações sobre a pesquisa encontram-se no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deverá ser assinado pelos associados que participarão da pesquisa.

Tranuzete de Oliveira
- ARCAN
Fone: 519-005
ERECHIM.

Assinatura e Carimbo do responsável
da Instituição

Cheila Basso

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Erechim, 15 de maio de 2017.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“O trabalho dos catadores de materiais recicláveis e sua tessitura na relação com o espaço: um estudo na cidade de Erechim (RS)”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*O trabalho dos catadores de materiais recicláveis e sua tessitura na relação com o espaço: um estudo na cidade de Erechim (RS)*”, conduzida por **Cheila Basso**, acadêmica e pesquisadora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim, sob orientação da pesquisadora Prof^a **Ivone Maria Mendes Silva**, docente da Universidade UFFS – Campus de Erechim, vinculada ao PPGICH.

Nosso objetivo nessa pesquisa é compreender o que você pensa sobre seu trabalho, seu vínculo com a ARCAN e com o espaço no qual você vive e trabalha, além do que representa ser catador pra você. O convite para sua participação se deve por você ser um associado da ARCAN.

Destacamos que, ao final dos estudos, nos propomos a divulgar junto à instituição pesquisada, os resultados da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação é voluntária e você tem total autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de punição. Você não será punido de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Porém, destacamos que ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Deixamos claro também que você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidos o sigilo e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

Informamos que sua identidade será preservada, em nenhum momento você será identificado nominalmente. Você será referido (a) por um pseudônimo com o intuito de preservar sua identidade.

Destacamos que a qualquer momento, durante a pesquisa, ou

posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato citados no final deste Termo. Esclarecemos que, apenas o nome da instituição e da universidade serão divulgados durante ou ao final da pesquisa, tendo como única finalidade destacar onde o estudo foi desenvolvida.

A sua participação consistirá em responder a um questionário sobre suas características étnicas, econômicas e sociais, o qual terá a duração aproximada de trinta minutos para ser respondido. Você também será convidado a produzir fotos, de modo que estas sejam as suas respostas para algumas perguntas a respeito de seu dia a dia como trabalhador e cidadão, que a pesquisadora entregará por escrito. Para isso, além de seu interesse e disponibilidade, será necessário que você tenha aparelho celular que contenha a função de fotografar e que autorize a utilização das fotos na pesquisa, através da assinatura deste Termo e do Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz.

Além disso, outros dados serão coletados na forma de grupo focal e entrevistas individuais a serem realizadas na própria instituição, em datas e horários a serem definidos com os participantes.

O grupo focal simplificada consiste numa entrevista em grupo. Os associados serão convidados a expressarem suas opiniões e experiências de vida como catadores. Para formar o grupo serão convidados os associados que manifestarem interesse e disponibilidade. Os encontros serão conduzidos pela pesquisadora e acompanhados por outros membros da equipe de pesquisa. As reuniões terão duração aproximada de duas horas, podendo se estender um pouco mais, dependendo do nível de participação que ocorram os diálogos. Também serão realizadas entrevistas individuais a respeito das histórias de vida dos catadores que demonstrarem interesse e disponibilidade em participar. Essas entrevistas terão duração aproximada de duas horas.

As entrevistas grupais e individuais serão gravadas e posteriormente, transcritas e salvas em arquivos digitais, cujo acesso se dará apenas pela pesquisadora responsável e sua orientadora. Finalizada a pesquisa, os arquivos, físico e digital, serão guardados por 5 (cinco) anos. Passado esse período, os mesmos serão apagados definitivamente.

A sua participação contribuirá de maneira significativa para que possamos avançar nas pesquisas e construção do conhecimento a respeito do tema proposto.

Além disso, oferecer oportunidade de reflexão junto ao grupo pesquisado, além da possibilidade de colaborar na construção de avanços no que diz respeito à realidade social da comunidade em questão, auxiliando para mudar as políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

Toda pesquisa oferece algum tipo de risco, dessa forma, a nossa não poderia ser diferente. Os riscos mais prováveis na condução desta pesquisa é que algum dos catadores possa se sentir desconfortável em responder determinadas perguntas ou que ocorra algum tipo de desentendimento entre os participantes do grupo, em virtude da divergência de ideias. Caso isso ocorra, auxiliaremos os associados a lidar com os riscos mencionados para minimizar seus efeitos. Esclarecemos que nossa intenção é criar condições favoráveis à livre manifestação de opinião dos participantes e evitar possíveis constrangimentos. Acreditamos que os benefícios empreendidos pela pesquisa superarão os riscos, que eventualmente possam ocorrer.

Destacamos ainda, que os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em eventos e/ou publicações científicas, porém sempre mantendo sigilo dos participantes.

Se concordar em participar da pesquisa, uma via deste termo será entregue para você e outra ficará com as pesquisadoras. Não será disponibilizada cópia deste termo.

Desde já, agradecemos imensamente por participar dessa pesquisa.

Erechim, _____ de 201__.

Cheila Basso

Contato profissional com a pesquisadora:

Tel: 54- 99607-0581

e-mail: cheilabasso@yahoo.com.br

Profª Ivone Maria Mendes Silva

Contato profissional com a pesquisadora:

e-mail: ivone@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, RS 135, km 72, Erechim – Rio Grande do Sul – Brasil

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br
http://www.uffs.edu.br/index.php?
option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS – Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413D – CEP: 89802-210 – Caixa Postal 181 – Centro – Chapecó – Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE D – Questionário Sociodemográfico

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Solicitamos a gentileza de preencher este questionário sociodemográfico, a fim de caracterizar os associados que participam da pesquisa “*O trabalho dos catadores de materiais recicláveis e sua tessitura na relação com o espaço: um estudo na cidade de Erechim (RS)*”.

Nome: _____

1. Sexo:

- Masculino
 Feminino

2. Idade: _____

3. Como você se considera:

- Branco(a)
 Pardo(a)
 Preto(a)
 Amarelo(a)
 Indígena

4. Naturalidade:

6. Bairro em que reside e há quanto tempo:

5. Estado Civil:

- Solteiro(a)
 Casado(a)
 Separado(a)/Divorciado(a)
 Vivo com companheiro(a)
 Outro _____

8. Qual sua escolaridade:

10. Tem filhos:

Sim Quantos? _____ .Não
 Qual é a idade deles?

Eles estudam? Sim Não

7. Quem vive com você?

- Pais
 Cônjuge
 Companheiro(a)
 Sogros
 Parentes _____
 Amigos
 Sozinho(a)
 Outros _____

11. Quantas pessoas moram em sua casa? Considere seus pais, irmãos ou outras pessoas.

- Duas
 Três
 Quatro
 Cinco
 Mais _____

9. Qual a renda mensal do seu grupo familiar aproximadamente? (soma do rendimento de todos que contribuem)

12. Na sua residência há (quantos)?

- Aparelho de som? _____
 Televisão? _____
 Rádio? _____
 Geladeira? _____

13. Quantas pessoas, incluindo você, vivem desse rendimento?

- Uma Quatro
 Duas Mais _____
 Três

APÊNDICE E – Temário para a Produção de Registros Fotográficos

TEMÁRIO PARA A PRODUÇÃO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Caro participante! Você está sendo convidado a fazer fotos com o seu celular que sejam as suas respostas para as seguintes perguntas:

1° Quem você é? (Como você se enxerga? Faça fotos que permitam quem não te conhece, conhecer um pouco mais sobre você).

2° O que é o seu trabalho? (Como você caracterizaria o que você faz através de fotografias?).

3° Quais são os espaços/lugares que você tem acesso e considera importantes (no trabalho, na família, nos estudos, no lazer, nas amizades, na religião, etc) que você poderia retratar através das fotografias para que possamos entender um pouco mais sobre suas condições de vida?

Obrigada por colaborar!

APÊNDICE F – Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, _____permito que a pesquisadora Cheila Basso obtenha fotografia e gravação de voz de minha pessoa para fins da pesquisa científica/ educacional intitulada “*O trabalho dos catadores de materiais recicláveis e sua tessitura na relação com o espaço: um estudo na cidade de Erechim (RS)*”.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa e local de trabalho possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém minha identidade deve ser preservada tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Terão acesso aos arquivos apenas a pesquisadora responsável e sua orientadora.

Assinatura do Participante da Pesquisa:

Nome e Rubrica do pesquisador responsável

Erechim, ____de____,201__.

APÊNDICE G – Temário para o Grupo Focal

TEMÁRIO PARA O GRUPO FOCAL

1º ENCONTRO

1. O que é o seu trabalho?
2. O que é ser catador pra você?
3. Como é trabalhar como catador? O que o valoriza enquanto trabalhador desse ramo? O que o diferencia dos demais trabalhadores?
4. Pra você, qual é a importância do seu trabalho?
5. O que a ARCAN representa pra você? Como você entrou na associação? Há diferenças do trabalho que você realiza hoje como catador em relação ao trabalho que você realizava como catador antes de entrar na ARCAN?
6. Houve alguma melhoria nas suas condições de vida ao entrar na ARCAN? Quais? O que poderia ser diferente?

2º ENCONTRO

7. No seu trabalho como catador antes de entrar na ARCAN você costumava circular pela cidade? Como você se sentia e o que observava sobre os espaços aos quais tinha acesso ao realizar o seu trabalho? Quanto tempo por dia, na semana, vocês ficam na ARCAN? Qual é a importância desse espaço aqui pra vocês? O que ele significa pra vocês? Que parte aqui da Arcan vocês mais ficam/gostam?
8. Como é viver na cidade de Erechim? Você se sente incluído/cidadão e respeitado tendo acesso a oportunidades/serviços (saúde, educação, moradia, lazer, trabalho etc) que precisa?
9. Que partes da cidade vocês mais frequentam (vivem, circulam)?